


unesp  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA

**MULHER E CRIANÇA: AMBIVALÊNCIA DE DOIS MUNDOS DITADOS POR
ESPECIALISTAS EM ARTIGOS DE REVISTAS DESTINADAS AO GRANDE
PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 1940 A 1950**



**ARARAQUARA – SP
2011**

JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA

**MULHER E CRIANÇA: AMBIVALÊNCIA DE DOIS MUNDOS DITADOS POR
ESPECIALISTAS EM ARTIGOS DE REVISTAS DESTINADAS AO GRANDE
PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 1940 A 1950**

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, sob a orientação do professor Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Área de Concentração – Contribuições Psicológicas e da Educação Especial para o Trabalho Educativo

Orientador – Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**Araraquara - SP
Janeiro de 2011**

Mendonça, João Guilherme Rodrigues

Mulher e criança: ambivalência de dois mundos ditados por especialistas em artigos de revistas destinadas ao grande público entre os anos de 1940 a 1950 / João Guilherme Rodrigues Mendonça – 2011

333f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. História da mulher. 2. História da criança. 3. Puericultura.
4. Mídia feminina impressa. 5. Mídia impressa. 6. Intervenção médica.
I. Título.

JOÃO GUILHERME RODRIGUES MENDONÇA

MULHER E CRIANÇA: AMBIVALÊNCIA DE DOIS MUNDOS DITADOS POR ESPECIALISTAS EM ARTIGOS DE REVISTAS DESTINADAS AO GRANDE PÚBLICO ENTRE OS ANOS DE 1940 A 1950

Tese apresentada como exigência para obtenção do título de Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Araraquara, sob a orientação do professor Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro.

Área de Concentração – Contribuições Psicológicas e da Educação Especial para o Trabalho Educativo

Aprovada em 11 de janeiro de 2011

MEMBROS E COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO
UNESP - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. ELADIO SEBASTIÁN HEREDERO
Universidad de Alcalá, Espanha.

Membro Titular: Prof. Dr. ARI FERNANDO MAIA
UNESP - Faculdade de Ciências de Bauru

Membro Titular: Prof. Dra. FÁTIMA ELIZABETH DENARI
UFSCAR – Departamento de Psicologia

Membro Titular: Prof. Dr. FÁBIO TADEU REINA
Centro Universitário de Araraquara

Araraquara - SP
Janeiro de 2011

Aos meus amores: Marlene, grande mulher e companheira que representa o testemunho vivo de que é possível uma relação de equilíbrio e amor entre um homem e a mulher;

Ao filho amado, desejado e esperado João Guilherme Filho que, com sua forte presença me enche de esperança de construir um mundo melhor e, sobretudo, fez com que eu conquistasse esse lugar tão especial na vida que tem sido o de ser pai.

AGRADECIMENTOS

A possibilidade de concretização desse doutorado teve como grande incentivador o professor, e na época Reitor da Universidade Federal de Rondônia, Ene Glória da Silveira. O amigo e professor foi quem lembrou a data do processo seletivo do DINTER (UNIR-UNESP). A ele sou muito grato pelo carinho que sempre dedicou a nossa amizade.

Muito fecundo foi também o acolhimento de Paulo Rennes Marçal Ribeiro, meu professor, orientador desta tese e um amigo. Agradeço sinceramente todo acompanhamento e orientação nos diferentes momentos desta aventura.

Ao professor, amigo e Reitor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) José Januário de Oliveira Amaral, pelo respeito e apoio ao processo de capacitação.

Ao Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia pelo incentivo e carinho ao longo desta construção.

A minha companheira Marlene pela perseverança nos momentos mais difíceis e por sempre acreditar e cobrar a concretização da tese, antes mesmo da primeira palavra digitada.

Ao meu filho João Guilherme Filho, por testemunhar em um momento tão especial de sua vida, o distanciamento lúdico do papai, para escrever sobre parte da história da criança, deixando de escrever algumas páginas de nossa história.

A professora Maura Lopes Gomes Concimo, pela revisão ortográfica e gramatical desempenhada com tanto esmero.

A amiga Elizabete Matia de Siqueira (Betinha) por ter contribuído de modo significativo nos cuidados com toda minha família em momentos tão especiais e também nesta realização do Doutorado. Sou grato por sua presença e contribuição.

Ao amigo e professor Carlos França (UNICAMP) por ter alimentado a possibilidade da realização do sonho do doutoramento.

A amiga Geisa Cristina Batista pela contribuição gentil no momento de grande aperto.

Aos irmãos Elídia, Geraldo Flávio e Paulo Vitor que sempre torceram e muito na minha insistente busca de formação acadêmica. Sua dedicação junto ao meu cunhado e cunhadas e sobrinhos são os alimentos para seguir conquistando.

Aos colegas professores da Universidade Federal de Rondônia que também fizeram parte do Dinter, muito obrigado pela convivência e amizade.

A todos e a todas, muito obrigado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO -----	13
--------------------	----

O MUNDO DA MULHER

2 MULHER-----	20
---------------	----

2.1 A mulher no Brasil Colônia / Brasil Império-----	21
--	----

2.2 A mulher contida-----	25
---------------------------	----

2.3 A mulher no início do século XX-----	33
--	----

3 REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EM MESTRADO E DOUTORADO UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO-----

-----	56
-------	----

3.1 Revisões das teses de doutorado sobre mídia impressa destinada ao público feminino-----	57
---	----

3.2 Revisões das dissertações de mestrado sobre mídia impressa destinada ao público feminino-----	61
---	----

3.3 Compreendendo as produções acadêmicas-----	74
--	----

4 REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO-----

-----	78
-------	----

4.1 Levantamentos dos artigos-----	79
------------------------------------	----

O MUNDO DA CRIANÇA

5 CRIANÇA-----	94
----------------	----

5.1 As idades-----	95
--------------------	----

5.2 A história da criança é uma história sem criança-----	99
---	----

5.3 Saúde e a criança-----	105
----------------------------	-----

6 REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EM MESTRADO E DOUTORADO UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL-----

-----	121
-------	-----

7 REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL-----

-----	128
-------	-----

A PESQUISA

8 MÉTODO-----	135
---------------	-----

8.1 Da Pesquisa -----	135
8.2 Da Análise -----	141
9 ANÁLISE DAS REVISTAS FON FON, VAMOS LER, E A CIGARRA -----	142
9.1 Revista Fon Fon -----	147
9.2 Revista Vamos Ler -----	217
9.3 Revista Cigarra -----	265
 <u>ONDE CHEGAMOS</u>	
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	294
 REFERÊNCIAS -----	 316
 APÊNDICE A: Detalhamento das fontes primárias -----	 329

RESUMO

O presente trabalho se propôs a compreender, analisar e interpretar os textos em forma de artigos, produzidos em seções destinadas às mães em revistas voltadas ao grande público entre os anos de 1940 a 1950. As revistas que mantêm seções nesse período discriminado são: Fon Fon, Vamos Ler e A Cigarra. A tese está dividida em dois blocos de diferentes seções. O primeiro bloco retrata a primeira parte da tese, onde se evidencia o aporte teórico sobre o objeto de pesquisa; o segundo bloco representa a segunda parte da tese, que retrata a exploração do objeto de pesquisa a partir das revistas Fon Fon, Vamos Ler e A Cigarra, compreendendo o período de 1940 a 1950. O conjunto dos artigos que compõe as seções dessas revistas, configuram a fonte documental, composta de 213 artigos em que descrevo e analiso as informações, descrições e representações da mulher mãe, caracterizada pelos especialistas, que escreviam a elas, nessas seções específicas destinadas às mães, para o exercício da maternidade. A pesquisa revela que os especialistas que mais frequentemente se dedicaram na editoração de textos e mensagens às mulheres mães foram os médicos. Estes exercem uma verdadeira educação da mulher, visando a função da maternidade; adentram na história familiar, interferindo e fundamentando normas para a rotina da criação do filho, criando uma atmosfera de culpa, diluição da autonomia parental, através da imposição do poder do conhecimento especializado, descredenciando as tradições familiares e locais; desacreditando os pais, os parentes e procurando tomar os espaços dos leigos e das orientações das pessoas mais velhas e próximas da família. Uma autêntica polícia das famílias se instala. Será preciso, então, que essa mulher, que faz parte da elite e representa o público-alvo como leitora dos especialistas, aprenda a ser mãe e a conhecer sua cria, cujos cuidados pertenciam a outra pessoa (escrava, amas de leite, amas secas, babás, empregadas). A mulher e mãe, com essas atribuições, não está pronta, ela precisa ser constituída. Não há por parte dos especialistas médicos a compreensão de que se tenha uma mãe naturalmente com o potencial de exercer o que o 'método' médico exige. Outro dado importante constatado revela a ideia de que a criança na família não existe, será preciso que o médico a conceba e a insira no lar, essa é a tese apreendida através do conjunto dos artigos publicados nas revistas Fon Fon, Vamos Ler e A Cigarra. Por fim, os especialistas, escritores dedicados à governança da mulher mãe, deixaram para sempre sua marca intervencionista junto à família das classes mais favorecidas, e fortalecidos pela chancela da ciência médica. Talvez, sem nenhum exagero, possamos reconhecer a medicina como a grande mãe nesse período.

Palavras-chaves: História da mulher. História da criança. Mídia feminina impressa. Mídia impressa. Intervenção médica. Puericultura.

ABSTRACT

The present work proposed to understand and interpret the articles destined to mothers in magazines to the public between 1940 and 1950. The magazines that keep articles in this period itemized are three: Fon Fon, Vamos Ler e a Cigarra. The Work is divided in two blocks of different sessions. The first block pictures the first part of the work highlights the theoretical input about the research from the magazines Fon Fon, Vamos Ler e a Cigarra between 1940 and 1950. The ensemble of these magazines articles, are the documentary source, consist in 230 articles in which I write and analyze the information, descriptions, and representations of woman mother, characterized by experts, who wrote to them, in those magazines which had session aimed to mothers. The research shows that the experts who frequently dedicated writing the articles where doctors. They had a major influence in the exercise of being a mother for those women, going into familiar history, intervening and making rules of how bring up a child, creating an atmosphere of guilty, dilating the parents autonomy ,throw the knowledge expert's power, putting family tradition behide, disbelieving the parents and looking to take off elderly and near friends orientation . Installing a family police. Is there a need for this up class mother, who represents the magazine's aim public ,to learn how to be a mother and take care of your own child with expert doctors now because before were de nannies, slaves, milk mothers and so on. The doctor did not believe that it was a natural mother s feeling, the concept of a child insert in a family also didn't exist in the doctors view. This was the concept that was proposed by the articles published by those magazines Fon Fon, Vamos Ler e a Cigarra. In the end the expert writers dedicated to the up a class mothers governance, left for ever theirs interventionist ideology stamped in those families ,without any overstatement we can recognize that the medicine as the big mother of this period.

Keywords: Women history. Child history. Women press. Children care. Press. Medical intervention.

RÉSUMÉ

Ce travail se propose à comprendre, analyser et interpréter les textes en forme de articles, produits en sessions destinées à mères dans les magazines dirigés au grand public entre les années 1940 à 1950. Les magazines qui contiennent des sessions dans cette période discriminée sont trois: Fon Fon, Allons lire et La Cigale. La thèse c'est divisée en deux blocs avec des sessions différentes. Le premier bloc représente la première partie de la thèse dans laquelle on voit l'admission théorique sur le but de recherche. Le deuxième bloc, qui représente la deuxième partie de la thèse, présente l'exploration du but de recherche à partir des magazines Fon Fon, Allons lire et La Cigale, pendant la période de 1940 à 1950. L'ensemble des articles qui composent les sessions de ces magazines configurent la source documentaire, composée de 213 articles où je décris et j'analyse les informations, les descriptions et les représentations de la femme mère, caractérisée par les experts, qui leur écrivaient dans ces sessions spécifiques destinées à mères par l'exercice de la maternité. La recherche démontre que les experts qui se sont dédiés plus fréquemment dans la publication de textes et de messages à les femmes mères ont été les médecins. Ceux-ci exercent une vraie éducation de la femme pour la fonction de la maternité; ils ont entré dans l'histoire familiale, en intervenant et en engendrant des normes pour la routine de l'éducation du fils, en engendrant une atmosphère de faute, de dilution, de l'autonomie parentale, à travers de l'imposition de la puissance de la connaissance spécialisée, en disqualifiant les traditions familiales et des endroits, en disqualifiant les parents, les parents et en cherchant prendre les espaces des laïques et des orientations des personnes plus vieilles et plus proches de la famille. Une police authentique des familles s'installe. Alors, on aura besoin de cette femme-ci qui fait part de l'élite et représente le cible comme lecteur des experts, elle doit apprendre à être une mère et elle doit connaître ce qui est son fils, à lequel historiquement appartenait leurs soins à l'autre personne (l'esclave, les nourrices, la bonne, les baby-sitters, les femmes de ménage). La femme et mère avec ces affectations elle n'est pas préparée, elle a besoin de se constituer. Les médecins spécialisés ils n'ont pas la conception de que on aie naturellement une mère avec le potentiel de pratiquer ce que la méthode médicale exige. Une autre donnée considérable consiste à révéler l'idée de que l'enfant dans la famille n'existe pas; Il y aura besoin du médecin le voit et l'insère chez lui. C'est cette thèse qui c'est apprise avec l'ensemble des articles publiés dans les revues Fon Fon, Allons Lire et La Cigale. Enfin, les experts, écrivains dédiés à la gouvernance de la femme mère ont laissé par toujours leur marque interventionniste auprès de la famille des classes les plus supérieures, renforcés par le sceau de la science médicale. Peut-être, pas d'excès, nous pouvons reconnaître la médecine comme une grande mère dans cette période.

MOTS CLÉS: Histoire de la femme. Histoire de l'enfant. Féminine média imprimée. Puériculture.

1 INTRODUÇÃO

Tenho conquistado uma trajetória de estudos e trabalhos com crianças. O fascínio pelo desenvolvimento da criança e as exigências da profissão, levaram-me a especializar-me em psicomotricidade. Mas era preciso ampliar a formação acadêmica, e não queria distanciar-me desse percurso de dedicação ao universo do desenvolvimento da criança. Quando, então, fiz o Mestrado em Pedagogia do Movimento Humano, essa escolha seria decisiva para o desdobramento bem mais adiante nesta tese de doutorado.

No Mestrado, empenhado em compreender a criança, optei por investigar se ela era retratada em seu desenvolvimento, bem como sua relação com a família em revistas destinadas ao grande público.¹ Essa pesquisa culminou com a descoberta de quatro revistas (*Fon Fon*, *Vamos Ler*, *A Cigarra* e *Vida Doméstica*), que reservavam espaço específico para artigos escritos para mães, com o objetivo de aconselhar, informar, esclarecer e ensinar como administrar a criação do filho.

A presença dessas seções destinadas às mães, tem sua gênese na revista *Fon Fon* entre 1940 a 1958, na revista *Vamos Ler* entre os anos de 1940 a 1946, na revista *A Cigarra*, a partir de 1940 até 1973 e na revista *Vida Doméstica* entre os anos de 1950 a 1956. Desse modo, a delimitação temporal do aparecimento dessas seções destinadas aos cuidados da criança pela mulher mãe tem seu marco inicial a partir de 1940. A descoberta dessas fontes primárias logo se revelou em preciosidade. Tão logo solicitara as microfilmagens desses artigos, junto à Biblioteca Nacional, muitas dessas revistas se tornaram indisponíveis ao público, uma vez que as páginas se desfaziam pelo manuseio no momento da microfilmagem. Foi então que, em acordo com o orientador, resolvemos transformar a dissertação de mestrado em uma compilação sistematizada dos artigos, em categorias sobre a criança, para que pudesse ser preservada parte dessas fontes de dados.

¹ Revistas destinadas ao grande público não são periódicos especializados do meio científico, mas revistas de grande circulação para o público em geral que tratam de assuntos de interesse geral ou específico com variadas destinações, como a mulher, a mãe, a família, etc.

O tempo passou desde a conclusão do mestrado e, com ele, sentimos a necessidade de ampliar o universo de compreensão do desenvolvimento humano, através de uma formação acadêmica, que pela vocação em pesquisa respondesse e analisasse a complexidade dessas fontes primárias ainda não exploradas e analisadas, e pela riqueza de possibilidade de interpretação de dados. O doutoramento foi o caminho para se debruçar sobre essa imensidão de dados genuínos e não pesquisados das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*.

O conjunto dos artigos que compõe as seções das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* configura a fonte documental desta tese de doutorado, com o objetivo de identificar e caracterizar o lugar da mulher e da criança a partir do olhar disciplinador de seus corpos ditados por especialistas que escreveram para essas revistas.

Desse modo, a delimitação temporal do aparecimento dessas seções, destinadas aos cuidados da criança pela mulher-mãe, tem seu marco inicial a partir de 1940. Delimitamos a análise dessas fontes primárias entre os anos de 1940 a 1950, constituindo duzentos e treze artigos das três revistas.

A escolha das revistas como objeto de análise partiu da constatação de que as mesmas representam objetos de pesquisa ainda não explorados pela academia como foi possível constatar nas seções 3 e 4. Essa constatação retrata o ineditismo da proposta desta tese, que busca preencher parte desse recorte ainda não estudado e que representa grande valor na ampliação do olhar voltado à mulher.

O conjunto dos artigos dessas fontes documentais na seção 9 será descrito e analisado a partir das técnicas utilizadas para a análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin (2009) e a análise documental de Cellard (2010), já explicitados anteriormente. A tese analisa e interpreta os textos dessas seções destinados à mulher-mãe das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*, de modo a descrever que mulher foi constituída na construção dos especialistas, que escrevem nesses artigos voltados para esse público. As categorias de análise temática das fontes de dados são: As Mães / Os Médicos / As Crianças.

Os especialistas que se detiveram mais frequentemente e se debruçaram nessa tarefa de dedicar textos e mensagens às mulheres mães, foram os médicos. Estes, ao escreverem para essas seções específicas parecem fundamentar uma verdadeira

educação da mulher para a função da maternidade. Fundamentados na cientificidade dos conhecimentos da medicina, os diferentes autores que escreviam nessas seções, representados, sobretudo por médicos, municiam as mães sobre o que consideram a mais autêntica e confiável verdade sobre a dinâmica de zelar, cuidar e criar um filho. Suas intervenções, instruções, descrições, conselhos e ordens de cuidados e de educação da criança pela mãe vão exercer o papel de formação de novas mentalidades em relação à vida familiar e os cuidados em relação às crianças. É possível ver revelado o distanciamento e até mesmo a recusa sobre os saberes possíveis das mulheres mães e leitoras, a quem os médicos se dirigiam. Os especialistas adentram na história familiar, interferindo e fundamentando normas para a rotina da criação do filho, criando uma atmosfera de culpa, diluição da autonomia parental, através da imposição do poder do conhecimento especializado, descredenciando as tradições familiares e locais; desacreditando os pais, os parentes e procurando tomar os espaços dos leigos e das orientações das pessoas mais velhas e próximas da família. Uma verdadeira polícia das famílias, como descreve Danzelot (1980).

Esse papel normatizador de controle dos costumes (ELIAS, 1990) permite a compreensão da história dos homens. Nessa pesquisa, verificamos que os especialistas que escrevem nas seções para as revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*, ao dirigir o texto e atenção nos cuidados sobre a criança, estão, na verdade, disciplinando a mulher a um lugar e a se estabelecer em definidos papéis a representar. O que se delinea e vai configurando a hipótese dessa pesquisa é que toda a preocupação a que, aparentemente, os médicos estão imbuídos de atenção à criança, a puericultura, trata-se na verdade de um processo civilizador (ELIAS, 1990; ÁRIES; DUBY, 1992), das mulheres na sociedade higienizada, que teve sua gênese ainda no século XIX. A mulher mãe, priorizada nas seções das revistas, configura-se em uma relação de gênero que oferece nítidos contornos de uma educação feminina. Os autores, especialistas que escreviam nesses artigos apresentam nítidos contornos de ambivalência na exploração entre esses dois mundos: o mundo da criança e o mundo da mulher.

O processo civilizador imprimido pelos especialistas, particularmente os médicos, foi o de provocar mudanças sociais no contexto da família da elite brasileira em relação

ao comportamento da mulher mãe no lar. Estas consideradas sem competências necessárias à maternidade colocavam em risco a criança. Nesse contexto, testemunharemos uma maciça intervenção médica com intuito de educar as mães, constituído por um público leitor formado por mulheres e mães: aconselhando-as; prescrevendo-lhes medicação, alimentos e bons hábitos; orientando seu comportamento e clinicando. Essas mudanças atuaram nas mulheres de forma a desqualificarem como possíveis conhecedoras da maternidade e despersonificaram a mulher mãe, vestindo-a com uma roupagem materna medicalizada e universal.

Compreendemos que, para analisar o contexto de como as mulheres são retratadas nessas seções das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler*, e *A Cigarra*, seria preciso resgatar a contextualização da mulher no Brasil. Nesse sentido na seção 2 desta tese (MULHER), resgato parte da trajetória da mulher no Brasil a partir de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, com o propósito de reconhecer e compreender o (os) lugar (lugares), fala (falas), visibilidades (invisibilidades) do que se diz sobre a mulher. Retrato a mulher no Brasil Colônia, Império e República. Procuo situar a condição social da mulher, herdeira de valores portugueses, que a viam como um ser inferior; a prevalência dos médicos com suas verdades e conceitos, estabelecendo o que vem a ser uma 'verdadeira mulher'; as poucas tentativas de rompimento das mulheres com os valores misóginos do universo masculino; a normatização da mulher como vocacionada ao lar, ao marido e ao filho; e a ameaça da mulher no mundo do trabalho.

Reconhecemos, como necessário, rever as pesquisas acadêmicas que tivessem uma similaridade com meu objeto de estudo. Nesse sentido, a seção 3 (Revisão das produções acadêmicas em mestrado e doutorado utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público feminino) e a seção 4 (Revisão de artigos científicos utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público feminino), representam esforço em aglutinar teses de doutorado, dissertações de mestrado e artigos científicos que se utilizaram da mídia escrita em revistas voltadas especificamente ao público feminino. Essas seções tiveram a clara intenção de verificar de que modo a mulher é retratada nessas publicações científicas, utilizando-se da mídia escrita para as mulheres. Nesse empenho em retomar, a partir das produções científicas, uma revisão dessa mídia específica voltada às mulheres, encontramos autores e autoras que se

utilizaram de revistas que não eram direcionadas especificamente à mulher, mas ao público em geral. Estas pesquisas entram no rol de análise das produções acadêmicas, uma vez que os (as) pesquisadores (as) fizeram uso de recortes das revistas relacionadas à mulher e à identidade feminina.

É possível afirmar que a academia debruça-se sobre a temática feminina com grande interesse em utilizar-se, como objeto de estudo, de revistas voltadas ao público feminino. O universo feminino foi explorado nas pesquisas por vários caminhos, diferentes estratégias, tendo como fonte as revistas. A mulher foi o centro de interesse e de estudo. A grande maioria das pesquisas direcionou seu foco para a especificidade das revistas produzidas para o público feminino. Há uma aproximação com a relação direta que cada pesquisador (a) fará relacionando especificamente a mulher. Assim, uns tomam como objeto de análise as capas das revistas; outros, se utilizam dos editoriais, das propagandas, do conjunto da revista, de cartas das leitoras, etc. O que é possível também constatar é que não encontramos pesquisas que usassem a mídia dirigida ao público feminino e ao público em geral, que se apropriassem especificamente de textos e/ou seções dirigidas à mulher mãe.

Utilizei como estratégia nessa revisão das produções acadêmicas compreender o universo feminino e sua representação, constituído como objeto de interesse de diferentes pesquisadores brasileiros, partindo da mídia escrita dirigida às mulheres. Não faço opção de sistematizar e analisar essas produções acadêmicas no contexto de seus resultados em períodos históricos, por eleger como prioridade a constatação de que a academia empenha-se em aprofundar a temática da mulher a partir das mídias escritas relativas a ela, ao mesmo tempo em que se configura um vácuo nesse meio de investigar, nesse campo, a mulher enquanto mãe, o que justificará a constituição desta tese.

É preciso considerar que o meu objeto de análise são as seções voltadas às mulheres mães das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler*, e *A Cigarra*. Considerar mulher e mãe só é possível com a presença de filho. Nesse contexto, a criança passa a ser fonte objetiva de interesse dos especialistas, que escreviam para as seções das revistas, conduzindo a mãe a um modo de se fazer presente e reconhecida. Pesquisar a mulher mãe é pesquisar a criança, que chancela sua identidade materna. Diante dessa

implicada rede relacional, constituímos a seção 5 (Criança) que resgata a história da criança no Brasil. O desfecho dessa seção parece conduzir para a compreensão de que a infância parece não existir. De uma indistinta compreensão da criança em relação ao universo do adulto, a sua distinção como criança e priorizada pela puericultura, sua história é talvez uma história sem criança, marcada por descabros na condução de verdadeiros homúnculos entregues à própria sorte. O lugar da criança como uma natureza distinta da do adulto, está ainda muito distante de ser alcançado. Como consequência direta de descaso com a criança, testemunhamos a banalização das mortes infantis.

Essa condição não perdurará igualmente para todos os infantes até o século XX. A criança, no contexto da família no século XX, terá grande influência do século anterior; marcadamente os movimentos higienistas e a puericultura. Ela será o elo para o interior dos lares, facilitando a intervenção médica sobre a vida familiar, e por que não afirmamos, para disciplinar e conduzir um ideal de mulher-mãe; uma “mãe higiênica”, como apregoada por Costa, J. (1989). Os médicos, fundamentados na puericultura, encontrarão na mulher da burguesia sua principal aliada. A mulher conduzida pela assistência à família, pelo médico, é responsabilizada pela saúde da indefesa criança, que permanece sem fala, sem escolha, reconhecida como tal pela cor branca, olhos claros.

A partir dessa retomada histórica da criança, consideramos importante rever as produções científicas que pesquisam a mídia escrita, endereçadas ao público infantil. Na seção 6 (Revisão das produções acadêmicas em mestrado e doutorado utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público infantil) e na seção 7 (Revisão de artigos científicos utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público infantil), reunimos as pesquisas que analisaram as revistas que chegam à mão da criança, falando pelas crianças e revistas destinadas aos pais que retratam o universo da criança. O objetivo e os resultados obtidos pelos pesquisadores, foram o de encontrar pontos convergentes e divergentes sobre o contexto da criança. Essa estratégia não contempla sistematização em períodos, mas antes, compreender o que representou como interesse dos pesquisadores no contexto infantil, a partir da mídia escrita dirigida à criança.

Essa revisão se mostrou fecunda por oferecer elementos para a compreensão do que é ser criança. Os (as) pesquisadores (as), por caminhos distintos, reconhecem e/ou identificam a criança em uma passividade desprovida da possibilidade de ter, e demarcar seus interesses, estando sujeitas à influência da mídia na aquisição de novos comportamentos e produtos. Por outro lado, também foi reconhecido que a criança pode exercer um papel mais dinâmico e integrador com o mundo adulto. As pesquisas revelam ainda que a mãe é a referência ao se pensar e considerar os cuidados com a criança, e que elas precisam estar sintonizadas com as orientações de especialistas.

Dedicamos a seção 8 (Método) para a descrição do método utilizado e a seção 9 para a análise das Revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler*, e *A Cigarra*, através das quais descrevo, analiso as informações, as descrições e representações da mulher mãe, caracterizadas pelos especialistas nas revistas em seus artigos destinados a essas mulheres.

É importante destacar que o contexto de todas as citações diretas nesta tese foi reproduzido conforme as fontes originais, respeitando os textos com suas imperfeições gramaticais e contexto temporal.

Destaco que esta tese é vinculada ao NUSEX – Núcleo de estudos da Sexualidade, e faz parte do projeto integrado de pesquisa “Uma Contribuição à Historiografia da Educação Sexual no Brasil: Localização, Descrição e Análise de Documentos desde a Colônia até as Primeiras Décadas do Século XX”, de autoria do professor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, a partir do qual se soma um conjunto de outras pesquisas. Enquadra-se também nas linhas de pesquisa História da Sexualidade e da Educação Sexual, que tem como objetivo os estudos sobre a História e Historiografia da Sexualidade, A repressão sexual, Comportamentos e atitudes sexuais no Brasil, na Colônia e no Império, e Estudo em fontes primárias do desenvolvimento da educação sexual no Brasil. Também está vinculada à linha de pesquisa Sexualidade e Gênero que tem como objetivo os estudos sobre a mulher, a sexualidade feminina e as relações de gênero.

2 MULHER

É fascinante, comovente e intrigante retomar historicamente a trajetória da mulher. Não raro, diferentes autores, ao referir-se sobre a mulher, não relatam a multiplicidade de mulheres que compõe a sociedade. Parecem acreditar, de modo genérico, em um único tipo de mulher. Soma-se a essa realidade documental a queixa por parte de outros autores das limitações de informações que retratem a mulher na história e as fontes que se referem às mesmas. Wolff e Possa (2005, p.587) apontam essa questão de gênero na temática da mulher como uma necessária revisão das narrativas e “[...] observar a importância de uma história polifônica, o papel de múltiplos sujeitos, e perceber distintas temporalidades.”

Outro aspecto relevante a ser considerado em relação à compreensão da trajetória histórica da mulher refere-se às fontes que fornecem as informações; Perrot apud Martins (2009) afirma que “[...] há uma carência de pistas no domínio das fontes com as quais se nutre preferencialmente o historiador, devido à deficiência dos registros primários.” Ou seja, a autora explica que aqueles a quem cabia registrar a história, no caso, homens administradores, policiais, juízes e padres, efetuaram raras evidências da mulher na história. Outro autor, Roiz (2008, p.445-446), também retrata a escassez de informação na descrição histórica da mulher explicitando que

[...] durante muito tempo as mulheres, e a escrita de sua história, foi um tema opaco e sem sentido, particularmente para pesquisadores do sexo masculino. Tanto nas fontes, quanto nas pesquisas, o que se via era o silêncio, delas e sobre elas, que se prolongava ainda mais com a escassez de documentos, os quais, quase sempre, não demonstravam a sua presença.

Além dessa perspectiva de carência e ausência de dados sobre a mulher, Soihet e Pedro (2007) reveem em sua pesquisa a trajetória do campo historiográfico sobre a mulher e gênero, de modo a destacar a contribuição e relevância de pesquisadoras sobre essas temáticas publicadas a partir da década de 1980 que procuraram responder em relação à mulher no passado, seu cotidiano e as diferentes trajetórias

percorridas em diferentes campos da vida privada e pública. As pesquisadoras destacadas no trabalho de Soihet e Pedro (2007, p.287-288) são:

Destacaram-se, ainda, no plano internacional da historiografia, nos anos que se seguiram, os nomes de Michelle Perrot, Georges Duby, Françoise Thébaud, Joan Scott, June Hahner, Natalie Zemon Davis, para citar as estrangeiras, e de Maria Odila da Silva Dias, Margareth Rago, Miriam Moreira Leite, Rachel Soihet, Martha de Abreu Esteves, Mary Del Priore, Eni de Mesquita Samara, Leila Algranti, Maria Lucia de Barros Mott de Melo e Souza, Maria Izilda Santos de Matos, Luciana Figueiredo, Temis Parente, Lídia Viana Possas, Joana Maria Pedro, Lená Medeiros de Menezes, Magali Engel e Suely Gomes Costa, para citar algumas das brasileiras.

Procurando refazer a trajetória de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, destacarei, neste capítulo fragmentos da história das mulheres, particularmente no Brasil, com o propósito de reconhecer e compreender o (os) lugar (lugares), fala (falas), visibilidades (invisibilidades) do que se diz sobre a mulher.

Não esgoto, contudo, todos os meandros que compõem as diferentes escolhas de fontes de análise dos historiadores, mas há um esforço na tentativa de compreender a mulher.

2.1 A MULHER NO BRASIL COLÔNIA / BRASIL IMPÉRIO

Cuidar da casa, dos filhos e do marido, configuravam-se os atributos da mulher no Brasil desde o tempo de Colônia. A condição social da mulher no olhar dos homens, herdeiros dos valores portugueses, era de um ser inferior. A mulher ocupou o mesmo lugar onde também eram compreendidos crianças e doentes mentais (RIBEIRO, A., 2000).

Ao falar da mulher na colonização é importante destacar, também, as mulheres escravas e as quilombolas. As primeiras viviam de acordo com seu dono e Senhor; vinculadas à força produtiva e, sobretudo destinadas a objeto sexual e à ama-de-leite. Para Theodoro (2010) “O mito da mulher negra super sexuada, construído ao longo da história, tem suas bases calcadas na visão que se tinha da mulher escrava”;

determinado pela hegemonia que o homem de um sistema patriarcal tinha sobre as mulheres (não só a escrava). As mulheres quilombolas experienciavam de uma liberdade inserida dentro de uma construção cultural herdeira das tradições africanas, exercendo papéis diferenciados nas diversas comunidades desse tipo constituídas.

Raminelli (2008) apresenta uma contribuição relevante sobre a mulher mãe indígena em seu artigo “*Eva Tupinambá*”. Nele, retrata a herança indígena como uma presença da mãe nos cuidados infantis. “Do mesmo modo que os animais, as índias mesmas nutriam e defendiam seus filhos de todos os perigos. Se soubessem que seu rebento tinha mamado em outra mulher, não sossegavam enquanto a criança não colocasse para fora todo o leite estranho.” (RAMINELLI, 2008, p.14). O mesmo autor apresenta uma contraposição experienciada por colonos no século XVI, na qual as crianças eram mortas por suas mães nativas incomodadas com choros repetitivos; além de elas representarem um alimento fortificante que servia como medicação para um guerreiro doente. Outra característica de herança europeia era de que as mulheres delegavam a outra mulher os cuidados da criança.

Torre-Londoño (1999), apresentando trecho de cartas eclesiais do início do Brasil Colônia, revela a misoginia europeia em relação às expansões marítimas de Portugal com as mulheres índias nativas. Estas mulheres eram responsabilizadas pelos amancebamentos e concubinatos dos exploradores portugueses, que se tornaram vítimas das ‘conquistas’ das mulheres; ao contrário da superposição do colonizador que escraviza as nativas e impõe seus desejos:

[...] eram as mulheres das “novas” regiões as responsáveis pela conduta dos portugueses. Inocentados, até pelos jesuítas que os atacavam, os portugueses apareciam nos relatos dos primeiros tempos de Colônia mais vítimas do que algozes; tanto assim que as mulheres, particularmente as índias, eram desqualificadas quando identificadas com o espírito ruim da tentação, engano e do pecado. (TORRE-LONDOÑO, 1999, p.35).

Ao retratar a mulher no Brasil Colônia, é preciso compreender as multifacetadas formas de vivenciar essa condição: a condição de mulher. Duas instituições foram marcadamente significativas para sua compreensão: a Igreja e o Estado. A Igreja compreende como caminho natural da mulher, o matrimônio. Cabe à mulher casada os

cuidados domésticos e da família. É a mulher de elite que acolhe esses preceitos e se torna fiel cumpridora dessas duas Instituições. “Na visão da Igreja, não era por amor que os cônjuges deviam unir-se, mas sim por dever: para pagar o débito conjugal, procriar e finalmente lutar contra a tentação do adultério.” (DEL PRIORE, 2009, p.113). As mulheres pobres, com previsível instabilidade nas relações com os homens, vivencia o abandono dos companheiros; são exploradas sexualmente, solteiras, responsáveis pelo lar e, em muitas circunstâncias, concubinas.

Apesar de a mulher ser apresentada pela historiografia como dependente e comandada pelo marido, com os frequentes abandonos dos homens em suas explorações no desbravamento das riquezas da Colônia, acabavam por ficar sozinhas administrando os desígnios de sua própria história.

Na realidade, a mobilidade espacial dos maridos ou companheiros, naqueles tempos de povoamento e instalação do sistema colonial, dera ao concubinato uma enorme semelhança como o casamento, na medida em que, na maior parte deles, os homens se encontravam distantes da família. Esse fenômeno produziu outro com igual consequência para as mulheres casadas ou não: viam-se todas como chefes de suas casas, famílias e fogos, como se dizia então. (DEL PRIORE, 2009, p.46).

O concubinato, em grande parte do país, se fortalecia diante das constantes migrações dos homens diante da necessária exploração das riquezas da Colônia.² Muito corriqueiro, o concubinato era,

[...] aceito por amplas camadas sociais, tolerados por outras e conhecidas por boa parte da população, inclusive por autoridades civis e eclesiásticas. Estas situações eram frutos das particularidades da colonização portuguesa no Brasil, do estabelecimento de uma sociedade fundamentada na escravidão da população indígena, da raça negra e da desclassificação das mulheres indígenas e africanas, que foram identificadas com as mancebas portuguesas. (TORRES-LONDOÑO, 1999, p.15).

Muito provavelmente, dessas novas ligações ‘matrimoniais’ e dos consequentes abandonos permitiram entre mãe e filhos uma vinculação de estabilidade ou

² Um artigo que retrata o êxodo dos homens para o trabalho além das fronteiras do lar em uma região marcada pela exploração do ouro como as Minas Gerais esta em Scarano (2006).

conveniências (necessidade de ajuda mútua para sobrevivência) mais duradouras. De outro modo, instabilidades e incertezas diante das condições sociais de dificuldades, as mulheres pobres tinham seus filhos criados, em sua grande maioria, só pela mãe, que, diante das exigências de sobrevivência do cotidiano não podem garantir uma rotina na relação de afetos e do que pudesse representar os cuidados necessários ao ser pequeno, que não possui, ainda, a autonomia própria do adulto.

O destino dessa prole é incerto, marcado pelas dificuldades experienciadas pela mulher e mãe diante da ausência do marido e obrigada a administrar a própria vida. Nessa condição, a vida privada está ameaçada com todos que dependem diretamente da mulher. É preciso ir além, lançar-se na esfera do trabalho. Desse modo, muitas crianças são abandonadas, contribuindo para o aumento do infanticídio. Nesse sentido, as crianças são levadas, na maioria das vezes, a compartilhar de sua criação além da mãe, também dos vizinhos e dos parentes, como resultado das condições sociais de miséria. Os laços de afeto são pulverizados na rede de amizade. Venâncio (2008, p.202) também reconhece que essa modalidade de acolhimento, de assistência, “[...] ao invés de subverter esse costume, acabou por reforçá-lo, premiando com um módico pecúlio financeiro quem acolhesse enjeitados na própria casa.” Outras crianças são lançadas à mãe de criação; trata-se das crianças enjeitadas que terão seus destinos à casa dos Expostos.³ Ao referir-se a essas mulheres pobres, não incluímos as escravas que tinham em sua relação com o Senhor uma dependência servil e de objeto que as impediam de vivenciar uma relação como a estabelecida pela Igreja. Sua cria, diante de uma criança branca a ser amamentada, não é considerada e muito provavelmente, sucumbia diante da privação do aleitamento materno.

Os cuidados maternos com todas as dificuldades que a mulher vivenciara nesse período não ocorriam do mesmo modo no campo e na cidade. O distanciamento das mães em relação aos cuidados maternos, e, dentre esses, em especial, o aleitamento materno, encontrava nas mulheres do campo cuidados mais prolongados com suas crias; o costume exercido pela Corte, de não amamentar a criança, não foi incorporado do mesmo modo. Araújo, R. (2002) descreve assim essa impressão:

³ Ver sobre a roda dos expostos, nesta tese, na seção “CRIANÇA”.

Enquanto no campo, onde as transformações eram lentas, o abandono raramente ocorria e os enjeitados acabavam sendo adotados como 'filhos de criação'; na cidade, espaço de aceleradas transformações e desequilíbrios, não havia lugar para acolher os pobres e dar assistência ao enorme número de crianças enjeitadas.

A amamentação no seio representará preocupação dos moralistas e médicos no século XIX e se estenderá pelo século XX. Todavia, no século XVIII, segundo Del Priore (2009), o aleitamento materno, em destaque o combate às amas de leite, já era uma constante na literatura de pensadores, moralistas e doutores. Estes atribuem ao leite qualidades morais que são repassados pela mãe.⁴ Lindermann apud Maluf e Mott (1998, p.387) mostram a ação médica como a função de polícia, condenando as amas de leite:

No Brasil do começo do século, condenava-se qualquer alimento que não o leite materno – tanto pelos nutrientes como porque por meio do aleitamento a mãe transmitia sua herança moral e o amor materno. Condenavam-se as amas-de-leite; vistas como agentes de contaminação, elas poderiam não só trazer doença para dentro de casa, como causar danos morais e físicos ao bebê. Como garantia foi criado um serviço de inspeção de boa saúde das amas, Muitas foram recusadas pelos médicos pois eram portadoras de doenças como corrimento vaginal, infecção urinária, tuberculose, má qualidade do leite, anemia, infecção na pele, sífilis, entre outras.

2.2 A MULHER CONTIDA

A Igreja exercia controle sobre o comportamento da mulher, antes e depois do casamento. No matrimônio o controle da Igreja era de promover a contenção do desejo, a clausura e a submissão da mulher frente ao marido:

Moderação, freio dos sentidos, controle da carne, era o que se esperava de ambos, pois o ato sexual não se destinava ao prazer, mas à procriação de filhos. Não que devesse ser evitado. Ao contrário, marido

⁴ Sobre amamentação infantil, ver nessa tese a seção “CRIANÇA”.

e mulher deviam empenhar-se no pagamento do “débito conjugal”, mas também aqui sob certas regras; no caso da mulher, seu desejo devia ser apenas insinuado, e, segundo os manuais de confessores, o marido tinha de estar atento e apto a perceber e atender os sinais dissimulados emitidos pela esposa recatada e envergonhada. (ARAÚJO, E., 2008, p.52).

O controle do marido sobre a esposa, inquestionável e dominador, submetia a sexualidade da mulher ao controle absoluto do homem, do marido sobre a mulher. Segundo Nizza da Silva (1993), muitas esposas, mesmo não tendo um comportamento adúltero, eram recolhidas aos cuidados de autoridades civis e eclesiásticas. Quem decide seu destino é definitivamente o marido, “conforme este fosse mais ou menos violento, mais ou menos propenso ao perdão”. (NIZZA DA SILVA, 1993, p.114). A mulher, em sua condenação, não escaparia também do olhar invisível de Deus: “Se o controle e o castigo não fossem humanos, ministrados pelo marido ou pelo confessor, eles viriam do Esposo Divino [...]”. (DEL PRIORE, 2009, p.115).

A defesa da honra das mulheres que cometessem o adultério “[...] estava certamente mais presente nas camadas superiores da sociedade, enquanto que nas camadas populares a separação parecia ser a solução preferida.” (NIZZA DA SILVA, 1993, p.115). A relação entre a mulher e o marido, em muitas situações, representava um apanágio do modelo escravista. Reproduzia no microespaço da casa o que se configurava na relação com os escravos. Sucumbindo nesse santo território, seu espaço, ocupará uma função de ‘império’ do lar, de modo a vivenciar a maternidade, os cuidados da cria, além do marido, lançando-se as sementes da ‘rainha do lar’. Essa visão retratará de modo explícito os ideais cristãos da mulher mãe representada por Maria. Esse parece ser o lugar idealizado pela Igreja. Desse modo, espelha-se na maternidade de Maria, a maternidade como aproximação da mulher na dimensão sagrada; da santa mulher. Consegue, desse modo, um lugar a ser visto, de uma construção que a qualifica (Santa Mãe); e, por outro lado do extremo, devendo afastar-se da desqualificação, da demonização (sua sexualidade).

As mulheres que viviam em ambiguidade desses dois papéis foram sistematicamente perseguidas, pois o uso autônomo da sexualidade feminina era interpretado como revolucionário e contrariava o desejo da

Igreja e do Estado de colocar o corpo feminino a serviço da sociedade patriarcal e do projeto colonizador. (DEL PRIORE, 2009, p.74-75).

Outro controle historicamente reconhecido sobre a mulher, além da Igreja e do marido, é o da tutela e controle do pai e, posteriormente, a esses atores sociais surge o controle e o poder do médico. O discurso médico sustenta o religioso, naturalizando a condição da mulher como aquela que procria. Além desse lugar, a mulher, “[...] alastrava-se a melancolia, vicejava a luxúria, e por tudo isso a mulher estava condenada à exclusão.” (DEL PRIORE, 2009, p.24). A procriação ameniza e substitui a imagem de desregrada e de proximidade da dimensão instintiva animal. É preciso acender a dimensão sagrada: ser mãe. Daí a maternidade como a única via possível. A medicina reforça essa concepção como os paradigmas religiosos cristãos de uma alma digna por agregar a mulher nessa condição, uma dimensão de saúde. Desde tenra idade, a menina é preparada para ser mãe. Ainda nova, em torno dos 12 anos, era entregue ao marido encontrado e escolhido pelo pai. “Finalmente, com prazer ou sem prazer, com paixão ou sem paixão, a menina tornava-se mãe, e mãe honrada, criada na casa dos pais, casada na Igreja. Na visão misógina, a maternidade teria de ser o ápice da vida da mulher.” (ARAÚJO, E., 2008, p.52).

O período colonial revelou caminhos e descaminhos trilhados e outras vezes lançando a mulher em direção ao silêncio e ao obscurantismo de sua presença. Sua corporeidade e presença ameaçam ao mesmo tempo em que é ameaçada pelo homem em suas representações de Senhor, marido, líder da Igreja e da justiça. A mulher vê-se obrigada ao mutismo. Para Manoel (1996, p.22) “[...] essa clausura doméstica, esse afastamento do mundo, a ignorância, que marcaram o espaço da vivência feminina durante o período Colonial, adentraram o próprio período do Império.”

No Império nasce a possibilidade de mudança desse cenário de ausência total de materialização da mulher. Da falta de visibilidade da mulher no Brasil Colônia, agora, no Império, a mulher tem possibilidade de conquistar destaque e visibilidade a partir da sexualidade. Sexualidade que terá atenção dos médicos. Estes enfrentarão grandes dificuldades de se fazerem compreendidos e confiáveis, por diferentes fatores, como a presença diminuta de profissionais médicos na Colônia e os costumes arraigados de uma população essencialmente rural, entregues a si próprios, envolvidos em um

manancial cultural que envolve as tradições indígenas, africanas e européias. Nesse contexto, o que era comum, é a mulher entregar seu corpo para as parturientas denominadas “aparadeiras e comadres”, não só para os cuidados com a gravidez e parto, como também para os destinos a serem determinados para as crianças. Os médicos procurariam, ao longo do século XIX e início do século XX, ocupar esse espaço. Eles tinham como meta trazer para si o controle e o conhecimento e domínio sobre o corpo da mulher.

Será preciso, então, encontrar e fortalecer um lugar para esse corpo e concomitantemente se apropriar desse corpo. A mulher precisa então ser casada, do lar. Nesse recanto protetor, o médico se empenhará a adentrar, dirigir e conduzir a mulher do lar com regras e normas. É possível perceber que há uma transição ocorrendo no patriarcalismo sob a tutela do médico na família. A intenção é que o médico, e não o marido, distribua as ações. Todavia, os médicos precisarão ainda de mais tempo no sentido de ver realizado seu projeto de mudanças de mentalidades. Os valores e comportamentos serão revistos e referendados com práticas que, aos poucos, vão sendo incorporadas como adequadas à mulher ‘verdadeira’ (conforme o estabelecido pela medicina).

Brenes (1991) retrata bem essa ideia ao apresentar o esforço que existiu por parte dos médicos em construir uma imagem que inspirasse segurança junto à população. Com dificuldades nesse encontro com as mulheres, foi preciso que eles criassem um novo papel da mulher na sociedade; uma mulher com destaque e visibilidade. O lugar escolhido para ela foi o lar e a família. Ela agora é reconhecida e valorada por ser esposa e mãe. Esses são seus desígnios ‘naturais’ constituídos e reconhecidos pela medicina. Nasce o ‘mito do amor materno’, a ‘mãe dedicada’, a ‘rainha do lar’ e a ‘boa esposa’.

Todo esse esforço não será em vão; os médicos irão até o final do século XIX prevalecer sobre a população feminina suas verdades e conceitos. A mulher detentora dessa investida se tornará controlada e sua vida regulada pela ciência médica. Essa intervenção não significará necessariamente para a mulher uma relação de prazer e visibilidade de seu próprio sentido; aliás, os sentidos serão compreendidos por aquele

que tem, agora, a compreensão e domínio do que seja uma ‘verdadeira mulher’, o médico.

Del Priore (2008) compreende que a medicina, ao reforçar a dimensão biológica da mulher, percebia-a, nesse contexto, o parir e procriar, interligando essa compreensão biológica à dimensão moral e metafísica, que caracterizaria a mulher como aquela que é mãe, frágil e submissa. Desse modo, estariam lançadas as bases de compreensão da mulher com a função única de ser mãe, como também era convenientemente ser compreendido pela Igreja Católica os desígnios de Maria – procriar. Procriar, serem imagem e semelhança de Maria não remete em nenhuma circunstância a experiência da sexualidade feminina de sentir prazer. “Insistindo sempre na dignidade da procriação, na excelência dos sentimentos maternos e na necessidade de equilíbrio para evitar as “afecções morais”, o discurso médico só enxergava a vocação biológica das mulheres”. (DEL PRIORE, 2008, p.87).

A subjetividade estabelecida por eles (os médicos) às mulheres, particularmente em relação à sua condição de se tornarem mãe (‘rainha do lar’), tinha por objetivo conquistá-las; se revelará na dessacralização dos saberes historicamente construídos pelas heranças femininas sobre ser mãe. Araújo E. (2008, p. 52, grifo do autor) contribui para essa compreensão, caracterizando o que se tornará regra:

Porém, a mulher não podia exercer sua maternidade em paz. Os médicos homens logo entravam em cena para diminuir o brilho do milagre e dos mistérios da fecundidade e para dizer à mulher que ela continuaria dependente do saber, e do poder, masculino. Eles procuravam entender, explicar e catalogar o que a mulher sabia e fazia com naturalidade, *apoiada em uma experiência ancestral*.

Desde o Brasil Colônia, eram as mulheres que prioritariamente cuidavam das mulheres. As condições desfavoráveis do exercício da medicina no país contribuíram para que as mulheres se instrumentalizassem para responder os sofrimentos do corpo. Essas mulheres cuidadoras faziam, às vezes, tarefas que seriam destinadas aos médicos e cirurgiões da época; e alcançavam diante da Igreja o status de feiticeiras. Sua prática informal, baseada nas tradições e costumes indígenas e africanos, se utilizava, entre outras práticas, de “palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas.” (DEL PRIORE, 2008, p.81).

Mesmo diante das dificuldades de um novo país e com as dimensões territoriais como as do Brasil de exercer a medicina oficial, o poder eclesiástico e a medicina não mediram esforços em combater a ação dessas mulheres que detinham a prática e o conhecimento de cuidados com a mulher. Serão perseguidas e alvo de desqualificação que se estenderá até o século XX.⁵

Na prática, a atenção às doenças não só de mulheres, mas de toda a população, não era de fato exercida por médicos. Estes não existiam em número que pudesse representar as possibilidades de atendimentos. Exercida por práticos, a medicina no Brasil Império viria ampliar seus domínios a partir de 1872 com o policiamento de enfermeiros do Reino, aqueles que exerciam atividades ligadas ao combate a doenças sem a autorização expressa da Corte. Quem cuidava das doenças, mesmo sem a aprovação Real, eram aquelas pessoas, homens e mulheres, que em uma transmissão de costumes dos mais antigos praticavam a cura. São, portanto, denominados curandeiros e feiticeiros. Subverter a norma era a norma, o que levou a fortalecer os saberes ancestrais. O curandeirismo precisou ser a única forma de exercício do curar diante das inúmeras dificuldades em se ter médicos na Colônia. Quando estes existiam, não tinham uma formação que respondesse à demanda. De fato, não havia no Brasil Império o que pudesse denominar como uma forma de poder médico. Será preciso adentrar ao século XIX, com a implantação não leiga da medicina para que se inicie de modo contínuo a consolidação ascendente de seus domínios junto a família brasileira.⁶

A Igreja se apressará a minimizar essas tradições para impor as suas através da força mítica dos Santos:

A Igreja, por meio da fé e da piedade cristãs, emergia como doutor desse corpo, poderoso por suas gestações mas combalido por seu desgoverno, terminando por salvar a mulher adoentada ao substituir uma cura mágica provida por uma benzedeira, por outra milagrosa feita por Nossa Senhora. (DEL PRIORE, 2009, p.189).

⁵ Mendonça, J. G. R. (1993) com a dissertação de mestrado: "Crianças saudáveis, pais neuróticos: A intervenção dos especialistas entre 1940 e 1960"; analisou no início do século XX os artigos de revistas destinadas ao público feminino que revelavam que esse conhecimento antigo, ancestral perpassado por tradições de mulher para mulher, precisa ser substituído pelo da medicina. Exatamente essa medicina que historicamente negligenciou a mulher em sua especificidade; apresenta um modo em que a mulher se qualifica para maternidade.

⁶ Ver seção "CRIANÇA - Saúde e a Criança" nessa tese, sobre a medicina no Brasil.

A mulher historicamente compreendida como um ser inferior, por influência lusitana (RIBEIRO, A., 2000), foi alvo de abusos, perversões, controle, posse e determinações exteriores a ela, determinados, na maioria das vezes, por uma compreensão misógina que acabava por transformá-la em uma desconhecida a ser dominada. Traz na própria constituição física a marca do desconhecido e, portanto ameaçadora; não é homem. Perrot (2001, p. 171) considera essa diferença de sexo “um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares.” Um exemplo da distância que marca a distinção entre homem e mulher e a compreensão que se tinha da mulher na fecundação é o pressuposto defendido por Franco (1789, p.104) em “[...] que o feto já preexiste ou no ovo, ou nos ovários da mãe, e que só espera a fecundação do macho para desenvolver suas partes.” O corpo da mulher, objeto de interesse pela medicina revelava-se um grande desconhecido, mas impregnado marcadamente de valores de influir na procriação com seus atributos físicos e morais⁷.

Laqueur (apud FELIPE, 2003) descreve que o corpo da mulher era compreendido como uma versão inferior e invertida do corpo masculino, reconhecendo que a maternidade situa a mulher em um lugar diferente do homem:

Foi com o ideal de maternidade instaurado a partir do século XVIII, que os médicos começaram a ver as mulheres como possuidoras de uma sexualidade própria, entendendo seus órgãos não mais como um similar dos órgãos masculinos, mas tendo funções bem específicas. ... A teoria unissexual que dominou o pensamento anatômico durante um longo período não considerava a possibilidade de existir um interior feminino específico, de modo que os órgãos sexuais femininos eram entendidos como uma espécie de versão mal acabada dos órgãos masculinos. Os termos vagina, útero, vulva, lábios, clitóris foram criados depois do século XVII. Somente no século seguinte ocorreu a definição de homem e mulher como seres distintos. (LAQUEUR apud FELIPE, 2003).

Para Badinter (1985, p.32), “Quanta à cidadã, é essencialmente inferior ao homem, seja qual for a sua idade. [...] a mulher é igualmente considerada personagem

⁷ Del Priore, em “Ao Sul do Corpo”, particularmente na quarta parte no capítulo “Olhar da Medicina”, irá de modo contagiante explorar os passos da medicina no Brasil Colônia em busca da compreensão da funcionalidade da mulher.

secundária na concepção.” As desigualdades históricas enfrentadas pela mulher em relação ao mundo do homem levantam um questionamento do que pode ser compreendido como normal e esperado sobre ela. Pautado em uma visão cristã, que remonta à origem bíblica, Araújo, E. (2008, p.49, grifo do autor) esclarece essa ideia do seguinte modo:

O que dizer, porém, da mulher *normal*? Ela também carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.

Desse modo, o controle e domínio sobre a mulher se dão de modo a garantir que sua expressão contagiada com o pecado original não se manifeste. A diferença moral entre a mulher e o homem amplia as desigualdades, além das dimensões biológicas. O corpo feminino se revela ameaçador para a Igreja e a Medicina: “Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam.” (DEL PRIORE, 2008, p.78).

A saga das mulheres que não puderam deixar seus próprios registros de seus ruídos, vozes, gritos, sua presença, seu corpo revela a dificuldade de se descrever e caracterizar a sua unicidade, das lutas diárias ao direito à proteção, cuidados e autonomia. A visibilidade histórica da mulher parece obnubilada pelos registros apontados, sobretudo pelos homens que escreveram, falaram e legislaram sobre elas e não com elas. Parece que muitas são as conquistas a serem descortinadas sobre essa temática. Persiste ainda a permanência de muitas mulheres obrigadas a silenciar-se diante da própria existência e, portanto, da construção de sua trajetória. O grande salto talvez nessa direção fosse sua inserção no mundo do trabalho, mundo público direcionado ‘vocacionalmente’ ao homem. Figueiredo (2008) considera que o fim do século XVIII e início do século XIX despontarão as mulheres na frente de trabalho. Elas irão, gradativamente, compondo alguns cenários da vida pública. Estas atividades representarão grande ameaça aos valores instituídos no contexto das desigualdades estabelecidas entre o que é de direito ao homem e à mulher; todavia, algumas

mulheres, já no século XVIII, exerciam funções e ofícios, como as mulheres em Minas Gerais:

Apareciam, sim, ocupadas na panificação, tecelagem e alfaiataria, dividindo com os homens essas funções, cabendo-lhes alguma exclusividade quando eram costureiras, doceiras, fiandeiras e rendeiras, Ainda como cozinheiras, lavadeiras ou criadas reproduziam no Brasil os papéis que tradicionalmente lhes eram reservados. Algumas, através de uma prova prática, assistida por médicos e sangradores promovidos pelas câmaras municipais, receberam “cartas de exame”, uma espécie de diploma que as tornava aptas ao exercício legal da função de parteira. (FIGUEIREDO, 2008, p.142–143).

Outro aspecto que contribuirá com algumas poucas mulheres em romper com os padrões que as eximem de compartilhar do mundo destinado ao universo masculino, estão aquelas que puderam ter acesso à aquisição da leitura. Até o início do Império, não havia preocupação com a educação formal da mulher. Mulheres de famílias mais abastadas estudavam em Portugal; no Brasil, a educação era dada em casa e relacionada com os afazeres domésticos. Almeida N. ([2006], p.03-04) explica sobre a valorização de mulheres leitoras,

[...] como um segmento para quem deveriam ser produzidos discursos específicos caminhou pelo final do século XIX e estendeu-se até o século XX. Na verdade, uma outra função social pretendida para a mulher favoreceu a valorização da instrução feminina e, conseqüentemente, o aumento desse segmento de leitores. O discurso positivista agregou às funções de mãe, dona-de-casa e esposa a função de educadora dos filhos da pátria.

2.3 A MULHER NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Compreender a mulher no contexto brasileiro, em única via, é arriscar a trafegar na simplificação social de um contexto multifacetado e na incredulidade dos fatos apontados. Há realmente diversidade de famílias e, conseqüentemente, de

comportamentos femininos. Não me afastando dessa compreensão, priorizei no contexto desse início de século a mulher da elite.

Encontramos junto à elite brasileira mulheres mais vinculadas ao 'santo ofício' da maternidade, mas as rupturas coexistiram com essa tradicional mulher. As mulheres no início do século XX, ao iniciarem uma visibilidade diferente da herança colonial, inspiram possibilidade de subversão da história trilhada até aqui. Ressurgem do obscurantismo privado do lar em exposições na mídia escrita e radiofônica. Uma nova possibilidade tem sido constituída, particularmente no início deste século, onde a mulher inaugura atitudes e posturas, espelhadas nos romances, contos, cartas e poesias veiculados por essas mídias. Um comportamento mais independente se apresenta com o fim da clausura por parte das mulheres que compunham a elite. Elas, incentivadas por suas inspirações idílicas, decorrentes, sobretudo, das revistas da época, frequentavam chás, cinema, passeios pela cidade, viagens, e se enveredavam em busca de novos espaços de liberdade. Esta postura talvez revele uma modalidade das mulheres de se oporem à determinação engessada dos homens de concebê-las como esposas-padrão e mãe dedicada.

As mulheres nesse início de século se revelariam de algum modo indignadas com a submissão ao mundo masculino. Não com efeitos de grandes mudanças, esses parcos esboços de resistência não representarão em transformações significativas, ao contrário, estarão alocadas em isolados nichos que só alçarão visibilidade e contornos mais precisos na segunda metade do século XX, com o fortalecimento do movimento feminista.

Será arriscado compreendermos que a visão da mulher da elite no Brasil nesse início de século XX seja generalizada a todas que compõem esse grupo social. Contudo, sem perder de vista essa compreensão, as transformações em que a mulher transita no início de século irão provocar o acirrado empenho dos especialistas, sobretudo dos médicos, no controle de suas ações e atitudes.

Os estudiosos focalizaram sua atenção primeiramente sobre as reformas que são auto-infligidas, implementando aspirações para um melhor autocontrole, associadas à educação e à disciplina familiar. Manuais para comportamento adequado, tanto religioso quanto civil, espalhando as máquinas de impressão do século dezesseis,

compuseram grandes estoques sobre a submissão e a obediência do corpo, e sobre o cultivo das boas-maneiras, da decência e do decoro. (PORTER, 1992, p.310).

Os especialistas estarão municiados de prescrições, orientações, conselhos e diretrizes a serem propagados com a intenção de alcançar essa mulher como público-alvo. A mídia escrita, através de revistas, irá compor seções específicas destinadas às mulheres, o modo como se comportar e civilizar suas ações no contexto de uma verdadeira mãe. E, como tal, a mulher não encontraria a chancela da medicina para se afastar dos domínios do espaço privado, do contexto do lar. “A família burguesa era marcada pela valorização da intimidade e da maternidade.” (KAMADA, 2010, p.41).

Não seria de todo verdadeiro compreender que as mulheres testemunhavam passivamente as intervenções dos especialistas, particularmente dos médicos. Houve, por certo, resistências por parte delas, e o empreendimento dos especialistas que escreviam e confirmavam sua intenção domesticadora frente à vida da mulher, na relação com seu filho. Um processo civilizatório, reforçado pela compreensão do controle policesco da ordem social e moral desses atores (mãe e criança), tal qual já constataria na Europa por Danzelot (1980) e Rosen (1979), se instalara.

O início do século XX esteve marcado por um período em que o lugar da mulher da elite é em casa. A mulher não deve se desviar desse foco e lugar. Fugir dessa determinação é estar condenada, por romper com os valores preconizados por uma sociedade que estabelece distinções rígidas quanto aos papéis do homem e da mulher. A elas, o mundo do lar; o homem, fora dele.

As mulheres são também responsabilizadas por esse lugar que ocupa - o lar. Se o mundo do ‘interior’ da família vai mal, responsabilidade da mulher. Cabe a ela também a responsabilidade de garantir que o homem possa não se entediar nesse lugar. Maluf e Mott (1998) veem o lar nessas condições como um pequeno Estado onde a mulher é a administradora; contudo, esse lugar não significa de modo algum posição de superioridade em relação ao homem; ao contrário, amparado pelo Código Civil de 1916, o homem tem a mulher como subordinada, legalmente. Outro ponto a considerar relaciona-se com a tradição. Estava instituído que ao homem:

[...] cabia deliberar sobre as questões mais importantes que envolviam o núcleo familiar: a apropriação e a distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior da família, o uso da violência considerada “legítima”, cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo, e o controle sobre aspectos fundamentais da vida dos familiares, como as decisões sobre a escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos. (MALUF; MOTT, 1998, p.376).

A mulher vai se configurando como fruto ou resultado de uma construção ideológica determinada por instituições controladas e gerenciadas por homens, como a Igreja, a medicina e o direito. É o homem quem concede a ela um lugar, transformando-a em rainha do lar. As escolhas estabelecidas a ela por esses controladores representarão sempre responsabilidade e compromisso que esse lugar demanda. Ter-se-á de garantir e sustentar seu lugar de mãe e esposa. De outro lado, mantém-se incólume o poder culturalmente instituído do homem sobre a mulher; de modo a controlá-la em seu ir e vir, domínio sobre seu corpo, de modo a poder exercer todo tipo de punição como a violência física, legitimada pela tradição, mesmo não encontrando respaldo na lei. É do marido a responsabilidade de cuidar e zelar pela família. Essa função mantém o homem em relação à mulher em distância abissal. A referência é o marido; o olhar é dirigido da mulher para o homem, dificilmente encontra-se referência de inversão de olhar, onde o homem pudesse contemplar em forma de destaque a mulher no lar, seus afazeres e a valorizá-la. A ele cabe trabalhar fora para garantir esse lugar de legitimidade nos costumes; a mulher, o lar e os filhos. Com o trabalho, fica fortalecida a profunda desigualdade de poder entre um e o outro. Por outro lado, a mulher, que não responde às funções sagradas do matrimônio, de cuidar do lar, dos filhos circunscritos à esfera privada do lar e se aventura ao trabalho fora de casa, poderia comprometer o olhar que se espera, não só de seu lugar enquanto mulher, mas também do compromisso que se espera do homem em garantir que a mulher não se afaste desses ideais. Desse modo, se evidenciava que essas atribuições para o homem em relação à mulher estavam enraizadas na tradição e costume das famílias brasileiras.

Relevante destacar que a dimensão do espaço público é reconhecida e atribuída ao homem. Desse modo, a mulher ao adentrar esse espaço, estaria de algum modo confrontando o mundo masculino. Será preciso a presença dele nesse espaço para

conferir legitimidade, respeito e aprovação; todavia, era possível encontrar mulheres de camadas médias e altas nas ruas, contudo não seria possível generalizar esse comportamento a todas as mulheres. De fato, desde o século XIX eram presenciadas mulheres da burguesia em “cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social.” (D’INCAO, 2008, p.228). Essa fração diminuta de mulheres se ocupava, então, de entretenimentos e desinteressadas do que representasse labor, o que será amplamente combatido nesse início do século XX, no contexto da mulher da elite, na objetividade de garantir sua devoção ao lar.

Esse modo como a mulher da elite se inscreve na sociedade a distancia do almejado lugar destinado a ela; o da maternidade. Como conciliar essa vida social com a maternidade? O que se observa nesse momento é que não havia uma universalização dos costumes. A burguesia, motivada pela influência dos valores trazidos pela Corte de além-mar, seria incentivada a inspirar no seu cotidiano a cultura e costumes europeus. A burguesia europeia também encontrava em seu meio uma tradição de distanciamento da mulher mãe, com os cuidados infantis, o que levará uma política de polícia da família (DANZELOT, 1980). Esses costumes também influenciariam parte das mulheres da elite e, como modelo, não poderá se estabelecer na Colônia será preciso que o papel feminino, particularmente na burguesia, se firme no interior do lar, com os cuidados para com os filhos. Há a necessidade de se valorizar as ações de uma boa esposa que passa a ser uma boa mãe nos cuidados de sua cria, os quais, que não raros, era delegado às amas, escravos etc. Esse será o modelo almejado para a família burguesa, que terá como um empenho significativo, particularmente, dos médicos, no que será considerada a higienização das famílias. Esses fatos revelam que ainda não há costume generalizado entre as mulheres, principalmente da burguesia, de se vincular às atribuições da Igreja relativas a uma vida mariana. Um processo civilizador (ELIAS, 1990) está em andamento.

De outro lado, encontra-se grande parcela das mulheres vinculadas aos atributos cristãos e costumes considerados mais arraigados: submissão aos homens, à família, à sociedade. A presença do conservadorismo era uma realidade presente na maioria dos lares, o que desperta indignação das mulheres revelada no artigo de Maluf e Mott (1998, p.171), em que escritoras conclamam as mulheres a serem mulheres:

“Reivindicando igualdade de formação para ambos os sexos, chamava a atenção das leitoras para as mulheres “vítimas do preconceito”, que viviam fechadas no lar, arrastando “uma existência monótona, insípida, despida de ideais”, monetariamente algemadas aos maridos.”

Essa parcela de mulheres que viviam dependentes do poder fiduciário do homem, parece ter representado o maior número da população feminina. O rompimento dessa condição, será conquistada com sua inserção no mundo do trabalho. Inserção essa, que não atinge de modo análogo mulheres da burguesia e de classe menos favorecida. De modo geral, a mulher, sobretudo da burguesia, encontrava maior dificuldade para exercer uma função fora do contexto do lar. Elas eram vigiadas pelos olhares da sociedade e estimuladas ao casamento como forma de ascensão maior. Todavia, não poderíamos dizer que não houvesse mulheres que trabalhassem, contudo, por lei, seria necessária a autorização do marido. Havia o temor de que, com o trabalho da mulher, a imagem do homem fosse denegrida. Desse modo, em caso de necessidade de sustento, a mulher trabalhando fora de casa não poderia deixar também de ser boa dona de casa. O trabalho da mulher, como seu estudo, era evitado para que se afastasse a possibilidade do abandono do lar, seu reconhecido e aprovado reduto. Acusações mútuas entre homens e mulheres revelam, talvez, o novo retrato que se forma na família (burguesa). Detalhes antes não percebidos como desalinho na vida cotidiana (mau humor do marido; relação de conflito com as crianças – filhos) representam agora sinais visíveis de insatisfações mútuas. Uma maneira diferente de relacionar homem e mulher parece se fazer presente; os conflitos e reclamações entre eles revelam essa mudança. Para Maluf e Mott (1998), as mulheres nutriam mágoas e revoltas em relação aos homens que transitavam livremente em bares e cafés, partilhando de jogos e do uso de drogas; estes, desconfiados com a ‘nova mulher’, reclamam que “antigamente as mulheres “não serelepeavam nos asfaltos, inquietas e sirigaitas; não saíam sozinhas [...] nem se desarticulavam nos regamboleios do tango e do maxixe”.” (MALUF; MOTT, 1998, p.372). Mesmo diante desses pontos de confronto entre homens e mulheres, o padrão não era esse. O modelo instituído da mulher casada prevalece com todas as suas responsabilidades, a principal, de ser mãe, e também com seus deveres de submissão ao marido. O casamento é preconizado como

a única via assertiva na sociedade brasileira. Nesse sentido, a mulher só é mulher se for mãe (obviamente em matrimônio). Considera-se nesse início de século (XX), as mulheres vinculadas a uma cadeia biológica, presa às gestações, às crianças e à vida doméstica. Esse parece ser os desígnios atribuídos à mulher da elite.

Há implícito um caráter indissolúvel do matrimônio e com ele as regras de convivência entre homem e mulher. Estamos diante de um modelo em que a regra do que se constitui a família era dirigido para todos, mas atende prioritariamente à camada mais alta da sociedade, a elite. O casamento é utilizado como organizador e normatizador pelos valores e funções atribuídos de formas distintas para o homem e a mulher. Suas rígidas e esperadas respostas de comportamento na vida pública e privada revelam um ideal de família e de visão de homem e mulher de camada social mais alta. À mãe também cabia a educação dos filhos; seria preciso acompanhá-los em seus estudos. Obviamente que estaríamos considerando umas poucas mães letradas, que também eram detentoras de uma boa condição financeira. Os médicos e religiosos se empenharam em estender esses ideais para as camadas sociais mais baixas que se comparavam à família burguesa em destempero e desordem em sua estruturação familiar. É evidente que, para essa camada constituída pela família burguesa o discurso normatizador da mulher, que é esposa e mãe, se aplica, e não para as demais classes sociais; afinal, como ser rainha do lar no cortiço? Como arrumar as crianças para o marido quando muitos lares eram regidos exclusivamente por mulheres? Quem ajuda essa mulher?

A maioria das mulheres vivia relações conjugais consensuais, sem uma presença masculina efetiva no lar, ou convivia com companheiros que não tinham um trabalho nem efetivo nem regular. Juntamente com os serviços domésticos realizados da maneira mais dura e tradicional, cuidavam dos filhos e exerciam várias atividades ao mesmo tempo, para prover a própria subsistência e a da família. Muitas dessas atividades eram extremamente pesadas, em nada correspondendo à frágil natureza feminina ensinada pelos médicos e juristas, como a derrubada das matas, a construção civil, além de outras mais conhecidas, como a confecção de produtos manufaturados, o pequeno comércio e o artesanato doméstico. (MALUF; MOTT, 1998, p.400-401).

A mulher, nesse início do século XX, responde e desponta de modo indelével como casada, mãe e responsável pela harmonia do lar. Houve resistências legais para

que a mulher pudesse existir em sua singularidade, casada, solteira, concubina etc. A mulher esteve, no início do século XX, atrelada ao homem, marido. A mulher existe a partir do homem e de sua determinação.⁸

De outro lado, na vida pública tem seus direitos subjugados em relação ao homem e consideradas incapazes para lidar e assumir questões políticas, como o voto. A Constituição de 1934 garantia as mulheres o direito ao voto, “com a ajuda de Carlota Pereira de Queirós, a primeira constituinte brasileira.” (TELES, 1999, p.46). Todavia, os analfabetos não tinham esse direito e eram constituídos, em sua grande maioria, por mulheres. Estas representavam um percentual muito pequeno conforme dois censos nacionais, o de 1920 e o de 1940, apresentado por Fausto (2009), ao retratar as mudanças ocorridas no Brasil. Pereira apud Teles (1999, p.49) descrevem em “10 milhões”, o número de mulheres analfabetas na implantação da Constituição.

Desse modo, as mulheres não conseguiram uma representação prática mais efetiva. A limitação da mulher era também percebida em sua distinção biológica em relação ao homem. Não faltaram argumentos para que ela estivesse de modo distante e marcadamente distinto em sua constituição em relação ao homem; praticamente, era concebida como um ser desprovido de capacidade intelectual e de significativa fragilidade orgânica. Serpa (2003), citando o artigo de Valdez Correa na Revista O Cruzeiro, retrata bem a visão limitada quanto ao corpo (cérebro) da mulher para outra função que não a do lar:

Em fevereiro de 1930, o artigo de Valdez Correa, com o título “O voto feminino” defendia: “Na serie de reformas por que vae passar a nação, uma das mais importantes, sem dúvida, é a que diz respeito com a parte eleitoral.[...] O caso será examinado, discutido sob o seu duplo aspecto: - póde a mulher exercer o direito do voto, isto é, ser eleitora e elegível? Deve exercer esse direito? Por equidade, nos permittimos dizer que póde. É exacto que scientificamente a mulher é considerada menor. É este até um dos argumentos de que sempre tem lançado mão os homens, afim de restringir as funcções femininas, especialmente no tocante a conservar a mulher afastada da arena política. A antropologia

⁸ O artigo “Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis” de Teresa Cristina de Novaes Marques e Hildete Pereira de Melo, examina os debates parlamentares sobre direitos de mulheres casadas em dois momentos históricos: nos anos 1930 e 1950; de modo a contribuir na compreensão das transformações das famílias nesse momento histórico.

assegura a inferioridade craneana da mulher, sem distinção de raça nem de época. Os craneologistas dizem que o cérebro da mulher, tanto em volume, peso específico como em riqueza encefálica, é igual ao de um menino de dez anos. Welcker encontra para a mulher actual 1.300 cm.³ e para um menino de dez anos 1.360 cm.³. [...]. Vejamos: - Uma analyse imparcial mostra-nos que uma grande parte do eleitorado é composta de analfabetos, ignorantes que não têm a menor noção do direito que exercem. Uma outra parte constitui-se de alcoolatras, criminosos, venaes, que vão às urnas sem nenhum espirito de independencia, limitando-se a votar em quem lhe promete um emprego [...]. Achamos, pois, que a mulher póde ter direitos politicos, assim como ella hoje em dia já tem outros direitos que em seculos mais recuados lhe eram defesos. Mas deve ter esse direito? Ahi é que é o ponto grave da questão. Nós podemos muita cousa que não devemos. Será que a mulher politica não virá prejudicar a futuro da Humanidade? Será que os deveres politicos não incompatibilisam o bello sexo com a maternidade? A mulher poderá conciliar a política com o lar? A americana, a inglesa, prestam-se perfeitamente para a politica. Mas a brasileira estará nas mesmas condições? A raça, o temperamento, o clima, a educação não passarão nessa balança? Ainda mais: - Um país de extensão territorial como o nosso, que precisa ainda ser povoado [...]. (p.140).

O analfabetismo correspondia à restrição vivenciada pelas mulheres em sua acessibilidade à educação formal. Louro (2008, p.446) reconhece que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas.” Vinculadas oficialmente ao lar, apresentam como única via aceitável, desenvolver uma carreira doméstica, de modo a zelar pela família (filhos e marido). Distanciada da exterioridade do lar, a mulher se vê impedida e marginalizada de vivenciar uma profissão.⁹ Rago M. (1997a, p.65) explicita que esse modelo de mulher mãe, “[...] implicou sua completa desvalorização profissional, política e intelectual. Esta desvalorização é imensa porque parte do pressuposto de que a mulher em si não é nada, de que deve esquecer-se deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido.”

Houve, contudo, necessidade de que essa mulher de casa, responsável pela educação dos filhos, também estivesse em condição de garantir seu próprio futuro e do homem. Louro (2008, p.447) apresenta, de modo esclarecedor, que, do final do século

⁹ No fim do Brasil Colônia e no Império, encontramos mulheres que desempenhavam diferentes funções; dominavam e ensinavam a leitura e a escrita; são religiosas de diferentes Congregações. O artigo de Maria José Rosado Nunes, “*Freiras no Brasil*” contribui para a compreensão das conquistas dessas mulheres.

XIX ao início do século XX, havia preocupação do Estado com “a necessidade de educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens.” A educação da mulher vai diferir da do homem por não ser direcionada à profissionalização.

Desde o Decreto de 15 de outubro de 1827, o governo imperial havia estabelecido um currículo não profissionalizante para a educação feminina, voltado para a formação de donas-de-casa, composto das seguintes disciplinas: leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas. (MANOEL, 1996 p.23).

Louro (2008) esclarece que não houve uma universalização desse ensino; meninos e meninas tinham estudos distintos em sua formação. A escolha de professores respeitava a distinção de gênero: professor responsável pelos meninos e professora responsável pelas meninas. Quanto ao ensino: “ler e escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.” (LOURO, 2008, p.444). Para as meninas de família privilegiada socialmente havia complementação em sua formação com ensino de piano, francês, atividades manuais vinculadas a prendas domésticas, culinária, cuidados com empregados e preparação para a relação com o marido. Com a necessidade de atender o ensino das meninas, vai, aos poucos, se evidenciando como forma, até certo ponto aceitável, a profissionalização da mulher como professora. O magistério vai se tornando uma saída do casulo doméstico instituído historicamente. O que a autora revela é conjunção de dois aspectos resultantes dessa empreitada feminina no universo da esfera pública como profissão, professora; de um lado encontrou resistência e foi duramente combatida: “Para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pelo seu “desuso” a educação das crianças.” (LOURO, 2008, p.450). De outro, encontrou o respaldo da sociedade com o argumento de que o magistério era a extensão da maternidade.

Manoel (1996) reconhece a unanimidade entre os historiadores de que a sociedade patriarcal da primeira metade do século XIX não atribuía importância à

educação escolarizada para as mulheres e que as oligarquias brasileiras rompem aos poucos com o isolamento das mulheres no mundo do saber. Contudo, essa elite da sociedade mantinha uma constante inquietação com a educação feminina que, apesar de evidenciar um sentido de luxo e excentricidade, podia representar uma forma de ameaça aos valores misogicamente e historicamente construídos de que as mulheres não se afastassem dos seus desígnios de mãe, o que poderia representar a subversão do estabelecido para a mulher e seu lugar na esfera doméstica.

Todavia, o governo não criou as escolas. Manoel (1996) constata que os filhos da oligarquia estudavam em escolas particulares ou com professores em casa (brasileiros e estrangeiros), devido à exiguidade do currículo, precariedade das instalações, evitando, assim, a mistura de classes, o baixo nível dos professores. A concepção de educação feminina era percebida, como vimos, como uma “excentricidade de endinheirados”. Os mais ricos estudavam em colégios internos. Já os pobres, que tinham acesso ao ensino público, deparavam-se com as condições mais adversas:

[...] não dispunha de prédio próprio, e o professor, após a nomeação, era obrigado a alugar, às suas próprias custas, uma sala para o funcionamento das aulas e a suprir, de seu próprio bolso, a compra de material didático (lousa, giz, apagador, lápis etc.) e mesmo providenciar livros para os alunos. (MANOEL, 1996, p.25).

Em seu estudo, Manoel (1996) reconhece que a oligarquia paulistana no século XIX, se vincula a esse valor conservador do catolicismo, depositando nele a tarefa de educar suas filhas. Uma educação com o intuito de estimular valores morais e religiosos e distinguindo-se da instrução com o propósito de levar os conhecimentos, estes vinculados a assuntos humanos. Houve por parte dessa educação religiosa, condenação do ensino laico; este último considerado distanciado na disseminação de valores tidos como educativos para as meninas que precisavam ser, para os conservadores cristãos, de preparação e direcionamento para a vida doméstica, para a maternidade. O ensino laico era entendido como aquele que instrui, mas não educa. Essa dicotomia entre os ensinamentos religioso e leigo perdurará ainda por além do século XIX, estendendo-se até o século XX. “Na verdade, a luta católica para recuperar o

controle sobre o sistema educacional brasileiro se estendeu até a década de 1960, quando foi aprovada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 4.024/61).” (MANOEL, 1996, p.56).

A temeridade da escolarização feminina soma-se ao medo de ver ampliados para as mulheres os direitos civis, como a profissionalização e o voto. Não só a oligarquia compreende que a profissionalização da mulher devesse ser evitada, mas também outros extratos sociais também contemplavam essa ideia.

O estado e a igreja cuidam para frear esse movimento que sofrerá matizes diferentes de conquistas ao longo da história. Desde o início do século XIX existia a compreensão de que era preciso resistir aos valores conservadores a essa pequena onda feminista de ampliação pelos estudos do espaço doméstico:

O catolicismo conservador partia do suposto de que as leis divinas e naturais teriam estabelecido as tarefas domésticas como domínio próprio das mulheres e as atividades sociais e cívicas como domínio masculino, com a preponderância das últimas sobre as primeiras. Assim, toda proposta de profissionalização feminina ou concessão de direitos cívicos às mulheres era entendida como atentado às leis criadas por Deus, um retrocesso à barbárie, o desmoronamento da sociedade civil. (MANOEL, 1996, p.32).

O início do século XX, marcado pela necessidade de responder pelo analfabetismo, lança a mulher, de modo definitivo, para o ambiente de trabalho através do magistério. Essa profissionalização da mulher vai, aos poucos, deixando de representar ameaça ao universo masculino, uma vez que ser professora era concebido como uma continuação da função materna, das atividades domésticas, de doação incondicional e, portanto, de submissão. As professoras representarão, juntamente com as mães abnegadas com o papel de zelar pela moral e bons costumes. Assim, a mulher não se afasta de seu desígnio. Sousa (2010, p.03) compreende esse momento na vida da mulher professora em formação de

[...] bastante efervescência social, saindo de um modelo econômico agrário-exportador para um modelo industrializado. Também a presença dos médicos higienistas, reconceituando novas práticas e entendimentos à saúde pública, vem contribuir para a ratificação do discurso moralizante. Neste espaço, a mulher é convocada a responder enquanto

mãe e professora pela formação de novos valores sociais e morais. Associa-se a ideia do corpo puro o sentimento do corpo higienizado.

Para Schwartzman, Bomeny e Costa (2000), ao apresentarem as intenções de Capanema¹⁰, vemos o mesmo advogar e pregar a valorização de divisão de papéis. Considerava, ainda, a restrição do trabalho da mulher e sua função de zelar pela família. A educação feminina seria, portanto, voltada a tudo que represente o destino doméstico:

Esta restrição ao trabalho feminino estava ligada à tese da mais absoluta divisão de papéis e de responsabilidade dentro do casamento. Isto se refletia, também, na área da educação, onde estava previsto que "o Estado educará ou fará educar a infância e a juventude para a família. Devem ser os homens educados de modo a que se tornem plenamente aptos para a responsabilidade de chefes de família. Às mulheres será dada uma educação que as torne afeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes da administração da casa" (art. 13). Esta divisão de papéis precisava, evidentemente, ser garantida e protegida. Para isto, seria necessário fortalecer a comunidade familiar, "quer pela elevação da autoridade do chefe de família, quer pela maior solidificação dos laços conjugais, quer pela mais extensa e imperiosa obrigação de assistência espiritual e material dentro do núcleo familiar". (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Lançar-se enquanto mulher para espaços além do doméstico é galgar índices elevados de discriminação. Ler e trabalhar não são de fato ações vistas com bons olhos à mulher. Costa, S. (2004a) se utiliza da literatura para identificar as zombarias patrocinadas nas obras de Machado de Assis e de França Júnior quanto à profissionalização das mulheres e das restrições ao amor pelas mulheres registradas nas obras de Raquel de Queiroz, diante do que representa as desigualdades dos sexos nesse início do século XX. Essa visão estava representada, também, nas intenções dos políticos do país. Havia nos ideais estodonovista,¹¹ na década de trinta, a representação objetiva de oposição entre a escolarização formal de homens e mulheres. Schwartzman, Bomeny e Costa (2000) citando parte da conferência de

¹⁰ Gustavo Capanema, ministro do governo Getúlio Vargas entre os anos de 1934 a 1945.

¹¹ O Estado Novo inicia no dia 10 de novembro de 1937, como um golpe de Getúlio Vargas, resultando entre outros aspectos políticos na dissolução do Congresso.

Capanema em que se estabelece o que constitui a educação da mulher; preparada para o lar; preconiza que cabe ao Estado garantir essa educação distinta em relação a do homem. Para Capanema,

A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão. (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000).

Compreender esta fala de Capanema é compreender o ideal estadonovista onde ele, Capanema, apresenta com seus ideais um aspecto dominante do pensamento no início do século XX, destacando-se a concepção dos pensadores católicos, da qual faziam parte. Para esses pensadores:

A Igreja Católica enfatizava o papel da escola privada, defendia o ensino religioso tanto na escola privada como na pública – neste último caso em caráter facultativo e diferenciado segundo o sexo. Sob esse aspecto, o pressuposto era de que meninos e meninas deveriam receber educação diferente, pois destinavam-se a cumprir tarefas diversas, na esfera do trabalho e do lar. (FAUSTO, 2009, p.339).

Dentre os opositores a essa visão conservadora estavam os reformadores liberais que defendiam o ensino público e gratuito, sem distinção de sexo. Fausto (2009) destaca que esse ponto de vista foi oficializado no 'Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova', em 1933, em que "marcava a distância entre os métodos atrasados de educação no país e as transformações profundas realizadas no aparelho educacional de outros países latino-americanos". (FAUSTO, 2009, p.339).

A definição do papel masculino e feminino, reproduziu diferenças significativas sobre a representação acerca da responsabilidade de cada um, com reconhecido peso sobre o que cabe à mulher. Pedro (2003, p. 162) apresenta de modo sucinto o que, de fato, significou essa dicotomia entre os papéis do homem e da mulher:

O nascimento da sociedade burguesa instituiu papéis definidos para os gêneros e significou, para as mulheres, a restrição ao espaço do privado, do lar, da maternidade e da família. O espaço público, o conhecimento racional, a competição, a propriedade, a herança e a força tornaram-se atributos dos homens, seres considerados universais. A hereditariedade e a garantia da paternidade para a transmissão da propriedade que se acumulava e circulava exigiram das mulheres um alto preço: a fidelidade e o casamento como forma legítima de expressão de sua sexualidade, a dedicação à maternidade como constituição da identidade de gênero.

Esses ideais estarão ainda na ordem do dia e nas mãos delas, as mulheres. Elas vão assumindo a nobre tarefa de levar os valores e costumes pela educação. Valores arraigados em princípios estabelecidos pela medicina com base no higienismo em que a imagem da mulher-mãe precisa permanecer incólume. “No jogo das representações do ser mulher, os discursos de parlamentares, médicos, clérigos, legisladores não apenas espelharam as mulheres, mas as produziram: mãe-esposa e professora”. (PINHEIRO, 2009, p.174). Sua emancipação revelada no trabalho ainda se configurará em ameaça ao homem na medida em que alcança autonomia econômica e intelectual.

O gênero feminino vai se revelando em transformações e mudanças. Nos dias atuais, como categoria, não é o mesmo que ocorria no século XIX e início do século XX, em que a categoria homem encerrava uma universalização para referir-se ao homem e à mulher. Beauvoir (1990, p.14, v.1) considera que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas reativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo”. A mulher se iguala tal qual o sentido de tudo o que o homem possa tornar-se proprietário, e, a ele, está submetida. Não há o sentido da reciprocidade; há o sentido do homem sem o qual a mulher representaria inutilidade. A mulher estava atrelada à concepção de existência, ao casar-se e aos cuidados do lar. Esse papel estigmatizado para a mulher, de esposa, mãe e senhora do lar, incita sentimentos de sofrimento que Friedam (1963, p.11) reconhece como “um problema sem nome”. São esses atributos que a mulher versará como útil e cumprindo o dever ser com aquele que pode oferecer o seu nascimento social. Esse modo de existir conduzirá a mulher a um invariável sentido de inferioridade. Beauvoir, a partir de explicação psicanalítica, esclarece o complexo de inferioridade da mulher:

Não é a ausência do pênis que provoca o complexo, e sim o conjunto da situação; a menina não inveja o falo a não ser como símbolo dos privilégios concedidos aos meninos; o lugar que o pai ocupa na família, a preponderância universal dos machos, a educação, tudo a confirma na ideia da superioridade masculina. Mais tarde em suas relações sexuais, a própria posição do coito, que coloca a mulher embaixo do homem, é uma nova humilhação. Ela reage por meio de um “protesto viril”: ou procura masculinizar-se, ou luta contra o homem com armas femininas. É pela maternidade que ela pode encontrar na criança um equivalente do pênis. Mas isso supõe que ela começa a aceitar-se integralmente como mulher e, portanto, que aceita sua inferioridade. Ela é dividida contra si mesma muito mais profundamente do que o homem. (BEAUVOIR, 1990, p.70, v.1).

A desigualdade entre homem e mulher esteve justificada e fundada muitas vezes em uma compreensão biológica alimentada, como afirma Felipe (2003), através de vários discursos: religiosos, médicos, filosóficos, pedagógicos, literário, etc. Todavia, o discurso médico procurou, de forma enfática, selar o destino de ser homem e de ser mulher; redefine os limites do ponderável e do imponderável para a mulher, de modo a excluí-la de todas as ações que a retirasse da esfera privada do lar (papel de esposa e mãe), estigmatizando as que insistissem ir na contramão do legitimado discurso científico norteador da verdade.

Rago E. (2002) esclarece a naturalidade na compreensão desse discurso encaminhando como destino final para o homem ser provedor e a mulher esposa e mãe. Desse modo, os médicos ampliam seu poder de ação junto às mulheres, fortalecendo com o modelo médico papéis de gênero. Essa perspectiva dos papéis sociais estabelecidos pela visão biológica esteve evidenciada na obra de Fabíola Rohden, divulgada em artigo de Rago E. (2002, p.513) que reconhece:

As características anatômicas das mulheres as destinariam à maternidade e não ao exercício de funções públicas. A recusa da maternidade, vista como a verdadeira essência da mulher, ou da vida doméstica, era um indício de forte ameaça aos padrões e valores estabelecidos para o sexo feminino.

Essa perspectiva, em que se coloca a mulher, a impede de coexistir, de alcançar status de igualdade em relação ao homem. Ela representa uma existência pueril em que não seria possível reconhecimento e credibilidade.

A feminilidade é uma espécie de “infância contínua” que afasta a mulher do “tipo ideal de raça”. Essa infantilidade biológica traduz-se por uma fraqueza intelectual; o papel desse ser puramente afetivo é o de esposa e dona-de-casa; ela não poderia entrar em concorrência com o homem: “nem a direção nem a educação lhe convêm”. (BEAUVOIR, 1990, p.153, v.1).

Distanciada de aparecer, de visibilidade, a mulher serve como fundo no destaque figural em que o homem desponta. A mulher, então, se distancia também da noção de individualidade por se tornar o outro objeto, uma vez que a noção de humanidade, de indivíduo é masculina (BEAUVOIR, 1990, v.1 e v.2; MELO, 2008). Essa desigualdade entre homens e mulheres encontrou respostas no sistema patriarcal; contudo, historiadoras como Costa, S. (2004b) e Siqueira (2008) levantam o reducionismo desta escolha paradigmática onde se esconde uma complexidade social.

No Brasil, a noção de patriarcalismo – fortemente tributária das relações da casa grande e senzala postas pela visão gilbertiana –, por seu grau de generalização, tem impedido a visibilidade de outras experiências de famílias, em especial, a de famílias chefiadas por mulheres, uma regularidade estendida dos tempos coloniais aos dias atuais. (COSTA, S., 2004b, p.27)

Nesse cenário de estigmatização e exclusão em que a mulher se encontrava, era possível também visualizar oposição das próprias mulheres a essa condição. Não seria possível afirmar que diante do poder misógino dos homens, representado por diferentes setores da sociedade como médicos, juristas, políticos entre outros, não houvesse resistência. Desde o fim do século XIX e início do século XX, houve grandes transformações nas metrópoles, transformando-se, além da estrutura física de um modelo rural para a modernização urbana, também os costumes e valores da sociedade. A mulher, nesse momento histórico, resiste a ser apropriada pelo mundo dos homens, alterando a fronteira do que é pertencente ao masculino e o que é do feminino, criando desestabilização.

No Brasil dos anos trinta, marcado pela crescente urbanização e a rápida evolução industrial, é possível vislumbrar o surgimento de alguns elementos que contribuíram para ampliar a visão da mulher

ultrapassando as fronteiras domésticas. O rádio surge como um dos instrumentos bastante representativo que vem informar sobre as rápidas mudanças da vida moderna. Dentre estas, aponta-se para aquelas decorrentes do movimento feminista, que começa a despontar em todo o Brasil, apesar da discordância das alas conservadoras. (SOUSA, 2010, p.08)

Para Rago M. (2001), os representantes da ordem, os homens, se inquietaram com essa modernização dos costumes. Outro fator que representou desconforto foi a mobilização de mulheres em movimentos considerados feministas. Ribeiro M. (2006, p.803) mostra que o movimento feminista não pode ser concebido como uma manifestação que se deu de modo uniforme:

A articulação feminista propõe-se como um catalisador das mudanças sociais para as mulheres e também para toda a sociedade. No entanto, não é um movimento homogêneo. Contém uma série de dificuldades de estruturação e de orquestração de sua multiplicidade, como no tratamento da diversidade entre as mulheres (racial, étnica, condição socioeconômica, orientação sexual, geração ou cultural), e também abordagem pluralista nos espaços políticos conquistados na sociedade.

Rago M. (2003) já apresenta nos anos de 1920 o movimento das feministas que colocavam em xeque o conceito de mulher de existir à sombra do homem, tanto na esfera pública como na privada. A ideia de feminismo vai, ao longo dos anos e em conformidade com sua origem, constituindo-se em um mosaico disforme e polêmico:

A própria definição de feminismo é um tema bastante controverso. No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, havia as que se definiam como “feministas católicas”, que pregavam a necessidade de Deus, Pátria, Honra e Família para o movimento. De outro lado, estavam aquelas que, influenciadas por modelos europeus e norte-americanos, consideravam o trabalho assalariado como requisito fundamental para a emancipação feminina. Havia, ainda, as “anarquistas e libertárias”, que entendiam o feminismo como manifestação da burguesia e, portanto, irrelevante para a totalidade das mulheres brasileiras. (VIEIRA, 2006, p.25).

Essa luta emancipatória da mulher esteve presente na mídia impressa, através da produção de revistas destinadas a esse público. Estas se tornaram um meio mais comum e fácil de sintonizar ideias, valores e comportamentos divulgados como modernos e atuais, alcançando grande expansão no início do século XX, decorrentes,

entre outros aspectos, do avanço dos movimentos feministas no mundo, e da alfabetização das classes médias e da elite. Pode-se considerar que as revistas, de algum modo, apontam para a possibilidade de compreensão de novas condições sociais da mulher.

O primeiro periódico feminino no Brasil é considerado por Buitoni (2009) como sendo “O Espelho Diamantino” no fim do século XIX (1827). Godin apud Buitoni (1990, p.37) aponta como conteúdo desta revista a “política, literatura, belas-artes e modas, acrescentando o atributo: “dedicado às senhoras brasileiras””. A imprensa feminina nesse período adota “uma linha conservadora em relação à imagem da mulher, enfatizando suas virtudes domésticas. Tais veículos desaprovavam qualquer ideia mais progressista; no máximo diziam que a educação beneficiava a mulher”. (BUITONI, 2009, p.41).

Há um movimento no início do século XX que se contrapõe ao recato da mulher no século XIX, atraindo a mulher para si. Uma ampliação se inicia no contexto social de modo que novos valores comecem a estabelecer-se. O trabalho, os estudos da mulher acenam nas revistas como possibilidades, sem que essas mudanças não impliquem engajamentos políticos e distanciados dos princípios de mulher do lar. Buitoni (2009, p.35) descreve um artigo referente a ‘Revista Ilustrada’, que representa a ideologia desse início do século XX sobre a mulher:

Estamos, pois, no período de verificar se esses meios de educação devem ser ampliados; se à mulher devem ser conferidos direitos, e estabelecida a igualdade com o homem, para o exercício de um certo número de cargos.

Crêmos que a esfera de acção do sexo gentil deve ser ampliada, mas também nos parece que o círculo não pôde ter um grande raio.

Há, incontestavelmente, cem industrias e profissões, exclusivamente exercidas pelo homem, entre nós, e aonde a mulher pôde exercitar-se com vantagem.

E, de facto, ella começa a mostrar-se muito apta para o professorado, para industrias delicadas, para certos ramos do commercio, e até para o functionalismo, nas repartições em que o serviço é, antes, minucioso do que pesado.

O início do século XX vai assumindo e conquistando aura de modernidade na medida em que as metrópoles vão se distanciando do perfil rural que marcou o Brasil

até o Império.¹² Costa, J. (1989) já revelara que desde a vinda da Família Real para o Brasil, arrastando junto de si um conjunto de portugueses de diferentes funções e objetivos junto à coroa, contribuiu para que a população do Rio de Janeiro aumentasse um terço o que resultará em pressão desta população para que ocorram efetivas mudanças na camada urbana. As revistas editadas nesse período vão retratar também exatamente esse glamour, vivenciado pela sociedade, dos valores trazidos da Europa.

A mídia feminina nasce com enfoque na literatura, poesia e artes e amplia com os anos para o universo da moda e do cinema. Essas transformações são contemporâneas ao modo de viver e conceber a mulher na sociedade. Com diretrizes rígidas de controle social da mulher no lugar de esposa e mãe, a leitura tinha uma conotação menos ameaçadora desse lugar instituído à mulher, uma vez que estava voltado para a literatura em textos que não significavam mudanças de posturas frente à condição estabelecida da mulher. As transformações sociais, como a modernização das cidades, a II Guerra Mundial, contribuíram para realocar a mulher além do espaço privado do lar, podendo ascender, aos poucos, ao espaço público.

Na década de 40, e no contexto social, a II Guerra Mundial assume o papel de *sujeito*, que opera transformações significativas durante e após conflito. Na mídia impressa, a presença de figuras femininas vestidas em uniformes de enfermeira, significa que houve transformações não só no *espaço*, mas também no *fazer* desses sujeitos. Quer seja para auxiliar no socorro das vítimas ou para suprir a lacuna do homem que saiu para o combate, surge uma mulher que trabalha fora de casa. (GUIMARÃES, 2006, p.37).

O dinamismo de modernização do início do século XX alia-se às transformações sociais que conduzirão a mulher à expansão de fronteiras, como a conquista do voto na década de 30; iniciam-se com questionamentos do conceito de feminilidade tradicional seus valores e a sexualidade.

Na terceira década do século XX, as publicações femininas ganham ainda impulso com a popularização da indústria da moda e os avanços

¹² Sobre as conquistas de urbanização das metrópoles brasileira consultar o artigo de Paulo César Garcez Marins – “Habitação e Vizinhança: Limites da Privacidade no Surgimento das Metrôpoles Brasileira”.

na ilustração e na fotografia, que permitiam melhor retratar a estética das estrelas do nascente império hollywoodiano - os closes dos filmes e nas capas de revistas divulgavam as maravilhas possibilitadas pela cosmética. (ROCHA, 2007, p.43).

As revistas representaram um espaço privilegiado de ver em certa medida, essas transformações. As revistas representam esse contexto social vivenciado pelas mulheres. “Jornais e revistas femininos funcionam como termômetro dos costumes de época. Cada novidade é imediatamente incorporada, desenvolvida e disseminada. A movimentação social mais significativa também vai sendo registrada”. (BUITONI, 1990, p.24).

Não se deve considerar de modo linear o que é propagado nas revistas como alterações diretas no comportamento de quem as lê; todavia, as revistas representam uma forma de determinar modos de ser, ao difundir e estimularem ideais a serem copiados. Elas expressam o contexto histórico em que a sociedade está inserida, bem como as provocações normatizadoras para o comportamento. Bassanezi (1992) percebe as revistas femininas como espaços de reprodução e reforço das relações de gênero dominantes que dialogam com o seu tempo.

Na virada do século XX, as publicações para as mulheres atingiram o status de produtos de massa e algumas veicularam uma nova faceta, de caráter feminista, em sintonia com o vigente movimento pelo voto feminino. Mas o que predominou na virada para o século XX foram revistas polarizadas entre a moda e a literatura – ambas incentivadoras do sonho e da fantasia -, sem qualquer tipo de engajamento a não ser às convenções de como a mulher deveria ser. (ROCHA, 2007, p.41).

Já Santos, D. (2006) considera que a mulher restringia-se aos papéis sociais de dona-de-casa, esposa e mãe na imprensa feminina entre o século XIX até mais da metade do século XX. Nascimento e Oliveira (2007) detectaram esforços de rompimento dessa circunscrição da mulher no âmbito da esfera do lar em semanário do fim do século XIX, “O Sexo Feminino”. Os autores constataram que:

Para além da afirmação de um novo perfil no interior da família, suas reivindicações foram se complexificando em sua progressiva inserção pública, transformando-se em luta política pela conquista de sua cidadania, transpondo o espaço da casa, pleiteando outros, como as

instituições de ensino superior e os espaços profissionais. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p.455).

Há de se relacionar as produções de mídia escrita com as condições sociais do público com poder de leitura. Desse modo, a produção midiática, dirigida especificamente ao público feminino, retrata a condição da mulher de classe média alta e da elite, que tinha a condição de alfabetização tolerada e mais aceita nessa camada social. Retratando, então, os anseios desse público:

No início, as revistas femininas tratavam de temas como casa, moda, literatura, poesia, belas artes e teatro. A sociedade era então, em sua maioria, constituída por mulheres que cuidavam do lar e de sua família, logo, o tratamento desses temas dava conta dos valores daquele mundo feminino. Até o final do século XIX, o relacionamento entre homens e mulheres não era tema a ser questionado por dois motivos: (1) o fato de o discurso sobre o lugar e a função da mulher na sociedade parecerem algo muito mais premente; (2) os casamentos serem contratos estabelecidos para vida inteira, acordos estáveis e eternos, sobre os quais não interessava no momento discutir. Antes de se interrogar sobre *relacionamentos* – a conquista, o casamento, o sexo – foi necessário que a mulher se tornasse independente profissional e economicamente. (CALALI, 2006, p.11-12).

O século XX representou um período de grandes transformações que influenciou todos os setores da sociedade. As mulheres experimentaram abalos sísmicos de pequena magnitude, que foram sentidos como grandes, considerando-se as rígidas concepções historicamente construídas de existência pueril, servil sobre a mulher, em uma sociedade constituída de valores misóginos. Essas mulheres, sem voz e nem visibilidade, serão mães de filhas de uma geração considerada como “geração silenciosa”, (LEOTTI, 2007), ao contrário de sua genitora, que vivera uma história de submissão e inferioridade no cenário social quando comparadas ao universo dos homens. Suas filhas (geração silenciosa) irão passar por transformações sociais que circunscreverão mudanças no comportamento feminino. Estará em curso, a partir da década de 60, com esses frutos representados pela “geração silenciosa”, a ampliação do discurso das desigualdades entre o universo masculino e feminino. Estamos na década de 60 na qual Betty Friedan (1963) despontará como representante da mística de fragilidade e inferioridade que se estabelecem sobre a mulher nesse contexto de

contradição e desigualdades, ampliando o espaço de discussão sobre a mulher. Uma revolução das ideias e dos costumes se amplia, agora, embalada, sobretudo por uma afirmação que rompe com o artificialismo em que a mulher até então foi tratada – Beauvoir (1990, p. 13, v.2) diz: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

3 REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EM MESTRADO E DOUTORADO UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO

O presente capítulo se propõe a analisar as produções acadêmicas de mestrado e doutorado, que se utilizaram da mídia escrita em revistas voltadas especificamente ao público feminino. O objetivo foi o de verificar de que modo a mulher é retratada nessas publicações.

Ao longo da revisão dessas pesquisas *strictu senso*, verificamos algumas produções em que as revistas foram utilizadas por pesquisadores, mas não se destinavam especificamente da mulher. Contudo, as análises dos recortes dessas revistas estavam relacionadas à mulher e à identidade feminina. Acolhemos essas produções no rol das outras pesquisas midiáticas que se destinavam ao público feminino.

Fiz, didaticamente, uma opção em apresentar e analisar primeiro as teses de doutorado e, em seguida, as dissertações de mestrado.

Utilizo, como estratégia para análise dessa revisão dos resultados das produções acadêmicas de mestrado e doutorado, descrever, em primeiro lugar, o objetivo e o resultado obtido pelos pesquisadores, compilados em breves resumos. Ao final do conjunto de todas as produções, descrevo pontos convergentes e divergentes. Essa estratégia não contempla necessariamente uma sistematização em períodos, mas, antes, tenta compreender o que representou como interesse dos pesquisadores o contexto da mulher, a partir da mídia escrita dirigida a ela.

Verificamos, no final, o interesse e o destaque de compreender o universo feminino nas pesquisas acadêmicas, utilizando-se de revistas voltadas para o público feminino. Apesar de encontrarmos pesquisas que se debruçaram sobre revistas a partir do final do século XIX até os nossos dias, há inúmeras lacunas não preenchidas na exploração desse tipo de material (revistas femininas).

Desse modo, minha tese de doutorado busca preencher parte desses recortes não estudados e que representam grande valor na ampliação do olhar voltado a mulher.

3.1 REVISÃO DAS TESES DE DOUTORADO SOBRE MÍDIA IMPRESSA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO

Os estudos de doutorado com pesquisa referente ao uso de revistas como objeto de interesse se destacam: três Teses de Educação, uma em Linguística e outra em História das Ciências. Todas escritas por doutorandas mulheres. A mais antiga pertence ao ano de 1999, e a mais recente, de 2007.

Todas relacionadas a revistas destinadas a mulheres, exceção da Tese de Goellner (1999) que retrata a imagem de mulher no primeiro periódico de Educação Física, na Revista *Educação Physica* entre 1932 a 1945, com o título: *Bela maternal e feminina: imagem de mulher na revista Educação Physica*. A autora revela que as mulheres vão alcançando um espaço onde o movimento e a forma corporal parecem ascender em exigências. Sua atenção foi a de verificar a imagem da mulher no primeiro periódico específico de Educação Física. “Imagens coletivas e individuais porque representativas de determinados valores sociais do tempo em que foram elaborados e porque marcadas pelo olhar e pela história articular de quem as registrou / elaborou e de quem a viu / vê ou leu / lê.” (GOELLNER, 1999, p.01). A autora observa que procurou “[...] educar o corpo da mulher e de homens, cuja energia física é observada como potencializadora de um gesto eficiente, capaz de produzir mais e com maior rapidez.” (GOELLNER, 1999, p.02). Um dos objetivos que permeia a Revista é o de incentivar a prática esportiva feminina. Todo o empenho da Revista para essa prática lança a mulher, partindo do seu corpo, a ser bela, mãe e feminina. Observa ainda que a Revista, concomitantemente ao incentivo da prática esportiva feminina, quer também modificar seus hábitos e atitudes. É preciso ser bela através de empenho individual e como esforço insistência e tenacidade, sendo preciso movimentar o corpo feminino. Além do culto e da promoção de ideais de beleza, a Revista também exalta a maternidade como missão da mulher. Até o final dos anos 30, a Revista reconhece e promove a mulher-mãe destinada à melhoria da raça através dos princípios da eugenia e da higiene. Já com a entrada do Brasil na II Guerra, incorpora em seus artigos os ideais oficiais de cuidados com a Pátria, e a mulher-mãe é substituída pela mulher-cívica, pronta para a guerra, a luta. A Revista reconhecendo que, sobretudo no corpo

da mulher há a esperança e a garantia de futuras gerações tem, portanto, uma dupla função de garantir a maternidade por interesse individual, mas também social. Há o compromisso com a regeneração e aprimoramento da raça. Foi possível observar a presença de vários artigos que, ao incentivarem a prática da atividade física, guardam em seus propósitos ideais higiênicos e de prática de eugenia:

Esses artigos, além de incentivarem a prática de atividades físicas, para homens e mulheres, chamam atenção dos leitores / as para questões delicadas, como por exemplo, o controle da procriação, algumas medidas profiláticas para evitar as taras e doenças físicas existentes na sociedade, o exame pré-nupcial e a esterilização dos anormais (deficientes físicos e mentais). A mensagem é clara: são apenas os filhos saudáveis aqueles que fazem um povo forte e esses são os desejados. (GOELLNER, 1999, p.89).

A Revista faz apologia à beleza branca e loura, além de incentivar casamentos entre pessoas jovens, de classe média alta com essas características para fecundar e nutrir filhos sadios. A maternidade vigora como a principal missão da mulher. É importante ser feminina. “[...] ser feminina é ser, também, saudável e bela para cumprir os desígnios de seu sexo: casamento e procriação”. (GOELLNER, 1999, p.119). A última frase da tese que revela bem sua intenção: “Bela, maternal e feminina, imagens afirmativas que permitem compreender que o corpo da mulher, ao mesmo tempo em que é seu, não lhe pertence”. (GOELLNER, 1999, p.168).

A Tese de Leotti (2007), *A imagem da mulher ou a mulher da imagem: um estudo discursivo sobre o imaginário feminino na publicidade*, atuou com peças publicitárias veiculadas na revista *Marie Claire*, no período de 2003 a 2006; totalizando 42 anúncios. A autora procurou compreender a construção do imaginário feminino em publicidades impressas em edições da revista *Marie Claire*, que tem como público alvo a mulher; por considerar as mulheres excelente opção de mercado consumidor. Teve como escolha preferencial a revista impressa, por considerá-la uma fatia nobre da propaganda, comparável aos comerciais televisivos.

Dornelles (2002) com a Tese *Meninas no papel*, se utilizará de periódicos direcionados às meninas, no Brasil, no final da década de 1990, multiplicando-se as publicações em pouco espaço de tempo, revelando que o público infanto-juvenil

feminino representa em uma fatia de consumidores de revistas. Essa autora procurou, através de pesquisa, verificar o processo de subjetivação de meninas na produção de revistas infantis brasileiras. Encontrou como resultado que a posição subjetiva de sujeito, juvenescido nas produções discursivas e não discursivas das revistas infantis brasileiras, produzem efeitos na subjetivação de meninas e mulheres contemporâneas e, conseqüentemente, na forma de pensar a sua educação. Há produção de disciplina da sexualidade. A autora revela, ainda, que as revistas “disciplinam da mesma forma que as normas de civilidade do século XVI; que elas imitam a auto-vigilância, ao controle, ao autogoverno, que prescreve determinados cuidados (práticos) de si, através de tecnologias aplicadas sobre si mesmo”. (DORNELLES, 2002, p.157).

Schwengber (2006), com a Tese *Donos De Si? A Educação De Corpos Grávidos No Contexto Da Pais & Filhos*, verifica como o discurso das práticas corporais governa e regula os corpos grávidos, e de que modo esse discurso colabora e concorre no processo de politização contemporânea dos corpos grávidos, nas *Revistas Pais E Filhos*. A autora estabelece o período de 1968 a 2004 como referências de pesquisa. Encontra como resultado que as práticas corporais alternativas, esportivas e de *fitness*, na revista, se constituem elementos importantes de um discurso de “cuidado de si”, sobretudo ao produzirem diferentes posições de sujeitos de mãe cuidadosa (aquela que cuida e se cuida, carinhosa, flexível, preparada, atlética, participativa, resistente, forte e sensual). Considera que a revista compreende as mães como necessitadas de ajuda e, para suprirem essa demanda, precisarão seguir às determinações dos peritos/as que contribuem através de seus artigos em revistas.

Freire (2006), com a tese *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, décadas de 1920)*, atuou nas revistas femininas *Vida Doméstica E Revista Feminina*. Freire investiga o processo de difusão da ideologia da maternidade científica em duas revistas femininas: *Vida Doméstica e Revista Feminina*. A tese gira em torno da compreensão da aliança entre médicos dedicados à higiene infantil e as mulheres das classes médias e altas urbanas. Aborda, também, a legitimação de tais médicos como especialistas em puericultura e na construção do novo papel social da mãe.

As teses de doutorado guardam pontos comuns e de contrastes em suas construções. Um primeiro aspecto interessante a ser ressaltado é que todas foram escritas por mulheres que falam sobre o sexo feminino a partir de revistas destinadas prioritariamente a esse público; exceção feita no estudo da Revista de *Educação Physica*, que não guarda especificamente essa característica. É possível apreender que as revistas escolhidas para estudo revelaram, de um modo geral, através de seus especialistas e colaboradores, tentativas mais ou menos explícitas de construir um ideal; um vir-a-ser como característica esperada para fazer parte do universo feminino. Estas características nas teses estudadas referem-se à higiene das mulheres das classes médias e altas, urbanas; construção do novo papel social da mulher-mãe; a mulher como necessitada de ajuda; a mulher que precisa ver seu corpo grávido governado e regulado pelos especialistas; interferir na subjetivação de meninas e mulheres contemporâneas na sua forma de pensar e na sua educação; conceberem as mulheres como excelente opção de mercado consumidor; reconhecerem a necessidade de modificar seus hábitos e atitudes; por fim, de educar o corpo da mulher.

Como é possível verificar, o corpo da mulher, sua expressão distinta do masculino parece atrair a atenção não só das revistas exploradas, escolhidas para estudo no doutorado, mas também revela o interesse próprio de cada uma das doutorandas. O que há nessa dimensão do feminino, revelada em sua diferença anatômica, que mobiliza esses atores, produtores das revistas e doutorandas?

Encontramos especificidades focais, como o tema da maternidade. Goellner (1999) exalta a maternidade como missão da mulher. A mulher-mãe revelada em sua pesquisa está destinada à melhoria da raça. Schwengber (2006) aponta em seu trabalho que as mães necessitam de ajuda, além de revelar que há uma dissociação entre o corpo da mulher e do corpo da mulher gestante. Esta última posicionada como sujeito aprendente. Freire (2006) analisa a aliança entre os médicos e as mulheres. Estes especialistas se dedicam à higiene das mulheres, atentos na edificação de um novo papel social de mãe, com base na higiene e na puericultura.

Destaca-se, entre essas produções de tese, o trabalho de Dornelles (2002) que não se dedica, dentro do gênero feminino, à mulher, mas, ao contrário, se dedica à menina, à adolescente em sua tese *Meninas No Papel*. A autora constata que, no final

da década de 1990, inicia-se uma sistematização nas produções de periódicos destinados a esse público e que estas disciplinam a autovigilância ao controle e ao autogoverno, representando a constituição do modo de se pensar e de se portar. Na busca de compreender a subjetivação dessa produção de revistas infantis, constatou-se a produção de disciplina da sexualidade. Como em relação às outras revistas pesquisadas nas diferentes teses, a sexualidade do corpo feminino parece ser o foco do olhar de quem escreve e produz as revistas impressas.

Em outro ponto distinto de produção de pesquisa, está a tese de Leotti (2007), *A imagem da mulher ou a mulher da imagem: um estudo discursivo sobre o imaginário feminino na publicidade*. Nela a atenção recai sobre a mulher consumidora, o reconhecimento da produção do imaginário feminino veiculadas nas revistas a partir das publicidades dirigidas à mulher.

Há o interesse desse trabalho de compreender a mulher pelo que os publicitários acreditam como perfis de mulheres consumidoras nas diferentes classes sociais. É outro olhar sobre a dimensão do feminino, retratado por anúncios.

Considerando todas essas produções de doutorado, há uma aproximação muito grande do trabalho de Freire (2006), em relação a esta tese que construo. O período elencado pela autora é distinto de minha pesquisa. Ela aborda a década de 1920, e meu trabalho compreende as décadas de 1940 e 1950. Todavia, a despeito dessa temporalidade, a construção teórica dessa autora representará uma referência significativa na tese em construção.

3.2 REVISÃO DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO SOBRE MÍDIA IMPRESSA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO

Estudos e discussões acerca da identidade da mulher representaram a tônica da grande maioria das dissertações de mestrado produzida a partir da mídia escrita em revistas vinculadas ou direcionadas à mulher, ao público feminino; e também em outras revistas que não apresentam sua editoração voltada especificamente a esse público.

Artigos, editoriais, cartas, propagandas estiveram na mira dos diferentes pesquisadores para compreender o universo feminino.

Constata-se que o universo feminino abordado pelas dissertações de mestrado, utilizando-se de revistas como objeto de estudo, abordam um leque amplo da dimensão feminina, que vai da jovem adolescente à mulher madura, chegando à mulher da meia-idade.

Lira (2009), com a dissertação *Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes*, investigou as marcas discursivas de identidade feminina nas revistas destinadas a adolescentes brasileiras (*Atrevida, Capricho, Smack!, Todateen, Atrevidinha, Atrevida Fashion, Loveteen e Teen Mania*), reconhece a mídia com o potencial de formação identitária da adolescente, com consequentes desdobramentos na constituição das identidades de mulher. Seu trabalho investigativo revela a tônica normativa que a mídia escrita impõe ao público a que se destina: garotas adolescentes. O interesse por essa etapa evolutiva fundamenta-se na compreensão de que “a jovem que está em processo de reconstrução de sua individualidade, deixando as coisas de menina e preparando-se para o mundo de mulher.” (LIRA, 2009, p.13) A mídia, focada nas jovens, segue compromissada com a mídia feminina destinada à mulher, à preparação de uma identidade feminina.

Santos, D. (2006) também dedica interesse investigativo para o público jovem feminino com a dissertação *Ideais de mulher: estética de corpo e de relações afetivo-sexuais veiculados pela mídia escrita em revistas direcionadas ao público jovem no contexto brasileiro*. Procurou compreender os ideais de mulher perpassados pelas revistas, *Capricho* e *Todateen*. A autora considerou os padrões estéticos: visão de corpo ideal e comportamentos desejáveis nas relações afetivo-sexuais, presentificados nas seções que tratavam especificamente de relacionamentos afetivos e interpessoais. Seu foco na imprensa feminina esteve pautado na compreensão de que esta “[...] de modo geral reproduz padrões de relações de gênero dominantes na sociedade; assim sendo, as revistas participam da reprodução/construção do ideal de felicidade conjugal do determinado contexto social a que fazem parte”. (SANTOS, D., 2006, p.39) Nesse sentido ela encontrou como resposta nas revistas *Todateen* e *Capricho* a construção de

mais de um ideal de mulher e, muitas vezes, contrastante quanto à concepção do que é ser mulher e feminilidade. A mulher precisa ter relacionamentos duradouros e monogâmicos; necessita valorizar o amor romântico. Um dos modelos de ideal feminino “é associado à doçura, meiguice, a gestos contidos e estudados, uma imagem suave e discreta e, sobretudo, à passividade”, (SANTOS, D., 2006, p.161). A jovem é levada a conceber a discricção em suas investidas com os rapazes, de modo sempre indireto e manipulativo (valoriza-se a heterossexualidade). Há indução à “perpetuação de um padrão em que se responsabiliza a mulher pela manutenção do relacionamento afetivo” (SANTOS, D., 2006, p.164). Contraditoriamente, outro ideal de mulher encontrado é aquele em que ela é percebida com maior ação, com mais expressão de sentimentos, ideias, assertividade na sexualidade e valorização da singularidade.

Carvalho (2006), através da dissertação *A construção da identidade feminina em Veja*, lança seu olhar para a mulher noticiada em *Veja*, procurando compreender como essa mídia constrói a identidade feminina. A autora confirma que a identidade feminina na Revista *Veja* revela, prioritariamente, a mulher sob a ótica da beleza e vaidade, a mulher como aquela que possui vaidades estéticas exacerbadas. *Veja*, mesmo quando produz notícias, cujo foco central não é a preocupação feminina com a aparência física, porém utiliza recursos linguísticos para ressaltar aspectos que giram em torno do tema moda ou beleza, minimizando os que não estão diretamente ligados a ele. Por outro lado, de modo minimalista, raramente, ou quase nunca, esse instrumento de comunicação mostra a mulher no seu campo de atuação profissional.

Valorizar e reconhecer a mulher, a partir da dimensão sobre moda e beleza, é de fato recorrente não só nas proposições investigativas das dissertações, como também na maioria dos capítulos dessas produções *stricto sensu* destinadas a revisões históricas, relacionadas à mídia escrita em revista destinada ao público feminino. Nessa mesma abordagem, Schmitz (2007), com a dissertação *Mulher na moda: recepção e identidade feminina nos editoriais de moda da revista ELLE*, investigou o fenômeno de midiatização da moda na revista *ELLE*. A autora se propõe a compreender o fenômeno de midiatização da moda em dois eixos: no produto editorial de moda *ELLE*, examinando as propostas de feminilidade ali constituídas na relação com a moda; e, na recepção desses conteúdos, utilizou-se de entrevistas com as leitoras para apreender

os usos, sentidos e apropriações realizados por essas leitoras e as mediações da identidade feminina, das competências de moda e de revista no consumo. Para tanto, faz opção de analisar a partir de gênero, escolhendo a identidade feminina. A autora surpreende com a revelação de que as mulheres da pesquisa não são “vítimas de moda”, ao contrário, “imprimem seu gosto e seus valores nas apropriações e nos usos que fazem da moda dos editoriais de *ELLE*” (SCHMITZ, 2007, p.309). A pesquisa revela que é possível perceber a ação da mídia na constituição do sujeito feminino, sobretudo ao divulgar referenciais de modelos do feminino vinculado à moda, mas que “as mulheres habituaram-se a consumir desde a infância.” (SCHMITZ, 2007, p.312).

Inegavelmente, por outro lado, a mídia cultua uma corporeidade feminina, em que a leitora de revista feminina nem sempre corresponde ao modelo veiculado nas propagandas, capas de revistas, fotos ilustrativas de artigos e textos sobre a mulher. Andrade (2002) analisou essa problematização do corpo feminino produzido e/ou veiculado em revistas voltadas para o público feminino na dissertação *Uma boa forma de ser feliz: representação de corpo feminino na revista Boa Forma*. A autora buscou compreender como o corpo feminino aparece representado na mídia, bem como a maneira com que a mídia educa, disciplina e regula os corpos. Utilizando-se da revista *Boa Forma*, através de um programa de dieta alimentar e exercícios físicos, denominado *Desafios do Verão*, constata-se que há uma busca incessante de si mesma para as mulheres, ao mesmo tempo em que se evidencia a provisoriedade das identidades e a flexibilidade do corpo. Beleza e saúde são, com frequência, confundidas. “[...] a obsessão pelo corpo magro, malhado e saudável continua ativa e atual[...].” (ANDRADE, 2002, p.123).

Além da moda, a sexualidade representa um modo de configurar a identidade esperada pelas revistas destinadas ao público feminino. Hollenbach, (2005) em sua dissertação *Sexualidade em revista: as posições de sujeito em nova e TPM (trip para mulheres)* retirou dos textos das revistas *Nova* e *TPM* os diferentes enunciados sobre sexualidade, tentando entender o que se configuraria hoje como uma forma “normal” de vivenciar a sexualidade, bem como as possibilidades de resistência em relação a essa proposta de normalidade, em uma construção de uma determinada feminilidade. A autora identifica diferenças significativas entre as duas revistas, *Nova* e *TPM (Trip para*

Mulheres). “[...] Nova vincula o sexo ao amor e transforma o relacionamento afetivo e sexual numa condição *sine qua non* para a tão almejada felicidade” (HOLLENBACH, 2005, p.155). Para a revista *Nova*: O sexo é o principal vínculo entre homem e mulher; conquistar e manter um homem representa o maior objetivo da mulher; a infidelidade, um tabu; a homossexualidade combatida. Já na *TPM* encontramos diferenças significativas em relação à *Nova*. O sexo representa só mais um aspecto de vida, que não é necessariamente o principal. “Diferentemente do que acontece nos vínculos baseados nos anos românticos, nesse tipo de relação a exclusividade sexual só é fundamental se os parceiros assim o definirem”. (HOLLENBACH, 2005, p.159) Na revista *TPM*: O relacionamento entre homem e mulher não se baseia no sexo; A revista naturaliza sexos extraconjugais e o homossexualismo. O relacionamento amoroso não é uma condição para a felicidade. “Nem o corpo, nem a forma de vivenciar a sexualidade, no entanto, definem a identidade da mulher imaginada pela TPM, que é o resultado das escolhas que faz [...]” (HOLLENBACH, 2005, p.166). A autora revela ainda em sua pesquisa, neste período histórico, que a norma se deslocou do “como” ou “o que” fazer no âmbito sexual para o próprio fazer.

Rocha (2007), na dissertação *Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM*, utilizando-se também da revista *TPM (Trip para Mulheres)*, buscou confrontar a proposta desta revista de uma ruptura aos manuais que ensinam como ser mulher e reforçam estereótipos historicamente construídos, com a análise das produções, com os discursos das narradoras da revista que falam de si mesmas. A autora utilizou-se dos textos em que as narradoras apresentam-se como tema de referência ao assunto narrado, com a intenção de compreender a imagem de mulher das narradoras autorreferentes da revista *TPM* que constroem sobre si mesmas e que lugares de fala assumem em seu discurso. A autora revela que, na revista *TPM*, a objetividade está sempre presente. As inspirações das narradoras não são exteriores a elas, ao contrário, “personagens assumidas nos textos, as narradoras ocupam diferentes lugares de fala para construir o espaço de significação do que anunciam”. (ROCHA, 2007, p.124) Mas a revista revela também que há um tensionamento entre duas formações discursivas encontradas: a “Ser mulherzinha”, que representa a ideia de mulher multifuncional e naturalizando a construção de gênero

feminino como sensível maternal etc; e a forma discursiva de “Ser fora do padrão”, que está compromissada com a ideia desconstrução de muitas características atribuídas culturalmente ao gênero feminino. Esse tensionamento não se revelou em oposição, visto que tanto uma forma discursiva como outra determinaram, cada um a seu modo, promover um necessário padrão a ser seguido. A autora explica: “embora a revista produza discursos que atualizam padrões e estereótipos e outros que propõem rupturas, destaco que todas convergem para ideia de que é preciso seguir determinadas regras para exercer a feminilidade” (ROCHA, 2007, p.129). Todavia, a autora revela ainda que a revista TPM faz jus à compreensão de ser uma revista de ruptura em relação às convenções históricas demarcadas pelas demais revistas femininas. E, em outro lado do contínuo, a revista se revela contrária a uma ruptura, por atualizar padrões consolidados ao agir de modo imperativo, demonstrando como a mulher deve ser. Desse modo, reafirmando a imprensa feminina à moda antiga.

Retomando a identidade feminina a partir da revista *NOVA*, Guimarães (2006) com a dissertação *Nova: 30 Anos da mulher de 30* elege como problema central depreender qual o simulacro de mulher construído por essa mídia, com o objetivo de saber se era o edifício da mulher emancipada e de costumes liberados, ou, ao contrário, se a revista tratava da manutenção dos valores e da reificação feminina, a partir das leitoras na faixa etária de 30 anos, em um momento em que a revista também completa 30 anos de publicação. A autora certifica que *Nova* não significa “o estatuto da mudança no universo das revistas femininas” (GUIMARÃES, 2006, p.108); há cristalização de valores. Constatamos, porém, que sob arranjos diferentes, a revista *Nova* destaca a presença feminina cada vez mais erotizada; e na medida em que são adotados os simulacros veiculados por essa mídia, surgem os sujeitos idealizados dessa construção de identidade feminina.

A revista *Nova* surgiu em comparação com a revista *Cláudia* na pesquisa de mestrado *A cultura ‘psi’ das revistas femininas (1970/90): gênero, subjetividade e psicologização* de Borges (1998), promovendo outra perspectiva de análise da identidade feminina. Essa autora procurou captar os processos psicológicos subjetivos do movimento de modernização a partir de uma pesquisa em artigos recolhidos nestas revistas, com o intuito de verificar as transformações relativas a valores ético-morais,

além da percepção de como os discursos da psicologia e da psicanálise entram no campo formado por essa mídia. Verificou-se o interesse de analisar as orientações relativas ao comportamento feminino, servindo de guia norteador na resolução dos conflitos pessoais, sexuais e da crise da identidade feminina.

Já Resende (2008), em sua produção *Mudanças na subjetividade feminina: o papel do discurso publicitário na construção da identidade da mulher de meia-idade* discute o papel da propaganda na construção discursiva da identidade da mulher de meia-idade ao longo de cinco décadas, tendo como referencial a revista *CLÁUDIA*, por considerá-la uma revista identificada como uma publicação de alta circulação destinada à mulher de classe média, branca, brasileira. A autora analisa a representação visual e verbal da mulher de meia-idade nas propagandas veiculadas na revista e encontra mudanças que seguem duas direções. Há constatação de uma abertura que considera gradual a mulher madura em relação ao patriarcado, representado entre diferentes características apontadas pela autora nas diferentes décadas estudadas; e ao fato dos anúncios destinados a essa mulher serem poucos, que estão associados à presença dela na família, submissa, impedida para o trabalho, evoluindo para sutis distinções pelo fato de não ser registrada na presença de filhos e marido e também para a possibilidade de ter trabalho diversificado. A autora apresenta, ainda, outro resultado, que sugere um novo “regime discursivo” à mulher de meia-idade, representada na revista *CLÁUDIA*. A mulher de meia-idade enfrenta o desafio de corresponder as exigências de ser eternamente jovem, bela e sadia. “[...] à mulher mais jovem têm seu escopo ampliado e agora passam a ser usados para referência à mulher madura” (RESENDE, 2008, p.147).

CLÁUDIA também foi utilizada como fonte de investigação sobre a imagem da mulher a partir da construção do discurso midiático. Ferreira, M. (2006) em sua dissertação *As Vozes Negadas do Feminino: Uma Análise Discursiva Em Cartas de Aconselhamento*, focando-se nas *cartas de aconselhamento* à revista *CLÁUDIA*, analisou os discursos publicados em edições das décadas 70, 80, 90, e da metade da 1ª década do século XXI, para verificar as diferentes vozes que escrevem para apreender a realidade do feminino. A autora optou pelas cartas, por compreender que elas possibilitam compreender, sob uma perspectiva discursiva de análise, como os

processos de identificação e produção de sentidos se instituem nos discursos sobre/para a mulher. “Na medida em que os discursos se atualizam ao longo das décadas, pode-se perceber que a “naturalização” da imagem do feminino ainda é uma realidade.” (FERREIRA, M., 2006, p.15) O resultado apresenta um processo de identificação do sujeito feminino; da mulher nos papéis sociais ocupados em cinco grandes perfis de enunciadores, cujos pontos de vista puderam ser recuperados através das afirmativas subjacentes aos enunciados negativos. São eles os enunciadores “tradicionalista”, “autônomo”, “subjugado”, “impositivo” e “psicanalisado”. A mulher esposa, em relação ao parceiro, o perfil revelou-se “tradicionalista”; todavia, a mulher apresenta uma autonomia maior no relacionamento. O perfil “subjugado” esteve representado na mulher-mãe, namorada e em relação a sua auto-imagem. O perfil “impositivo” esteve presente nas nuances diferenciadas em todos os papéis de mulher. Configurando o perfil “psicanalisado” e em menor número, está a mulher que busca responder sobre si em relação ao outro em diferentes lugares.

Outra pesquisa com a revista *CLÁUDIA*, agora comparada com outra revista, *AnaMaria*, a partir das classes a que se destinam, foi feita mais recentemente por Bauchwitz (2009) em sua dissertação *O popular e o não-popular na imprensa feminina: aproximações e dispersões no estilo e no discurso das revistas AnaMaria e Cláudia*. Essa autora pesquisou semelhanças e diferenças entre estas revistas, que se destinam ao público feminino de classe C e de classe A, respectivamente. Estabeleceu o período de fevereiro a maio de 2007, e analisou oito exemplares de *AnaMaria* e quatro de *CLÁUDIA*. A pesquisa revelou que os interesses das leitoras das revistas *AnaMaria* e *CLÁUDIA* são semelhantes, independente da classe social da mulher. Os temas recorrentes são: sexualidade, beleza, moda, casamento, educação dos filhos. Mantém também a materialização das ideias dominantes sobre o papel da mulher na sociedade. “A heterogeneidade nas revistas em análise é constitutiva, por meio de vozes que reforçam o papel da mulher na sociedade, de mãe, boa esposa, sempre linda e magra. Vozes que povoam o universo feminino e que se manifestam nas duas revistas.” (BAUCHWITZ, 2009, p.119).

Uma modalidade diferente de pesquisa em mestrado até aqui abordado focalizou a investigação de revistas segmentada por gênero. A autora Casali, (2006) na

dissertação *Revistas: configuração do relacionamento entre homem e mulher como estratégia de segmentação do público*, nessa linha investigativa tratou do tema relacionamento entre homem e mulher a partir das revistas femininas *Nova* e *Malu*, e das masculinas *Vip* e *PHT*. A autora se propôs a investigar o “espaço de mediação produzida pela revista enquanto produto midiático e cultural, para veicular determinados conceitos, valores e condutas socialmente “corretos” no que concerne ao relacionamento entre o homem e mulher.” (CASALI, 2006, p. 20). A análise dos textos se ateve às abordagens sobre o discurso entre homem e mulher nas revistas que exploram os temas namoro, casamento, conquista, separação, sexo, etc. A pesquisa revelou que são semelhantes as estratégias discursivas e configurações expressivas próximas de homem e mulher nas revistas masculinas. Nas revistas femininas, ao contrário da masculina, há diferença em relação à classe socioeconômica e/ou grau de instrução a quem se dirige; como também nas configurações expressivas, quanto às estratégias discursivas empregadas.

Outro corolário de pesquisa relacionado à imprensa feminina esteve focado nesse tipo de mídia escrita relacionado ao público feminino com os valores à moda antiga; entre eles destaco as dissertações de Ávila (2007), Nogueira (2008), Ursini (2000), Bassanezi (1992), Sestini (2008).

Ávila (2007), com a dissertação *A construção da subjetividade feminina na obra literária de Francisca Clotilde, Emília de Freitas e na revista “A Estrella” (1899-1921)*, dedicou-se à análise de textos literários produzidos por mulheres brasileiras na passagem do século XIX para o XX, através de duas obras literárias e da revista *A Estrella*. A autora levantou matrizes de inteligibilidade expressivas no que diz respeito às representações sociais e auto representações das mulheres referentes à construção da subjetividade feminina. Revelou sua determinação em “[...] desfamiliarizar uma ordem falocêntrica que atribuiu às mulheres uma posição de inferioridade, exclusão e invisibilidade social” (Ávila, 2007, p. 12). A pesquisa revela estratégias discursivas de manutenção da hierarquização das relações entre os gêneros, assim como as táticas de resistência utilizadas pelas escritoras para questionar o patriarcado na sociedade brasileira desse período. Verificou-se também um sujeito feminino com identidade fragmentada, contraditória. Na revista *A Estrella*, as mulheres são apresentadas como

sujeitos políticos ativos, que criam redes de apoio de ligações e troca de opiniões. “[...] aponta para a multiplicidade das formas de existência, implodindo a imagem de um feminino único, representação da “verdadeira mulher”, do “natural”” (Ávila, 2007, p.127).

Já Nogueira (2008), a partir de sua dissertação *A construção do corpo feminino na revista O Cruzeiro* analisa quais formas da construção do corpo feminino eram valorizadas a partir das conotações sociais, figurações, temáticas e linguagens incorporadas à feminilidade nas capas da revista *O Cruzeiro* no período de 1928 a 1940. Investigando a pluralidade de formas, cores, usos e gostos vinculados à imagem da mulher, descobre que “os corpos apresentam a mulher mesclada com a moda européia, com o cinema norte-americano, com a urbanização brasileira da época e com as intenções de vida moderna construídas pela revista *O Cruzeiro*” (NOGUEIRA, 2008, p. 132).

Ursini (2000), através de sua dissertação *A revista O Cruzeiro na virada da década de 1930*, analisando a mesma revista *O Cruzeiro* na virada da década de 1930 a partir de uma seção de cartas de correspondência de duas mulheres; uma vivendo no Rio de Janeiro e a outra em Minas Gerais. Revela-se um desenho do interior do Brasil a partir da capital do país, Rio de Janeiro. A autora se propõe a verificar nesses espaços os estilos de vida, os valores e os sentimentos classificados como modernos e como ultrapassados revelando a tradição, a modernidade e o gosto.

Bassanezi (1992), com a dissertação *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas (1945-1964)* alcançando décadas posteriores (1945 a 1964), aos estudos anteriores elencados; utilizou não só a revista *O Cruzeiro*, como também as revistas *Jornal das Moças*, *Cláudia* e *Querida*. Retrata as normas de comportamento e as ideias dominantes sobre a natureza dos sexos, a moral sexual, o namoro, o casamento, a juventude, a participação feminina no mercado de trabalho, os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade, a família. Atenta aos estereótipos como “a boa mãe”, “a boa esposa”, “a rainha do lar”, “a moça de família”, “o bom partido”, “a leviana”, “a outra”. A autora percebe as revistas como espaços de reprodução e reforço das relações de gênero dominantes e como, também local de construção dessas relações e que se comunica com o seu tempo.

Sestini (2008), com a dissertação *A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964*, a partir da revista *Família Cristã* (anos 60), procurou verificar como essa revista e entidades femininas representantes da sociedade civil apoiou o golpe de 1964. A revista que representou o alicerce da entidade feminina (fundada em 1962), União Cívica Feminina de São Paulo (UCF-SP), foi avaliada no sentido de observar “a construção da visão de mulher no âmbito do espaço privado e público e nos assuntos políticos direcionados às mulheres” (SESTINI, 2008, p. 25). A UCF-SP representou a união de mulheres contra o Comunismo em nome da segurança de seus lares. Com o golpe militar, a família e a propriedade estavam protegidas do Comunismo ateu. Após o golpe, a UCF-SP direciona suas ações de cunho cívico para o assistencialismo. A autora analisou todas as edições mensais dos anos de 1962, 1963 e 1964. Verificou que a revista *Família Cristã* reforçou o ideal de mulher; mãe voltada para o lar católica. Estas tinham como principais representantes as mulheres de classe média e alta. As mulheres, além de serem destinadas a cumprir o papel de esposa e mãe, ampliam sua ação no espaço público, com o firme propósito de combater o Comunismo. Torna-se, portanto, guardiã do lar e da religiosidade por conta do Comunismo ateu. A partir dessa visão do mundo, são fundadas as entidades femininas, como a UCF-SP.

Destacaram-se no cenário das produções *stricto-sensu* em mestrado, dezoito dissertações que tinham como foco de interesse a mídia escrita em revistas direcionadas especificamente ao público feminino. Outras revistas: como *Veja*, em Carvalho (2006), *Boa Forma* em Andrade (2002) e *Família Cristã*, em Sestini (2008). Essas revistas não têm sua editoração voltada exclusivamente a um segmento, como o da mulher; mas, mesmo assim, representou objeto de análise e atenção dos pesquisadores com temas em suas publicações voltadas para o público feminino.

Destas produções acadêmicas, a de Carvalho (2006) e Andrade (2002) transitaram em um campo comum: a construção da identidade da mulher em relação à compreensão da estética, aparência física, beleza. Carvalho (2006) destaca a limitação da referência nessa construção da identidade feminina ao referir-se à atuação da mulher no mercado de trabalho. Sestini (2008), por outro lado, retrata a mulher em uma identidade identificada com a família (esposa e mãe), com o lar e católica, conforme a

proposição editorial da revista *Família Cristã* que, vinculada aos princípios cristãos, não poderia afastar-se ideologicamente. Todavia, um ideal novo no contexto da época se evidencia, que é a ampliação dessa mulher esposa e mãe no espaço público, que terá como função precípua ser a guardiã do lar e da religião diante da ameaça do expansionismo do Comunismo ateu. Uma mulher política.

Dessas dezoito dissertações, encontramos os seguintes dados quantitativos referentes aos cursos: A maioria dos cursos estão ligados à área de Comunicação (Comunicação Social, Comunicação e Informação, Comunicação, Ciência da Comunicação, Comunicação e Semiótica), totalizando oito dissertações. A área de História (História, História Social) corresponde a quatro dissertações. Em seguida, com um total de três dissertações, vem a área de Linguística. Encontramos com uma dissertação as seguintes áreas: Psicologia; Antropologia Social e Educação.

Os cursos que mais se destacam em produção de dissertação relativa ao tema da mídia destinado ao público feminino são os de Comunicação, Linguística e História.

As principais instituições de Ensino Superior com produção em dissertação de mestrado relativo a revistas femininas são: USP; UFPE; UNB; UERJ; UNISINOS; PUC/SP; UNICAMP.

No contexto dessas dezoito produções acadêmicas de dissertação de mestrado, destaca em relação aos seus autores uma relação de gênero. Somente uma dessas pesquisas foi escrita por um mestrando homem: Joaquim Luiz Nogueira (2008), com a dissertação em Comunicação e Semiótica, intitulada, *A construção do corpo feminino na revista O Cruzeiro*. Este autor utilizou-se das capas da revista *O Cruzeiro* para compreender a valorização na construção do corpo feminino entre 1928 a 1940. Encontramos uma mulher brasileira constituída de traços da Europa e dos EUA, em um movimento de modernização em que o país estava vivendo.

Duas produções acadêmicas foram destinadas à compreensão do universo feminino estabelecido na mídia impressa por revistas destinadas ao público feminino jovem: Lira (2009), com a dissertação *Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes*, e Santos, D. (2006), com a dissertação, *Ideais de mulher: estética de corpo e de relações afetivo-sexuais veiculados pela mídia escrita em revistas direcionadas ao publico jovem no contexto*

brasileiro. Ambas revelam interesse direto com a construção da identidade feminina da jovem através de uma aproximação com o que se propaga e preconiza através da mídia feminina destinada à mulher. Santos, D. (2006) amplia a discussão ao revelar a diversidade e a contrastante dessa idealização do feminino.

As outras dissertações transitaram por caminhos distintos que, de um modo ou de outro, procuram compreender quem é a mulher. Verbos como construir, constituir, imprimir, configurar, verificar, produzir, representar, normatizar, entre outros, fizeram parte na configuração dessas pesquisas com o intuito de desvelar a identidade feminina. Essa busca eclética nos métodos e nas escolhas das revistas revelou um foco convergente na compreensão da dimensão feminina sob a ótica da beleza e vaidade. A moda, através do modelo, o estereótipo a ser reproduzido e consumido fornece elementos esclarecedores sobre a identidade feminina que em determinada abordagem compreende a mulher como vítima e de fácil influência, e no outro extremo como aquela que determina e sabe o que quer, estabelecendo seu próprio modelo e apropriando-se dele.

O corpo feminino, em sua singularidade, na diferença do masculino, precisa ser cultuado. Essa prática revela-se alienante e libertadora. Alienante, quando se vê aprisionada aos modelos veiculados de formas diversas pelas revistas. A mulher, nas diferentes idades, vendo-se com o compromisso de corresponder a um modelo que se revela na obsessão do corpo magro. Libertadora, quando a despeito de um modelo, a mulher dá voz ao seu desejo e rompe com os estereótipos construídos.

Além do corpo, as análises das dissertações revelou um padrão que transita sem expressiva mutabilidade, o modelo tradicional de mulher, constituído sob uma naturalização da imagem do feminino através de normas de comportamento e de papéis imutáveis, constituídos de um modo geral como maternal, esposa e heterossexual. Constatou-se o descaso ou o lugar menor da mulher que trabalha, isto é, quando muito uma lenta perspectiva de imersão no campo profissional. Houve a padronização revelada como valor expressado pela família e a submissão da mulher.

Para tanto, parece justificado o interesse dessas pesquisas em se debruçar sobre o fenômeno que retrata a presença e a necessidade de ruptura dos diferentes instrumentos utilizados pela mídia impressa dirigida ao público feminino, quanto aos

modos objetivos e sutis de ensinar como ser mulher, além da ideia de que é preciso seguir determinadas regras para exercer a feminilidade. Constataram-se padrões consolidados de determinar como a mulher deve ser e de instituírem discursos sobre e para a mulher. O engessamento de valores esteve embutido na maioria das revistas pesquisadas. O discurso modernizante nem sempre representou mudanças sobre a mulher. Um verdadeiro simulacro parece permear a mídia feminina na sua intenção de dar corpo ao ideal de mulher.

Foi preciso também se debruçar no sentido de captar a subjetividade da mulher, seu comportamento e valores. O relacionamento entre homem e mulher se fez presente na compreensão da subjetividade feminina.

Do conjunto dessas obras de pesquisas *stricto sensu* em mestrado, as produções de Avila (2007), Nogueira (2008), Ursini (2000), Bassanezi (1992), Sestini (2008) enfocam uma temporalidade mais pretérita em relação à atualidade. Avila (2007) retrata em seus estudos através da revista *A Estrela* o período de 1899 a 1921; Nogueira (2008) apresenta o período de 1928 a 1940, utilizando-se da revista *O Cruzeiro*; Ursini (2000) a década de 1930, fazendo uso também da revista *O Cruzeiro*; Bassanezi (1992) analisa o período de 1945 a 1964 através das revistas *O Cruzeiro*, como também das revistas *Jornal das Moças*, *Cláudia* e *Querida*; Sestini (2008) pesquisou de 1962 a 1964 a revista *Família Cristã*.

Dessas pesquisas estudadas, as que têm certa proximidade com meu objeto de estudo, o de analisar revistas destinadas ao público feminino na década de 1940 a 1950, são as pesquisas de Nogueira (2008) e Bassanezi (1992), todavia as revistas que fizeram uso esses autores não correspondem às revistas por mim utilizadas.

3.3 COMPREENDENDO AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

As produções *strictu senso* que se utilizaram da mídia escrita em revistas, sobretudo destinadas e endereçadas ao público feminino, foram escritas em sua totalidade por pesquisadoras, tanto nas teses de doutorado como nas dissertações de mestrado. Exceção atribuída a uma única pesquisa de mestrado desenvolvida por um

pesquisador; Joaquim Luiz Nogueira (2008), com a dissertação em Comunicação e Semiótica intitulada, *A construção do corpo feminino na revista O Cruzeiro*.

Chama atenção o fato de termos uma prevalência de mulheres pesquisadoras a dedicar-se a pesquisa relacionado a mídia feminina. Essas produções atentas e zelosas do que se fala, escreve, seduz, simula, conquista, descreve, caracteriza, personifica, responde, entre tantos apelos que a mídia direcionada à mulher ou dirigida a elas em revistas parecem condicionar e direcionar o interesse a um público específico, o público feminino, as leitoras. Uma forma de *apartheid* em relação ao universo masculino se inscreve ao escrever, estudar, pesquisar sobre a mulher. Concomitantemente a essa impressão, outra se apresenta em uma espécie de gueto midiático feminino. Se assim for, caberia aos pares femininos desse gueto o poder de compreensão e de entendimento desse produto (revistas) voltado para o público feminino. A provocação está lançada. Será preciso outro espaço para debruçar-se no desdobramento dessa curiosa questão.

O universo feminino foi explorado nas pesquisas por vários caminhos, diferentes estratégias, utilizando-se como fonte as revistas. A mulher foi o centro de interesse e de estudo. A grande maioria das pesquisas direcionou seu foco para a especificidade das revistas produzidas para o público feminino; há uma aproximação com a relação direta que cada pesquisador fará, relacionando especificamente a mulher. Também foi possível verificar, em um número menor, revistas com um direcionamento editorial não focado na mulher, e que aguçou profissionais de áreas diferentes a compreender e analisar como, e em que condição, o público feminino é retratado. As pesquisas de Goellner (1999), com a *Revista Educação Physica*; Carvalho (2006) utilizou-se da revista *Veja*, Andrade (2002), com a revista *Boa Forma*; e Sestini (2008), com a revista católica, *Família Cristã*. Todos retratam o empenho dos pesquisadores no firme propósito de compreensão da mulher.

Diferentes hipóteses podem ser lançadas na compreensão da escolha das revistas direcionadas especificamente ao público feminino para pesquisa e estudo. Talvez a aproximação e identificação das leitoras com essa mídia ofereçam a possibilidade mais curta de compreender quem representa essas leitoras; como as leitoras são influenciadas por essa mídia voltada para “elas”; quem são as mulheres

que falam sobre as mulheres; de que modo se identificam ou se distanciam das representações do feminino veiculado por essa mídia; a mulher retratada e divulgada pelas diferentes partes que compõem cada uma dessas revistas são iguais ou diferentes de seu público leitor; como interferem no comportamento; como estabelecem objetividades e subjetividades do feminino; o que pode e não pode; o velho e o novo; o antigo e o moderno.

Os resultados encontrados nas diferentes produções situam o estudo relativo à mulher nas revistas, retratando-a em sua condição de submissão feminina, culto ao corpo, sexualidade, construindo de modo mais ou menos explícito um ideal de mulher, o comportamento feminino condizente à classe social e ao espaço urbano, ser mãe, ser esposa, sua forma de pensar, sua educação, seu lugar de consumidora, seu lugar no espaço público, seu lugar na religião, atuação no mercado de trabalho, estereótipos a serem seguidos e consumidos.

Destacou-se, também, nessa revisão das produções de pesquisas voltadas para a análise da mídia escrita, a escolha do período de publicação das revistas. Não houve uma escolha homogênea por parte dos pesquisadores em relação à revista pesquisada, como também do momento histórico de sua edição. Abaixo, apresento a sequência da temporalidade escolhida por cada pesquisador em seus estudos:

Fim do século XIX e início do século XX:

ÁVILA (2007) – Período pesquisado: 1899 a 1921.

Primeira metade do século XX:

FREIRE (2006) - Período pesquisado: 1920

NOGUEIRA (2008) – Período pesquisado: 1928 a 1940.

URSINI (2008) - Período pesquisado: 1930.

GOELLNER (1999) - Período pesquisado: 1932 a 1945.

BASSANEZI (1992a) - Período pesquisado: 1932 a 1945.

Segunda metade do século XX:

GUIMARÃES (2006) - Período pesquisado: 1973 A 1975

RESENDE (2008) – Período pesquisado: 1960 a 2008 (século XXI)

SCHWENGBER (2006) - Período pesquisado: 1968 a 2004 (século XXI)

BORGES (1998) - Período pesquisado: 1970 A 1990.

FERREIRA, M. (2006) - Período pesquisado: 1970 a 2000 (século XXI)

DORNELLES (2002) - Período pesquisado: 1990.

ANDRADE (2002) - Período pesquisado: 1999 a 2001.

Século XXI:

SANTOS, D. (2006) - Período pesquisado: 2002

HOLLEMBACH (2005) - Período pesquisado: 2003

CASALI (2006) - Período pesquisado: 2004

CARVALHO (2006) - Período pesquisado: 2005.

LEOTTI (2007) - Período pesquisado: 2003 a 2006

ROCHA (2007) - Período pesquisado: 2006

LIRA (2009) - Período pesquisado: 2007.

BAUCHWITZ (2009) - Período pesquisado: 2007.

É possível verificar que a reunião de todas as produções voltadas para o século XX revela-se o centro de maior interesse dos pesquisadores. Debruçando-se sobre as produções relativas ao fim do século XIX, à primeira metade do século XX, e comparando com a segunda metade do século XX, não houve quantitativamente uma relação expressiva. Contudo, se compararmos o somatório das produções do século XX com o século XXI, há uma relativa diferença marcada por um número maior de pesquisas interessado em revistas do século XX. O que é possível apreender a despeito dos dados quantitativos, é o fato de que há, por parte da academia, interesse significativo nos estudos, utilizando-se a mídia impressa voltada particularmente ao público feminino. Outro aspecto que se evidencia é a grandiosidade de recortes sobre esse tipo de revistas que ainda não foi explorado.

Nesse sentido, esta pesquisa que estou empreendendo no doutorado em Educação pela Unesp, utiliza três revistas destinadas ao público feminino: Revista *Fon Fon*, Revista *Vamos Ler* e Revista *A Cigarra*; compreendendo toda a década de 1940 a 1950, em artigos específicos destinados a mulheres mães, revelam-se genuínas e não exploradas por nenhum pesquisador (a). Não encontramos esse recorte específico em nenhuma produção científica *strictu senso*.

4 REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO FEMININO

Os artigos que utilizam da mídia impressa para as mulheres recorrem à diversificadas revistas. Entre elas estão: *Nova Cosmopolitam*, *Cláudia*, *Boa Forma*, *Corpo a Corpo*, *Dieta Já!*, *Símbolo*, *Estilo & Cabelos* R. G. Santoro, *Capricho*, *Manequim*, *Marie Claire*, *Nova Abril*, *Nova Beleza Abril*, *Plástica & Beleza United Magazines*, *Raça Brasil Símbolo*, *AnaMaria*, *Elle-Québec*, *La Chatelaine*, *Nosotras*, *Brasil Mulher*, *ChanacomChana*, *Fêmea*, *TPM*, *UMA*, *Estilo*, *Revista Feminina*, *Fon Fon*, *Jornal das Moças* e *O Cruzeiro*.

O presente capítulo reúne artigos que analisam revistas voltadas ao público feminino e verifica de que modo a mulher é retratada nessas publicações.

Utilizo como estratégia para análise dessa revisão dos resultados artigos científicos descrever, em primeiro lugar, o objetivo e resultado obtido pelos pesquisadores, compilados em breve resumos. Ao final do conjunto de todas as produções, indico pontos convergentes e divergentes. Essa estratégia não contempla necessariamente uma sistematização em períodos, mas antes, compreende o que representou como interesse dos pesquisadores o contexto da mulher a partir da mídia escrita dirigida a ela.

Ao longo desses artigos, verifiquei que as produções foram investigadas, em sua grande maioria, por pesquisadoras, com exceção do artigo “Mídia e Identidade: A Construção do Discurso Amoroso em Revistas Femininas” de Miranda (2006) e do artigo “A Revista Vida e Saúde: Modos de Olhar e Educar o Corpo Feminino e suas Páginas (1940 – 1950)”, de Dalben (2008) que faz parceria com uma pesquisadora (Soares). Essa exceção parece responder a constatação de que as mulheres, como descritas na seção 2 desta tese, estiveram marcadas pelo silêncio e lançadas na obscuridade pela submissão impressa pelos homens. Docilizadas desde tenra idade na família, constituía e aprendia o significado e o sentido de sua historicidade, a partir do olhar do outro: homem, pai, irmão, marido.

A constatação de que mulheres escrevem para mulheres prioritariamente nas diversificadas produções acadêmicas nesta tese, poderá, entre outros pontos de vista, ser compreendido, no esgotamento do modelo histórico em que desde menina, a mulher era conduzida à autopercepção por uma externo-percepção de si pelo olhar e fala do outro, homem, pai, marido e poder eclesiástico.

O que constato nas revisões acadêmicas relacionadas à mídia impressa feminina que foram escritas por mulheres é a possibilidade de estar sendo caracterizado um feminismo acadêmico.

Teles (1999, p.11), militante feminista, aguça essa discussão:

Ao abordar o desenvolvimento da condição da mulher na sociedade brasileira através dos tempos, sua vida, seus anseios, sua maneira de pensar e participar dos acontecimentos culturais e políticos, na família ou no trabalho, verificamos a necessidade de reconstruir a história do Brasil. Começaríamos por uma apreciação crítica da visão estabelecida pelos nossos historiadores e observadores políticos, que se omitem quanto ao tema. E o pouco que se fala da mulher brasileira não foge ao princípio universal denunciado por Simone de Beauvoir em 1949: "Toda a história das mulheres foi escrita pelos homens". E, portanto, podemos acrescentar: está sob suspeição.

As análises dos recortes das revistas utilizadas nos artigos científicos estão relacionadas à mulher, à sua sexualidade e ao seu lugar na sociedade.

4.1 LEVANTAMENTOS DOS ARTIGOS

A revista Nova foi tema de interesse de vários pesquisadores. Miranda (2006), em seu artigo "Mídia e Identidade: A Construção do Discurso Amoroso em Revistas Femininas." verificou a construção da identidade amorosa da mulher a partir da revista *Nova Cosmopolitan*.

Revista Nova faz parte de uma rede mundial de revistas denominada *Cosmopolitan*, presente em vários países do ocidente e Japão. Com

uma filosofia de que é preciso despertar na leitora a auto-imagem de uma mulher que confia em si própria, que é capaz, algo como “você pode”. (MIRANDA, 2006, p.67).

O autor apresenta essa revista dirigida a mulheres mais jovens, solteiras, divorciadas, e que trabalham fora de casa, não considerando a vida doméstica e/ou familiar da mulher; com o propósito de construir um novo padrão de mulher, baseado nos movimentos de libertação feminina. Investigando as matérias com temática “Amor e sexo” da revista *Nova Cosmopolitan*, o autor encontrou como resultado de sua análise discursiva a heterogeneidade de um discurso que se pretende homogêneo; usa como estratégia discursiva a oralidade, em texto com estilo de conversação entre amigas. As leitoras são tratadas como amigas. A imagem de mulher veiculada por Nova é a de superação em relação à mulher, tradicional. Opõe-se a sexualidade como reprodução e impõe o gozo da mulher; além de revelar que a mulher deva agradar o homem e ser sexy. A revista Nova revela, ainda, o estereótipo de mulher ousada, dinâmica, independente, que agrada seu parceiro, sensível, competente, perseguida no trabalho, sensual além de outros. A revista *Nova*,

[...] embora tenha avançado em diversos aspectos culturais, sobretudo no âmbito da sexualidade, ela pouco difere de publicações outras que veicularam e veiculam a imagem da mulher vivendo e atuando em função do homem. Ao que me parece, a mensagem implícita em Nova é: agrade os homens. (MIRANDA, 2006, p.81).

Já em Galindo (2009) através do artigo “Com o Sexo no Coração: Sentidos Sobre o Sexo e o Amor na Revista Feminina *Nova Cosmopolitan* Publicada no Brasil”, procurou compreender os sentidos sobre o sexo e o amor na revista feminina *Nova Cosmopolitan*, estabelecendo o período de 1997 e 1998 como um dos caminhos para a compreensão do cenário sexo-afetivo feminino contemporâneo e seus deslocamentos em relação ao ideário romântico. A autora revela que a satisfação sexual para a mulher está ligada a sentimento amoroso; e este é reconhecido como assunto de mulher. A revista estabelece “[...] o amor como meta, sendo o sexo incorporado a este como parte indissociável do mesmo. O sexo é incluído no projeto de felicidade pessoal, ora

assimilado ao amor e visto como meio, ora tido como fonte de satisfação momentânea, mas que não conduz à felicidade plena.” (GALINDO, 2009, p.17).

A autora ainda constata que na revista *Nova Cosmopolitan*, ao se falar de sexo, está se falando de amor. Ela conclui que o sexo está no coração.

Swain (2001), em seu artigo “Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas femininas”, verificou como as representações de gênero constroem os corpos sexuados e as práticas femininas são assim homogeneizadas. Utilizou, além da revista *Nova* (junho, 1999), mais três outras revistas: *Marie Claire* (maio, 1999), revistas brasileiras, *Elle-Québec* (janvier, 1999) e *La Chatelaine* (décembre, 1998) da província francesa do Québec-Canadá. “O público-alvo é a mulher de classe média, jovem, com um certo nível de instrução e renda, cujas preocupações e interesses são presumidos nos apelos publicitários e nos temas desenvolvidos”. (SWAIN, 2001, p.05). A autora revela que as revistas representam um *lócus* especial de análise, permitindo compreender a representação do feminino. O corpo revelado é o corpo feminino útil e dócil dentro das normas heterossexuais; e que se sujeita à norma.

Petry e Oliveira e Silva (2004) também se utilizam da revista *Nova* em sua pesquisa, aliada também à revista *Cláudia* e *Capricho*. Em seu artigo “Os Arquétipos nas Propagandas de Revistas Femininas”, apresentam uma análise dos arquétipos encontrados na publicidade feminina nessas revistas, a partir dos anos 60 até os dias atuais, tendo como objetos analíticos as imagens arquetípicas da Grande Mãe, Donzela/Prostituta e Guerreira. As autoras encontraram os seguintes perfis: ARQUÉTIPO DA GRANDE MÃE: anos 60 – era a própria Grande Mãe; anos 70 – encerra a supervalorização desse arquétipo; anos 80 – “trouxe a imagem da Grande Mãe que trabalha fora e tem pouco tempo para cuidar dos assuntos do lar, mas nem por isso deixa de fazer o melhor por ele” (PETRY e OLIVEIRA e SILVA, 2004, p.5); anos 90 – consolidações das conquistas femininas, a mulher parte para a divisão das responsabilidades. DONZELA E A PROSTITUTA: Meados século XX, a mulher vivia a mulher elegante e recatada; ser mãe era a grande conquista; anos 70 – arquétipo da Tentadora ou Prostituta assume o corpo como forma de sedução; anos 80 – exibicionismo do corpo e abordagem sexual; anos 90 – proprietária da sexualidade, provocadora da libido masculina, vive uma eterna conquista da beleza; “O arquétipo da

Donzela foi bastante utilizado nos anos 60 e uma década depois começou a ser substituído pelo oposto – a imagem arquetípica da Prostituta ou Tentadora, [...]” (PETRY; OLIVEIRA E SILVA, 2004, p.12). A GUERREIRA: anos 70 – aparecem de forma dissipada nas propagandas da Grande Mãe ou Tentadora e em sua totalidade nos anúncios voltados ao trabalho, serviços, ligados a produtos fora do contexto do lar; anos 80 – mulheres que dirigem a própria vida, trabalho. “A Guerreira começou sua trajetória um tanto aos tropeços, confundindo-se com o homem e, aos poucos, encontrou um jeito feminino de afirmar-se nas relações de trabalho” (PETRY; OLIVEIRA E SILVA, 2004, p.12). As autoras veem relação dos arquétipos com os produtos e serviços “Grande Mãe – coisas do lar e da família; Guerreira – atividades fora de casa, trabalho, conceitos de independência, coragem, luta e vitória; Donzela e Prostituta – corpo, beleza, encanto e sedução” (PETRY; OLIVEIRA E SILVA, 2004, p.12).

A revista *Nova Cosmopolitan* foi objeto de estudo em quatro artigos, utilizando a mídia escrita. Esses artigos discutem de modo geral a sexualidade da mulher. Os artigos de Miranda (2006), Petry e Oliveira e Silva (2004), Galindo (2009) e Swain (2001) evidenciaram a representação da mulher em Nova. A partir desses autores foi possível encontrar de que modo se consolida a identidade da mulher, destacando os avanços no âmbito da sexualidade. A mulher retratada em Nova, apesar de um discurso de superação a um modelo tradicional, revela-se atuando em função do homem, em uma dimensão dócil. Sua satisfação sexual é dependente do amor. Essa relação parece significar um discurso que homogeneiza o comportamento feminino em uma dimensão de poucas transformações na superação do conceito de uma mulher arquetípica da Grande Mãe, como Petry e Oliveira e Silva (2004) analisaram. As mudanças em *Nova* parecem ficar na retórica, não significando um novo padrão de mulher.

Outra revista utilizada nos artigos foi à revista *Cláudia*. Autoras como Cavalcante e Morais (2009), Rodrigues (2005), Petry e Oliveira e Silva (2004) e Bassanezi (1993b) se destacam na utilização dessa revista.

As autoras Cavalcante e Morais (2009) se propuseram, através de um recorte da tese de doutorado, compreender como a mulher está representada na revista *CLÁUDIA* durante o período compreendido entre 1960 a 1970. A escolha desse período revelou

uma sociedade em conflito frente ao lugar da mulher na sociedade, ao mesmo tempo em que se constata transformações e mudanças relativas a valores instituídos e aceitos como verdades para o público feminino. Desse modo, a revista *CLÁUDIA* divide-se nesse período em retratar a mulher circunscrita ao lar, onde é valorada por sua dedicação doméstica; e uma perspectiva mais progressista, onde a educação e a cultura também são enfatizadas. As autoras identificam conflito em relação às leitoras, entre seguir a própria consciência ou a religiosidade, preferindo seguir, na maioria das vezes, os padrões ditados pela sociedade. Esses conflitos se fizeram de modo intenso, sobretudo relativo à sexualidade da mulher. Esta, impedida de viver a própria sexualidade antes do casamento, encontra nos artigos a temática da virgindade rotineiramente. A pesquisa enfatiza o não pertencimento do corpo da mulher a si mesma; é do outro sua posse. Afastar-se desse contexto é lançar-se a sujeira; é tornar-se pecadora. As autoras concluem que apesar dessas estereotípias historicamente construídas, a revista *CLÁUDIA*, entre recuos e avanços, vai permitindo perspectivas inovadoras na conquista de novos padrões femininos.

Rodrigues (2005) analisa em seu artigo “A Representação da Mulher na Imprensa Feminina” o modo como a mulher é representada na revista *Cláudia* na edição nº10, de outubro de 2004 (edição de aniversário). A autora retrata o conceito de gênero e apresenta, de modo claro, que a imprensa feminina por meio das revistas reproduz a mesma posição tradicional no contexto social. Se outrora era dependente do pai, passa agora ao marido; há uma escrita de mulher para mulheres, mas mantendo-as no mesmo lugar de subjugada em relação ao homem. Rodrigues constata ainda que as mulheres “presas à maternidade, à submissão ao marido, à dependência financeira, muitas mulheres ainda aceitam o segundo lugar na sociedade. E, para piorar, educam as filhas da mesma maneira” (RODRIGUES, 2005, p.07).

Almeida J. (1998), com o artigo “Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século” revela resultado semelhante ao que encontramos na pesquisa anterior de Rodrigues. No trabalho de Almeida J., a mulher é representada como rainha do lar, cumprindo ideais higienistas. Nesse período analisado, a autora constata que “a República apresentaria uma imagem de mulher inspirada no positivismo comteano, a mulher-mãe com qualidades morais altruísticas, a

fêmea humana, bondosa, redentora” (ALMEIDA J., 1998, p.32). Poder viver algo diferente desse contexto, representaria adentrar no mundo do trabalho. Este se revelaria possível somente em situações específicas e excepcionais de necessidade extrema relatado pela autora como viuvez, falência financeira. A permissão estava circunscrita à mulher que fazia parte das classes média e dominante; e a profissão aceitável era de educadora infantil. Outro aspecto abordado refere-se ao feminismo considerado uma aberração, por distanciar as mulheres de seu destino social e familiar; mas o período da República e o final do século mostrariam uma mudança gradativa das mentalidades femininas.

Apesar de ainda considerarem o lar como o seu verdadeiro espaço e o casamento sua garantia de felicidade, as mulheres principiavam a questionar esses princípios. Afinal, centenas de anos de dominação não seriam extintos tão facilmente, apesar dos novos valores políticos e sociais que se impunham no alvorecer do novo século. (ALMEIDA J., 1998, p.37).

Almeida J. reconhece o papel da imprensa feminina de minimizar as desigualdades frente à mulher com papéis sexuais aprisionados na tradição, e que enfaticamente era direcionada para o lar. A autora, discorrendo sobre a imprensa feminina voltada para professores e não-professores, analisou a posição da mulher na educação e suas graduais conquistas. Conclui que a “[...] imprensa feminina possibilitou romper com a invisibilidade, expôs sentimentos e aspirações, exibiu reivindicações e mostrou que estas eram justas, conseguindo assim que a Sociedade, eminentemente masculina da época, voltasse seu olhar para as necessidades femininas.” (ALMEIDA J., 1998, p.42).

Bassanezi (1993b), através de seu artigo “Revistas Femininas e o Ideal de Felicidade Conjugal (1945-1964)”, buscou compreender o ideal conjugal de felicidade a partir das revistas femininas *Jornal das Moças* e *Cláudia* entre os anos de 1945 a 1964. A autora reconhece que “as revistas femininas penetram no espaço doméstico e procuram atuar como guias de ação, conselheiras persuasivas, companheiras de lazer ou alienação” (BASSANEZI, 1993b, p.112). Estas revistas indicam a desigualdade da esposa como responsável pela felicidade no lar; estabelecem controle da sexualidade feminina; determinam rigidamente as tarefas que cabem à mulher no casamento;

reforçam o poder masculino, reforçando gênero. Para Bassanezi, nestas revistas é possível encontrar relações de gênero e a chance de novas possibilidades no significado atribuído ao gênero na sociedade.

A revista *CLÁUDIA* foi utilizada como objeto de estudo por Cavalcante e Moraes (2009), Rodrigues (2005), Petry e Oliveira e Silva (2004) e Bassanezi (1993b). O período analisado nos artigos deteve-se aos primeiros anos do século XX, mais especificamente aos anos 60. Exceção feita ao trabalho de Rodrigues (2005), que analisou uma edição da revista *CLÁUDIA*, em 2004. Os objetivos dos artigos destinaram-se a compreender o modo como a mulher está representada e sua imagem. De modo geral, a mulher retratada em *Cláudia* e analisada por esses autores revela-se como aquela dedicada ao lar, em uma relação de dependência ao homem, reforçando o poder masculino, ao mesmo tempo em que aprisiona a mulher no casamento ao papel de mãe. Esse cenário permite uma nítida visualização da desigualdade experienciada pela mulher no papel de esposa; contribuindo para que a mulher mantenha-se como rainha do lar, reforçando o arquétipo da Grande Mãe estabelecido principalmente pelos ideais higienistas. Além dessas constatações, os autores também apontam para o impedimento da mulher de viver a própria sexualidade antes do casamento e de adentrar no mundo do trabalho, este compreendido como aceitável na profissão de educadora infantil e/ou em condições de excepcionalidade.

Outras temáticas diversificadas sobre o universo feminino e utilizando-se de outras revistas, foram exploradas por autores como Neckel (2007), Braga (2005), Dias (2003), Swain (2001), Klein e Ramos (s/d), Cardoso (2004), Gomes (2006) e Flausino (2003).

Braga (2005), em seu artigo “Corpo e agenda na revista feminina” investigou o modo pelo qual a imprensa feminina, por meio de um “sistema estratégico discursivo”, institui um padrão idealizado de corpo feminino “adequado” para constituir o verão na cultura brasileira. Para tanto, se utilizou de onze exemplares das seguintes revistas: *Boa Forma*, *Corpo a Corpo Símbolo*, *Dieta Já! Símbolo*, *Estilo & Cabelos R. G. Santoro*, *Manequim*, *Nova Abril*, *Nova Beleza Abril*, *Plástica & Beleza United Magazines* e *Raça Brasil Símbolo*. A autora elegeu dentre “as diferentes seções formais da organização editorial das revistas três pontos interconectados: os editoriais e sua “relação reflexiva”

com as capas, de um lado, e com as matérias, de outro” (BRAGA, 2005, p.12). Como resultado, em 98% das capas, aparecem imagens de mulher, branca, exceção à revista *Raça Brasil* (publicação endereçada para a comunidade negra); revelou-se também que em 100% dos casos, a mulher da capa é magra: atributo básico dos corpos discursivos dessa mídia. Em 75% dos casos, uma “olimpiana” estampa a capa, que funciona como elemento de identificação que visa a um possível efeito de reconhecimento. Braga identifica, por parte da mídia, determinação em estabelecer o ideal de corpo, a partir de receitas, dicas, disciplinando o modo de existir e tratar o corpo. A autora afirma que “é a imprensa feminina que o faz nascer, que dá modo de existência ao corpo-verão” (BRAGA, 2005, p.22).

Dias (2003) analisou a revista feminina *Marie Claire* a partir da seção ‘Eu, leitora’ em seu artigo “Imprensa Feminina, Folhetim e História de Vida”. A autora considera a carta como a presença marcante do leitor. Estas cartas nos periódicos analisados foram, em sua maioria, enviadas por mulheres, e retratavam temas ligados à sexualidade, religião, casamento, família, corpo, identidade, relações sociais entre outros, demonstrando a inserção da mulher na sociedade. A autora constata que as publicações desses temas surgem de dois modos: folhetinesca e como manual de bom comportamento, representando para o público feminino, informação e restrição à mulher.

Neckel (2007) analisa diferentes revistas feminina na década de 1970 quanto à sexualidade em seu artigo “A sexualidade e vida a dois nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970”. A autora analisa os artigos das diferentes revistas que atendiam a um determinado público consumidor: a classe média em ascensão. Neste período, esses artigos revelam que o movimento de liberação sexual era dirigido às mulheres, mas com a obrigatoriedade de compreender a sexualidade como ela foi constituída para os homens. A sexualidade masculina, então, assume o padrão a ser seguido pelas mulheres. Neckel considera que houve também rupturas nessa hierarquia dos sexos. Em relação à revolução sexual, os resultados apontam para as lições de como facilitar o ajustamento perfeito do casamento em seus aspectos sexuais e manutenção da família.

Klein e Ramos (s/d), em seu artigo “Revistas Femininas: Construindo a Imagem da Mulher-Leitora” analisa as revistas *AnaMaria* e *Marie Claire* com o intuito de verificar o modo como o mundo feminino está representado nessas mídias escritas, contemplando também a classe social, procurando compreender para quem são produzidos os textos. A revista *AnaMaria* revelou-se mais popular e com as mesmas características de outras revistas destinadas a esse público. Assim, *AnaMaria* veicula que a felicidade da mulher está na aparência. Desse modo, estar em moda e em forma são valorizados. Outros aspectos despertados por essa revista é a de que a mulher precisa satisfazer a si e ao parceiro sexualmente, além de ter um equilíbrio emocional. Já em relação à revista *Marie Claire*, esta também apresenta configuração textual da revista *AnaMaria*, todavia, é destinada a mulheres de maior poder aquisitivo. “A diferença está justamente no bolso da mulher que lê *Marie Claire* e da que lê *AnaMaria*, pois os temas como beleza, dieta, culinária, moda, sexo e saúde são apresentados de forma muito semelhantes”. (KLEIN e RAMOS, s/d, p.11).

Cardoso (2004), em seu artigo “Imprensa Feminista Brasileira Pós-1974”, se propõe a discutir a imprensa feminista brasileira. A autora apresenta um mapa da imprensa feminista, apontando a existência de duas gerações de periódicos feministas que tiveram como marco histórico o II e o III Congresso da Mulher Paulista, realizados em 1980 e 1981, respectivamente. A primeira geração marcada por: *Nosotras* e *Brasil Mulher*, preocupada com as questões de classe e com as diferenças sociais; e Segunda geração marcada por: *ChanacomChana* e *Fêmea*, pautadas na questão de gênero. A análise dos periódicos “confirmam a hipótese de que a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro, pois ficam claros os períodos de surgimento, de ascensão e de declínio do movimento feminista no Brasil”. (CARDOSO, 2004, p.50). Cardoso justifica que essa pesquisa amplia os estudos relativos à literatura de imprensa brasileira, imprensa para mulheres, imprensa feminista, imprensa alternativa e periódicos feministas, diante da pouca profundidade com que encontramos pesquisas relativas a esses temas.

Flausino (2003) analisou três capas e fragmentos de matérias e editoriais publicados nas revistas *TPM (Trip para mulher)*, *UMA* e *ESTILO*. A escolha dessas revistas pela autora se deu por considerá-las como as mais representativas dentre os

lançamentos mais recentes. Considera também que o acesso a estas capas é democrático dados as características do próprio meio de exposição nas bancas, além de serem legitimadoras das mudanças de atualizações em relação às mulheres. “As capas, faces de moedas de consumo, propõem imagens fragmentadas de corpos e comportamentos.” (FLAUSINO, 2003, p.16).

Gomes (2006) constituiu o artigo “Saúde e Estética em Revistas dirigidas ao Público Feminino Aspectos Textuais e Discursivos” a partir do recorte da pesquisa “Saúde, Gênero e Revistas - Um Estudo sobre a Abordagem do Tema Saúde/Estética em Matérias Dirigidas ao Público Feminino”. A autora tem como objetivo apresentar as estratégias utilizadas pelas revistas *Boa Forma*, *Corpo a Corpo* e *Plástica e Beleza*, nas edições de outubro, novembro e dezembro de 2004, procurando verificar o que determina o consumo de produtos e serviços. A autora verificou que as revistas por trás da nomenclatura científica, tendo a ciência como aliada na busca de um ideal estético, amplia o poder de consumo de suas leitoras. Essas revistas utilizam diversificadas estratégias como o “uso de um léxico próprio da área de saúde; a interdiscursividade; o recurso à autoridade; a utilização de verbos no imperativo; e o uso de metáforas” para a valoração dos produtos e serviços veiculados.

Como vimos, Neckel (2007), Braga (2005), Dias (2003), Swain (2001) e Klein e Ramos (s/d), em artigos que exploram diferentes temáticas, utilizam diversificadas revistas destinadas ao público feminino (*Boa Forma*, *Corpo a Corpo Símbolo*, *Dieta Já! Símbolo*, *Estilo & Cabelos R. G. Santoro*, *Manequim*, *Marie Clarie*, *Nova Abril*, *Nova Beleza Abril*, *Plástica & Beleza United Magazines* e *Raça Brasil Símbolo*, *Nova*, *Marie Claire*, *AnaMaria*, *Elle-Québec* e *La Chatelaine*), que permitiram compreender a sexualidade da mulher. A idealização de corpo e sua representação feminina revelam por um lado a mulher retratada como útil, dócil, adequada e ajustada ao casamento em seus aspectos sexuais para manutenção da família; por outro lado, o rompimento de normas e hierarquias que a subjugam ao homem. A imagem retratada é prioritariamente da mulher branca e magra. As demais temáticas exploradas para as mulheres não fazem distinção entre elas e também as diferenças de poder aquisitivo.

Um artigo, que amplia a compreensão deste rompimento com a estagnação da mulher frente ao homem, discutindo a imprensa feminista e periódicos feministas a

partir da ascensão e declínio do movimento feminista no Brasil, refere-se ao trabalho de Cardoso (2004), que se utiliza das revistas *Nosotras e Brasil Mulher*, *ChanacomChana* e *Fêmea*.

Outro tema presente nos artigos relaciona-se ao uso das revistas pelas mulheres e o consumo. Os artigos representativos dessa temática são os de Gomes (2006) e Flausino (2003). As revistas utilizadas como objeto de pesquisa para as autoras são: *Revista Boa Forma*, *Corpo a Corpo*, *Plástica e Beleza*, *TPM*, *UMA* e *Estilo*.

Encontramos um conjunto de artigos que utiliza um tempo mais pretérito em suas escolhas para análise das revistas (1914 a 1965). Desses artigos se destacam os trabalhos de Heller (2002, 2003), Ferreira, J. (2008), Almeida N. (s/d), Nahe (2006), Dalben e Soares (2008) e Bassanezi (1993b).

Heller (2002), em seu artigo ““Jardim Fechado” – A Voz e a Vez das Leitoras da *Revista Feminina*”, realizou sua análise a partir da seção Jardim Fechado do periódico *Revista Feminina*, fundada em 1914, somando vinte e dois anos de funcionamento. Heller se detém na pesquisa utilizando-se das comunicações e das produções literárias enviadas pelas leitoras para publicação. Por nos encontrarmos no início do século XX, em torno de 20% de mulheres alfabetizadas, a autora considera que a participação dessas mulheres através de contribuição escrita para a revista, sugere a formação de um público feminino com um índice maior de alfabetização. “Tais levantamentos ainda são insuficientes para garantir a hipótese de que havia mais do que 20% de brasileiras alfabetizadas entre 1889 e 1920, mas começam a dialogar com outras pesquisas, sobre a mesma temática, em outros meios” (HELLER, 2002, p.10).

Heller (2003), em seu artigo “Do cesto de costuras à mídia impressa; análise da participação de mulheres na imprensa feminina paulistana - *Revista Feminina* (1914/1936)”, transformou e alterou o artigo anterior produzido com o título ““Jardim Fechado” – a Voz das leitoras da *Revista Feminina*”. Nessa nova versão, a autora procurou analisar a participação de mulheres na imprensa paulistana mantendo o periódico, *Revista Feminina* e a seção “Jardim Fechado” entre os anos de 1917 a 1927. Nessa seção, analisa as cartas atribuídas às leitoras, e encontra diversidades de temas com a discussão de livros, educação de filhas, cuidados com a saúde e beleza, casamento, entre outros. Heller aponta também para a evolução da seção ‘Jardim

Fechado' para produção literária, de autoria das próprias leitoras e assinantes da revista, que transitaram sobre trocas de sonetos, amor, solidão, felicidade e o papel da mulher na sociedade. Desse modo, a autora, como em seu artigo anterior, conclui que nesse comportamento assumido pelas leitoras dessa revista havia mais de 20% de brasileiras alfabetizadas entre 1889 e 1920, e que essa não é uma afirmação isolada, a autora constata a presença de outras pesquisas semelhantes em outras mídias.

Ferreira J. (2008), em seu artigo “Espelho das mães: a representação feminina na publicidade destinada à infância nas páginas da revista *O Cruzeiro*: 1930-1960” analisou a representação da mulher-mãe produzida pelas propagandas de produtos voltados à infância, divulgadas na revista *O Cruzeiro*, entre os anos de 1930 a 1960. A autora analisa as imagens das propagandas e explica que os textos falam do comportamento e das posições relativas à saúde, nutrição e higiene da criança. A pesquisa revela que as propagandas estiveram direcionadas às mulheres e que, a partir da década de 30, pelas transformações sociais que o país vivenciava em relação à proteção a infância pelo Estado, filantropos e médicos, as propagandas se tornaram foco de interesse. Esse interesse se justifica no entendimento de que o mercado industrial brasileiro, nessa década, passa a atribuir a criança como consumidora. É uma época em que a sociedade e o Estado também destinam suas atenções, de forma eminente, à criança, vinculando aos cuidados maternos infantis, sobretudo na década de 50. A autora encontra também como resultado de sua pesquisa, que as propagandas destinadas às mães, relativas aos cuidados infantis, tinham como protagonista o médico, considerado o representante máximo a ser seguido por elas em sua conduta materna. A influência da puericultura teve papel relevante nesse contexto. O artigo revela, ainda, que as propagandas contribuíram para construir um ideal de mãe, mas, sobretudo, inverte o papel de mãe com a criança. Esse referencial de troca de lugar revelou que a atenção às mães esteve contemplada de modo menos enfático, como a atenção dirigida pela mídia prioritariamente voltada para a criança.

Almeida N. (s/d) em seu artigo “Revistas Femininas e Educação da Mulher; o *Jornal das Moças*” escolheu como objeto de análise o periódico *Jornal das Moças* (1914 – 1965). Teve como recorte para este trabalho a manifestação do gênero *conselho*, do exemplar de 21 de janeiro de 1937. Utilizando-se do conceito de civilidade em Elias, a

autora analisou a relação existente entre a leitura de revistas femininas e a educação da mulher, no início do século XX. Foi possível verificar que a leitura de suportes textuais contribuiu para a civilização da mulher. Contudo, “não é possível afirmar que todos os discursos injuntivos dados a ler - em revistas femininas (e no JM, em especial) -, a senhoras e senhoritas do início do século XX foram plenamente eficazes em seu intento de civilizar, de estabelecer o controle de emoções” (ALMEIDA N., s/d, p.10).

Nahe (2006), em seu artigo “Revista Fon-Fon: a retórica do Estado Novo e a doutrinação da mulher (1937 a 1945)”, analisou os reflexos ideológicos presentes nas matérias publicadas na revista *Fon Fon* do período que vai de 1937 a 1945, compreendendo o período estadonovista. A autora, retratando a postura nazista da revista *Fon Fon*, aponta-a como ideologicamente identificada com o nazifacismo: “Deste modo, percebemos a Fon-Fon, como um veículo de divulgação e doutrinação ideológica, caráter que é reforçado por imagens de dinamismo heróico e guerreiro, fotos de paradas militares, numa exibição de força semelhante aos grandes eventos do nazifacismo”. (NAHE, 2006, p.204). A autora considera a revista *Fon Fon* como um veículo de grande importância da mídia impressa, e que chamaram as mulheres a colaborar com os ideais do Estado Novo. “Desse modo, seria uma revista feminina, mas seu discurso não era o das mulheres, era o discurso da classe dominante da época”. (NAHE, 2006, p.221).

Dalben e Soares (2008) detiveram sua atenção investigativa no período que compreendeu os anos 40. Em seu artigo “A revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino e suas páginas (1940 – 1950)”, utilizando-se da revista *Vida e Saúde* editada pelo grupo religioso Adventista, constatou que a mesma mantinha um discurso de respeito à beleza feminina, distanciado das produções de Hollywood, mas que estava atrelado a uma beleza de moral religiosa e científica. Essa moral era escrita muitas vezes por médicos adventistas, que se inspirava em uma medicina higienista. O artigo revela, ainda, que os especialistas médicos exercem o controle sobre a família brasileira, sobretudo a da classe média alta. A mulher precisa ser necessariamente mãe a partir das determinações do médico; este educa o olhar do leitor, ao mesmo tempo em que afirmava um estereótipo para o feminino de mulher do lar, com atenção aos cuidados com os filhos, a casa, o marido.

A estrutura familiar bem definida, com seus “manequins higiênicos”, pai e mãe, marido e esposa, todos a serviço da higiene, possibilitava a estruturação do saber médico na sociedade de forma que sua perpetuação era garantida através das gerações, uma vez que ofereciam padrões de conduta a serem seguidos. (DALBEN; SOARES, 2008, p.245).

Desse modo, concluem os autores que a revista *Vida e Saúde* empenhou-se em determinar o modo como se dá a educação do corpo da mulher com base na moral religiosa e nas determinações médicas.

Desses artigos que exploram a mídia escrita e a mulher, encontramos autores que se utilizaram, para análise de seus objetos de estudo, de uma temporalidade que se aproxima do objeto de pesquisa desta tese. São eles Heller (2002, 2003), Ferreira, J. (2008), Almeida, N. (s/d), Nahe (2006), Dalben e Soares (2008) e Bassanezi (1993b).

Particularmente as autoras Ferreira, J. (2008) que se debruçou entre os anos de 1930 a 1960 e Bassanezi (1993b) que focou os anos de 1945 a 1964, elas mantêm uma relação temporal que se assemelha a minha escolha -1940 a 1950. Essas autoras se utilizaram das revistas *Jornal das Moças*, *O Cruzeiro* e a revista CLÁUDIA. O ponto convergente entre os resultados encontrados é o da representação legitimada da mulher como mãe e esposa. Esses papéis inflexíveis revelam um ideal a ser conquistado e mantido de uma boa mãe; aquela voltada para os cuidados com a saúde, nutrição e higiene da criança. Em Ferreira, J. (2008) encontramos ainda um enfoque dirigido prioritariamente das revistas à criança, com forte intenção de reforçar o ideal de mãe a ser almejado e conquistado pelas mulheres mães. No papel de esposa, a idealização da mulher é a de subjugada pelo marido, que detém o controle e o poder; é legitimada a distinção entre o que é de um e de outro, em rígidos papéis. Particularmente, a mulher é que tem como forte atribuição garantir um lar feliz. Dalben e Soares (2008) reforçam essa representação da mulher como a boa esposa, mãe e do lar. Inspirados na Revista *Vida e Saúde* revelam-se o controle da medicina na higienização das famílias de classe média alta brasileira; no contexto de fixar a mulher no lar e distanciá-la de qualquer inspiração que afaste a compreensão da maternidade e dos cuidados do lar, assegurando, desse modo, o lugar da boa mãe e boa esposa.

Além da inspiração e determinação médica para esse lugar de mulher, a revista valoriza valores cristãos a serem seguidos no contexto das orientações de médicos adventistas.

A especificidade na utilização de uma das revistas analisadas nesta tese foi encontrada no artigo de Nahe (2006), que se utilizou da revista *Fon Fon* entre os anos de 1937 a 1945. Essa autora, ao considerar essa revista como de grande importância na época e também por ser uma revista feminina, analisa essa mídia em seu caráter ideológico que sofrera fortes influências do Nazismo. A autora, ao contrário dos diferentes pesquisadores, não explora a representação da mulher.

Destaca-se também a contribuição de Heller (2002, 2003), em considerar o perfil das leitoras da revista *Feminina* analisada, caracterizada por mulheres de classe alta e alfabetizada.

5 CRIANÇA

A infância parece não existir; não é percebida como uma dimensão exclusiva e única no desenvolvimento. Grande parte dessa anomia deve-se à indistinção entre o que é adulto e o que vem a ser criança. A tese de Áries (1981) é consenso para a maioria dos historiadores, sobre a ausência do sentido que atribuímos como infância, que se evidenciará de modo mais presente entre os séculos XVII e XVIII. A criança é um indiferenciado entre os adultos; é um adulto de pequenas proporções que, dentre pouco tempo, assume a força para o trabalho e os atributos para constituir a própria família. Geralmente de um tempo de vida curto, aqueles que vingam vão de acordo com sua compleição física assumindo tarefas cada vez mais exigentes. O que, de fato, se efetiva é um período pequeno do que fosse a infância que vai sendo substituído com o surgimento das transformações físicas, que o faz grande e jovem sendo rapidamente percebido como parte da população adulta.

Essa indistinção tem seu início no século XVII e XVIII, no Velho Continente. A criança, nesse período, vai aos poucos adquirindo um *locus* e, portanto, apossando-se de conceito e definição; trata-se de uma distinção em relação ao adulto. Para Danzelot (1980, p. 21) “exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou.” De fato, nesse século o autor constata a expansão da literatura sobre a criança. Havia preocupação, sobretudo dos médicos, da convivência das crianças com a criadagem e, portanto, lançando a família aos cuidados na criação e cuidados com os filhos. Tal preocupação dos médicos precisará estender-se até o século seguinte, século XIX, pois a criança, mesmo já podendo não ser atribuída ao lugar de um adulto, não desfrutava de prestígios ou atenções distintas de um infante. Morria-se com facilidade, e exigia-se uma laboriosa e cuidadosa necessidade de tarefas por parte do adulto (mãe) em relação à criança. Segundo Scarano (2006, p. 110), a morte da criança “era aceita como uma fatalidade, tantas nasciam e morriam, sendo substituídas por outras. Não era vista como um ser que faria falta”. Orlandi (1985, p. 22) retrata bem essa ideia quando afirma que:

Até o século XIX, na Europa, houve uma forma de abandono institucionalizada em que as crianças com pais acomodados passavam seus primeiros anos em casa de uma ama-de-leite e voltavam ao lar para ficarem sob os cuidados de empregados. Dele saíam novamente por volta dos sete anos de idade para servir, aprender um ofício ou ir à escola, de modo que os pais, dotados de alguns meios econômicos, dedicavam muito pouco tempo a criar seus filhos.

Áries (1981) já descrevia que esse processo de definição da infância deslocado da convicção anterior de um adulto em miniatura, mobiliza na família uma redefinição do lugar da criança no contexto familiar. Essas transformações das mentalidades não ocorreram de modo linear e igual para todas as famílias, nem no contexto urbano como no rural.

A família, no século XVII, ainda não possuía as características da família moderna, com ternura pelos filhos e intimidade afetiva entre seus membros. É na formação da família burguesa das classes em ascensão que, por volta de meados do século XVIII, a criança passa a ser centro do universo familiar. O sentimento pela infância é, portanto, relativamente recente em nossa história. (ORLANDI, 1985, p.38).

5.1 AS IDADES

O que esperar das idades? Primeiro, não compreender como uma abstração tomando as características de modo generalizado. A idade estará sempre vinculada ao lugar a que pertence a criança a que referimos; família, comunidade, condições sociais, econômicas, etc. Portanto, uma construção cultural e histórica. Não nos deteremos como uma limitação biológica. Tempo e espaço ampliam a compreensão, quando não invocamos uma homogeneização.

Del Priore (2006, p. 84) refere-se a Galeno como um autor citado em manuais de medicina entre os séculos XVI e XVIII e era considerado quem melhor definiu a primeira idade do homem: “a “puerícia” tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do

nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada adolescência, cuja qualidade era ser “quente e seca”, perdurava dos 14 aos 25 anos”.

Del Priore apresenta a puerícia dividida em três momentos, de acordo com as condições dos pais e filho:

O primeiro ia até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia-a-dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou, ainda aprendiam algum ofício, tornando-se “aprendizes”. (DEL PRIORE, 2006, p. 84 – 85).

Mauad (2006) apresenta uma diferença sobre o olhar do adulto em relação à criança no século XIX. O conceito criança fora compreendido e associado como o “ato da criação, onde criar significa amamentar [...]” (MAUAD, 2006, p.140) e que “com a utilização generalizada do termo pelo senso comum, já nas primeiras décadas do século XIX, que os dicionários assumiram o uso reservado da palavra “criança” para a espécie humana” (MAUAD, 2006, p.141). Explica ainda que já existisse o termo adolescência no século XIX que correspondia às idades de 14 a 25 anos, todavia era mais comum referir-se à mocidade e juventude. A descrição das fases era assim constituída nesse século: infância – primeira idade, do nascimento aos três anos (caracterizado pela ausência da fala ou pela fala imperfeita); puerícia – dos três ou quatro anos até dez ou doze anos (dentição, caracteres secundários femininos e masculinos, tamanho entre outros). Como vimos, são atributos físicos, o intelectual era denominado meninice “cujo significado relacionava-se às ações próprias do menino, ou ainda, à falta de juízo numa pessoa adulta.” (MAUAD, 2006, p. 141).

Leite (2006, p.20) considera que criança no século XIX, por definição, deriva de ser criado por sua origem; “eram o que se chamava “crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança”.

Del Priore (2006, p. 84) explica que havia poucas palavras para definir criança no passado: “[...] “Meúdos”, “ingênuos”, “infantes” são expressões com as quais nos deparamos nos documentos referentes à vida social na América portuguesa”.

Mattoso (1991), em seu artigo sobre o “Filho da Escrava”, considera duas idades: de zero aos sete para oito anos, e dos sete para os oito anos até os doze anos de idade. Na primeira, consideradas crianças novas sem desempenho de atividades do tipo econômico; e na segunda, não são mais reconhecidas como crianças e passam a entrar no mundo dos adultos, na qualidade de aprendiz. A autora explica que essas idades são referendadas por inventários, testamentos e cartas de alforria, e considera como mais relevantes os documentos oficiais e eclesiásticos:

É por demais conhecido que, para a Igreja, a idade de razão de todo cristão jovem situa-se aos 7 anos de idade, idade de consciência e de responsabilidade. Para a Igreja, aos sete anos a criança adquire foro de adulto: de ingênuo torna-se alma de confissão. Por sua vez, na sua parte de direito civil, O Código Filipino mantido em vigor durante todo o século XIX, fixava a maioridade aos 12 anos para as meninas, e aos 14 anos para os meninos. (MATTOSO, 1991, p. 80).

Nizza da Silva (1993), ao debruçar-se na historiografia da criança no período colonial no Brasil, depara-se com a difícil constatação da limitação de dados sobre a criança em documentação escrita. Relembra que o analfabetismo das mães cerceia a possibilidade de registros por carta ou memórias que retratassem a infância. Do conjunto de fragmentos históricos que essa historiadora reuniu apresenta a seguinte compreensão da criança por sua idade:

Do nascimento até aos 3 anos de idade, temos uma primeira infância caracterizada apenas biologicamente pelo facto de a criança ser alimentada com leite humano, da mãe ou de ama; dos 4 aos 7 anos decorre uma segunda fase da infância em que a criança acompanha a vida do adulto sem nada lhe ser exigido em troca, nem trabalho, nem cumprimento dos deveres religiosos, nem estudo. Depois dos 7 anos, o menino podia freqüentar a Aula Régia de primeiras letras ou ir trabalhar à soldada em casa de alguém ao mesmo tempo que aprendia um ofício. Quanto à menina, certamente começava a ajudar nas lides domésticas, podia aprender a costurar e bordar e raramente tinha em casa algum clérigo ou preceptor que lhe ensinasse a ler, escrever e contar. Apesar de se dedicarem a actividades diferentes, as crianças de ambos os sexos eram, a partir daquela faixa etária, obrigadas a cumprir

o seu dever de católicos confessando e comungando por ocasião da Páscoa e por essa razão os róis de desobriga elaborados pelos párocos nas suas freguesias computavam os paroquianos que, a partir dos 7 anos de idade, cumpriam o preceito pascal. (NIZZA DA SILVA, 1993, p.13).

Mott (1979, apud CIVILETTI, 1991, p. 33),

[...] detectou que, nos relatos dos viajantes, a idade de 5 a 6 anos parece encerrar uma fase na vida da criança escrava. De 6 a 12 anos ela aparece desempenhando alguma atividade, geralmente pequenas tarefas auxiliares. Dos 12 anos em diante as meninas e meninos escravos eram visto como adultos, no que se refere ao trabalho e à sexualidade.

A autora traz como contraponto, a criança branca que, após os seis anos, também deixa de ser anjinho para ingressar no mundo do adulto. Posição essa já apontada no mesmo período na Europa por Áries (1981) e Badinter (1985), e que já se constituía em outro olhar para a criança. Houve também distinções quanto aos sexos. Enquanto anjinhos até os seis anos, brancos ou negros são assexuados. Após essa idade a autora assim se reporta:

Na primeira infância, até os 6 anos, a criança branca era geralmente entregue à ama-de-leite. O pequeno escravo sobreviria com grande dificuldade, precisando para isso adaptar-se ao ritmo do trabalho materno. Após esse período brancos e negros começavam a participar das atividades de seus respectivos grupos. Os primeiros, dedicando-se ao aprimoramento das funções intelectuais, e os segundos, iniciando-se no mundo do trabalho ou no aprendizado dos ofícios. (CIVILETTI, 1991, p.33).

A função materna, enquanto valor, não havia na medida em que a criança também não tem essa prerrogativa de valor. Vingar e adentrar ao mundo dos adultos irá conferir à criança o seu lugar; adulto em miniatura. Desse modo, a criança receberá atenção especial e cuidados específicos sob as diretrizes dos higienistas.

Scarano (2006) revela que no Brasil do tráfico negreiro, os homens jovens tinham mais valor e vinham em maior quantidade do que de mulheres. As crianças serviam muito pouco para o trabalho, era preciso alçar a etapa de adulto, que era compreendido, segundo esse autor, com 15 anos e as mulheres com 12 já casavam.

De fato, escravo bem valioso e apreciado era aquele que tinha de 15 a 24 anos, visto como o mais capaz e em melhores condições de exercer o fatigante trabalho da mineração. Idade inferior a essa era vista como desvalorizada e recebia nas listas de escravos o nome de “muleque”, com campo de trabalho mais restrito e por isso pouco apreciado e de muito menos valor. (SCARANO, 2006, p.113).

Francisco de Melo Franco em seu Tratado de Educação Física dos Meninos (1789), revela o que seria a idade ideal para os homens e mulheres se casarem. Estes deveriam ter de 25 até 50 anos quando muito, e a mulher de 18 até 40 anos. Justifica essas idades, pelo que considera a idade do ‘vigor’ no desenvolvimento. Por outro lado, nos situa do que ocorria na realidade de fins do século XVIII, e que para ele representava uma barbaridade o fato de sacrificar menina de 12, ou 14 anos nas mãos de velhos de 60 ou 70, e às vezes, mais idade. Seria essa, portanto, a idade da maturidade da mulher nos costumes tradicionais, e que a medicina começava a questionar.

5.2 A HISTÓRIA DA CRIANÇA É UMA HISTÓRIA SEM CRIANÇA

A história da criança no Brasil no século XVI remonta à vinda dos portugueses. Estes traziam de Portugal os ‘pequenos marujos’ que embarcavam nas caravelas nas expedições da Coroa, em direção às Índias. As crianças, nessas embarcações, viviam uma experiência de abandono, dor, fome, exploração e morte. Eram, segundo a descrição de Ramos (2006, p.22) “[...] consideradas como pouco mais que animais [...]”. O autor descreve, ainda, de modo contundente, que os infantes assumem o papel de grumetes, pajens, e todo tipo de trabalho forçado que se exigiam delas. Havia também aquelas que embarcavam como órfãos do Rei e passageiros acompanhando os pais. O retrato trágico apresentado pelo autor revela sacrifícios a que se submetiam as crianças, além de não terem um lugar de importância e cuidados especiais; ao contrário, são exploradas e muitas vezes violentadas sexualmente. Tornavam-se

vítimas primeiras, no cotidiano da embarcação, nos naufrágios e nos momentos em que a embarcação se via assolada por piratas. A perspectiva de vida é marcadamente pequena e com escassas possibilidades de vivenciar característica de sua idade. História de sofrimento no mar e que não tem garantias de mudanças em terra firme. Com a vinda de além-mar, dramas dessas crianças que chegavam ao novo país (Brasil) somavam-se aos das crianças encontradas em terra firme, as crianças indígenas.

Já em terra firme, os portugueses iniciam processo de domesticação das crianças indígenas, mais precisamente, através dos jesuítas, que tinham como principal objetivo, conversão e o ensino. São os padres da Companhia de Jesus que se propõem a “Ensinar meninos a ler, a orar: objetivos dos padres jesuítas desembarcados na Bahia em 1549”. (CHAMBOLEYRON, 2006, p.57). Os religiosos tinham como verdade que estas crianças eram como um papel em branco, nele poderia escrever o que representava o desejo dos jesuítas do século XVI no Brasil, a ‘nova cristandade’, e garantir o ensino. De um modo geral, era preciso catequizar essas pequenas almas em ‘branco’ para os valores do cristianismo, aprender ofício, se casarem, de modo que fossem sendo eliminados os costumes dos pais.

Del Priore (2006) aponta como desdobramento dessa intervenção religiosa outro aspecto importante para a Igreja que se estenderá por todos os séculos seguintes: o batismo. Segundo a autora, “o batismo consistia não somente num rito de purificação e de promessa de fidelidade ao credo católico, mas uma forma de dar solenidade à entrada da criança nas estruturas familiares sociais”. (DEL PRIORE, 2006, p.95). Scarano (2006) afirma que, através do batismo a criança tinha vida oficial, era o que marcava o nascimento. Esse autor esclarece que as crianças “de cor”, como as brancas, são “dignas de alcançar o céu” (SCARANO, 2006, p.116). Essa ambiguidade em relação à criança escrava e sua proximidade com seus superiores estão fundamentadas nas regras da Igreja, que estabelece que “aos sete anos a criança negra e as outras também, concluíam a primeira infância, e ainda estabelecia que, a partir daí, teria início a “idade da razão”, julgando a criança então capacitada para discernir entre o bem e o mal” (SCARANO, 2006, p.118). Com mais de sete anos e menos de doze,

[...] só podiam ser batizados se nisso consentissem. Eram vistos, portanto, como seres humanos iguais aos outros, dotados de livre arbítrio e capacidade decisória. Entretanto, havia a ressalva que se fossem extremamente “buçais” e nada compreendessem, poderiam ser batizados, o que abre caminho para a imposição. (SCARANO, 2006, p.119).

Para Nizza da Silva (1993), revendo os estudos dos historiadores na época de D. Maria I e D. João VI, revela que os registros dos batizados “em relação a índios “domesticados” ou escravos recém-chegados de África, a idade também nunca é indicada, embora a palavra “inocente” deixe de ser empregada quando se tratava de batizando mais velhos ou mesmo adulto”. (NIZZA DA SILVA, 1993, p. 14).

Há, desde o século XVI, preocupação em adestrar a criança. “Compartilhado pelos pais, médicos e educadores” (DEL PRIORE, 2006, p.104). Os cuidados com a primeira idade, ‘infância’, os “meúdos” se destacam. “Entre os séculos XVI e XVIII, com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vimos surgir uma preocupação educativa que traduza-se em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica.” (DEL PRIORE, 2006, p. 105).

A educação parece representar sinônimo de controle e disciplina. Estes como sinônimos de força e violência. O castigo, a disciplina e a ameaça compõem um modo antigo de ensinar. Áries (1981) já afirmava que o ensino vem das tradições monásticas, com objetivos de uma estrutura autoritária e disciplinar. Constituíam-se em uma prática comum que os religiosos, importados pelos primeiros padres da Companhia de Jesus, relacionada ao processo de ensinar. A inspiração está no Divino. Anchieta (1564 apud DEL PRIORE, 1991, p.13) representa bem esse pensamento: “O amor do pai, ou do educador espelha-se naquele divino, no qual Deus ensinava que amar “é castigar e dar trabalho nesta vida”. Os “vícios e pecados” deviam ser combatidos com “açoites e castigos”.” Esse momento significou no Brasil, com a chegada dos jesuítas, uma oportunidade identificada por Del Priore (1991), pela expansão da catequese e de renúncia da cultura autóctone das crianças indígenas, por não ter alcançado ainda a sedimentação de certos valores.

A formação social da criança é marcada pelo uso da força. Del Priore (2006) explicita que há diferenciação de respostas dos códigos de comportamentos entre as

crianças livres e as escravas; as que vivem em ambiente rural e as de ambiente urbano; os ricos e os pobres; os órfãos e abandonados; os que tem família, etc.

É importante perceber que, no Brasil Colônia, as crianças escravas não tinham, na maioria das vezes, a referência do pai; e não raro o mesmo se dava em relação à mãe biológica. As mulheres escravas absorviam os cuidados pelas crianças sendo filhos legítimos ou não. Esse abandono de crianças escravas está muito presente no momento da implantação no Brasil da lei do Ventre Livre, em que muitas escravas eram vendidas como ama de leite, tendo que desvencilhar-se de seus rebentos. Mattoso (1991, p. 83) fortalece essa compreensão quando diz:

O olhar mais próximo é o olhar da mãe; do pai nada se sabe. Em Salvador, entre 1870 e 1840, em 85 batismos de crianças escravas, todos, absolutamente todos, são batismos de crianças ilegítimas. Mas é também verdade que, para o mesmo período, a taxa de ilegitimidade atinge 62% da população livre.

Leite (2006, p. 21), discutindo a ocultação de dados no tratamento estatístico de crianças e mulheres, revela que: “crianças “sem pai” podem ser órfãos, filhos ilegítimos, expostos, ou ter um pai ausente. A denominação de “bastardos”, com todas as conotações do termo, pesa sobre elas como um decreto de exclusão”.

Acabo de descrever como uma organização familiar matrifocal no meio escravocrata, representa uma estruturação perversa do modo social como colonizadores brancos compreendiam e faziam valer seus interesses e valores. “As famílias, sobretudo as de negros e mulatos livres eram substancialmente matrifocais, dirigidas e sustentadas muitas vezes pelo elemento feminino que deveria contar com um mínimo de auxílio, inclusive dos filhos” (SCARANO, 2006, p. 110 – 111).

Aspectos regionais e de sua exploração no país, como os relatados por Scarano (2006) em Minas Gerais as peculiaridades do trabalho de extração de ouro levou os homens a se distanciarem da família. Crianças filhos de escravos ou de homens livres, bem como as mulheres, estão sós. O autor revela ainda o aumento de “mães solteiras, de lares com chefia feminina e de filhos ilegítimos”, motivados pelas inconstantes instabilidades provocadas por oportunidades de trabalho. Isso também explica, nesse contexto, a família matrifocal.

De modo pouco comum, a descrição da família no Brasil em relação à criança pequena e em relação afetiva com os pais, registrada por viajantes é caracterizada por Del Priore (2006, p. 95):

O carinho dos pais pelos filhos, enquanto pequenos, chega a não ter limites, e é principalmente o pai quem se ocupa com eles, quando tem um minuto livre. Ama-os até a fraqueza e, até certa idade, atura as suas más criações. Não há nada que mais o moleste do que ver alguém corrigir seu filho. Quando o marido e mulher saem de casa, seja para visitarem uma família, seja para irem a alguma festa, levam consigo todos os filhos, com suas respectivas amas, e é ainda o pai quem carrega com todo o trabalho, agarrando-se-lhe os pequenos ao pescoço, às mãos, as abas do casaco.

Orlandi (1985), considerando uma família patriarcal, explica que na Colônia, o pai era a figura sábia, prepotente, violenta e portadora das lições dos ancestrais, que eram transmitidas oralmente aos seus descendentes para a continuidade da mesma ordem.

Já na realeza, nos primeiros anos do século XIX, Mauad (2006) através de uma carta de Dom Fernando e Carlota Joaquina é possível verificar o afeto:

[...] cree Hermana mia que no se sabe lo que se quiere a los hijos, hasta que se tiene la desgracia de perdelos; la echamos mucho de menos, pues era muy bonita, y ya se había puesto muy gorda con la leche de la amma; no hacía ya companãia, y siempre dormía al lado de nuestra cama. (MAUAD, 2006, p. 158).

No século XIX, o lar tinha a responsabilidade com a educação, com os princípios morais; a escola de instruir, garantindo desse modo a preparação para o mundo adulto. Mauad (2006, p.151) citando um articulista da 'Revista Popular', que dizia:

[...] antes educação do que instrução, antes moralidade do que sciencia, antes fazermos homens de bem do que sabichões. Completava a sua preleção condenando os mimos inúteis, rejeitando a convivência com os escravos domésticos, proibindo radicalmente o incentivo dado às futilidades femininas, à soberba e ao orgulho senhoriais, nos meninos e meninas.

A mesma autora indica que já a partir da segunda metade do século XIX, a partir dos sete anos já era possível instruir os filhos nos colégios ao invés de mantê-los com

uma preceptora em casa. Estas escolas vão definir os papéis sociais desses adultos, homens e mulheres desde a meninice:

Aos meninos, uma educação voltada para o desenvolvimento de uma postura viril e poderosa, aliada a uma instrução, civil ou militar, que lhe permitisse adquirir conhecimentos amplos e variados, garantindo-lhe o desenvolvimento pleno da capacidade intelectual.... Por outro lado, a educação das meninas, padecia de ambigüidade, pois ao mesmo tempo que as circunscrevia no universo doméstico, incentivando-lhes a maternidade e estabelecendo o lar como seu domínio, as habilitava para a vida mundana, fornecendo-lhes elementos para brilhar em sociedade. Muitas vezes a mensagem era decodificada de forma inesperada, retendo somente a parte da educação que valorizava a exposição das damas nos salões do Segundo Império. Temendo tal perigo, levantava-se a literatura moralista, presente nas bibliotecas das mães de família... (MAUAD, 2006, p. 155).

Orlandi (1985), sobre a compreensão da criança na família, esclarece que, no século XVII, as características do que representa a família moderna ainda não estavam presentes, sobretudo em relação à ternura pelos filhos e à intimidade afetiva entre os membros; e que em meados do século XVIII, é que a criança passa a se tornar o centro do universo familiar nas famílias burguesas das classes em ascensão.

A criança como filho até o século XIX foi-se constituindo em importância e atenção. A criança no contexto da família no século XX, terá grande influência do século anterior; marcadamente dos movimentos higienista e da puericultura. Ela será o elo para o interior dos lares, facilitando a intervenção médica sobre a vida familiar, e por que não afirmarmos, para disciplinar e conduzir um ideal de mulher-mãe. Danzelot (1980) reafirmara que a presença do médico na família, transformará a mãe em uma grande aliada. Estes, os médicos, irão agora transformar seu discurso como forma de domesticação dos lares. Transitarão como conselhos, camuflados ou de forma muito clara e evidente como ordens, ameaças. Disciplinando o modo de educar e de ser da mulher-mãe.

5.3 SAÚDE E A CRIANÇA

No Brasil Colônia, a medicina era exercida pela população através dos recursos naturais, pela tradição de cura dos indígenas e da população africana. Importante ressaltar que os jesuítas, desde o século XVI, já exerciam influência no exercício da “arte de curar”.¹³ Diversificada, a medicina popular estava vinculada aos cuidados do espírito e da fé nos cuidados com o corpo.

Schwarcz (1993) denuncia que a medicina em Portugal no século XVIII revelava-se em um obscurantismo, anacronismo e ineficiência. Já no Brasil Colônia, as condições se revelaram ainda piores. A medicina foi exercida por práticos considerados curandeiros de forte influência das tradições indígenas e africanas. Nava (2003) desvela a carência de médicos nesse período com ascensão de prática curandeiras:

O surto de curandeirismo observado no Brasil Colônia, como aliás nas épocas subseqüentes, dependia da falta de médicos no país, fenômeno decorrente do ambiente ser pouco propício a atrair profissionais capazes que aqui quisessem vir ganhar a vida e, ainda, das dificuldades encontradas pelos nacionais em irem estudar na Europa qualquer ramo superior das arte e das ciências. (NAVA, 2003, p.152).

No Império, com a chegada da família real ao Brasil, viu-se também a vinda de grande quantidade de portugueses. A saúde da população, na época já deficitária, agora amplia a necessidade de uma demanda de cuidados que a Colônia não tem. O imperador cria cursos de medicina e alguns saem do Brasil para estudá-la na Europa. É proibida a literatura francesa de medicina, que lá despontava já com a pediatria. Há críticas de que a medicina de Portugal não tem uma conotação científica como a França; e o Brasil precisava de médicos que pudessem fazer frente em investigação para tantas e peculiares doenças com que se deparava.

Em 1808, D. João VI cria, a partir da carta régia, dois cursos médicos cirúrgicos. Assumpção Júnior (1995) revela que por ocasião desses cursos, o atendimento médico era insuficiente e falho.

¹³ Sobre a temática dos jesuítas na prática da intervenção “médica” consultar: Calainho (2009), Moisés (1997), Marques, V. (1999), Carneiro (2002).

A medicina era exercida por esses práticos, que serão fiscalizados até o ano de 1872 pelos cirurgiões-mor do Reino que, após esse ano, serão substituídos pelos enfermeiros diplomados em Coimbra, com o propósito de “policiar o exercício de qualquer atividade ligada à cura, além de habilitar com “cartas de autorização” todos aqueles que quisessem praticar tal “arte””. (SCHWARCZ, 1993, p.192)

Destaca-se ainda que não houvesse número suficiente desses médicos na Colônia, dependente da metrópole portuguesa. O que se fazia presente era um grande número de pessoas que lidavam com a cura de doenças junto à população da época. Estes considerados

[...] curandeiros, parteiros, boticários, dentista e sangradores que abundavam em vista da carência absoluta de médicos e cirurgiões. Em 1789, por exemplo, o vice-rei Luiz de Vasconcelos queixava-se à Metrópole da existência de apenas quatro médicos em toda a Colônia. (SCHWARCZ, 1993, p.192-193).

A medicina é implantada na Bahia em 1815 e, no Rio de Janeiro, em 1813. Havia a proposta de implantação de outra faculdade em São Luis, o que não ocorreu. A vocação ou modo como às faculdades da Bahia e do Rio se empenharam dentro dessa área assumiram formas distintas.

Schwarcz (1993) aponta que na faculdade baiana houve entre 1870 a 1930 abordagens diferentes. Até 1880 a atenção esteve dirigida para a higiene pública (atuação médica no cotidiano, na contaminação por doenças infecto-contagiosas); nos anos de 1890, para a medicina legal, com a nova figura do perito; ao lado da polícia, explica a criminalidade e determina a loucura; nos anos de 1930, separa-se a população enferma da sã no movimento denominado eugenista.

Na faculdade do Rio de Janeiro, com seus programas “hygienicos”, procura-se combater doenças tropicais. A autora destaca uma distinção entre as duas faculdades quanto ao seu olhar para a doença:

[...] enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos era o doente, a população doente que estava em questão. Era a partir da miscigenação que se previa a loucura, se entendia a criminalidade, ou, nos anos 20, se promoviam programas “eugênicos de depuração”. (SCHWARCZ, 1993, p.190).

No início do século XIX, houve a ocorrência de uma implantação não leiga na medicina no Brasil. Schwarcz (1993) esclarece que a reforma do ensino médico em 1829 e a aprovação em 1832 em lei de transformar as academias médico-cirúrgicas em “escolas” ou “faculdade de medicina” consolida a atividade médica diferente da desenvolvida pelos leigos. Outro aspecto relevante, decorrente desse período, foi a formação dos professores médicos. Estes primeiros médicos dos cursos de medicina eram pobres, analfabetos e mestiços. Santos Filho apud Schwarcz (1993) afirma que estes médicos professores se assemelhavam aos primeiros barbeiros e sangradores. No século XIX, eles se constituirão nos primeiros médicos do Brasil, além de responderem pela formação da maioria dos médicos do início do século XX.

Nos países da Europa no século XVIII, a medicina social controlava a saúde das populações com condições economicamente inferiores com o firme propósito de oportunizar uma condição melhor para o trabalho e que não representassem perigo para as famílias de condições melhores. Na prática, era uma medicina de controle da família e de seus indivíduos. Há o interesse em assegurar o desenvolvimento da criança. Os médicos vão regular as relações entre pais e filhos, fundamentados na higiene. Em Danzelot (1980), vemos o empenho da medicina nessa intervenção privada da família:

Até a metade do século XVIII a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres. Simples máquina de reprodução, estas últimas tinham sua própria medicina que era desprezada pela Faculdade e cuja lembrança foi guardada pela tradição através da expressão “remédio de comadre”. O parto, as doenças das parturientes, as doenças infantis eram coisa de “comadres”, corporação assimilável às domésticas e às nutrizas que compartilhavam seu saber e o colocavam em prática. A conquista desse mercado pela medicina implicava, portanto, uma destruição do império das comadres, uma longa luta contra suas práticas consideradas inúteis e perniciosas. (DANZELOT, 1980, p. 24).

Danzelot (1980) segue explicando que nessa intervenção a grande conquista almejada pelos médicos no confronto com a família é a amamentação. Pela amamentação, os médicos da Europa, na passagem do século XVIII para o século XIX, estabelecerão um destaque da mulher como mãe, conferindo-a com a função materna,

um poder na esfera doméstica aliançada com o médico, transformado agora em um aliado. Essa aliança é percebida como sendo capaz de abalar a autoridade paterna.

Tanta dedicação dos médicos higienistas é decorrente do descaso que representava a criança para a família. São várias as possibilidades de compreensão desse fenômeno. A mortalidade infantil banalizada, famílias em condição de miséria ou o incômodo dos cuidados infantis, considerados indignos nas famílias de condição social superior. O primeiro reflexo em relação à mãe, no contexto da família, é o de não amamentar. Essa postura leva à prática mercenária de amamentação por nutrizes, que será combatida no século XVIII e se estenderá pelo século seguinte, pelos médicos higienistas, educadores e moralistas; todavia, serão prioritariamente os médicos que normatizam o ser mãe, os cuidados como os filhos. Desse modo, o século XVIII, em sua segunda metade, inicia doutrinação e aprendizagem de ser mãe.

A medicina social lança uma compreensão da criança menos desfavorecida. Na prática, parece ter atendido mais satisfatoriamente à família burguesa. Essa atenção se manifestará nas produções de puericultura. Orlandi (1985) explica que o termo puericultura parece ter sido criado em 1865 pelo médico francês Caron, mas posteriormente caiu no esquecimento e só foi revivido pelo professor Pinard, em 1900.

Muitas produções são editadas relativas à puericultura. As editadas anteriormente a 1870 são consideradas pré-científicas; as posteriores a 1885-1890, com a revolução pasteuriana, não se fundamentam mais na tradição e sim na ciência. Essas publicações tinham por objetivos-fins adentrar nos lares de famílias de classes inferiores e dirigir as ordens do que se pode e não se pode fazer.

Nessa época, as cidades cresciam de forma acelerada. Houve um alto índice de desemprego, tolerância na exploração do trabalho infantil, leis que passam a regular o trabalho da mulher e da criança, aumento do abandono de crianças. Houve necessidade de uma intervenção do Estado para conciliar seus interesses, com os desequilíbrios vivenciados pelas famílias, como uma das inquietudes que experimentavam a de não ter um modo eficiente de dar destino a seus filhos adúlteros. Surge desse turbilhão de incômodos familiares com indivíduos que desejavam descartar e se verem livres; houve o necessário interesse do Estado de se

aproveitar desses indivíduos como força produtiva; na metade do século XVIII na Europa, a 'RODA'. Danzelot (1980, p.30) explica seu funcionamento:

Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno do eixo da altura. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha exterior é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja expor um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão acionando a campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior do hospício. Dessa forma o doador não é visto por nenhum servente da casa.

No Brasil do século XVIII havia também um alto índice de mortalidade infantil, de crianças filhos legítimos e ilegítimos. Estas últimas, em sua maioria, eram filhos de escravos. Os médicos da época discutiam as diversas causas dessas mortes e a incompetência dos adultos que cuidam era apontado como causa. O abandono dos pais para com seus filhos se multiplicava pelo país. A 'casa dos enjeitados'; a 'casa da roda'; a 'casa dos expostos' se revelavam como uma solução. Costa, J. (1989) observa que a constituição dessas Casas com intuito de proteger a honra da família colonial e a vida da infância obteve efeito contrário:

Dispondo da roda, homens e mulheres passaram a contar com um apoio seguro à suas transgressões sexuais. Estavam certos de que podiam esconder os filhos ilegítimos em local onde seriam bem tratados. De protetora da honra, a Casa tornou-se um incentivo à libertinagem. (COSTA, J., 1989, p. 164-165).

A Casa da Roda também revelou outro lado perverso de sua utilidade. Como amamentar não era um costume incentivado nas diferentes camadas da sociedade, principalmente pela influência dos nobres, o uso de escravas como amas de leite era comum no século XIX como fonte de renda.¹⁴ Desse modo, os senhores, proprietários de escravas, puderam lucrar com o aluguel de suas posses nutrizas, abandonando os filhos recém-nascidos na Roda. Não havia opção nem de venda dessas crianças escravas, dado o alto índice de morte na infância; a sobrevivência de uma criança escrava

¹⁴ Badinter (1985, p.67) esclarece que não era comum o aleitamento desde o século XVII nas mulheres da nobreza.

era muito pequena. A Roda vem, então, apresentar-se como uma lucrativa e conveniente solução. “O aluguel de uma escrava como ama de leite era tão alto que a imprensa já falava de exploração” (RENAUT apud ORLANDI, 1985). A Roda também se revelou em liberdade para as crianças escravas que, a partir de 1775, seriam consideradas livres, mas o alvará que assim determinava não tardou em se tornar letra morta, como diz Mott apud Costa (1989, p. 62), “pois as crianças escravas eram devolvidas a seus donos quando solicitadas, mediante o pagamento das despesas feitas com a criação”.

Costa, J. (1989) revela ainda as péssimas condições em que essas escravas, privadas da convivência com o filho recém-nascido, se encontravam, e que, concomitantemente, a vivência de se ver despossuída do filho tinha a função de amamentar o filho de outra pessoa. As lembranças do filho arrancado e se vendo obrigada a amamentar outra criança não raro resultava em maus tratos e descuidos que não tem sua origem no desconhecimento da função do aleitamento, mas, antes, de uma incompatibilidade afetiva no cuidado da criança sob sua responsabilidade de nutrir.

Mas as mortes não foram poucas nas Rodas; ao contrário, assumiram níveis alarmantes pelas condições precárias de suas instalações, falta de higiene e insuficiência de conhecimento no trato com as crianças. Costa, J. (1989, p. 165) denuncia que

A Casa dos expostos não apenas favorecia a mortalidade das crianças pela precária atenção que ali lhes era dada. Simultaneamente, incitava a irresponsabilidade dos pais, permitindo-lhes ocultar da sociedade que os filhos morriam por falta de cuidados. Como no caso dos ‘expostos’ deixados na roda já mortos.

Esse fato colocará as amas de leite como instrumento de controle médico, por serem responsáveis imediatas da condição de saúde das crianças que atendem. Sua presença na Casa da Roda precisou estreitar-se com o intuito de disciplinar, à ‘luz’ da ciência, as práticas de aleitamento, e prescrever regras e procedimentos de cuidados higiênicos do trabalho exercido pelas mulheres nutrizas.

O controle médico se estende muito além da Casa da Roda. Os médicos no século XIX estão extremamente focados no controle da família pela garantia de ver a

amamentação contemplada em seu cotidiano. Há o interesse em oportunizar a vida das crianças das famílias favorecidas. As amas de leite servem a essa garantia, e o preço que se pagou eram as mortes das crianças escravas que disponibilizavam suas mães como nutrizes dos filhos de seu senhor. A preocupação médica era de que essas amas de leite apresentavam-se sem condições para cuidar das crianças privilegiadas. Além de sua crítica condição de não possuir e cuidar do próprio filho, muitas apresentavam doenças e sem competência relativa a hábitos de higiene necessários aos cuidados de uma criança que não podia morrer, a criança da elite. Inicia-se uma verdadeira divulgação quanto à importância da amamentação. O aleitamento evidencia-se como foco de atuação médica em discurso de regras, disciplina, controle, qualificações que mais se aproximam de uma pedagogia do aleitamento. Essa postura vem acompanhada de discurso médico moralizante do que deve representar uma mãe, uma mãe verdadeira, e que tem, portanto, a chancela da ciência médica. Testemunhamos uma atenção especial para a mulher mãe e a criança que não se evidenciou no Brasil nos séculos anteriores. Seguimos de modo semelhante o movimento higienista vivenciado na Europa, que, segundo Danzelot (1980), até a metade do século XVIII, a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres; o que de modo contrário se evidenciará a partir de meados deste século ao século XIX.

Esse investimento médico não terá respostas iguais para todas as mulheres. Banditer (1985) esclarece que as mulheres não retomam com facilidade essa função de mãe-nutriz. Será preciso ameaçá-la e culpá-la.

A alimentação do filho é uma construção histórica. É preciso compreender o aleitamento mercenário como um desdobramento de valores relativos à alimentação constituída ao longo dos séculos.

Del Priore (2006) revela que os costumes tradicionais da alimentação da criança no Brasil apresentaram-se como uma superalimentação, com o forte intuito de protegê-la da morte, sobretudo nos primeiros meses: “Na tradição africana, até os três anos, as crianças comiam pirão de leite ou farinha seca com açúcar bruto de manhã/ leite com jerimum ou escaldado de carne ao almoço. O prato de resistência era o feijão considerado poderoso fortificante infantil.” (DEL PRIORE, 2006, p.88).

Del Priore (2006) observa que as crianças indígenas, africanas ou as nascidas no país, ao se tornarem visíveis os dentes, praticamente comiam de tudo, participando das refeições comuns à família.

A autora apresenta, ainda, que não existisse preocupação em alimentar e, sim, de dar à criança o que comer; era indiferenciada a alimentação infantil da do adulto; o que comprometerá também muitas vidas infantis pela imaturidade do seu pequeno organismo. Esse comportamento alimentar vai resultar na morte de inúmeras crianças, somando-se as epidemias comuns na época da colonização e também posteriores a esse tempo. O aleitamento no peito, o uso do leite de cabra (considerado um fortificante) e o leite de vaca, eram práticas comuns. Del Priore (2006, p.88) explica que as famílias de posse, no início do século XIX, quando faltava “leite à mãe, alugava-se uma ama de leite negra”.

Na Europa, em meados do século XVIII, as mães eram vistas como “máquinas reprodutoras” (DANZELOT, 1980), e se disseminou em todas as classes sociais, o que, em séculos anteriores, se restringia à aristocracia recorrer-se a nutrizas. Essa prática se revelou em encaminhar as crianças para casas dessas mulheres que ‘reproduziram’ e, portanto aptas a amamentar.

A condição social e econômica da família da criança a ser cuidada e alimentada (amamentada) é que vai determinar um lugar mais distante ou mais próximo para se encaminhar a criança; ou a nutriz vai morar com a família; escolha de uma nutriz com condição física e saúde melhor etc. Essa prática revelará ainda que essa mulher nutriz, pobre, na maioria das vezes desnutridas e com a necessidade de ampliação de recursos, vai favorecer todo tipo de descabros com a criança sob seus cuidados. Orlandi (1985, p.39) retrata essa circunstância do seguinte modo:

[...] as crianças, então, ficavam abandonadas, submersa nas próprias fezes e devoradas pelos mosquitos. Complementavam a amamentação com pedaços de pão umedecidos e amolecidos na boca. Somando-se a isso tudo, ainda havia as práticas homicidas, como a administração de narcóticos para que a criança dormisse e deixasse a nutriz em paz. O mais comum era o uso do láudano e da aguardente, e muitas crianças faleciam com doses excessivas.

O lugar da criança com uma natureza distinta da do adulto está ainda muito distante de ser alcançada. Como consequência direta de descaso com a criança é a banalização das mortes infantis. Tanto na Europa como no Brasil, esse será um fenômeno recorrente em que a medicina social ocupará um papel determinante de priorizar a criança e mexer na estrutura da família. Badinter (1981) apud Orlandi (1985, 42) observa que: “Não é porque as crianças morriam como moscas que suas mães se interessavam pouco por elas. Ao contrário, em grande proporção, porque elas não se interessavam, morriam uma quantidade tão grande de crianças.” Revela também uma indiferença materna que, para Orlandi, (1985, p. 42) apresenta várias explicações:

Uns acreditam que, dada a elevada mortalidade infantil, os pais não queriam apegar-se aos filhos para não sofrerem com a morte destes. Outros explicam o fato pela situação sócioeconômica da família, ou porque os pais eram miseráveis ou porque, ao contrário, dada a elevada situação social da família, a criança era um estorvo.

No Brasil Colônia, Império e na República, a mortalidade infantil também representa uma indiferença em relação à criança. Por motivos diversos, mulheres brancas, escravas e forras apresentam distintas dificuldades em manter o resultado da reprodução – o filho. Mulheres brancas, influenciadas pelos valores de além-mar, não cediam à dedicação laboriosa dos cuidados que envolvem uma criança em fase de amamentar por representar trabalho de escravos; mulheres escravas que reproduziam no ventre filhos de seus senhores e de negros com quem não poderiam conviver; mulheres negras que não poderiam amamentar seu filho, para amamentar o de seu senhor; mulheres negras que veriam comercializado seu filho etc. Não é possível generalizar uma única explicação ao longo dos séculos, que responda sobre o distanciamento das mulheres mães em relação à criança.

Orlandi (1985) revelará ainda que essa prática comum se estende pela Europa também pelo século XIX. As famílias com condições econômicas melhores não se debruçam nos cuidados com a criança pequena em período de amamentação. Estas eram enviadas a conviverem na casa de ama-de-leite em seus primeiros anos e, ao voltarem, ficavam sob os cuidados dos empregados. E por volta dos sete anos saíam mais uma vez de casa para aprender ofício e ir à escola. Amamentar é um trabalho

considerado indigno para as classes superiores e se estenderá, como vimos anteriormente, em uma prática comum para outras classes sociais.

A edificação dos costumes comuns da alimentação infantil no Brasil, que se configurará como tradição, compõe essa trajetória descrita da alimentação do século XVI ao século XIX. Trata-se mesmo da constituição da cultura materno-infantil no que diz respeito à alimentação. Em meados do século XVIII já será possível identificar a força do Estado no sentido de refazer essas tradições para saberes vinculados à medicina.

Scarano (2006), ao retratar o aleitamento materno, o apresenta como um valor dos costumes dos senhores brancos, dos conceitos médicos e também da Igreja. “Para os donos, a maior serventia das crianças nascidas no lugar era o fato de tornar possível a existência de uma ama-de-leite para alimentar seus filhos. Mas para isso não havia necessidade de sobrevivência do filho da escrava.” (SCARANO, 2006, p.114). Essa constatação, além de apresentar uma desvalorização da criança escrava, revela uma incompatibilidade com a função materna das mulheres brancas de amamentar. O que isso significa, uma vez que há o reconhecimento da importância no amamentar e a temeridade médica com as doenças que são transmitidas pelas escravas amas-de-leite? Quem bem responde a essa indagação é Mauad (2006). Para essa autora, a mãe tem a função precípua de cuidar da criança. Analisando a criança e o adolescente no século XIX, explica que a mãe cuidava, mas a condição social mais alta fazia com que os pais se distanciassem do seu filho. A mãe muito nova, recém saída da meninice, além de encontrar-se imatura em seu desenvolvimento, comumente já se encontrava grávida de outro filho, seguindo de outro e assim por diante. Soma-se a essa dificuldade real vivenciada pelas mulheres nesse tempo, mais a compreensão de que amamentar é um trabalho exaustivo, temos um resultado: ser mãe e amamentar é uma mão de obra escrava. Mauad (2006) afirma que era então muito comum recorrer a amas de leite: “O anúncio de aluguel de amas-de-leite era comum nos jornais da Corte, especificando o período da lactação para o qual a ama serviria, e estabelecendo um valor entre cinquenta e setenta mil réis mensais para o ofício” (MAUAD, 2006, p. 160 - 161). Não querer amamentar é uma característica da tradição lusitana apontada pela autora. Com base entre outros autores, como José Martinho da Rocha (1946); é

também uma posição clara da medicina no final do século XVIII “que incentivava as mães a criar seus filhos com o leite materno, e afirmava a amamentação como condição para um crescimento saudável.” (MAUAD, 2006, p. 161).

Retornando ao tema da mortalidade infantil, Del Priore (2006) cita Gilberto Freire que se refere a esse tema como presente desde o século XVI ao século XIX. Já no século XIX alcança níveis de inquietação dos higienistas no Segundo Império. As hipóteses apontadas para essa mortalidade infantil são discriminadas por Gilberto Freire a partir dos estudos de José Maria Teixeira “Causas da mortalidade das crianças no Rio de Janeiro”:

[...] abuso de comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a “umidade das casas”, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras que estão presentes até hoje. (DEL PRIORE, 2006, p.92).

No Brasil republicano, a proteção à maternidade e à infância ocupou o centro das preocupações da sociedade brasileira. Relacionando a importância da amamentação pela própria parturiente e atribuindo a amamentação mercenária aos altos índices de mortalidade infantil, os médicos precisavam ‘instruir’ as mães de sua importância enquanto amamentadoras. Costa, J. (1989) defende a ideia de uma “mãe higiênica.”

Coube aos médicos sensibilizar, instruir, domesticar, doutrinar a indiferença da sociedade em relação à alta mortalidade infantil e associá-la à função materna de promover o aleitamento materno de seu filho. A medicina encontra a mulher como aliada; a mulher que compõe a burguesia. Ribeiro, P. (2006) considerando os estudos que configuram a burguesia no Brasil, reconhece sua ascensão no século XVIII e a consolidação no século XIX. Para esse autor,

A burguesia vai, então, encontrar na medicina o aliado necessário para propagar suas ideias políticas e sociais. A medicina vai encontrar na burguesia, essencialmente urbana, o aliado de seu ideal higiênico, que, por seu turno, interessava ao jovem Estado Brasileiro, ainda em consolidação. (RIBEIRO, P., 2006, p. 31).

Os médicos vão assumir, de modo intenso, a vida privada das famílias, sobretudo da família burguesa.

Vale ressaltar, entre tantos médicos que se ocupavam de proteger a criança, a atuação de Moncorvo Filho (1871-1944).¹⁵ Moncorvo Filho empreendeu grande esforço no sentido de que o poder público incorporasse seus modelos institucionais destinados à proteção da criança. Estabelece, com recursos próprios, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, criado em 1899, pelo seu pai e também médico, Dr. Carlos Arthur Moncorvo, e que não conseguiu transformá-lo em um órgão de utilidade pública. Moncorvo Filho é um representante atuante no sentido de denunciar a ausência do poder público nos cuidados para com a mãe e a criança. Vai empreender esforços para defender uma legislação voltada para os cuidados com a criança. Preocupado com o futuro da nação, elabora um sistema de assistência à infância, ao mesmo tempo em que fica mais evidente o compromisso tênue do governo com a infância. Rizzini apud Wadsworth (1999) reconhece que Moncorvo Filho estabelece metas ambiciosas para o Instituto de Proteção e Assistência à Infância:

Ele preconizava uma organização que deveria inspecionar e regular as amas de leite, estudar as condições de vida das crianças pobres, providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores, inspecionar as escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias. Seus outros objetivos eram: campanha de vacinação, disseminação de conhecimentos sobre doenças infantis, como a tuberculose; criação de institutos orientados para a assistência da criança, fundação de um hospital para menores carentes, manutenção do Dispensário Moncorvo e a criação de outras instituições semelhantes, além do estabelecimento de cooperação com os governos federal, estadual e municipal, visando a proteção dos jovens e apoio a todo tipo de iniciativa que pudesse maximizar a proteção à infância.

Como se evidencia, os objetivos de Moncorvo Filho, através do Instituto, abrangem um vasto campo de intervenção de cuidados com a infância, com o firme propósito de ver efetivado junto ao poder público federal suas ações; o que não logrou sucesso.

¹⁵ O artigo de Wadsworth (1999) contribui na compreensão da atuante intervenção de Moncorvo Filho e a assistência à infância no Brasil.

Um empreendimento tão extenso e marcado por fortes princípios ideológicos estiveram vinculados ao discurso nacionalista. Exalta os cuidados à criança, mas esta ocupa um número, um valor econômico para a pátria. Há um claro ideal eugênico sendo estruturado nas ações médicas estabelecidas por Moncorvo Filho, de uma identidade nacional, que corresponde ao momento social, político e econômico que o Brasil vivenciou nas primeiras décadas do século XX. Orlandi (1985, p. 96) explica que

Era importante o embranquecimento do brasileiro e o controle enérgico sobre as “as pessoas de cor”, para salvar o regime. Enquanto o brasileiro não fosse branco, não poderia ter direito à democracia. A “raça” justificava tudo, como atualmente a chamada “explosão demográfica” e o grande número de filhos dos pobres, para certos economistas, políticos e intelectuais, justificam a pobreza do país, colocando a culpa da miséria nos próprios miseráveis e não na incapacidade da elite dirigente.

As ações médicas nesse momento se baseiam e se fundamentam na puericultura, em que a dimensão mais visível seria a atenção à criança saudável com o propósito de mantê-la sadia. Todavia, subjacente a essa intenção, está o foco primeiro; a atenção à sociedade, o controle social pela família, regulando a vida dos indivíduos, suas ações íntimas e privadas.

A medicina social, através da higiene familiar, foi de fato tornando a família cada vez mais dependente dos conselhos médicos. Aos poucos, foi penetrando no interior dos lares sob o pretexto de defender as crianças ameaçadas pelas taxas de morbidade e mortalidade; foi, também, impondo a todos os seus membros uma educação física, moral e sexual de acordo com os conhecimentos higiênicos da época. (ORLANDI, 1985, p.52).

O médico puericultor nessa época, tal qual Moncorvo Filho, dirigia prioritariamente sua atenção à mãe, com os conhecimentos da ciência médica relacionados aos cuidados com o filho, com a criança. O tema aglutinador que alinhava o controle da família será a amamentação. A mulher-mãe deverá amamentar. Esse preceito será determinante no controle social da mulher. Costa, J. (1989) observa que disciplinando a amamentação pela mãe estabelecia-se o seu lugar de destaque na

família por essa função materna, ao mesmo tempo em que abalava a autoridade paterna. Essa, agora, com a ingerência direta dos médicos.

A família deixa de ser tão-somente um meio de transmissão de bens para se tornar um ambiente onde a saúde de todos os membros passa a ser uma obrigação, favorecendo o desenvolvimento da criança – sempre a criança em primeiro lugar. A família é agora o alvo da medicalização. (ORLANDI, 1985, p.35).

Schawarcz (1993), em seu livro “O Espetáculo das Raças”, situa a construção do pensamento racial no Brasil e apresenta o aprimoramento racial, a eugenia, como uma compreensão presente na atuação médica no início do século XX. O momento social e político que o Brasil experienciava nessa época de grandes tensões sociais, sobretudo nas grandes cidades,¹⁶ tornou-se fecundo para a disseminação das ideias de eugenia. Orlandi (1985) considera o avanço desse ideal eugênico pela influência que a medicina e a pediatria no Brasil experienciava da Alemanha, e que se estenderá até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Moncorvo Filho representou bem esse pensamento na idealização e realização de três eventos com forte influência do pensamento eugenista: o Concurso de Robustez, o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e o Museu da Infância. O Concurso de Robustez talvez seja o exemplo que melhor personifica esses ideais. Nele, a criança que obtinha o sucesso na seleção, representava o protótipo de uma criança da elite: branca, pele rosada, gordinha, olhos claros. Os concursos evidenciavam o ideal de beleza, saúde que reforçavam os ideais eugênicos preconizados pela medicina. Estava em curso um ideal de sociedade, com valores explícitos de uma nacionalidade embranquecida. As crianças pobres, contavam com o propósito médico de aproximá-las das crianças da elite. De fato, os Concursos de Robustez eram direcionados às crianças de famílias pobres. Os médicos estavam atentos a essas crianças, frutos de uma miscigenação. Temiam a exposição dessas crianças a riscos de absorver os vícios e toda falta de competências moral, social dos

¹⁶ Consultar Nicolau Sevcenko, “O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso”; in História da vida privada no Brasil, 3.

pais na condução de seu desenvolvimento. É preciso uma 'limpeza' nessas famílias para garantir à elite brasileira a construção de uma nação pura.

No começo do século XX, os homens que construíram o discurso nacionalista e a ideologia da assistência à infância explicitamente excluíram as famílias de classe baixa da definição oficial de "família." Assim, conseguiam justificar tanto as intervenções do Estado no mundo familiar dos menos favorecidos, quanto as propostas que, insistentemente, preconizavam a necessidade do governo assumir o papel de pais das crianças pobres brasileiras - o que efetivamente minava a estabilidade e a legitimidade dos genitores, especialmente a figura paterna, substituídos pelo poder público. (WADSWORTH, 1989, p.09).

Como descrito anteriormente, a medicina com sua base higienista e da puericultura procurou acolher uma criança, a criança da elite. Essa se viu cuidada ao ser reverenciada como o modelo de criança que devia vingar em uma sociedade com fortes princípios eugênicos. Todavia, uma contradição *a priori* poderia ser referida do trabalho desses puericultores, em destaque, Moncorvo Filho. Eles preconizavam os cuidados com a criança pobre e não com a criança da burguesia, mas não era para marcar sua diversidade étnica e social, ao contrário, procurou-se um policiamento da família (Danzelot, 1980) dessas crianças. Existiu um claro propósito de melhorar as condições dessa população para a construção (social e econômica) da nação; mas essa população que compunha a família da classe baixa, via-se profundamente abalada por ter como ideal a ser copiado, a família da classe mais afortunada. Um verdadeiro arsenal de comportamentos a serem absorvidos foi colocado em prática pelos médicos para dar assistência à família a partir da mãe; para que estas se transformassem em verdadeiras mães, mães de um modelo único a ser copiado, reproduzido. Mãe de uma criança. Criança que irá submeter-se a diferentes compromissos comportamentais exigidos pela mãe, que não medirá esforços para atender às determinações impostas, prescritas e doutrinadas pelo médico.

A criança parece, enfim, encontrar seu espaço, distinto do espaço do adulto. Não sendo um homúnculo, transforma-se em um ser que precisa dos cuidados maternos. A mãe alcança lugar de destaque na família em relação aos séculos anteriores, o de exercer sua função materna. Cuidadora e responsável pela saúde da indefesa criança,

a mulher mãe apreende com os médicos seu novo lugar. A criança também. Indefesa, sem fala, sem escolha, de cor branca, olhos claros, puras. As outras? Não há!

6 REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS EM MESTRADO E DOUTORADO UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL

As produções científicas sobre mídia escrita em revistas destinadas à criança revelaram-se pequenas. Nesse cenário de tenras conquistas, as dissertações de mestrado que se destinaram mais especificamente à mídia escrita e à criança estão as produções de Coutinho (2007), Fischberg (2007), Moura (2007), Dertonio (2006), Cório (2006), Mendonça, N. (2005), Santos, C. (2004b).

Utilizo como estratégia para análise dessa revisão dos resultados das produções acadêmicas de mestrado e doutorado descrever, em primeiro lugar, o objetivo e resultado obtidos pelos pesquisadores, compiladas em breve resumos. Ao final do conjunto de todas as produções, aponto pontos convergentes e divergentes. Essa estratégia não contempla necessariamente uma sistematização em períodos, mas antes, compreender o que representou como interesse dos pesquisadores no contexto infantil, a partir da mídia escrita dirigida à criança.

Os interesses de estudo e análise dessas produções são diversificados. Encontramos pesquisas que procuram analisar em relação às revistas como o veículo, o produto chega às mãos da criança, falando pelas crianças; outra pesquisa aborda como a criança recebe esse tipo de mídia, e o que pensam e falam sobre ela. Abordam também conteúdos destinados aos pais em revistas para adultos que retratam o universo da criança; e, também, pesquisas que analisa a criança como alvo fácil para publicidade e consumo.

Os autores Dertonio (2006), Coutinho (2007) e Fischberg (2007) têm em comum o fato de se debruçarem em suas pesquisas para analisar os conteúdos destinados a uma revista específica ao público infantil. Dertonio (2006), com a dissertação *A poética da mídia impressa para o público infantil, um estudo de caso da Revista Recreio*, analisou, por meio de um estudo de caso, como as crianças veem o seu tempo, interpretam os seus valores, escolhem os seus referenciais e se relacionam com a interatividade entre as mídias. A mídia escolhida foi a *Revista Recreio*, edição de nº166,

ano 2003, que tem como capa e matéria principal os X-Men. O autor revela que a *Recreio* fala das expectativas e vontades de crianças dos 7 aos 10 anos; e que era possível analisar “a força do mercado editorial voltado para os produtos infanto-juvenis”. (DERTONIO, 2006, p.14). Revela que essa revista não vê o público infantil como miniadultos, e não se revelam em “marionete da sociedade de consumo” (DERTONIO, 2006, p.18). O autor destaca ainda nesse estudo de caso que a criança, ao ler a história dos X-Men, sente-se mais segura em relação a seu futuro; às mudanças que irá enfrentar por poder entrar em contato com aspectos seus que se revelam com possibilidades de solucionar problemas. Para tanto, se utilizam de analogias entre os personagens e da história, com aspectos de sua realidade.

Dertonio (2006) escolhe, portanto, uma revista dirigida especificamente ao público infantil e apresenta a criança em uma representação de segurança e não dependente de manipulação do mundo dos adultos. A criança, em seu estudo, ao se fortalecer e se firmar em relação às histórias de ficção, não se confunde com essa dimensão e se apropria da realidade.

Coutinho (2007) também revelou interesse por parte dessa mídia escrita destinada à criança. Essa autora, em sua dissertação de mestrado *O caipira Chico Bento e a preservação nacional na obra de Maurício de Sousa*, analisa as revistas em quadrinhos *Chico Bento*, do autor Maurício de Sousa. A autora revela que o mundo rural relaciona-se com o nacional em textos e imagens que o autor tem como “A opção por uma pedagogia normatizadora em detrimento de reflexão profunda” (COUTINHO, 2007, p.108). Coutinho se propõe descrever essa trajetória normatizadora em que o contexto nacional e o cotidiano do mundo rural despontam em contrastes que elucidam não só as especificidades de cada mundo, mas também o que generaliza e nacionaliza. As histórias revelam também a ideia de preservação e comportamentos desejáveis em relação ao corpo.

Nessa mesma temática de estudos relativos a personagens de Maurício de Sousa, especificamente o personagem Chico Bento, temos a dissertação de mestrado de Cório (2006) com o título: “O personagem “*Chico Bento*”. Suas Ações e Seu Contexto: Um Elo Entre a Tradição e a Modernidade”. Essa autora analisa as histórias em quadrinhos de Chico Bento, no qual “o personagem preserva a identidade “caipira”

por não se modernizar dentro dos parâmetros da cultura contemporânea, nesse sentido, Chico Bento denota a fragmentação do indivíduo inserido na cultura atual”. (CÓRIO, 2006, p.19).

Cório revela que Chico Bento, personagem de Maurício de Sousa é um representante do homem do campo e na atualidade apresenta sinais de modernização. É retratado em suas histórias como um personagem ingênuo e “personifica a bondade, a simplicidade do homem do campo, que são características que o identificam”. (CÓRIO, 2006, p.166).

Coutinho (2007) resgata deferentes passagens das histórias de Chico Bento para ilustrar a determinação de seu criador em disciplinar normas de condutas como a preservação da natureza e valores da tradição rural, de modo não só a confrontar com a dimensão urbana, mas também integrando um sentido maior de nacionalização.

Outra autora que tem como foco a mídia impressa infantil é Fischberg (2007), que no empenho de compreender a mídia especializada infantil, confronta-a com a mídia impressa destinada ao adulto para entender o que elas, as crianças, pensam dessa forma de comunicação. Nesse sentido, Fischberg (2007), em sua dissertação de mestrado *Criança e jornalismo: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil*, descreve e analisa modos de interação entre crianças (59 crianças, de faixa etária em torno dos 11 anos) e veículos jornalísticos a elas destinados, a partir do modo como elas realizam a leitura de impressos jornalísticos voltados para o público infantil, especificamente a revista *Recreio* e o suplemento *Globinho*; que considerações fazem sobre texto, imagens e pautas destes veículos; e o que fazem com as informações de que se apropriam. Registrou-se também a fala dessas crianças sobre os materiais impressos a elas oferecidos e a observação de suas práticas leitoras. A autora teve como objetivo “estudar a recepção: realizar um estudo do material jornalístico a partir do que dizem as próprias crianças”. (FISCHBERG, 2007, p.12). Os resultados apontam grande interesse dessas crianças por notícias, mas aquelas que fazem parte do jornalismo feito para adultos e não só para o público infantil. Não se verificou, especificamente, atração pelas informações dos suplementos destinados ao seu segmento, o público infantil.

Essa pesquisa revela que o público infantil não se refugia em uma denominação categorial em relação à sua prática leitora de que se estabelece em infanto-juvenil. Esse nicho parece, na prática, não representar uma verdade a ser vivenciada pelas crianças ao serem oportunizadas ao encontro de outras fontes de mídia escrita teoricamente destinada a adultos. Interessante ressaltar que a autora, ao incluir a fala das crianças no conjunto de estratégias metodológicas, oportuniza saber sobre aquele de quem se fala por sua própria palavra. Esse tipo de pesquisa se revelou único entre as dissertações aqui analisadas.

Como é possível constatar Coutinho (2007), Fischberg (2007), Dertonio (2006) e Cório (2006) em comum, dirigem atenção de suas pesquisas à mídia destinada especificamente ao público infantil. São autores que revelam, a partir das especificidades de seus objetos de análises, uma dimensão da criança. Criança que constrói sua realidade sem se confundir com a ficção, mas, ao contrário, se utiliza dessa dimensão mágica para enfrentar os problemas. Essa é a criança que encontramos em Dertonio. Já Coutinho e Cório, com a ingenuidade e sabedoria do campo, do caipira Chico Bento apresentam o campo como o lugar onde se pode melhor aproveitar para ser criança. A criança do campo e da cidade é retratada com estranhamentos mútuos. “A infância da roça era retratada como sendo marcada pela natureza e pela interação entre pessoas, enquanto a da cidade, pela tecnologia e pelo isolamento”. (COUTINHO, 2007, p.67). Fischberg (2007) revela uma criança que pode falar sobre si mesma; ressaltando uma visão ampliada do potencial humano infantil de se fazer entender e de compreender o mundo. A criança é retratada, não como um adulto, mas apropriando-se e ampliando seu campo de ação para além do convencional para essa temporalidade tratada de infantil. A autora, no que diz respeito à prática da leitura, encontra limites mais expandidos do que se destina especificamente à criança.

A mídia especializada para o público infantil também foi analisada com a intenção de verificar o interesse por produtos pela criança e a relação com o consumo na dissertação de mestrado *Brincado de consumir: as figuras de linguagem na publicidade em revistas para crianças*, de Mendonça, N. (2005). Essa autora teve como objetivo principal analisar os recursos linguísticos e retóricos empregados nas

publicidades impressas em revista semanal *Recreio* da Editora Abril, no período de outubro de 2000 a outubro de 2003, direcionada ao público infantil, bem como o uso de outros recursos como cores em imagens, e as relações entre eles para construir o discurso persuasivo. Procurou também caracterizar esse público infantil, a fim de mostrar como se comportam e reagem frente a ações que dependem, na maioria dos casos, da interferência dos adultos – o processo de compra/aquisição dos produtos. A pesquisa revelou que as crianças são alvos fáceis para publicidade e para consumo através da presença dos recursos retóricos: metáfora, metonímia e hipérbole, o “jogo” polissêmico e o autonímico, a influência das cores e das imagens constrói um discurso que se propõe a convencer, seduzir, provocar a mudança de ideias e formas de comportamento. Desse modo, o conceito de criança que podemos extrair dessa pesquisa é o de uma criança “imagem de “vendas”, pois compram, aliciam os adultos a comprar, e vendem para retribuir o mítico – carinho e amor” (MENDONÇA, N., 2005, p.54). Elas representam, portanto, uma ‘ponte’, um canal de ligação com os pais, para aquisição de produtos. Podemos considerar que a criança é “presa” fácil diante do arsenal de recursos linguísticos, retóricos, uso de cores e imagens empregados nas publicidades impressas, de revistas destinadas ao público infantil. A autora reconhece que “[...] as crianças podem ser consideradas, hoje, como um cliente ‘potencial’, pois ela é capaz de comprar e fazer comprar.” (MENDONÇA, N., 2005, p.93).

Nesta revisão de produção acadêmica em mestrado de mídia impressa destinado à criança, foram encontradas duas produções que remetem à criança o foco das revistas pesquisadas, mas que não são direcionadas às crianças e, sim, a adultos, particularmente aos pais no que se refere a instruções, orientações e normas sobre a atenção e cuidados frente à criança. São pesquisas que se debruçaram sobre os conteúdos destinados aos pais especificamente em revistas para adultos que retratam o universo da criança.

As pesquisas, que têm esse enfoque, se destacam nos trabalhos de Santos, C. (2004a) e Moura (2007). Santos, C. em sua dissertação *A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero* analisa a constituição das identidades de gênero na infância dentro da faixa etária de 0 a 6 anos; a partir de representações do que é ser mulher e homem, menina e menino,

homossexual e heterossexual, de revistas sobre a temática infância (*Crescer em Família, Pais & Filhos, Meu Nenê e Família*) durante os anos de 2000 a 2002. A autora verificou que estas revistas buscam “governar os corpos infantis através de relações poder / saber sobre os pais, sendo o poder compreendido como uma ação sobre outras ações possíveis.” (SANTOS, C. 2004a, p.41). As análises foram agrupadas em quatro temáticas: 1) artigos sobre decoração de quarto de bebê e crianças, 2) matérias sobre brinquedos, 3) matérias sobre moda infantil e 4) matérias sobre educação, saúde, alimentação, etc.

A autora, utilizando essas revistas, avalia o papel do pai e da mãe. Esta última com um direcionamento mais extensivo e específico nos cuidados frente à criança. Analisa “como os discursos presentes nas publicações para pais, mães e educadoras posicionam meninas e meninos, e através de que saberes tais posições são legitimadas.” (SANTOS, C., 2004a, p.132). As revistas guardam uma semelhança ao procurar ensinar pais e mães como agir, sobretudo em relação aos cuidados infantis.

Nessa mesma linha de pesquisa, mas utilizando-se de uma mídia impressa mais antiga, contextualizada em outro momento histórico, Moura (2007), com a dissertação de mestrado *A Noção de Infância no Brasil na Década de 1930: Uma Análise da Revista Infância*, investigou a noção de infância na década de 1930, período em que a proteção à infância na cidade de São Paulo começa a ser difundido. A autora utilizou-se da revista *Infância*, publicada no Brasil pela Cruzada Pró-Infância, órgão com a finalidade de combater a mortalidade infantil e o analfabetismo e, promover a educação de crianças. Essa revista tinha como público-alvo as mães de classe alta que colaboravam com a Cruzada para cumprir seus objetivos entre as classes baixas. Moura constata que os textos da revista *Infância* se utilizaram de conhecimentos científicos nas áreas de saúde e educação para contribuir na condição de uma qualidade de vida melhor para as crianças, direcionando para uma conquista melhor no futuro do adulto. A autora conclui que a revista *Infância*, ao utilizar informações científicas para os leigos, foi uma publicação de vanguarda e que a psicologia e a educação tiveram grande espaço e reconhecimento.

As produções acadêmicas de Santos C. (2004a) e Moura (2007), independentemente de não analisarem mídias impressas destinadas à especificidade

infantil, esmeram-se em verificar, a partir de revistas direcionadas ao público adulto, mas com foco em atenção à criança e/ou a temas relacionados ao universo infantil de situar e reconhecer a criança como destaque a ser compreendido. Especialistas se empenham em explicar e direcionar o vir a ser da criança a partir do que compreendem como adequado ou desviante nas condutas dos pais, particularmente, das mães.

Nos trabalhos de Santos, C. (2004) e Moura (2007), a criança é o foco. Os pais e as mães são agora representados como 'pontes' de ligação ao universo a ser cuidado da criança. Esse resultado se contrapõe ao que encontramos em Mendonça, N. (2005), em que a criança tinha como função precípua de ligar os pais, para aquisição de produtos.

Verificamos que todas essas produções acadêmicas em dissertação de mestrado (Coutinho (2007), Fischberg (2007), Moura (2007), Dertonio (2006), Mendonça, N. (2005), Santos, C. (2004a)) se utilizam de revistas para compreender o mundo infantil. A mídia escrita revelou-se extremamente fecunda em oferecer elementos para a compreensão do que é ser criança. Por caminhos distintos reconhecem e/ou identificam a criança em uma passividade desprovida da possibilidade de ter e demarcar seus interesses estando sujeitas à influência da mídia na aquisição de novos comportamentos e produtos. Por outro lado, também foi reconhecido que a criança pode exercer um papel mais dinâmico e integrador com o mundo adulto.

Em relação aos pais, a mãe representa mais presença e referência ao se pensar em cuidados com a criança. A eles, de acordo com revistas analisadas, precisam se adequar às normas estabelecidas pelos especialistas que se dedicam a 'ensinar' o que é a criança.

7 REVISÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS UTILIZANDO-SE DA MÍDIA ESCRITA EM REVISTA DESTINADA AO PÚBLICO INFANTIL

Os artigos, que analisam em suas pesquisas a mídia impressa para a criança, se utilizam de diferentes estratégias metodológicas com a destinação, em sua grande maioria, de compreender os conteúdos destinados a esse público. Especificamente, alguns artigos estão diretamente vinculados à mídia endereçada às crianças. São eles os artigos de John (2005), que analisa o suplemento da Folha de São Paulo – *Folhinha*; Ferreira, M. F (2008b) que analisa revista impressa e homepage da *Recreio*; Ferreira, M. F (2007a) que estuda os suplementos de jornal *Folhinha*, *JCCriança* e *Tribuninha*.

Utilizo como estratégia para análise dessa revisão dos resultados dos artigos científicos descrever, em primeiro lugar, o objetivo e resultado obtidos pelos pesquisadores, compilados em breve resumos. Ao final do conjunto de todas as produções, demonstro pontos convergentes e divergentes. Essa estratégia não contempla necessariamente uma sistematização em períodos, mas antes, compreender o que representou como interesse dos pesquisadores no contexto infantil, a partir da mídia escrita dirigida à criança.

John (2005) explora em seu artigo “Formando consumidores: a construção da infância pelo suplemento “*Folhinha*” uma pesquisa com o intuito de verificar quais os conteúdos e discursos destinados à criança no suplemento infantil “*Folhinha*” do jornal Folha de São Paulo, e que tipo de adulto está contribuindo em sua formação. Esse suplemento está direcionado ao público infantil e pré-adolescentes que compõe a classe média e alta. A autora centralizou sua análise nas matérias da capa do suplemento e apresenta como resultado dois discursos ou categorias básicas: consumo e gênero. Reconhece que “a presença de outros tipos de discurso está quase sempre associada ao consumo” (JOHN, 2005, p. 9), posicionando as questões sociais em segundo plano. Conclui que o suplemento infantil, a *Folhinha* valoriza o “ter” distanciando a criança da compreensão e apreensões relacionadas a valores sociais e

da identidade cultural onde está inserida. Para a autora o ser criança fica comprometido.

Vemos no artigo de John (2005), ênfase dos produtores na compreensão do que se propaga para a criança no suplemento *Folhinha*. Analisa os conteúdos e abstrai uma compreensão da criança a partir do que se planeja para ela. Essa exterioridade em relação à criança foi contemplada de modo mais minimizado na pesquisa de Ferreira, M. F., (2007a), que também analisou o suplemento *Folhinha* e *JCCriança* e a *Tribuninha*. Essa autora, em seu artigo *Infância em papel: o jornalismo no interior*, procurou verificar a influência e o fascínio que os conteúdos dos suplementos infantis *Folhinha*, *JCCriança* e *Tribuninha*, editadas em outubro de 2005, exercem sobre seus leitores. A autora verificou que “o papel dos suplementos, enquanto educador e transmissor de informações que contribuam para o enriquecimento do repertório infantil, foi pouco explorado nas edições analisadas”. (FERREIRA, M. F., 2007, p.4). Expandindo a pesquisa para um trabalho de campo em escolas, Ferreira, M. F. (2007) contactou 65 alunos de escolas públicas e 57 alunos da rede privada das cidades de Araraquara e Bauru, locais onde se editam os suplementos. Ela procurou observar a receptividade dos produtos jornalísticos em análise e verificar sua opinião sobre os mesmos, através de alunos da 5ª série em torno dos 10 a 12 anos, utilizando-se de questionários e dinâmica de grupo. Desse modo, garantiu-se espaço para as falas e a criação das crianças. Ferreira, M. F. (2007) apreende da pesquisa que as crianças se satisfazem com os suplementos, ao mesmo tempo e que percebem a ausência de conteúdo informacional. Elas reivindicam a presença desse conteúdo em um contexto de fácil assimilação, marcado por uma linguagem acessível e com cuidados em relação à forma, com usos de figuras e desenhos. A autora revela, ainda, que grande parte do interesse das crianças reside na exploração dos suplementos na forma de entretenimento. A autora conclui que os suplementos, ao não retratarem os problemas da realidade, sobretudo relacionados à infância, excluem do leitor informações pertinentes a ele, de modo a contribuir para sua alienação.

Essa pesquisa de Ferreira, M. F. (2007) e a de John (2005) apontam para a ampliação do processo aliciatório e ideológico constituído pela mídia impressa em afastar a criança da realidade em que vive. Ao que indicam os resultados, esse público

se torna refém da mídia com suas estratégias e distanciamentos em relação ao universo infantil, levando-os ao consumo e à alienação. A mídia infantil também parece cumprir, de modo satisfatório, uma demanda ligada diretamente aos interesses da criança; refiro-me à sedução da programação ligada ao entretenimento. Ferreira, M. F. (2008) em outra pesquisa, agora se utilizando da mídia impressa e *on-line* reforça essa capacidade lúdica da mídia, além de denunciar que quem fala sobre criança e seus interesses são os produtores. Não há uma comunicação da criança para quem produz para ela. Em seu artigo "*Recreio*: uma análise comparativa de mídias infantis" analisou comparativamente o produto *Recreio* em uma edição impressa e outra *on-line*. Sua proposta foi a de verificar os conteúdos transmitidos em uma abordagem quantitativa e identificar as categorias de análise: informação, serviço, publicidade e entretenimento. Identificou que o caráter lúdico e de diversão prevalece no conteúdo da revista. A autora também estabeleceu como intenção de pesquisa a análise da construção e representação de conceitos e elementos inerentes, ou não, à infância no contexto da capa e da *homepage* da *Recreio*. Nesse sentido "as duas amostras revelam o padrão de infância pretendido e difundido pelos produtores da mídia infantil *Recreio*: uma criança independente, autônoma, vaidosa, mas que respeite os limites do cotidiano, uma vez que é um ser de relações naturais." (FERREIRA, M. F., 2008, p.460-461). Verificou-se que ocorre ideologicamente que as crianças devem buscar divertimento, autonomia, liberdade, relacionar-se com o mundo exterior, para sentir prazer e ser feliz. A autora constata, ainda, que são os produtores midiáticos os protagonistas na produção dessas mídias estudadas deixando dúvidas se a criança é mesmo contemplada em sua totalidade independente da contribuição do produto *Recreio* em uma edição impressa ou a *on-line*. "Nessa perspectiva, há um distanciamento do que é essa infância na realidade, já que não verificamos uma intervenção infantil direta nas publicações." (FERREIRA, M. F., 2008, p.461).

Esses artigos revelam uma mídia endereçada ao público infantil e aos pré-adolescentes, sendo estes, representados por uma classe social média e alta. Trata-se de um público que têm acesso a suplementos de pais que são leitores e consumidores.

O interesse reconhecido por Ferreira, M. F. (2007) de que as crianças têm desejo mais ampliado no consumo desse produto (mídia impressa – suplemento) não altera

sua 'degustação' e, conseqüentemente, se transforma em lugar de brincar e de incorporar pelas propagandas o desejo de consumo. Se a mídia impressa não contempla a criança em sua realidade e totalidade, parece criar, então, outra realidade infantil.

A força dessa impressão do conglomerado midiático, da complexidade da globalização midiática de modo a ampliar seus tentáculos para além da criança em uma função pedagógica, pode ser bem compreendida no artigo de Moreira (2003), "Cultura Midiática e Educação Infantil" que apresenta uma fecunda discussão sobre a cultura midiática e a educação infantil. Descrevendo a complexidade da globalização midiática, analisa o impacto social no campo da indústria cultural. O autor desenvolve essa análise a partir de dois eixos temáticos: a midiaticização da cultura e a produção da cultura midiática; e a função socializadora e pedagógica do sistema midiático-cultural nas sociedades modernas, com um acento sobre a publicidade.

Explorando a temática da midiaticização da cultura e a produção da cultura midiática, Moreira (2003) revela que há modificações profundas no âmbito da cultura, o que incita crises nas instituições tradicionais (escola, família, religiões, Estado, culturas locais), influenciando o cotidiano, a linguagem e as crenças. Reconhecendo que as formas simbólicas sempre estiveram na responsabilidade da família, da escola, da religião e do Estado, Moreira (2003) aponta para uma mudança, em nossos dias, a de uma cultura midiática, dos conglomerados midiáticos. Ele compreende que a mídia, exercendo uma função pedagógica, ocupará pais, mães, educadores e agentes pedagógicos na compreensão e impacto dessa transposição nos próximos anos.

A mídia impressa que se refere à criança nem sempre está atrelada a produções voltadas para o público infantil. Encontramos em Santos C. (2004b) interesse em seu artigo em utilizar, para sua análise, revistas sobre crianças, mas destinadas aos pais. O artigo extraído de sua dissertação de Mestrado, *A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero*, teve como objeto de análise os discursos que, atualmente, vêm constituindo, desde a mais tenra infância, as identidades de gênero dentro da faixa etária de 0 a 6 anos. Utilizou-se, para tanto, das revistas sobre a temática infância (*Crescer em Família, Pais & Filhos, Meu Nenê e Família*) durante os anos de 2000 a 2002. Santos C. (2004b) procura compreender

como são produzidas as noções de masculinidade e feminilidade nos sujeitos infantis, agrupando em quatro temáticas seu estudo: 1) artigos sobre decoração de quarto de bebê e crianças, 2) matérias sobre brinquedos, 3) matérias sobre moda infantil e 4) matérias sobre educação, saúde, alimentação, etc. Os resultados revelam que essa mídia escrita desempenha uma função pedagógica quando ensina os pais, sobretudo as mães, como lidar com seu filho, constituindo, desse modo, um direcionamento quanto à definição de identidade, representando um investimento da cultura na produção de sujeitos femininos e masculinos.

[...] as características dos sujeitos femininos encontradas remetiam, em sua maioria, ao espaço doméstico, à maternidade e à sedução, enquanto as características dos sujeitos masculinos remetiam à prática de esportes e às ações ligadas a carros e armas (estes representados através de brinquedos ou desenhos aplicados às roupas ou às paredes dos quartos). (SANTOS C., 2004b, p.11).

Trata-se de uma mídia que ‘educa’ quem tem a função de educar a criança – os pais. Fica claro no artigo que, ao referir-se aos pais, é quanto à mãe que os produtores dessa mídia se colocam, posicionando-se às normas de conduta e comportamento. A criança, mais uma vez, é ‘tocada’ externamente (mídia impressa – produtores; especialistas) por intermédio de seus pais, sua mãe.

Essa percepção de que a mídia interpõe a mãe para ditar modelo e normatização, foi um ponto comum nos trabalhos da pesquisadora Brites (2000a; 2000b), através da utilização na pesquisa de duas revistas que se direcionam diretamente à família e particularmente à mulher e sobre política e caricatura na década de 30 e 50. BRITES (2000a), em seu artigo “Crianças de revistas (1930/1950)”, analisa algumas imagens fotográficas, discutindo seus campos temáticos e alguns procedimentos de análise que contribuíram para a caracterização das crianças no universo social brasileiro, utilizando-se dos periódicos *Vida Doméstica* e *Fon-Fon* entre os anos de 1930 a 1959. A revista “*Vida Doméstica* era muito mais dirigida à família e ao lar, enquanto a outra publicação se dedicava prioritariamente à caricatura e à política [...]” (BRITES, 2000a, p.165). Estas revistas estavam direcionadas prioritariamente às mulheres que tinham uma condição financeira mais privilegiada. A criança referenciada nas publicações também era de poder aquisitivo alto sendo eventuais as referências

relativas às crianças do universo da pobreza. A autora verificou que as fotografias das crianças veiculadas por essas mídias “foram consideradas como referenciais importantes na construção de uma infância idealizada: robusta, bela e alegre” (BRITES, 2000a, p.163). Nesse sentido, o bebê mereceu lugar de destaque em seções específicas para as mães sob orientação médica para cuidar da manutenção e conquista dessa idealização. Outro aspecto relevante encontrado pela autora era a sintonização da criança com o padrão adulto. Imagens retratam crianças vestidas como adulto em miniatura. Revela também a diferença de gênero que se presentifica, sobretudo em Fon-Fon, onde as meninas eram referenciadas como ‘graciosas’ ou ‘interessantes’; e os meninos como ‘inteligentes’. A criança vivia a religiosidade e os registros de imagens nesse contexto, conferiam a preconização da imagem da criança com relação à inocência. A autora analisa, ainda, outros vieses de registros de fotografias que situam a criança no contexto de saúde, educação, moda e de instituições.

A pesquisa desvela uma construção através das imagens fotográficas de modo a reforçar a criança de condição financeira alta, alegre, robusta e bonita. Há uma idealização de uma criança que repete o padrão adulto. O desenvolvimento do bebê se evidencia de forma mais explorado pela mídia, justificando e/ou explicando a necessária presença na família das determinações dos especialistas que escrevem nas revistas e ditam as normas de como deve ser a criança.

Essa mesma autora (BRITES, 2000b) em outro artigo “Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50)”, apresenta a construção da imagem da infância a partir de diferentes produtos: eletrodomésticos, móveis, remédios, alimentos, iluminação etc. veiculados na propaganda brasileira. A propaganda fica marcadamente registrada como agente transformador do estilo de vida e de comportamento, mudando hábitos e costumes.

A propaganda, nesse contexto, apareceu como mito da vida moderna, apresentando-se enquanto solução mágica para tudo, com os produtos veiculados trazendo alegria, felicidade, sucesso, sendo a família – inclusive a criança – realizadora desse projeto porque consumidora. (BRITES, 2000b, p.256).

O artigo apresenta, como perfil de criança, objeto de interesse nas publicidades, que faziam parte de uma família que tinha acesso ao consumo. Estas, de um modo geral, eram vinculadas à mãe e ao contexto dessa família em associação à diversidade dos produtos a serem propagados. Essa deferência à infância nas propagandas nem sempre se mostram diretas, ao contrário, sua presença como consumidora já representaram de forma indireta os interesses das revistas que divulgavam as propagandas, um modo de alcançar toda a família. A autora constata que a temática da saúde na infância esteve sempre presente e valorizada, justificando entre outros aspectos a preocupação com a mortalidade infantil. A criança reconhecida e propalada tinha o sentido de vida saudável. Elas precisavam ter uma robustez, possuir corpo e mentes sãos. E é, nesse sentido, que: “[...] as publicidades em jornais e revistas anunciavam uma série de produtos destinados à formação do corpo forte como elemento fundamental do ser criança, em especial, remédios e alimentos. A indicação do leite para a criança foi uma constante.” (BRITES, 2000b p. 257).

Importante também ressaltar a responsabilização pela saúde das crianças, dirigidas prioritariamente às mães; os maridos não eram concebidos como preparados e orientados para essa função. A autora conclui que, nesse universo da publicidade brasileira dos anos 30 a 50 do século XX, demonstrou que, desde muito cedo, consumir faz parte da vivência da criança.

É possível constatar que a criança, enquanto ente específico com desejos, necessidades e fala, não foi considerada nem no início do século XX até o início do século XXI.

A criança, como fica transparente nesse último artigo de Brites, é usada direta e indiretamente para alcançar os bolsos da família em condição de consumir. Essa temática do consumo permeou outros artigos que reforçam o poder da mídia impressa em determinar desejos, sonhos.

A criança e a necessidade de cuidar de sua saúde será a chave para que se possa responsabilizar a mãe, ao mesmo tempo em que ‘alguém’ a ensina como cuidar de seu filho. Parece instalar-se pela mídia impressa um modelo de mãe para que o modelo de criança siga inalterado para criança saudável e robusta; pelo menos é o que se estabelece nas décadas de 30 e 50 do século passado.

9 MÉTODO

Esta tese de doutorado se propõe a uma pesquisa de cunho histórico. Os instrumentos de pesquisa são: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa histórica documental, que possibilitou ter um recorte histórico analítico, realizadas a partir da análise de fontes primárias.

O *corpus* documental, que comporta as fontes primárias utilizadas na pesquisa, foi conquistado junto à Biblioteca Nacional.

Utilizaremos como aporte teórico a fundamentação bibliográfica em autores e pesquisadores que retratam a mulher, a criança, mídia escrita para mulher e mídia escrita para criança (seção 2, 3, 4, 5, 6 e 7).

8.1 DA PESQUISA

A tese de doutorado esta dividida em dois blocos de diferentes seções.

O primeiro bloco retrata a 1ª PARTE da tese de doutoramento onde se evidencia o aporte teórico sobre o objeto de pesquisa (seção 2, 3, 4, 5, 6 e 7); e o segundo bloco que representa a 2ª PARTE da tese, onde retrata a exploração do objeto de pesquisa a partir das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* (seção 9) compreendendo a período de 1940 a 1950.

Questões de Investigação

- Qual a idealização constituída pelos especialistas sobre as mulheres em artigos destinados a elas em seções das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*?
- Como é apresentada a mulher mãe a partir de quem escreve os artigos em seções destinados as mulheres mães?

- Quem é a mulher retratada nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*?
- Que criança (seu perfil; tipo; idealização) é essa estabelecida nos artigos destinada as mulheres mães que precisavam disciplinar e normatizar os corpos infantis?

Hipótese

O ideal médico (especialista que escrevia para as revistas) de disciplinar os corpos infantis convergem para a maternidade o destino de ser mulher.

1ª PARTE

O primeiro bloco da tese retrata a 1ª PARTE da pesquisa onde se evidencia o aporte teórico sobre o objeto de pesquisa (seção 2, 3, 4, 5, 6 e 7) em uma revisão bibliográfica onde contextualizo historicamente quem é a mulher e a criança no Brasil.

Esse referencial teórico foi estabelecido de modo a convergir informações relevantes do meu objeto de pesquisa através de uma revisão bibliográfica referente à mulher (seção 2) e a criança (seção 3) inseridos no contexto familiar e médico; e de uma revisão das produções acadêmicas (teses de doutorado, dissertações de mestrado, e artigos científicos) que exploraram em suas pesquisas a mídia escrita em revistas destinada a *mulher* (seção 3 e 4) e a *criança* (seção 6 e 7).

Para essa intenção de analisar o contexto de como as mulheres são retratadas nessas seções das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler*, e *A Cigarra*, foi preciso resgatar a contextualização da mulher no Brasil. A seção 2 desta tese (Mulher), procurou compreender a trajetória da mulher no Brasil, a partir de diferentes pesquisadores e pesquisadoras, com o propósito de reconhecer e compreender o (os) lugar (lugares), fala (falas), visibilidades (invisibilidades) do que se diz sobre a mulher. Busco fundamentar sobre a mulher no Brasil Colônia, Império e República.

Como contraponto dos resultados obtidos em minha análise, utilizo também de pesquisas acadêmicas que mantêm uma similaridade com o meu objeto de estudo. Nesse sentido, a seção 3 (Revisão das produções acadêmicas em mestrado e

doutorado utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público feminino) e a seção 4 (Revisão de artigos científicos utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público feminino), contribuem para esse propósito, uma vez que, a academia debruça-se sobre a temática feminina com grande interesse.

Outro aspecto, diretamente relacionado ao objeto de análise, em relação às mulheres-mães, é o filho. Os autores, especialistas que escreviam para as mães, utilizaram de características e necessidades infantis, com intuito de aproximar-se delas e discipliná-las. Nesse contexto, a criança é utilizada como fonte objetiva de interesse dos especialistas, que escreviam para as seções das revistas, mas que conduz a mãe a um modo de se fazer presente e reconhecida.

Pesquisando a mulher-mãe, resultou, naturalmente, a pesquisa da criança. Diante dessa implicada rede relacional, constituímos as seções 5 (Criança) com o firme propósito de resgatar a história da criança no Brasil, conduzindo para nossa análise de pesquisa em relação à historicidade da mulher e mãe. Buscou-se verificar de que modo a criança se transforma em elo na relação com a mãe, e dos especialistas que falam de ambos.

Entendemos como necessário nesse conjunto de dados sobre a mulher e a criança somar o outro lado do *continuum* das produções acadêmicas, que se debruçaram em pesquisar a mídia escrita voltada à mulher; agora, o de verificar as produções endereçadas ao público infantil. De que modo essas produções não são reveladoras do lugar de quem colocou essas crianças como leitoras no mundo, as mães? Reservamos, assim a seção 6 (Revisão das produções acadêmicas em mestrado e doutorado utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público infantil) e a seção 7 (Revisão de artigos científicos utilizando-se da mídia escrita em revista destinada ao público infantil) para compor essa análise comparativa.

2ª PARTE

O segundo bloco que representa a 2ª PARTE da tese, onde retrata a exploração do objeto de pesquisa a partir das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* (seção 9)

compreendendo a período de 1940 a 1950, analisa as fontes primárias (*corpus* documental) que possibilitou ter um recorte histórico analítico através das revistas destinadas ao público em geral com ênfase na mulher. Compõe o *corpus* documental as revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* analisada na seção 9.

Escolha do *corpus*

Para esse estudo utilizo todos os artigos de cada revista *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* disponibilizada em forma de seções específicas para mulheres e mães. O conjunto dessas revistas apresenta em sua editoração uma seção destinada à mulher e mãe nos cuidados com a criança a partir do ano de 1940. A manutenção dessas seções nas revistas não foram os mesmos, nesse contexto vamos encontrá-la na revista *Fon Fon* entre o ano de 1940 a 1958; na revista *Vamos Ler* entre os anos de 1940 a 1946 e na revista *A Cigarra*, a partir de 1940 até 1973. Desse modo, a delimitação temporal do aparecimento dessas seções destinadas aos cuidados da criança pela mulher mãe tem seu marco inicial a partir de 1940. A descoberta dessas fontes primárias logo se revelou em preciosidade. Tão logo solicitara as microfilmagens desses artigos, junto à Biblioteca Nacional, muitas dessas revistas se tornaram indisponíveis ao público, uma vez que as páginas se desfaziam pelo manuseio no momento da microfilmagem.

O conjunto dos artigos que compõe as seções das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* configura a fonte documental, com o objetivo de identificar e caracterizar o lugar da mulher e da criança a partir do olhar disciplinador de seus corpos ditados por especialistas que escreveram nos anos de 1940 a 1950.

As seções destinadas às mulheres para uma mesma revista e entre as revistas têm denominações distintas e o mesmo para os autores que escreviam para *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*.

Desse modo, a delimitação temporal do aparecimento dessas seções, destinadas aos cuidados da criança pela mulher-mãe, tem seu marco inicial a partir de 1940. Considerando toda essa linearidade, delimitamos a análise dessas fontes

primárias entre os anos de 1940 a 1950, constituindo duzentos e treze artigos das três revistas.

A escolha das revistas como objeto de análise partiu da constatação de que as mesmas representam objetos de pesquisa ainda não explorados pela academia como foi possível constatar nas seções 3 e 4, em que o universo feminino foi explorado, em diferentes pesquisas acadêmicas utilizando-se de vários caminhos e estratégias, tendo como fonte as revistas destinadas ao público feminino. A mulher foi o centro de interesse e de estudo de diferentes pesquisadores (ver seção 3 e 4). A grande maioria das pesquisas de mestrado e doutorado dessa extensa revisão acadêmica das seções 3 e 4 direciona seu objeto de estudo para as capas das revistas, editoriais, propagandas, cartas das leitoras. Nesse contexto, não encontramos pesquisas que usassem a mídia dirigida ao público feminino e ao público em geral, que se apropriassem especificamente de textos e/ou seções dirigidas à mulher mãe. Essa constatação retrata o ineditismo da proposta desta tese, que busca preencher parte desse recorte ainda não estudado e que representa grande valor na ampliação do olhar voltado à mulher.

Característica do *corpus*

Essas três revistas intitulavam as seções, de modo a criar identificação com um tipo específico de leitor, a mulher-mãe. Abaixo, descrevo cada revista, e a periodicidade em anos de sua publicação, respectivas seções, o título da seção com o respectivo escritor e especialista:

- Revista *Fon Fon*: Entre os anos de 1940 a 1943, Dr. De Lamare escreveu na seção “**Conselhos às Mães**”;
Entre os anos de 1945 a 1946, Ruth M. Bittencourt Rios escreveu na seção “**Epistolário Materno**”
Ainda no ano de 1946, Dr. Flávio Lombardi escreveu na seção “**Como Criar Nossos Filhos**”. Nesse ano, outros artigos

relacionados aos cuidados com a criança e não fizeram parte de uma seção específica, foram produzidos por: Anna W. M. Wolf e Lois Campbell.

No ano de 1947, artigos relacionados aos cuidados com a criança e não fizeram parte de uma seção específica, foram produzidos por: Lucile March e Dr. Miton Senn.

No ano de 1948, Maria Cristina escreveu na seção “**Bazar Feminino**”. Nesse ano, outros artigos relacionados aos cuidados com a criança e não fizeram parte de uma seção específica, foram produzidos por: Edward T. Wilkes e Lois Howard.

No ano de 1949, artigos relacionados aos cuidados com a criança e não fizeram parte de uma seção específica, foram produzidos por: Hugo G. Beigel, Mary Conhnolly, Theodora Aronstam e Lasinha Luis C. de Caldas Brito.

No ano de 1950, Dr. Jayme Gudel escreveu na seção “**Puericultura**”.

- Revista *Vamos Ler*: Ano de 1940. Dr. Gastão Pereira da Silva escrevia numa seção intitulada “**Uma Página para as Mães**”.

Entre 1941 a 1946, não houve uma seção específica para as mães, mas encontramos artigos voltados aos cuidados com a criança de: José do Nascimento Borges, Dra. Germaine Larochoas, Dr. Arthur Ramos, Dr. Alvaro Murce.

- Revista *A Cigarra*: Entre os anos de 1948 a 1950, diferentes autores escrevia na seção “**Criança**”, dentre eles estão: Dr. De Lamare (1947), Dr. Meton de Alencar Neto (1947), Dr. Domingos Dângelo (1947), Dr. Herman N. Bundesen (1948), Dr. Silveira Sampaio (1947 a 1948), Maria Luiza (1949) e autor ou autores sem identificação (1948 a 1950).

Os especialistas que se detiveram mais frequentemente e se debruçaram nessa tarefa de dedicar textos e mensagens as mulheres mães, foram os médicos. Estes, ao

escreverem para essas seções específicas parecem fundamentar uma verdadeira educação da mulher para a função da maternidade.

8.2 DA ANÁLISE

O conjunto dos artigos dessas fontes documentais na seção 9 será descrita e analisadas a partir das técnicas utilizadas para a análise de conteúdo propostas por Laurence Bardin (2009) e a análise documental de Cellard (2010). Desse processo de análise, a tese se propõe a analisar e interpretar os textos dessas seções destinados à mulher-mãe das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*, de modo a descrever que mulher foi constituída na construção dos especialistas, que escrevem nesses artigos voltados para esse público.

As categorias de análise temática das fontes de dados são: As Mães / Os Médicos / As Crianças.

A escolha dessas categorias é decorrente da periodicidade estabelecida pelas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* em sua programação; especificamente no campo de análise dessa pesquisa, as seções e artigos direcionados a mulher-mãe e os cuidados com a criança.

Os especialistas que escrevem nessas seções são em sua grande maioria constituída por médicos que falam sobre as crianças a partir de um discurso normatizador e civilizatório. Desse modo, a mulher, o médico e a criança despontam como categoria explícita na protagonização do objeto de estudo. É possível afirmar que essa presença especializada do médico na mídia escrita é reveladora da ascensão da medicina social e higiênica no Brasil desde a segunda metade do século XIX com o movimento higienista e da puericultura que teve um grande expansionismo no início do século XX. A análise documental leva em conta o “contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado.” (CELLARD, 2010, p.299).

O conjunto desses artigos configura a fonte documental, com a finalidade de descrever, analisar informações das descrições e representações da mulher mãe,

caracterizada pelos especialistas, que escreviam a elas, nessas seções específicas destinadas a mulher no exercício da maternidade.

9 ANÁLISE DAS REVISTAS FON-FON, VAMOS LER e A CIGARRA

CONTEXTO DA MEDICINA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

No período colonial “a população contava para seu tratamento com vários profissionais, desde os curandeiros com suas raízes e benzeduras até os cirurgiões formados em escolas da Europa.” Ribeiro (1999, p.16). Não muito distante desta realidade encontrava-se o Brasil até o século XVIII, mesmo com a vinda de doutores da Europa. É a partir da segunda metade do século XIX que no Brasil amplia a intervenção médica com a criação de escolas médico-cirúrgicas. A medicina profissional segundo Besse (1999, p.23), “estava firmemente instalada no início do século XX, tendo os médicos assegurados para si fortes influência no seio da burocracia governamental, bem como no da população de classe média e alta.”

O século XX, “período historicamente conhecido como República Velha até o Estado Novo de Getúlio Vargas, o pensamento político predominante repercutiu no pensamento psiquiátrico, particularmente na ação da Liga Brasileira de Higiene Mental.” (RIBEIRO, 1999, p.25). A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) segundo Costa J. (2007) foi fundada no Rio de Janeiro, no ano de 1923, pelo psiquiatra Gustavo Riedel com o objetivo inicial de melhorar a assistência aos doentes mentais através da renovação dos quadros profissionais e os estabelecimentos psiquiátricos. O interesse dos cuidados aos doentes sofrerão mudanças a partir do ano de 1926, sua reformulação migra do interesse da cura para a prevenção passando agora “a elaborar projetos que ultrapassavam as aspirações iniciais da instituição e que visavam à prevenção, a eugenia e a educação dos indivíduos.” (COSTA J, 2007, p.46). Segundo Costa J. os médicos que faziam parte da LBHM, constituía a elite psiquiatra do Rio de Janeiro e talvez do Brasil, reproduzindo o pensamento ideológico da eugenia. Ribeiro (2003, p.72) reconhece que a LBHM “norteará os passos da psiquiatria infantil e

influenciará grande número de educadores, juristas, psiquiatras, políticos e psicólogos que, na época, se vinculavam a estudo sobre a criança.” Dacome (2003) revela que a LBHM teve inúmeras publicações em periódico entre os anos de 1925 a 1947.

O alcance dessa e de outras entidades

[...] tomaram frente em inúmeras tentativas de influir nas políticas nacionais, como educação, saúde e imigração, com pronunciamentos enquanto grupo ou através da representação direta de seus membros nas diversas esferas públicas, uma vez que muitos médicos eram elementos ativos na vida política nacional. (MAI, 2003, p.51).

A intervenção da LBHM estendeu-se aos meios escolar, profissional e social. “E é pela Instrução que dá o saber; pela Educação que forma o caráter; pela Higiene que defende a Saúde, que conseguiremos melhorar, cada vez mais, física, moral e intelectualmente o Brasil.” (GASPARINI, 1945, apud MAI, 2003, p.62). Sua penetração junto aos médicos influenciou o contexto de sua prática a incorporação do caráter preventivo diante dos princípios da higiene e eugenia. Costa J (2007, p.47) considera que “a eugenia foi o artefato conceitual que permitiu aos psiquiatras dilatar as fronteiras da psiquiatria e abranger, desta maneira, o terreno social.”

Dacome (2003, p.111) revelou que o movimento higienista, atrelado ao Estado,

[...] ainda que com as mais nobres intenções, torna-se aliado forte no processo de normatização dos indivíduos. [...], entretanto, queremos chamar atenção sobre o poder do saber médico, determinado dia após dia, no mais íntimo de nossa necessidade. No que diz respeito à higiene mental, o processo é ainda mais complexo. Atuando diretamente na família, as determinações, que na obra em análise aparecem como recomendações, dizem respeito à maneira de como criar os filhos, como conduzi-los, como exercer a autoridade, a disciplina, a alimentação e como proporcionar-lhes amor. Enfim, é a intenção de exercício do poder pleno em todas as instâncias da vida cotidiana do indivíduo.

Ao analisar os especialistas que escreveram para as revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* entre os anos de 1940 a 1950, preservo as descrições e considerações dos autores dentro do seu contexto histórico, todavia, procuro destacar elementos que permitem compreender os encaminhamentos sociais dessas intervenções sobre a mulher e a criança.

Encontramos como especialistas que escreveram nas referidas revistas uma maioria absoluta de médicos com forte influência acadêmica do higienismo e de ideais eugênicos e da puericultura.

Para a intelectualidade brasileira e para a elite política, pertencentes a uma classe social privilegiada que cultivava o preconceito racial e atribuía à mistura das raças os problemas sociais e de desenvolvimento existentes no Brasil, a ideologia eugênica vinha ao encontro de suas aspirações de condutores da nação. (RIBEIRO, 2003, p.72).

Constatamos que os ideais eugênicos e de higiene mental, estiveram presentes na constituição dos artigos dos médicos que publicaram artigos nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*. Eles revelaram a preservação da saúde e normalidade da criança, promovendo sempre as condições a serem cumpridas pela criança, com diretrizes de normatização a serem seguidas pelas mães. A intenção é que as crianças tenham uma saúde perfeita, além de disciplinarem e medicalizarem o fazer materno. Schwarcz (1993, p.206) explica essa tendência assim: “Prevenir antes de curar, erradicar o mal antes que ele se manifestasse era o lema dos higienistas especialistas no ramo.” Esse constituiu os ideais dos professores médicos que formaram os médicos que contribuíram na década de 1940 com artigos para as revistas. Será possível acompanhar nessa seção 9, o aprimoramento dos médicos em uma postura de prevenção a qualquer circunstância que possa desviar a criança da normalidade. Como bem explica Schwarcz (1993, p.207),

Essa é a época dos grandes projetos de saneamento que invadem dos lares às igrejas, dos portos às escolas. Nenhum detalhe escapa. Prescrevem hábitos alimentares, indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso de lugares públicos, pedem a educação higiênica na mais tenra idade escolar.

Autores como Dr. Arthur Ramos e Dr. Gastão Pereira da Silva, em destaque o primeiro, fizeram parte da Liga Brasileira de Higiene Mental e contribuíram com artigos na revista *Vamos Ler*. Ribeiro (2003, p.79) descreve Dr. Arthur Ramos como:

[...] um pioneiro em psicologia e higiene mental, tendo dedicado sua obra à criança brasileira e beneficiado o país com ideias, propostas e

estudos, como o trabalho realizado no Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro. Chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, fez observações até hoje atuais, cujas reflexões são similares às de autores com trabalhos publicados nas décadas de 80 e 90.

Dr. Gastão Pereira da Silva, entre outros médicos se diziam na época psicanalista ou seguidor de Sigmund Freud. Essa postura é reveladora do que representou a saúde mental nas primeiras décadas do século XX. Esta ainda estava se consolidando e buscava nos autores europeus os subsídios teóricos para sua estruturação. Assim, ao mesmo tempo em que se voltava para doutrina Freudiana, também se filiavam a Liga Brasileira de Higiene Mental.

Outros médicos que contribuíram para as revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* teve destaque no contexto histórico de suas contribuições. Podemos destacar também o Dr. Rinaldo De Lamare, que escreveu para as revistas *Fon Fon* e *A Cigarra*. De Lamare foi presidente da Academia Nacional de Medicina e da Sociedade Brasileira de Pediatria. Esses e outros autores médicos perpassam em seus artigos nas referidas revistas os ideais acadêmicos, políticos e sociais desse período, marcado como já destacado anteriormente por forte influência dos ideais higienista e eugênicos.

O eugenismo influenciou decisivamente os rumos tomados pelas práticas de higiene e educação sanitária até meados dos anos 40, do século passado. Para os higienista sociais, interessava a possibilidade apontada pelo eugenismo de utilização de todos os conhecimentos no sentido de melhorar física, mental e racialmente as futuras gerações brasileiras. (SILVA, 2003, p.143-144).

Haverá sinais de mudanças na proximidade do ano de 1950, onde os médicos começam a descobrir a criança por além dos cuidados físicos e morais. Iremos constatar na segunda metade da década dos anos de 1940, a presença de médicos de língua inglesa escrevendo artigos para as revistas. Ribeiro (2003, p.93) apresenta um panorama nacional no período analisado das revistas (1940-1950) que permite compreender o momento político que passou o Brasil, e as mudanças na postura médica dos artigos escritos para as revistas:

Os anos 40 são significativos para a História do Brasil. A República Velha, a economia agrário-exportadora e o Estado Novo vão ficando para trás. O país se moderniza, ganha uma usina siderúrgica, vai lutar na Europa, aprende como se faz democracia derrubando Getúlio Vargas, aproxima-se politicamente dos Estados Unidos.

O término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, trouxe consequências políticas significativas para o Brasil, uma mudança nos rumos que a República havia tomado. O fugaz namoro do Estado Novo com a Alemanha de Hitler já havia terminado desde que o governo Vargas declarara guerra às forças do Eixo, mas com a derrota definitiva da Alemanha, o Brasil 'filiou-se' também 'definitivamente' aos Estados Unidos, poderosos e vitoriosos. Cai a ditadura Vargas; eleições livres são realizadas e o país muda.

Essa aliança tem reflexo na ciência, na cultura e na tecnologia, trazendo para a área médica, para a educação e para a psicologia novos horizontes a serem vislumbrados.

CONTEXTO DAS REVISTAS FON FON – VAMOS LER – A CIGARRA:

REVISTA FON FON

PERÍODO DE ANÁLISE: 1940 A 1950

A revista Fon Fon apresentou nesse período de 1940 a 1950 uma intensa produção de artigos direcionada especificamente as leitoras mães. Somam cento e quarenta artigos, que ilustrarão o interesse de diferentes especialistas quanto aos cuidados maternos infantil.

De um modo geral, esses artigos foram organizados em seções específicas para as mães. Ao longo dos anos, porém, essas seções foram denominadas de forma diferente como ‘Conselhos às Mães’, ‘Epistolário Materno’, ‘Como Criar Nossos Filhos’, ‘Bazar Feminino’, ‘Puericultura’. Os autores também não se mantiveram os mesmos em todos os anos; houve mudança sobre quem assinava os artigos, bem como o direcionamento do conteúdo dirigido às leitoras mães.

Será visível a presença massiva dos médicos como especialistas nas produções.

Nos últimos anos, os autores brasileiros dividem espaço a produção dos artigos para autores americanos.

Diante da amplitude dos artigos analisados nesse espaço temporal, que abrange os anos de 1940 a 1950, a periodicidade das seções e dos autores que nelas escreviam, faço opção de apresentar ano a ano o perfil das produções. Desse modo, ficará mais pontual a evolução gradual das conquistas e dos retrocessos que representou a presença desses especialistas na vida das leitoras-mães.

1940	1941	1942	1943	1944	1945
Total de artigos: 37	Total de artigos: 21	Total de artigos: 28	Total de artigos: 05	Não houve produção específica para as mães nesse ano	Total de artigos: 07
Seção: CONSELHOS ÀS MÃES Autor: Dr. Rinaldo De Lamare	Seção: CONSELHOS ÀS MÃES Autor: Dr. Rinaldo De Lamare	Seção: CONSELHOS ÀS MÃES Autor: Dr. Rinaldo De Lamare	Seção: CONSELHOS ÀS MÃES Autor: Dr. Rinaldo De Lamare		Seção: EPISTOLÁRIO MATERNO Autora: Ruth M. Bittencourt Rios
1946	1947	1948	1949	1950	
Total de artigos: 20	Total de artigos: 04	Total de artigos: 06	Total de artigos: 04	Total de artigos: 10	
Seção: EPISTOLÁRIO MATERNO Autora: Ruth M. Bittencourt Rios Seção: COMO CRIAR NOSSOS FILHOS Autor: Dr. Flávio Lombardi Autora: Anna W. M. Wolf Autor: Lois Campbell	Autora: Lucile March Autor: Dr. Miton Senn	Seção: BAZAR FEMINO Autor: Maria Cristina Autor: Eward T. Wilkes Autor: Lois Howard	Autor: Hugo G. Beigel Autora: Mary Conhnolly Autora: Theodora Aronstam Autora: Lasinha Luis C. de Caldas Brito	Seção: PUERICULTURA Autor: Dr. Jayme Gudel	

Quadro 1- Relação anual dos autores da Revista Fon Fon
Fonte: Elaboração própria.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - OS ANOS DE 1940

SEÇÃO: CONSELHO ÀS MÃE

AUTOR: DR. RINALDO DE LAMARE

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1940:

A revista Fon Fon, neste ano de 1940 foi marcada pela edição de trinta e sete artigos (37) vinculados a leitoras mães. Na revista, o espaço destinado aos artigos para esse público foi denominado de 'Conselhos às Mães'.

Fez parte como autor de todos os artigos dessa seção nesse ano o Doutor Rinaldo De Lamare. Houve uma exceção na edição de 09 de março, em que De Lamare divide um artigo com Di Pinacre, docente de clínica infantil da Faculdade de Medicina e do Instituto de Puericultura da Universidade do Brasil. O tema explorado no artigo foi 'Horário de Amamentação'.

De Lamare apresentou temas diferentes sobre os cuidados com a criança. Abaixo, irei aglutinar os diferentes artigos em temas e contextualizá-los criticamente.

O primeiro grande tema refere-se à rotina. De Lamare dedicará quatro artigos com o firme propósito de consolidação de rotinas:

O banho

O artigo de De Lamare de 20/01/1940 procurou responder uma pergunta que frequentemente é feita a ele pelas mães: - O banho faz mal?

De Lamare é esclarecedor quanto à origem dessa inquietante dúvida. Ele explica que, em função da forma como eram instalados os banheiros nas residências, o banho contribuía para o resfriado: "[...] até pouco tempo, em virtude da disposição e arranjo das casas, onde o banheiro era infalivelmente colocado no fundo da residência, tendo-se que atravessar pátios e corredores para lá chegar [...]" (DE LAMARE, 20/01/1940, p.12).

De Lamare é enfático ao dizer que o banho não faz mal ao organismo infantil. A única coisa que pode fazer mal à criança é deixá-la de banhá-la diariamente. “O banho é pois, sem discussão, o melhor amigo da criança sã, e um excelente companheiro da criança enferma.” (DE LAMARE, 20/01/1940, p.12).

Vemos que há uma mudança na organização arquitetônica da população, particularmente aquelas que têm acesso à informação pela mídia escrita. São as mulheres leitoras que provavelmente reúnem condição de possuir moradia, onde o banheiro está incorporado ao espaço interno da casa. No entanto, é possível compreender pelo empenho de De Lamare nesse artigo que essas mães mantêm os valores e sabedorias historicamente constituídas de um modo muito diferente de viver e de cuidar-se, sobretudo no que se refere à higiene. Desse modo, De Lamare manterá esse tema sempre presente de forma direta e indireta em seus artigos.

Regime da mãe que amamenta

Em 06/04/40, De Lamare destina atenção à mãe que amamenta. O médico explica que é com calma que se oportuniza a secreção mamária. Nesse contexto, ele adianta que a mulher, quando de modo inesperado não consegue amamentar, tem como causa conflito na relação com o marido:

Quando a nutriz que vem amamentando regularmente, queixa-se de perda repentina de leite, fazemos imediatamente o diagnóstico de “discórdia de casal”. E aqui fica meu conselho para os maridos e paes, (si é que elles têm artigo dessa natureza): não briguem nem discutam com as esposas enquanto essa amamentam, pois com isso, podem estar tirando o alimento do seu próprio filho. (DE LAMARE, 06/04/1940, p.10).

Nessa citação, vemos que a maternidade funciona como proteção à mulher que historicamente se via subjugada ao homem. A amamentação revela um contexto que altera essa ordem, e o marido precisa estar a ‘serviço’ da mulher.

Outro aspecto relevante dessa citação é o reconhecimento por parte do autor, que esse tipo de artigo está voltado especificamente para a mulher, e que os maridos

parecem não serem oportunizados a esse tipo de tema vinculado à mulher e à criança. Temas esses, de reconhecidos objetivos direcionados às mulheres no contexto do lar.

De Lamare segue prescrevendo que a mulher ao amamentar tenha:

O melhor methodo de vida possível: Passeios, exercícios sem exagero, diversões simples, tranqüilidade de espírito, (si as empregadas permithirem...) e deve repousar no mínimo 10 horas por dia, 8 durante a noite e 2 horas durante o dia. (DE LAMARE, 06/04/1940, p.10).

Quanto à alimentação da mulher que amamenta precisa: “Cautela com mariscos, conservas de carne, alho, cebola, repolho, couve-flor, aspargos, “mayonneses”, e “feijoadas”.” (DE LAMARE, 06/04/1940, p.10).

O médico não deixou de fazer referência também quanto ao uso de medicação. Ele explica que não há consenso entre os médicos sobre as medicações que podem parar a produção de leite, mas recomenda atenção com os seguintes medicamentos: Iodo, Bromo, Ácido Salicílico, Antipirina, Arsênico, Bercúrio, Quinino, Ergotamina, Hidrastina, Morfina, Beladona, Atropina, Escapolanimina, Antimônio, Iodureto de Potássio, Bismuto, Bircaturicos como Veronal, Luminal, Bromural, Veramol, Normacol.

Chama atenção essa descrição medicamentosa para um público leigo. O especialista médico parece incluir a mulher e mãe nesse saber especializado porque é o único legitimado como verdade a ser seguido. As diferentes determinações estabelecidas pelos especialistas em relação aos comportamentos e hábitos a serem copiados pela mãe funcionam na mesma intensidade e força como os medicamentos.

Importante também destacar que De Lamare descreve uma mulher e mãe com condições de se divertir, casada, e com apoio de empregados. Essa é uma mulher leitora de condição social mais favorecida, não só do ponto de vista social, mas também economicamente. É uma mulher que lê e que possui condições de ter atendimento médico e acesso a medicamentos. Esse é o perfil de quem ele endereça seus artigos e se debruça na determinação de seu comportamento.

Um último ponto abordado por De Lamare refere-se à amamentação e à menstruação. O médico explica que as avós acreditam que o leite fica ruim, todavia, não está ainda provado pela medicina que há uma diminuição do leite.

Esse ponto tocado por De Lamare desperta a atenção para os valores conquistados pela herança dos antepassados femininos, que serão legitimados ou valorizados se a medicina assim entender como válidos. O especialista médico adentra ao mundo privado e o caracteriza conforme a ciência médica.

Alimentação e sono bebê

De Lamare insistirá no controle sempre rígido dos horários da alimentação e do sono. Essa medida é o que denomina de 'método', que consiste no controle sempre presente das ações pré-estabelecida do comportamento da criança. No artigo de 20/04/40, dedicou atenção especial em relação ao 'método' a ser seguido para obtenção de parâmetro de normalidade de uma criança dormir. Estabelece que:

Recém nascido dorme o dia todo, com 30 dias dorme 21 horas ficando acordado somente para mamar e tomar banho. 6 meses deve dormir de 16 a 18 horas pelo menos; acontece ficar acordado e quieto no berço, não tomá-lo no colo. Fim do 1º ano dormir 15 horas ao todo sendo 12 horas a noite e 2 durante o dia. Acordar de 3 em 3 horas para mamar. O horário deve ser seguido mesmo que a criança esteja dormindo. (DE LAMARE, 20/04/40, p.09).

Criança saudável não dorme o tempo todo, "não é normal", essas crianças são consideradas prematuras ou débeis. O autor apresenta ainda aquelas crianças que dormem pouco: "[...] trata-se de nervosos, excitados, e a disciplina necessita ser enérgica, pois são useiros no hábito da transgressão do método, não devendo ser tomado no colo e sim permanecer no leito em quarto escuro e silencioso, ainda que acordado." (DE LAMARE, 20/04/40, p.09).

De Lamare ainda orienta os pais no sentido de medicar o filho, para não permanecerem à noite acordados: "é necessário, em certas ocasiões, dar-se um calmante por 1,2 ou 3 dias, sendo o preferido a Lumnaleta, 1/4, 1/3, 1 comprimido, para em seguida submeter o bebê ao methodo de vida conveniente (silêncio, quarto escuro, etc.)." (DE LAMARE, 20/04/40, p.09).

A pessoa da criança em sua singularidade, não existe nos escritos de De Lamare. Ele compreende a criança como um animal pequeno a ser domesticado em

uma padronização de comportamentos. O “método” revela o processo disciplinador em que mãe e filhos são submetidos pelo especialista.

Métodos condenados de educação infantil

De Lamare em 21/12/40, escreve um artigo que se propõe a estabelecer o que considera ideal na educação dos pais para com o filho. Importante destacar que ele inicia afirmando que para essa educação não está a família isoladamente responsabilizada nos desígnios da criação do filho. Educar o filho não coloca em jogo os pais e a criança. Para Dr. De Lamare são três os fatores que interferem diretamente na educação da criança: “a criança, os pais e o médico”.

A certeza da presença do médico na família está tão evidenciada que o médico se esmera na regulação das ações e comportamentos que irão oportunizar esse ideal médico de educação.

Para De Lamare, “a educação deve começar no primeiro dia de vida”. O alvo inicial de intervenção deve ser dos pais. Considera necessário que os pais também sejam educados, mas “Não nos referimos aqui à educação dos gestos e palavras, mas sim à educação superior e espiritual.” (DE LAMARE, 21/12/40, p.06). Recomenda também que os pais devam possuir “um estado psicológico perfeitamente equilibrado e orientado, afim de que possa interpretar as reacções e as atitudes mentais dos filhos e aplicar medidas seguras e úteis.” (DE LAMARE, 21/12/40, p. 06).

Caberá aos pais compreender os filhos e não estes a eles. A responsabilidade de um lar sadio também dependerá de suas ações: “Casaes rixentos e desunidos, constituem o maior veneno que certamente intoxicará a educação e a mentalidade do filho. Pensando na felicidade do filho o casal muda de atitude.” (DE LAMARE, 21/12/40, p. 06).

De Lamare refere-se aos pais para que o filho possa ter a garantia de saúde em seu desenvolvimento. Contudo, suas prescrições e determinações em relação à criança não correspondem a ações conjuntas entre marido e mulher nos cuidados com o filho. É à mãe quem cabe à responsabilidade primeira pela educação dos filhos. Talvez, não fosse exagero interpretar os aspectos referentes ao casal como sendo atribuição

somente da mãe. Nesse mesmo artigo, o autor explica os hábitos desejáveis referentes à criança esperados pelo médico, que será de inteira atribuição e responsabilidade da mãe sua concretização:

Ao nascer o cumprimento do horário de mamada “o primeiro ato de educação”. 6 meses, a disciplina alimentar pela 1ª sopa, e pela firmeza com que será dada. 12 meses, estimular a criança, a fim de que ande só, despertando a noção de independência. 15 meses, já deverá saber comandar, perfeitamente, as suas necessidades fisiológicas. 18 meses, deverá servir-se da xícara, sem auxílio. 24 meses, é preciso que saiba comer sózinha, com colher e faca de ponta grossa. 2 a 3 anos, precisa saber escovar os dentes. É nessa época que a educação propriamente dita começará a ser aplicada. (DE LAMARE, 21/12/40, p. 06).

A descrição das necessidades esperadas do comportamento da criança é clara. É preciso acompanhá-la e enquadrá-la nessa expectativa estabelecida nas orientações médicas. O discurso é que a função de educar é dos pais. Mas, quem tem efetivamente essa atribuição junto ao casal?

De Lamare orienta que a melhor maneira de educar corresponde ao exemplo dos pais; agir com justiça e imparcialidade para que os filhos não temam os pais; estimular o raciocínio; respeito a si próprio etc. Todavia, todas essas ações são de responsabilidade da mãe. Caberá a ela garantir que a saúde da família se estabeleça em nome do casal. De Lamare considerará dois fatores indispensáveis na garantia da educação do filho: “*a autoridade dos pais e a obediência do filho*”; o que nem sempre ocorre. Nesse caso são considerados ‘métodos condenáveis da educação infantil’, representados nas seguintes descrições e que a mãe precisa zelar para não falhar em sua missão:

1º comparações; 2º promessas que não são cumpridas; 3º embustes: A mãe deseja qualquer objeto perigoso, que esta nas mãos da criança e, carinhosamente, diz: ‘Querido, dá-me esta tesoura, que te darei um brinquedo...’ Uma vez apanhado a tesoura, exclama bruscamente: ‘Isto é que não verás mais!; 4º ridículo, ridicularizar a criança quando esta chora ou desobedece, em vez de corrigi-la convenientemente faz nascer a ideia de vingança; 5º humilhação. Estar constantemente desfazendo da criança, achando-a ‘boba’, ‘mole’, ‘estúpida’, etc... podendo, assim provocar um complexo mental de inferioridade; 6º adulação: elogiá-la constantemente, para que obedeça, e acabando por convencê-la de que

é 'formidável'... O collégio e os collegas mais tarde, mostrarão, justamente, o contrário...; 7º intimidações. Ameaças e intimidações permanentes, pelas menores coisas mas que nunca se realizam, tornam a criança humilde ou 'sem vergonha'. (DE LAMARE, 21/12/40, p. 06).

De Lamare dedicou oito artigos que representam a temática relativa ao conhecimento das características do bebê recém-nascido:

Soluço Infantil

No artigo de 16/03/40, De Lamare expõe as dúvidas que existem no meio médico quanto a explicar os motivos que levam um bebê soluçar. Apresenta algumas das explicações médicas que existem referentes ao soluço infantil

Vômitos do bebê

De Lamare, no artigo de 04/05/40, chama atenção das mães para que elas não confundam vômito com regurgitar.

Como costuma sistematizar seus artigos, De Lamare explica as causas e apresenta a terapêutica adequada. Instrui as mães a compreenderem que as causas mais freqüentes são: "*moléstias febris, os erros alimentares acarretando perturbações nutritivas, e a neurophatia (nervosa)*". (p.06). Contudo, ele considera que seja importante saber diferenciar os vômitos acidentais, sem repercussão posterior, de sua forma mais grave.

É proposta a mãe como forma de cuidados: "Terapêutica de casa não deve ir além de certos limites. Verificar se a disciplina não foi transgredida, se o horário continua correto, no caso de alimentação artificial indagar se a mamadeira foi bem feita, não confiar em empregadas, pesquisar se o petiz tem febre, etc." (DE LAMARE, 04/05/40, p.06).

A receita a ser seguida em casa é a de oferecer chás, águas alcalinas tipo magnesianas, São Lourenço, Lambary etc. lembrando que os bebês devem deitar de lado quando estiverem sós nesse momento de vômito.

A forma direta como o autor se refere à ação da mãe em casa nos cuidados com a criança que vomita e sua terapêutica é reveladora do lugar que deve ser ocupado pela mãe no contexto do lar. Ela é conduzida a um papel de auxiliar médico na família, tanto é assim que o modo do médico se comunicar é utilizando-se dos saberes da medicina. Temos a 'terapêutica de casa' e a 'receita'.

Choro do bebê

O choro do bebê foi tema do artigo de De Lamare em 18/05/40, que explica em relação à criança que: "É o único meio de que dispõe para se comunicar com o ambiente já que não fala, sorri ou gesticula... O choro é, indiscutivelmente, a primeira manifestação de inteligência do ser humano." (DE LAMARE, 18/05/40, p.06).

Como De Lamare explicitou, os bebês choram para se comunicar, e é da "alçada materna" reconhecer se o choro é proveniente de fome, sede, luminosidade, calor e frio, posição, cólicas, pruridos, nervos, alfinete que espetem, insetos, moléstias infecciosas, febris, otalgias etc. Chama atenção o fato de ser incluída no rol dos procedimentos maternos a possibilidade também de que a mãe administre sedativo para a criança.

Uso de chupetas

O artigo de 25/05/40 de De Lamare explora o uso da chupeta. De Lamare lista uma série de acusações em relação ao uso da chupeta: deforma arcada dentária, produtos químicos da borracha intoxicam, sucção esgota as glândulas salivares prejudicando a digestão, origina bolhas de ar provocando regurgitações, micróbios infectam a criança, e por um fator de ordem psicológica, que o seu uso atrofia o desenvolvimento intelectual; e os adeptos da escola de Freud interpretam o prazer da criança pela chupeta como uma manifestação exclusivamente sexual, sendo a primeira dessa natureza a se manifestar no ser humano.

A posição do autor é que "quando necessária, não deve ser evitada e sim regulamentada".

Prisão de ventre do bebê

Em artigo de 08/06/40, De Lamare prescreve o que fazer para tratar a prisão de ventre. Explica o uso de alimentos açucarados; sua receita; uso de purgantes ou dísteres (recomendando o uso com a prescrição médica – todavia o médico não deixa de descrever a medicação a ser utilizada e a forma de utilização dos dísteres); dieta artificial; supositórios.

Diarréia do recém-nascido

No artigo de 15/06/40, De Lamare propõe a seguinte intervenção da mãe junto à criança: “Prolongando alcalinizar o intestino com águas Vichy, São Lourenço, uma colher de chá hora em hora. Uma colher de Plasmon, Larosan, Cazeon, etc, dissolvido em uma colher de sopa de leite de peito ordenhado, antes das mamadas, 2 a 3 vezes ao dia.” (DE LAMARE, 15/06/40, p.06).

Deve ainda proceder nos intervalos da amamentação da criança superalimentada; na falta de horário para alimentação; na alimentação artificial. Explica ainda que, no primeiro ano, a causa mais frequente é a febre e a bronquite e que a diarreia verde é considerada mais benigna.

Os artigos de De Lamare inserem e habilitam a mãe na tarefa de responder às afecções do filho de um modo técnico e respaldado pela medicina.

Sapinho

De Lamare, na edição de 22/06/40, apresenta o que é o sapinho. Explica causas e tratamento.

Cólica do bebê

Na edição de 29/06/40, De Lamare orienta de forma descritiva como a mãe pode curar a cólica do bebê; utilizando-se de águas minerais, medicação, uso de flanela aquecida, massagens e verificar a alimentação artificial.

Outro tema de relevada importância explorado em quatro artigos por De Lamare foi o da amamentação:

Horário de amamentação

No artigo de 09/03/40, De Lamare destina sua atenção quanto ao modo de amamentar o bebê no verão. Afirma que nenhum médico discute hoje em dia “a necessidade de levar a criança ao seio em intervalos regulares”. (p.04). Orienta as mães que é “indispensável que o estômago das crianças esteja vazio para receber a nova mamada” (DE LAMARE, 09/03/40, p.04). Há por parte do médico preocupação de que a criança não tenha dispepsias, e, nesse sentido, De Lamare ensina a mãe como reger a amamentação em relação à descrição do número adequado de mamadas no seio e o mesmo em relação ao uso do leite de vaca.

A mãe, segundo De Lamare, não conhece ou não atende as especificações médicas no que tange aos cuidados com a amamentação. É preciso explicar o que é o amamentar e descrever o modo como proceder para que a mãe não represente uma ameaça ao filho.

Estar grávida e amamentar

De Lamare, em seu artigo de 30/03/40, considera que a mulher pode amamentar enquanto está grávida, mas é necessário que a mesma esteja em ótimas condições de saúde. E recomenda: “Um exame clínico detalhado se impõe, pois nesse caso a mulher

é tal e qual uma machina da qual se esta pedindo grande e pesada tarefa.” (DE LAMARE, 30/03/40, p.04).

Bebê que não quer alimentar (bebê de mamadeira)

Bebês saudáveis parecem ser sinônimos de criança super alimentada para as mães. No artigo de 11/05/40, De Lamare denuncia que muitas mães dão “o maior volume possível de leite sem indagar da quantidade realmente necessária para o seu perfeito desenvolvimento” (p.04). Nesse contexto, são comuns as mães, por vaidade e para disputar com as amigas quem tem o bebê mais saudável, considerar “que alguns especialistas entram nessa disputa enchendo as crianças de dietas hiper açucaradas, <<carregando>> na farinha”. (DE LAMARE, 11/05/40, p.04).

O resultado dessas superingestão de alimentos pode ser a inapetência. E as diferentes formas de apresentação da inapetência com seus respectivos sintomas são apresentados à mãe leitora, como a: inapetência súbita; caráter crônico e a inapetência transitória.

A mãe, então, é preparada para responder a essas dificuldades de alimentação a partir do que o médico denomina de tratamento: “Tratamento melhor é evitá-la do que tratá-la. Manter um perfeito método de vida, disciplina, vida ao ar livre, horário nas refeições, e misturas alimentares corretas, quando não for alimentada ao seio.” (DE LAMARE, 11/05/40, p.04).

Será preciso, ainda, verificar se há febre, sapinho e resfriado. O médico atuará diretamente no tratamento da forma considerada crônica: “No caso da inapetência nervosa o tratamento é muito delicado, e os Paes devem depositar toda confiança no médico que escolheram, e aguardar calmamente os resultados, que não se observam logo no dia seguinte, e sim após alguns dias e talvez meses.” (DE LAMARE, 11/05/40, p.04).

Esse artigo oportuniza a compreensão da presença unilateral do médico na atenção e nos cuidados com a criança. Sua presença dentro da família através das determinações estabelecidas na revista a serem seguidas dentro do controle privado do lar e nas circunstâncias mais graves a partir do contato direto com o médico. Este

precisa alçar o status de confiança e credibilidade no contexto familiar e, em última instância, da mulher mãe.

Bebês que mamam pouco

De Lamare se empenha para a compreensão dos riscos de uma alimentação insuficiente dos bebês. Reconhece que é tão prejudicial quanto uma alimentação excessiva. Recomenda às mães: “As mães devem querer seus filhos bem proporcionados, peso de acordo com o tamanho e idade. Devem querer filhos “fortes” e não simplesmente “gordos”.” (DE LAMARE, 06/07/40, p. 06).

Para que a mãe possa compreender o que pode levar uma criança a mamar pouco, explica os sintomas a serem observados por ela: “A suspeita de hipo-alimentação são fundadas nos seguintes sintomas, parada de peso, prisão de ventre, choro, inquietude. Certos casos até diarreia.” (DE LAMARE, 06/07/40, p. 06).

Um aspecto que merece a atenção é a penetração do médico no contexto relacional da mãe com o bebê, em que a mesma é solicitada a compreender a criança como um médico; é preciso que ela atente aos sintomas para intervir. Aos poucos, vamos entendendo que a mulher e mãe não possuem nenhum manancial de conhecimento que pudesse ser valorizado pelos especialistas. A mãe precisa, com o médico, aprender, aprender...

De Lamare reunirá um conjunto de vinte artigos que tratam do tema: enfermidades da primeira infância. Será um grande esforço do autor no sentido de descrever essas doenças, apresentando suas características, causas, condutas e tratamentos a serem efetuadas. Os textos são, na verdade, como uma aula sobre doenças da primeira infância, com as explicações técnicas. Não há por parte do autor preocupação em constituir um texto que pudesse atender todo tipo de leitor leigo. É a medicina na mídia escrita para leitoras. Ponto.

Abaixo, encontramos as principais doenças e a estrutura do artigo:

Resfriado do bebê

De Lamare, na edição de 27/07/40, apresenta o resfriado do bebê. Explica os sintomas e como evitar.

Doença de pele – piodemite, impetigo bolhoso, o eczema

De Lamare, na edição de 03/08/40, apresenta as doenças de pele mais comuns. Explica o tratamento e como evitar. Na edição de 19/08/40, apresenta o impetigo. Explica o tratamento.

Doença de pele – eczema

De Lamare, na edição de 17/08/40, apresenta o eczema do bebê. Explica quando e como se manifesta. Em 24/08/40, De Lamare volta ao mesmo tema para explicar o respectivo tratamento.

Como evitar moléstias

No artigo de 31/08/40, De Lamare dedica-se a ditar normas gerais, de modo a se evitar doenças. “O filho do homem, que se julga o rei da Creação é o mais frágil de todos os seres; ao nascer, o que necessita de maiores cuidados, e também e mais sujeito às agressões externas”. (DE LAMARE, 31/08/40, p. 10).

Estabeleceu 10 pontos para servir de orientação. De forma sucinta são: controle biométrico; higiene; evitar saída com bebês; evitar aglomerações com adultos; evitar contato com pessoas estranhas; evitar contato com pessoas declaradamente doentes; evitar contato com animais; não descuidar dos distúrbios alimentares; fazer uso das vacinas.

Catapora

De Lamare, na edição de 07/09/40, apresenta a catapora. Explica tratamento e dieta.

Escarlatina

De Lamare, na edição de 14/09/40, apresenta a escarlatina. Explica tratamento.

Sarampo

De Lamare, na edição de 21/09/40, apresenta o sarampo. Explica tratamento

Coqueluche

De Lamare, na edição de 28/09/40, apresenta a coqueluche. Explica como caracteriza a doença, idade de manifestação e tratamento.

Paralisia infantil;

De Lamare, na edição de 05/10/40, apresenta a paralisia infantil. Explica suas diferentes denominações, tipo, contágio e tratamento. Observação: não havia nessa época a vacina, o tratamento era impreciso.

Difteria (crupe);

De Lamare, na edição de 12/10/40, apresenta que a difteria está bastante controlada pelo hábito de vacinação das crianças. Explica período de incubação, sintomas, transmissão e tratamento.

Caxumba;

De Lamare, na edição de 19/10/40, apresenta a caxumba. Explica período de incubação, sintomas, transmissão e tratamento.

Noções práticas de sífilis infantil;

Em 26/10/40, De Lamare orienta a mãe em relação à sífilis infantil. Inicia explicando o fim de uma compreensão de doença considerada como 'vergonhosa'. Também orienta que a sífilis infantil só excepcionalmente é adquirida, e congênita a partir do 5º mês de gravidez.

É preciso que sejam feitos exames pré-nupciais: “Modernamente, com o exame e tratamento pré-nupcial, a que pessoas cultas e educadas espontaneamente se submetem, e o tratamento durante a gravidez, tem diminuído notavelmente o número de crianças postas ao mundo com syphilis.” (DE LAMARE, 26/10/40, p.04).

Apesar da descrição do autor de que a sífilis não representa mais motivo para se envergonharem e da mulher mais moderna que cuida dos exames pré-nupciais, não parece que tanta tranquilidade reine nas famílias onde se encontra uma criança sífilítica. Veremos, a seguir, as recomendações de De Lamare que permitem intuir que a família não se encontra em zona de conforto com o diagnóstico de sífilis em casa: “Não fique zangada prezada leitora, e não permita que seu marido também o fique, se o medico suspeita e institue um tratamento anti-syphilitico para o seu querido filhinho...”. (DE LAMARE, 26/10/40, p.04).

Outro ponto relevante a ser destacado nesse artigo, é a restrição ao uso de medicação feita por leigos. É rara essa posição, uma vez que o especialista é o primeiro a orientar a mãe no tipo e quantidade de medicação a ser utilizada pela criança. Nesse artigo, De Lamare explica o tratamento e em seguida fala do abuso da auto receita por leigos e que pode comprometer a criança: “O tratamento da syphilis é certo e eficiente, como o iodo, mercúrio bysmuto até o arsênico”. [...] “A dosagem e escolha e oportunidade da applicação só ao médico deve competir.” (DE LAMARE, 26/10/40, p.04).

Noções básicas de tuberculose infantil

A tuberculose, no artigo de 02/11/40, é concebida como um 'verdadeiro flagelo'. A mãe portadora da doença não deve amamentar e também não ter contato com a criança. De Lamare recomenda: "Por tudo a vacinação anti tuberculose é aconselhada, [...] já atingiu entre nós, apreciada vulgarização." (DE LAMARE, 02/11/40, p.04).

Orienta a dosagem da vacina no recém-nascido, que deve tomar três doses pela boca nos dez primeiros dias. E também como deve proceder a mãe diretamente com a criança: "As mães devem fortalecer os bebês com dietas bem feitas, mantê-los em ar puro, quartos arejados..." (DE LAMARE, 02/11/40, p. 04).

Bebês úmidos (exudativos)

De Lamare, no artigo de 09/11/40, tratou do tema do bebê úmido (exudativo), que considera uma doença hereditária, "cujos antecedentes paternos registram doença como a asma, enxaquecas, dermitases (doenças crônicas de pelle), catarros crônicos das vias respiratórias (pigarras)." (DE LAMARE, 09/11/40, p. 10).

A característica apontada pelo autor é de inflamação da pele. E em casa, adoece com facilidade, sempre com resfriado, tosse, coriza, diarreia, fezes líquidas e frequentes, pele frágil, eczema, caspa na cabeça, assaduras nas dobras das articulações. Essas crianças têm uma aparência de crianças gordas e a doença não tem cura, e tem como causa a carência da vitamina H. Propõe um rigoroso regime alimentar e 'método de vida'.

Bebês hipotróficos;

A criança considerada hipotrófica é uma criança de constituição normal, mas apresenta peso baixo, emagrecimento, etc. De Lamare, no artigo de 16/11/40, aponta como causa a alimentação insuficiente em quantidade e em qualidade. O grau considerado máximo dessa enfermidade é também o grau máximo de "miséria humana", onde a criança se reduz à pele e osso.

O médico, então, reconhece que essa condição pode ser evitada, “vigiando a curva do peso do bebê, pesando-o pelo menos de 10 em 10 dias”. E a quem caberia essa tarefa? De forma precisa, é a mãe. De Lamare explica que o “tratamento é dietético”, portanto, estamos falando de uma criança que pertença a uma família com condições de garantir uma boa alimentação ao filho.

De Lamare também considera que nos dias atuais desse ano de 1940, “as noções de puericultura, as mães já sabem fiscalizar o desenvolvimento de seu filhinho”. (DE LAMARE, 16/11/40, p.10). E também as mães já procuram ajuda do médico quando percebem um mal maior.

Bebês nervosos

De Lamare, na edição de 23/11/40, apresenta o que é o bebê nervoso a partir de suas características fenotípicas.

Bebês linfáticos

De Lamare na edição de 30/11/40, apresenta o que é um bebê linfático. Traz definição, sintomas e tratamento.

Bebês hipoplásicos

De Lamare, na edição de 07/10/40, apresenta a origem de bebês hipoplásicos. Explica sua manifestação e tratamento.

Os trinta e sete (37) artigos publicados na revista Fon Fon no ano de 1940 revelaram que o médico, particularmente o De Lamare, é o grande protagonista. O médico aconselha, prescreve, orienta, clinica para um público específico: mãe.

Nesse ano, a mãe que o médico põe-se a aconselhar, prescrever, orientar e clinicar, é a mãe de crianças recém-nascidas. O objetivo do autor é garantir que o bebê possa ter o atendimento que este (o médico) reconhece como o acertado. Nesse sentido, os artigos relativos a rotinas, são bem representativos do tom que o médico dá,

do modo como se cuida de um bebê. Descreve com assertividade os horários a serem cumpridos e não habilita uma postura de flexibilidade.

Os textos indicam uma necessária atenção ao bebê. Pelo grande número de artigos destinados a doenças da primeira infância, o público a que se dirige o autor (médico), as mães, parece revelar que estas não poderiam descuidar e/ou não tinham as orientações (competências) para a maternidade. Podemos concluir que as crianças nessa época corriam riscos na primeira infância.

Em determinado momento, foi possível inferir que a mãe, nesse período, pudesse perguntar sobre aspectos gerais da criança recém-nascida, todavia os artigos da autoria do autor De Lamare não se propuseram a responder as cartas das leitoras. O que acompanhamos, com sua extensa produção, foi a de constituir sequência dos textos, de modo a completar suas ideias relativas à: Higiene, Amamentação, Desconforto infantil (soluço), Sono mãe e do bebê, Dificuldades na digestão (Vômitos do bebê), Desconforto do bebê (choro, chupeta, prisão de ventre, diarreia, sapinho, cólicas), Doenças infantis. Não há, portanto, uma interlocução entre as mães leitoras e o autor. É dele as prerrogativas de escolha do que provavelmente acredita que falta para aquela que lê seus artigos - Mães de bebês.

O bebê é retratado de maneira genérica, ou seja, ao retratar o bebê o autor traz características gerais do desenvolvimento da criança recém-nascida. Ela será o ator que protagonizará a atenção do médico. De Lamare fala desse ator com características próprias. Um ator, que precisa da intervenção da mãe para disciplina de seu corpo físico, um corpo biológico, com necessidades biológicas. Um corpo que não pode ter autonomia, que precisa ser adestrado na rotina alimentar (amamentação), na rotina do sono e no estado de vigília. Todos os bebês se enquadram em uma normalidade médica prescrita para serem seguidas pelas mães.

Não há nenhum artigo que retrate outra dimensão relacional (mãe-bebê) estabelecida pelo médico que não seja a dos cuidados biológicos. A atenção com a amamentação, o sono, os desconfortos, as rotinas, e as doenças da primeira infância parecem revelar uma ameaça de manter-se vivo o bebê. Chama atenção para esse ponto a possibilidade de se inferir que a mãe desconhece o bebê que tem de cuidar, não conhece sua linguagem, suas características.

O bebê geralmente é lembrado e referenciado como a 'criança'. A palavra 'filho', 'filhinho' saem nos escritos de De Lamare, mas de um modo geral, 'criança', 'filho' ou 'filhinho' parece sugerir um distanciamento afetivo grande, entre a mãe e o filho. O autor imprime nos artigos uma impessoalidade em relação à criança. Ela representará um corpo, uma forma humana com características de risco. Precisa, portanto, de uma pessoa que zele para que as possíveis ameaças não venham conturbar ou tirar a vida do bebê. Essa deve ser, portanto a característica e/ou significado da mãe nesse ano de 1940. Zeladora do humano não domado (bebê).

O corpo ameaçado do bebê pelas doenças da primeira infância, pelos possíveis descuidos com sua rotina e forma de se alimentar revelam que é ele, o seu corpo, o 'espaço' maior de conquista do médico em seus artigos. A 'mãe', seu corpo é talvez um acessório para garantir a primazia da prevalência da saúde do bebê. O espaço do quarto, da banheira, da cama, do berço, não revela um status diferente do que signifique a mãe. Estão todos no mesmo nível de importância. O que é significativo no olhar e escuta do médico é a garantia da preservação do espaço-corpo-bebê que dorme, come, chora, e acorda.

Há um único artigo que faz referência no plural àqueles que cuidam da criança: 'Pais', no último artigo do ano (Métodos condenados de educação infantil). Esse artigo trata da disciplina firme de quem cuida efetivamente da criança. É preciso pensar, sobretudo, nos cuidados com a alimentação do bebê, que de modo pouco provável na época, não seria do pai; cabendo, sim, só à mãe. Podemos, então, concluir que pais é sinônimo de mãe nesse ano de 1940.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1941

SEÇÃO: CONSELHO ÀS MÃES

AUTOR: DR. RINALDO DE LAMARE

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1941:

A revista Fon Fon, neste ano de 1941, mantém o espaço destinado aos artigos para as mães denominados de 'Conselhos às Mães'. De Lamare continua também como único autor a contribuir nessa seção.

Foram catalogados 22 artigos desse autor na seção 'Conselho às Mães'.

Oito (8) artigos do De Lamare abordam a temática direta e indireta do aleitamento do bebê e outros alimentos. São eles: 'Inclusão de novos alimentos'; 'A ama seca que amamenta'; 'A rejeição da criança pela sopa'; 'O leite condensado'; 'O uso do leite de vaca'; 'Bebês que não querem mamar'; 'Amamentação de mãe grávida'; 'Quanto deve mamar'. Abaixo faço uma pequena apresentação do que representou De Lamare nesse enfoque - alimentação do bebê:

Inclusão de novos alimentos

De Lamare, no artigo de 19/07/41 estabelece as regras que devem ser seguidas com o intuito de ser cuidadoso toda vez que for dado um alimento novo:

1º e 2º anos de idade variados alimentos serão dados às crianças... Sendo assim, convém ter cautela seguindo à risca os quatro artigos por nós aconselhados: 1º - O alimento novo deve ser dado sempre em pequenas quantidades, e nunca em grande volume quando a criança vai ingeri-lo pela primeira vez; 2º - Se o alimento foi bem digerido ou aproveitado (se a criança evacua por inteiro o alimento); 3º - Não dar da

primeira vez dois alimentos novos; 4º - Não fazer modificações intempestivas durante o verão. (DE LAMARE, 19/07/41, p.08).

A ama-seca que amamenta

No artigo “O bebê e a ‘ama-seca’”, De Lamare (26/07/41) apresenta um dado importante: o bebê não é cuidado pela mãe. A mãe de classe social mais favorecida, na qual seria possível a contratação de uma ‘ama-seca’ ao mesmo tempo em que libera a mãe para outras funções sociais.

O autor não analisará essas outras condições de suas leitoras e mães, mas irá aconselhá-las sobre os cuidados a serem tomados ao se contratar uma ‘ama-seca’, isto porque, para ele, a ‘ama-seca’ é um problema de “caráter médico-social”.

De Lamare, inicialmente, considera importante que se exija um exame médico prévio da ‘ama-seca’. Em seguida, preconiza a precariedade das ‘amas-secas’ em relação à educação e à inteligência: “Sabemos que não podemos ser muito exigentes quanto as duas propriedades apontadas mesmo porque o meio do qual são encontradas é o mais pobre e modesto possível”. (DE LAMARE, 26/07/41, p.04).

No controle das ‘amas-secas’, De Lamare chama atenção para o aspecto da higiene, devendo ser-lhes ensinado certas práticas:

Ferver a chupeta toda vez que cair no chão antes de dá-la novamente ao bebê; ter cuidado com o bico da mamadeira; os pratos e demais utensílios do bebê; saber limpar as crianças após as defecações, dar o banho, vigiá-la nos jardins, evitando que as pessoas estranhas a beijem ou a ponham ao colo, evitar, igualmente, que quando mais leve a mão a boca, quando estiver brincando com a terra; tomar providências logo que, nos folguedos, se fira, ainda que levemente, passando tintura de iodo ou mercúrio-cromo. (DE LAMARE, 26/07/41, p.04).

Quando se tem uma ‘ama-seca’ inteligente, é possível que ela possa contribuir para evitar doenças futuras. De Lamare, desacreditado do potencial das ‘amas-secas’, acredita que um dia terá um curso para prepará-las: “Seis aulas ao todo de uns 30

minutos cada uma, bastariam, desde que fossem dadas em termos simples e úteis, aproveitáveis até pelas mais ignorantes e desprovidas de raciocínio”. (DE LAMARE, 26/07/41, p.04).

Esse artigo é revelador, entre outras questões, de que a presença no cotidiano da educação das crianças de famílias mais favorecidas era de atribuição de ‘amassecas’. É ela quem cuida da higiene do bebê, dos contatos sociais, das brincadeiras e dos ‘tratamentos’.

Nessa perspectiva, encontrarmos sentido no empenho dos médicos em escrever para as revistas que têm um público feminino cativo, em uma época que ser mulher e alçar uma posição na sociedade de respeito,, significava casar e ter filhos. Como estar preparada para a função do matrimônio e seu desdobramento com a maternidade?

Essa atenção dos especialistas tem um sentido significativo na preparação da mulher para algo que não é de sua alçada (limpar criança, cuidar das brincadeiras, cuidar dos ferimentos, embalá-la, amamentá-la). Essas funções remete a tarefas ‘braçais’, tal qual uma escrava há pouco tempo exercia no Brasil. Não condiz com a mulher da elite. Será preciso contratar outra mulher para essas funções, uma ‘ama-seca’.

Um contraste entre essa tolerância da mulher-mãe em delegar à outra pessoa, ‘ama-seca’, a função de cuidar e zelar pela criança, mesmo com os cuidados elencados por De Lamare de exames médicos, será num futuro próximo combatido. A mulher e boa mãe, almejada, será aquela que represente a soberania do lar e, conseqüentemente, dos filhos.

A rejeição da criança pela sopa

De Lamare, no artigo de 02/08/41, adentra o universo da cozinha e orienta a mãe de um bebê em fase de inclusão de outros alimentos, no sentido de realizar diferentes adequações do leite, de alimentos e temperos para contribuir com a aceitação pela criança em tomar sopa.

O uso do leite condensado

O leite condensado fora muito utilizado, até que, nesse início do século XX, com “progressos da clínica infantil” foi condenado. Assim, De Lamare (30/08/41), expõe sobre esse leite, que parece ser comum sua utilização nessa data.

O uso do leite de vaca

De Lamare (20/09/41) recomenda que até os 5, 6 meses, quando a criança faz uso da alimentação láctea, o leite de vaca deve ser diluído em água e acrescido de farinha e açúcar “*para aproximar a composição do leite de vaca do leite humano...*”. O autor amplia sua indicação até o desmame.

Bebês que não querem mamar

O artigo de De Lamare de (15/11/41) trata da inapetência pelo leite artificial. Essa inapetência é atribuída à “saudades”, à falta do leite materno. O médico aconselha a arrumar uma ama de leite, ou também, optar por uma variação da farinha utilizada (ele apresenta uma lista delas) na quantidade e na qualidade certas. Solicita também que se investigue se não é uma doença como a sífilis, tuberculose ou anemia.

Amamentação de mãe grávida

De Lamare, no artigo de (13/12/41), apresenta uma característica muito específica que não representa seus artigos até aqui. Trata-se pela primeira vez de responder a uma pergunta enviada a ele por uma leitora.

Recebemos carta de uma Leitora de Santos pedindo um esclarecimento. Não mantemos uma secção de perguntas e resposta; entretanto, essa carta nos parece importante, porque, em contraposição ao nosso ponto de vista, expõe o da sua mestra de Puericultura da Escola Normal. (DE LAMARE, 13/12/41, p. 04).

O assunto é a amamentação na gravidez. O autor discorre sobre a questão da amamentação da mãe grávida, e procurou provar, apoiando-se em autores europeus, que se a mãe for saudável não há nenhum inconveniente. O que pode ocorrer é uma diminuição do leite que pode ser sentida pela criança; mas sua composição fica inalterada.

Quanto deve mamar

De Lamare, no artigo de (27/12/41), tem uma explicação sobre a criança mais flexível em relação ao conjunto de sua obra até aqui. Ele considera que é difícil colocar o bebê dentro de tabelas numéricas, “mas como não há outra solução mais segura para se avaliar o desenvolvimento da criança, o ponto de referência consiste nessas tabelas de peso, estatura, etc., que as mães conhecem”. (DE LAMARE, 27/12/41, p.04).

Ele reconhece que a quantidade ideal à criança o faz decidir o quanto quer beber. Contudo, há as crianças em situações especiais, como as crianças nervosas, sífilíticas, anêmicas, com constituição anormal. Detém também na quantidade de ingestão conhecida para bebê e a relação da quantidade com relação ao desmame.

Como descrito nos oito artigos anteriores de De Lamare sobre alimentação, nesse ano de 1941, a alimentação do bebê, a inclusão de novos alimentos, a substituição do leite materno e o desmame, estiveram mais presentes.

Houve a preocupação de De Lamare com a mãe de bebês maiores (em idade de desmame) orientando-as quanto ao modo de proceder na preparação e adequação na amamentação e inclusão de novos alimentos. Nessas condições, o médico se constitui como aquele que literalmente aconselha e orienta, fazendo jus ao nome da coluna semanal de De Lamare: ‘Conselhos às Mães’.

São diretrizes a serem seguidas e cumpridas: cuidados, disciplina, higiene, quantidade. Os artigos desse ano e a do ano passado parecem revelar a preocupação médica em garantir o aleitamento materno. Por que essa preocupação? As mães não gostam de amamentar? Não sabem amamentar? Não querem amamentar? O que está acontecendo com essas mulheres-mães nesse período? Qual o sentido do seio, do amamentar nessa época, uma vez que há evidências de não amamentarem? Seriam as

respostas a essas perguntas a explicação do artigo e das críticas que fiz no artigo que De Lamare escreveu sobre 'amas-secas'?

Foi possível testemunhar que há uma prática considerada nesta época de se ter uma 'outra mãe' ('ama seca') para cuidar do bebê e alimentá-lo. Qual seria então, o lugar da mãe nessa circunstância? Talvez pelo fato das mães contarem com terceiros para a prática de cuidar dos filhos é que os médicos insistam na orientação de mães (classe média) nos modos de como cuidar de seus filhos. O autor enfatiza o aspecto da falta de higiene e das condições sociais ruins dessas amas-secas e não discute aspectos morais e de valores. Será preciso uma verdadeira mudança na compreensão do lugar da mulher na sociedade, e o médico não se furtará de estabelecer uma nova ordem, um caminho de volta para casa em relação às mulheres.

Além dessa grande temática que envolve a amamentação, De Lamare empenhou-se em onze (11) artigos, que revelam o aprofundamento de conhecimento específico da medicina. Estes artigos procuram aconselhar as mães sobre cuidados com o corpo da criança, vacinação e doenças. Uma verdadeira consulta médica, o olhar médico sendo compartilhado com a mãe (auxiliar médica?). Seria esse seu lugar na família de acordo com os médicos? Acredito que talvez não se trate de que a mãe represente a auxiliar médica, mas de ter em sua ação prática com a criança a representação da presença médica dentro de casa. Não temos a mãe, temos o médico que consolida uma forma de ventríloquo com a genitora da criança.

Essa coletânea dos onze artigos explora partes específicas do corpo da criança com o propósito de avaliá-la em situação de risco, como: Olhos, Lábios, Orelha, Dentes, Língua. De Lamare apresenta todas as enfermidades que possam se apresentar nessas diferentes partes do corpo.

O raquitismo é outra enfermidade que o autor procura focar em relação à alimentação. Há, também, a descrição detalhada do aspecto somático da criança (4 a 8 anos) com dificuldade de respirar. Aborda sobre a sífilis dos pais e dos filhos e explica sua diferenciação. Nesse ano, sobre a vacinação só foi descrita a do crupe.

De Lamare se estenderá a outro aspecto a ser aconselhado à mãe. Eles são o que considera como "O Método", a disciplina. O autor é enfático em considerar que a disciplina com a criança começa em seu primeiro (1º) dia de vida. Desse modo, esse

autor parece esclarecer sua incisiva descrição do que a mãe deve e não deve fazer em diferentes aspectos relativos aos cuidados à criança, sobretudo o bebê.

Nesse ano, os artigos específicos abordam a disciplina que a criança precisa ter no sentido de se respeitar os horários de mamar, dormir, brincar. Outro artigo aponta como recurso necessário o 'bater' na criança. Dar palmadas faz parte do método médico, reconhecido como válido. Ao pai cabe, sobretudo, essa função, se quiser equiparar-se ao amor materno. O resultado do castigo depende sempre do empenho do pai no ato de castigar. Apesar de o autor referir-se a essa atribuição do pai, não se aprofunda nesse lugar paterno.

Até dois anos, a criança é reconhecidamente influenciável aos cuidados. Esse talvez seja um modo de poder compreender todo empenho do autor em seus artigos semanais dirigidos, sobretudo ao bebê. Assim a mãe disciplinada disciplina a criança. Crianças de 2 a 4 anos de idade são consideradas as castigáveis (pois não cedem facilmente).

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1942

SEÇÃO: CONSELHO ÀS MÃES

AUTOR: DR. RINALDO DE LAMARE

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1942:

A revista Fon Fon, no ano de 1942, também manteve, como nos anos anteriores, espaço destinado aos artigos para as mães denominados de 'Conselhos às Mães'. De Lamare manteve-se também como único autor a contribuir nessa seção.

Foram catalogados 28 artigos desse autor na seção 'Conselho às Mães'.

Desse total, 16 artigos foram destinados a explicar enfermidades comuns às crianças, com os seguintes temas: Diarreia de Verão (03/01/42); Furunculose (21/03/42); Febre do Calor no Bebê (28/03/42); Roer Unhas (02/05/42); Cáries Na 1ª Dentição (09/05/42); Gripe (16/05/42); Dor de Barriga (23/05/42); Vermes E Convulsões (11/07/42); Sarampo (01/08/42); Tuberculose (22/08/42); Palidez (05/09/42); Resfriado (10/10/42); Catapora (07/11/42); Comer Terra (14/11/42); É Sadio Seu Bebê? (05/12/42); Urticária da 2ª Feira (1912/42).

No contexto dessas enfermidades, De Lamare tem como prioridade na constituição de seus artigos a alimentação do bebê, particularmente com relação às questões vinculadas ao aleitamento materno. Quase uma obsessão. Essa temática não se distancia deste autor mesmo quando precisa se estender sobre uma ou outra doença.

Encontramos ênfase na questão da alimentação da criança com foco no aleitamento, nos artigos: Diarreia de Verão (03/01/42); Cáries na 1ª Dentição

(09/05/42); Dor de Barriga (23/05/42); Sarampo (01/08/42); Comer Terra (14/11/42); É Sadio seu Bebê? (05/12/42); Urticária da 2ª Feira (19/12/42); Pela Amamentação Natural do Bebê (25/07/42); Algumas Verdades - aleitamento, recomendação médica (12/09/42); O Leite de Vaca e o Verão (21/11/42); Ainda o Leite de Vaca (28/11/42); O Banho Salgado nas Crianças (13/06/42).

Havia por parte dos médicos nesse período grande empenho em garantir uma superalimentação com o aleitamento materno e a complementação através do leite artificial (pó, condensado), o leite de vaca e o de cabra. Suas estratégias intervencionistas nesse sentido nem sempre logram sucesso em relação à capacidade de digestão e de adaptação das crianças atendidas.

No artigo de 12/09/42, De Lamare apresenta essas limitações visando a assertividade nas prescrições do aleitamento da criança. Ele é enfático em solicitar por parte das mães compreensão quando não conseguem acertar a indicação do leite para a criança:

Quando um médico receita um leite em pó, desta ou daquela marca, ou leite de vaca em natura, com as doses certas que julgar conveniente, e o bebê não se der bem, não o joguem na rua da amargura; apenas o informem, porque a culpa é do organismo. O médico, com cuidado procurará adaptar o que mais convém, de acordo com as informações maternas, colaborando sincera e honestamente com o médico, não poderá uma mãe estremosa prestar melhor serviço a seu filho. (DE LAMARE, 12/09/42, p. 11).

Essa preocupação com a aprovação da mãe em relação à visão do médico sobre a criança aparece no texto como decorrente das intervenções de outras mulheres e mães que apontam direções diversas, quanto a essa temática do aleitamento. De Lamare é enfático quanto a necessidade de se recorrer ao médico em situação de erro.

As vizinhas, as vovós, as comadres, etc., dão o seu indefectível palpite e lavram a sentença. – O Dr. errou! Para o filho de Fulana o Dr. X deu tal leite e foi um sucesso; o bebê esta lindo. – Qual o que! – diz outra. O meu sobrinho tomou o leite x e se deu muito bem. E assim desfilam todos os leites: o de vaca, Eledon, Nutrícia, Nertogeno, Nutro, Glaxo, Klim, Gulgoz, Molico, Olac, etc,. Cada um com as sua entusiastas e inimigas. Se nós estivéssemos presentes a essa discussão, diríamos também: - Minhas senhoras até com leite de cabra e alimentação

indiscutivelmente erradas temos vistos lindos bebês... (DE LAMARE, 12/09/42, p. 11).

Parece existir a necessidade de popularizar a ação do médico, particularmente do médico pediatra junto às mulheres-mães, tal qual ocorrera no Brasil Colônia e Império, onde os escassos médicos precisavam disputar com as benzedadeiras e parteiras, que faziam às vezes, as tarefas que seriam destinadas aos médicos e cirurgiões da época, em relação aos cuidados com a mulher. Os médicos não tinham naturalmente a segurança junto às mulheres (BRENES, 1991), e, agora, nessa primeira metade do século XX, o mesmo parece presentificar-se em relação aos cuidados dos filhos, impondo a medicina oficial e combatendo e desqualificando o conhecimento e as ações das mulheres-mães.

De Lamare seguirá, então, com o propósito de alcançar esse intento, de tornar-se o representante da medicina oficial junto às mães leitoras. Para tanto, desde 1940 se empenha em sua seção semanal de 'Conselhos às Mães' e, ao que tudo indica, a alimentação do bebê é o lugar de entrada na vida das crianças e de intervenção das mães dentro da família.

Nesse ano de 1942, um artigo contribui para representar essa ideia. Na edição de 01/08/42, De Lamare, ao explorar o tema 'A dieta do sarampo', apresenta uma informação que vem sendo constituída subliminarmente em seus diferentes artigos desde 1940. Trata-se da importância atribuída pelos médicos à alimentação da criança, sobretudo em seu primeiro ano de vida. Esse valor dado à alimentação recai sobremaneira para a mãe. Ela tem estabelecido pela medicina, a responsabilidade de atuar para o médico na privacidade do lar, nos cuidados com a alimentação da criança:

Em caso de doença há necessidade de se considerar para a cura três fatores principais: a medicação, a higiene e a alimentação. A primeira pertence ao médico, mas na última, embora prescrito pelo facultativo desempenhe a mãe importante papel, porque é quem a determina em maiores detalhes, e muitas vezes é ela mesma quem a executa. (DE LAMARE, 01/08/42, p.06).

Dois outros pontos referentes a essa citação merece destaque. Um é referente à especificação em que De Lamare determina aos *médicos* como sua responsabilidade:

medicar. Há, no entanto incongruência em relação a essa determinação de De Lamare, uma vez que em alguns artigos escritos por ele, há a descrição de medicação e procedimentos a serem utilizados pela mãe relação à criança disponibilizada em sua seção 'Conselhos às Mães'.

O outro aspecto destacado é a imprecisão que o autor coloca a *mãe*, como quem efetivamente vai acolher a criança em seu cotidiano. Quando o autor se refere à mãe dizendo 'que muitas vezes é ela mesma quem executa', deixa escapar a participação reconhecida de outra pessoa para exercer essa tarefa. Então, não seria totalmente verdadeiro acreditar que seria a mãe a grande responsável pela criação da criança no contexto familiar. Fica a compreensão de que, além dela, a mãe, há a 'ama-seca', 'babá' etc.

Em relação à presença de uma 'ama-seca', 'babá', 'empregada', responsáveis pela alimentação da criança, encontramos também resistência do especialista médico na aceitação de suas ações diretas com a criança. E a fundamentação sempre esteve pautada em higiene das famílias. Del Priore (2009) já apontava o combate às amas de leite desde o século XVIII; e as 'amas-secas' enfrentarão no século XX, um controle muito parecido como as amas de leite. Trata-se de uma ação médica, como função de polícia. Observamos que De Lamare omite nesse artigo a discussão do segundo fator elencado por ele importante na compreensão da cura, que seria a *higiene*; todavia, exerce na prática uma vigilância acirrada em cada passo das mães em relação ao cuidado da criança, com base nas determinações dos médicos puericultores e higienistas.

A presença dessas mães substitutas nas vidas das crianças das famílias de classe mais favorecidas parece ser habitual. No artigo de 22/08/1942, De Lamare, explorando o tema que envolve a tuberculose na infância, contribui para essa compreensão:

Rápidas foram as hipóteses levantadas. Deixamos, porém, deliberadamente, a mais séria por fim. E essa reside nas "amas secas". Entre a classe pobre e mestiça, que geralmente é a maior vítima da tuberculose, que são contratadas grande número de amas. O processo mais seguro é, antes de admiti-las, exigir um exame clínico ou melhor radiográfico, que poderá ser obtido fácil e grandiosamente nos postos do governo ou nos hospitais de caridade, com ou sem fornecimento da

chapa. Na nossa clínica particular aconselhamos sempre, veementemente, esse cuidado, e, por duas vezes, estamos certos de que formam evitadas duas grandes tragédias. (DE LAMARE, 22/08/1942, p. 09).

Vemos, nessa citação, reafirmado que as mães dividiam ou repassavam às 'amas-secas' a função da maternidade. Nesse momento, testemunhamos a tolerância da medicina em relação à presença das 'amas-secas' no contexto relacional da família, em particular no convívio diário com a criança. Essa permissividade não se estenderá por todo o século XX, e irá ser aplacada pelos médicos higienistas que 'convocarão' as mães (que serão denominadas como as verdadeiras), a responsabilizarem-se diretamente pelos cuidados dos filhos, de modo a 'higienizar' o lar das influências ruins sociais, morais e físicas das 'amas-secas'.

Um exemplo do rigor que espera as mães na atenção com a criança é verificado no artigo de 14/11/42. De Lamare explicando que o hábito de comer terra já fora considerado como "uma perversão do apetite, em consequência de distúrbios mentais". Considera que há ainda por parte de alguns médicos essa equivocada compreensão, mas que hoje já é compreendida como carência de cálcio na alimentação, comprovada nas últimas pesquisas feitas nesse sentido pelos cientistas modernos.

Diante da presença de criança com esse hábito, De Lamare dispara uma condenação aos pais (mãe), no sentido de que eles merecem castigo por, "criar erradamente o filho, dando-lhe alimentos pobres em cálcio". Como se vê, a família precisa funcionar em sintonia com os avanços da medicina.

Se há médicos que ainda não compreendem o valor e as propriedades dos alimentos, o que faz De Lamare pensar que as famílias e, particularmente as mães dariam conta de dominar essas informações? Trata-se de colocar a mãe em um lugar a serviço da medicina, e encaixando-se nas diretrizes policialescas do médico na família.

De Lamare estenderá sua ação intervencionista também para lugares diferentes da alimentação e aleitamento infantil, com o firme propósito de aconselhar as mães na tarefa da maternidade. Particularmente nesse ano de 1942, testemunhamos o início de artigos que exploraram os cuidados relativos à criança que se afasta da amamentação e de doenças da primeira infância. São oito (8) os artigos que procuram elucidar outros aspectos do desenvolvimento da criança: Dê ao Primeiro Filho o Segundo Lugar

(06/06/42); Urticária da 2ª Feira (19/12/42); O Banho Salgado nas Crianças (13/06/42); Deve a Criança Andar Descalço (04/07/42); O Ronco Palpável do Bebê (08/08/42); Crianças que Andam Tarde (19/09/42); 3, 6, 9, 12 Meses Períodos Importantes - aspectos psicomotores (26/09/42); Os Primeiros 30 Dias de Vida (03/10/42); O Bebê e o Carinho - cuidados com os excessos (24/10/42).

No rol desses artigos, um em particular destoa do modo como De Lamare vem tratando a criança e a mulher-mãe. Trata-se do artigo intitulado “Dê ao primeiro filho o segundo lugar”, editado em 06/06/42. De Lamare apresenta uma visão nova do médico pediatra, e que também se mostrará revelador ao excluir a criança do primeiro lugar que ocupava em casa por própria determinação da medicina nesse início de século.

A mãe preconizada como responsável pelos cuidados do eterno primeiro lugar – a criança, agora em 1942, pode ter a ‘autorização’ para ser a ocupante do primeiro lugar, na condição de esposa. Será o início de uma nova mentalidade nessa relação de polícia médica das mães?

O médico moderno de crianças não deve restringir-se a receitar dieta para fazer prosperar bem o bebê, nem a vaciná-la contra as moléstias infecciosas, ou curá-la de pneumonia, ou atalhar-lhe a diarreia, deve, igualmente, fazer brotar na jovem mãe a confiança em si, afirmando que o seu filhinho não morrerá de fome ou de qualquer outro motivo, com facilidade, que os recursos atuais são grandes e seguros para a vida do mesmo, afim de que ela possa novamente integrar-se na verdadeira posição de esposa. (DE LAMARE, 06/06/42, p.08).

Os artigos não revelarão essa tendência. A mãe permanecerá em seu segundo lugar diante do status da criança. Mas é relevante destacar que essa matemática de colocação precisa ser entendida de modo mais dialético. Os especialistas, sobretudo os médicos, ao priorizar sua atenção sobre os cuidados com a criança, escondem sua prioritária intenção, a de intervir nos costumes, e disciplinar a mulher que já é conduzida para se casar e ser mãe. Nesse contexto, seria compreensível invertermos os lugares, e a mulher poderá ser compreendida como ocupando o primeiro lugar.

Outro artigo que se destaca pelo aspecto inusitado é o editado em 24/11/42, onde De Lamare com o título ‘O Bebê e o Carinho - cuidados com os excessos’, destaca-se de todos os artigos produzidos desde 1940. De Lamare explora dois

aspectos de atenção sobre a criança que ainda não havia discutido e sido aconselhado. O primeiro diz respeito à compreensão do desenvolvimento psicomotor da criança, em que o autor descreve as características esperadas em idades chave do comportamento motor.

Outro ponto inusitado que De Lamare estabelece nesse artigo, trata-se de compreender que a criança ao vivenciar o aleitamento materno pode se ver livre de doenças, com a presença também do carinho.

Pode ser que esteja sendo revelado um olhar novo sobre a criança e a mãe. O que é possível afirmar é que a dimensão afetiva conquistou seu primeiro artigo. De fato, a preocupação do autor De Lamare nesse artigo esteve mais relacionado com os riscos de excessos de carinho da mãe.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1943
SEÇÃO: CONSELHO ÀS MÃES
AUTOR: DR. RINALDO DE LAMARE

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1943:

Este é o último ano de intervenção do De Lamare na revista Fon Fon. Haverá a produção de somente cinco artigos para a seção 'Conselhos às Mães'. Com o artigo de 17/04/43, finda também a seção em que De Lamare se dedicou às mães: 'Conselhos às Mães'.

Nesse ano de 1943, dois (2) artigos foram publicados no sentido de aconselhar as mães sobre a amamentação: 'É Sempre Bom o Leite Materno?' (13/02/43) e 'A Mãe que Amamenta pode Comer Manga?' (20/01/43). Esses artigos registram o valor do aleitamento materno. Mantém-se, ainda, interesse junto às mães sob sua responsabilidade para com a própria alimentação para não comprometer o bebê que amamenta.

No artigo de 13/02/43, se propõe a responder se o leite materno é sempre bom. Apresenta assertivamente que sim, sempre é bom o aleitamento materno. Explica também que a medicina muito recentemente tem conquistado essa compreensão, e informa que costuma ocorrer é a escassez de leite ou uma alimentação inadequada por parte da mãe.

Até a alguns anos atrás era prática dos clínicos, nos casos em que o bebê não prosperasse bem, vomitar ou apresentar diarreia, mandar examinar o leite materno para verificar se estava em condições

aceitáveis. Porém, com o advento dos grandes progressos da medicina, em clínica infantil, aí por volta dos anos de 1920, a prática de mandar examinar o leite humano foi acerbamente condenada. Afirmaram então que o leite materno é sempre e sempre bom para a criança.

[...]

Depois de estudos chegara à conclusão definitiva que nesses casos o responsável pelos fracassos não era o leite ruim ou impróprio, mas sim a escassez do leite.

[...]

A qualidade do leite materno está na dependência direta de uma alimentação correta por parte da nutriz. (DE LAMARE, 13/02/43, p.04).

De Lamare, na edição de 20/01/43, explorará a importância da alimentação da nutriz: “Assim deve a mesma limitar-se a comer alimentos de alto valor nutritivo, e não os que apenas agradam a seu paladar”. (DE LAMARE, 20/01/43, p.07).

Nesse artigo, o autor segue prescrevendo o que a mãe que amamenta pode e não pode beber e comer.

De Lamare diversificará a exploração de outros temas, além da amamentação em três outros artigos. Estes caminham em direção às características sobre quem é o bebê: Por 10 Razões Chora o Bebê (02/01/43); Carregue seu Filho no Colo (13/03/43); Períodos Críticos da Vida da Criança (17/04/43).

De Lamare explica, então, que o choro é “antes de tudo uma manifestação de inteligência do bebê, já que ele não fala, não gesticula, e a única maneira que dispõe para se comunicar com o ambiente é chorando.” (DE LAMARE, 02/01/43, p.09).

O choro é um “sinal de alarme” de que alguma coisa não agrada o bebê. Nesse contexto, De Lamare cita seu livro “A Vida do Bebê” editado no ano de 1941, no qual respondera os fatores que podem provocar o choro, como: fome, sede, cólicas, umidade, posição do corpo, prurido, nervoso, doenças, manha. Ele discorre sobre cada um desses itens, mas responsabiliza os pais pela manha, por criar a criança sem disciplina: “Levando o dia todo de colo em colo, satisfazendo ao capricho dos outros, sempre com barulho, sem o repouso necessário, o bebê acaba esgotado, nervoso, manhoso...” (DE LAMARE, 02/01/43, p. 09).

Esse tema ligado ao dar colo ao bebê retorna na edição de 13/03/43, em que De Lamare apresenta a histórica influência que a medicina aqui teve, versando a influência alemã, e que, hoje, é possível uma postura mais flexível.

A maneira intransigente, enérgica e irrefutável pela qual foram lançadas as novas ideias da clínica infantil, e que apesar de tudo não podemos negar que foram muito úteis à criança, tem explicação na origem: a escola alemã. A disciplina e a intransigência, as faltas de sensibilidade pelo recalçamento das emoções primárias inevitáveis fizeram com que a puericultura deslizesse para um terreno estreitamente científico e inhumano. (DE LAMARE, 13/03/43, p.14).

O autor explica que variadas recomendações dadas pelos médicos entusiastas da escola alemã é a de não levar o filho ao colo, “e pensamos mesmo que não há gesto mais natural mais materno, mais humano enfim, do que esse”. Levar o filho ao colo é considerado por De Lamare um gesto instintivo e que se recomenda à mãe não exagerar.

[...] é necessário respeitar o horário das mamadas, como do repouso diurno, mas dentro de 1 ou 2 horas por dia, nos primeiros três meses de vida, e de duas a três horas, ao completar 6 meses, será permitido levar a criança ao colo, fazê-la participar da vida da casa, conhecer os pais e parentes, ouvir sua voz e sentir seu afeto. (DE LAMARE, 13/03/43, p.14).

A preocupação com a disciplina sempre esteve presente nos escritos de De Lamare. Sua atuação pautada na medicina cuidou prioritariamente dos cuidados com a alimentação da criança, com ênfase na amamentação. Ao retratar as doenças da primeira infância, a alimentação da criança sempre esteve presente. E ao explorar aspectos gerais do desenvolvimento da criança também não abandona esse tema. Nesse ano de 1943, desperta a atenção o artigo ‘Períodos Críticos da Vida da Criança’ (17/04/43). Nele, De Lamare amplia a caracterização da criança, preocupado em prevenir danos orgânicos estendendo a caracterização da criança até os 14 anos de idade. Estender a faixa etária para uma idade como essa é algo novo na abordagem desse autor que sempre primou pelo bebê. O bebê deixará de ser o ator principal? Não obtivemos essa resposta, uma vez que se trata do último artigo de De Lamare, todavia, indica uma mudança no olhar sobre a criança que precisa ser cuidada em toda sua extensão de desenvolvimento.

De Lamare procurou, nesse artigo, apresentar as fases de crescimento e desenvolvimento da criança dos 6 meses aos 14 anos. A escolha é decorrente do que considera como período em que pode haver diminuição das resistências orgânicas.

Desse modo, deve a mãe exercer maior vigilância sobre seu filho, nesse período, sobretudo no que se refere à alimentação, que precisa ser boa em qualidade e quantidade. No caso de não ser possível consegui-lo, submeter o garoto a um regime de tônico, vitaminas, sobretudo, vida ao ar livre, banhos de sol, raios ultravioleta e repouso necessário. Não se deve esquecer que a medicina infantil foi e é sempre mais preventiva do que curativa. (DE LAMARE, 17/04/43, p.06).

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1945

SEÇÃO: EPISTOLÁRIO MATERNO

AUTOR: RUTH M. BITTENCOURT RIOS

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1945

A revista Fon Fon volta a oferecer uma seção destinada às mães, suspensa desde 1943. Agora não contando mais com o De Lamare, mas com Rios. Ela denominará a seção, que leva sua assinatura, de 'Epistolário Materno'.

Nesse ano, foram editados sete artigos por ela. Na prática, trata-se na maioria das vezes, de responder cartas das leitoras. Esse será o grande diferencial dessa autora em relação a De Lamare. A marca, agora, é falar de mulher para mulher.

Rios publicou a maioria dos artigos como respostas a cartas de leitoras. Trata-se de uma postura única em relação às revistas nesse período estudado na tese, o de ouvir o que a leitora tem como interesse, sobre sua condição de mãe.

De Lamare ao contrário, se dirigia às mães como aconselhador médico ('Conselhos às Mães') através de possíveis dúvidas que são originadas da intenção e da programação do próprio autor. Rios, em 'Epistolário Materno', assume posição contrária ao referido médico; e parece poder "ouvir" as demandas das leitoras e, em seguida proferir seu 'aconselhamento'.

O perfil dos artigos que representam na maioria das vezes respostas de Rios às leitoras alcança uma distância abissal em relação às temáticas de De Lamare vinculadas ao bebê e à amamentação. Ela adentra à dimensão mais psicológica e moral da relação da criança com a mãe. Também verificamos que as idades das crianças mencionadas são as que correspondem ao período escolar.

Encontramos na carta-resposta de 01/09/1945 proposta de Rios de que a mãe em relação à educação do filho de sete anos não deve ser entregue à professora. Ela (professora), “nem sempre é mãe e não pode, por isso, substituí-la nesse mister, minha amiga. Justamente nessa idade de transição física e psíquica é que seu filho mais precise de seus desvelos maternos”. (RIOS, 01/09/1945, p.33).

Recomenda ainda que “seja, portanto, minha amiga, a própria sombra de seu filhinho, nessa vigilância constata, zelosa, pois os hábitos adquiridos em tal idade são os que influenciarão ou guiarão o mesmo, na sua adolescência e juventude, e mesmo na vida adulta.” (RIOS, 01/09/1945, p.33).

O reforço a essa orientação ressurgiu no artigo de 03/11/1945, em que a criança, em idade escolar, a partir dos sete anos, a “dedicação se impõe para que ele cresça a salvo de qualquer vício que poderia deformar o caráter” (RIOS, 03/11/1945, p.10).

Rios, nesse artigo, é incisiva em solicitar que as mães não permitam que os filhos fiquem entregues a si mesmos ou com a empregada. Enfatiza a importância de não se descuidar também da higiene do filho:

Os cuidados maternos, sob esse aspecto, terão que prolongar-se até mais tarde, porque são indispensáveis. A fiscalização materna deve ser rigorosa e contínua. A criança não tem vontade, não sabe o que quer. Tem a indecisão da idade. Desse modo, a vigilância dos pais, notadamente da mãe, é absolutamente necessária em todas as fases do desenvolvimento infantil. (RIOS, 03/11/1945, p.10).

Verificamos que a mãe mantém o referencial em relação aos cuidados com a criança, tal qual a ênfase estabelecida por De Lamare em relação à criança pequena e às ‘amas-secas’. Testemunhamos que por parte da especialista há a necessidade de que a mãe esteja mais presente, também em relação à escolaridade do filho.

Mas no artigo de 22/09/1945, Rios, ao reconhecer que a criança até os nove anos precisa ser mais orientada em casa pela mãe, estabelece também, como marco

referencial a idade de nove anos, como sendo a idade em que é possível testemunhar uma necessidade natural da criança se vincular com os professores: “Na escola o aluno de nove anos é excelente. Quer ser mandado. Quer obedecer às exigências mais duras do seu mestre, de quem, no entanto, se mostra bem amigo. Procura andar sempre junto dele segurando-lhe os exemplos.” (RIOS, 22/09/1945, p.09).

Nesse sentido, a mãe deve estar atenta à “[...] necessidade imprescindível da escolha de bons professores, de bons colégios para o menino, afim de que este imite as boas ações, aprecie as atitudes corretas e forme seu caráter ao contacto dessas ações e dessas atitudes.” (RIOS, 22/09/1945, p.09).

A postura da mãe, seu humor, também é lembrada e vigiada por Rios ao receber carta de uma leitora que está angustiada diante das diabruras do filho. Considera que faz mal à educação dos filhos, “seu permanente mau-humor os contagiarão, e logo verá neles o reflexo de seu nervosismo”. A autora trabalha com a tese de que os filhos imitam os pais: “As crianças minha amiga, são o espelho dos pais, quando estes convivem permanentemente, com elas... A influência materna sobre os filhos é preponderante, não há dúvida [...]” (RIOS, 03/11/1945, p.33).

Aconselha privar o filho de distrações irresistíveis: “Os resultados serão bem melhores que os dos castigos corporais desaconselháveis, prejudiciais, bárbaros e por isso mesmo, reprováveis.” (RIOS, 03/11/1945, p.33).

Outra carta respondida por Rios revela uma mãe preocupada com o filho de dez anos que se encontra muito triste, silencioso e sem vontade de falar. O mesmo já fora ao médico e não havia nada que pudesse ser feito. Desse modo, a leitora apela para o ‘Epistolário Materno’, por entender que possa ser uma ‘doença moral’. Rios explica que a criança “[...] como as pessoas grandes, têm, também, os seus problemas, cuja solução depende dos pais, notadamente da mãe.” (RIOS, 10/11/1945, p.09).

A mãe é, de fato e direito, responsável pelos cuidados e educação do filho. É dela a responsabilidade de identificar e de resolver os problemas da criança dentro da família. Esse talvez seja um dos motivos a que os diferentes especialistas se dedicam: doutrinar a mãe na tarefa de como ser mãe.

A autora, no contexto desse artigo sobre a educação moral, recomenda: nada de perguntas constrangedoras e com frases duras, com admoestações autoritárias. E,

ainda, “o aconselhável é criar inteligentemente, prudentemente o clima propício para que a criança desabafe sem desgosto e compreenda e aceite as reflexões de sua mãe.” (RIOS, 10/11/1945, p.09).

Costatamos que, por parte da especialista, há a necessidade de que a mãe esteja mais presente, também em relação à escolaridade do filho.

Mas no artigo de 22/09/1945, Rios, ao reconhecer que a criança até os nove anos precisa ser mais orientada em casa pela mãe, estabelece também, como marco referencial a idade de nove anos, como a idade em que é possível testemunhar uma necessidade natural da criança de se vincular aos professores. Ao contrário do que em anos anteriores De Lamare aprovava as ‘palmadas’, Rios condena o bater na criança e prega a privação como forma de correção. Recomenda à leitora que diz bater no filho que consulte um médico para ela.

No ‘Epistolário Materno’ de Rios, a mãe é aquela que cuida da criança, garante o seu sono e o ritmo de vida diário. Há ausência de artigos sobre amamentação e temas relativos ao bebê. A criança maior, em idade escolar, é o foco.

Podemos também evidenciar que as dúvidas reais das leitoras estão focadas em outro ângulo; não é na amamentação, nem nos cuidados do bebê e outros aspectos do desenvolvimento da criança da primeira infância. Nesse contexto, é inevitável reconhecer que os artigos de De Lamare (1940-1943) não representa uma necessidade das leitoras mães, mas antes, uma necessidade da medicina e seus saberes de constituir um lugar na relação da mãe com o bebê.

Rios revela um paradigma diferente da medicina, a Puericultura. Ela está atenta à presença da mãe na relação com a criança, e importando-se com o vínculo relacional como forma de garantir um caráter sadio no futuro da criança.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1946**SEÇÃO: EPISTOLÁRIO MATERNO****AUTOR: RUTH M. BITTENCOURT RIOS****SEÇÃO: COMO CRIAR NOSSOS FILHOS****AUTOR: DR. FLÁVIO LOMBARDI****AUTORA: ANNA W. M. WOLF****AUTOR: LOIS CAMPBELL****CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1946:**

No ano de 1946, a revista Fon Fon não apresentou por todo o ano uma única seção destinada às leitoras mães. A revista ofertará vinte (20) artigos destinados às mães nesse ano, divididos em seções com nomeações específicas e autores diferentes da seção 'O Epistolário Materno', escrita por Rios (autora presente desde o ano passado – 1945); 'Como Criar Nossos Filhos' de Dr. Flávio Lombardi.

Desse total, onze (11) são os artigos em forma de cartas-resposta às leitoras da seção 'Epistolário Materno' de Rios. São eles: 'Não Saber Educar Filho de 9 Anos'/ 'Inapetência'/ 'Mulher Moderna'/ 'Medo Infantil'/ 'Liberdade da Criança'/ 'A Criança de

Pais Separados'/ 'Como se Veste Menino de 6 A 9 Anos'/ 'A Educação vem de Berço'/ 'Educar e Indisciplina de Crianças Teimosas'/ 'Descontrole na Educação dos Filhos nos dias de Hoje'/ 'Filhas que se Apaixonam – 15 Anos'.

Dr. Flávio Lombardi contribui com seis (06) artigos em sua seção 'Como Criar Nossos Filhos'. São eles: 'Mãe com muitos Filhos'/ 'Puericultor...'/ 'Mãe Noviça'/ 'O Sono Agitado da Criança (Terror Noturno)'/ 'A Fadiga e o Desânimo na Escola'/ 'Filho único, de uma única filha'.

Houve, também, a participação de outros autores. Um deles escreveu 'Cuidados com o Recém Nascido e não se identificou ao publicar o artigo e outros foram assinados por Anna W. M. Wolf, que escreveu 'A Surra é Necessária' e 'Lois Campbell' que publicou 'Não Abandone seu Filhinho'.

SEÇÃO: EPISTOLÁRIO MATERNO

AUTOR: RUTH M. BITTENCOURT RIOS

Rios continua, como no ano anterior, a dirigir-se de modo coloquial e como 'amiga' às leitoras da revista Fon Fon. Ela também se afasta das orientações médicas e apresenta-se com aconselhamentos morais e de cunho mais psicológico. Seus temas se afastam dos cuidados específicos do bebê como os desenvolvidos por seu antecessor Rinaldo De Lamare. A autora se dedicará a orientar sobre crianças mais velhas (6 a 9 anos) e adolescentes com 15 anos.

Não é possível afirmar que Rios tenha feito uma seleção prévia dos artigos de seu interesse particular junto às leitoras mães ou de interesse das leitoras e mães que se inquietam em seu cotidiano maternal através das cartas; eles são mais focados e direcionados às crianças mais velhas.

Rios, em sua seção 'Epistolário Materno', mantém como referência de criança, o 'menino', o gênero é masculino. Essa forma de se dirigir à criança está presente desde o ano de 1945. Exceção será encontrada mais especificamente dirigindo-se ao sexo feminino, por uma referência no artigo de 12/10/1946, de um artigo resposta da autora,

que orienta a inquietude de uma mãe a respeito de sua filha de 15 anos que se apaixona.

Um tema comum nas edições da revista Fon Fon entre os anos de 1940 a 1943 diz respeito à alimentação do recém-nascido. Rios apresenta um único artigo relacionado à inapetência da criança (12/01/46) e à necessária disciplina do horário para solução; todavia, a autora não dirige suas orientações ao bebê. Ela se refere a uma criança maior, uma vez que a mãe “deve acompanhar o filho” nos horários de refeições.

Rios explica que as causas da inapetência variam, tais como ‘obrigar a comer’, ‘preguiça’, ‘irregularidade na hora das refeições’, mas compete à mãe, “[...] o dever de acompanhar o filho, também, na hora das refeições, para afastar do mesmo os hábitos que porventura venham a prejudicar a sua alimentação.” (RIOS, 12/01/1946, p.16).

Há por parte da autora nesse artigo preocupação e atenção no sentido de que a criança possa seguir seu crescimento com saúde física, sem precisar ser acometido por doenças, e uma maneira de se garantir esse ideal seria preservar uma boa alimentação.

Toda mãe desvelada, que sabe alimentar seu filho dentro das condições inerentes à boa saúde, concorre, não só para livrar a criança das enfermidades, mas também para formar um ser forte, plenamente desenvolvido e capaz, assim de resistir às surpresas da vida. (RIOS, 12/01/1946, p.16).

Além do necessário empenho em relação aos cuidados com os horários da alimentação da criança, Rios considera a mãe responsável pelo aconselhamento da criança para a “[...] grande missão no preparo do homem a quem poderá se confiado o destino da Pátria.” (RIOS, 05/01/1946, p.09).

Há de forma contundente, por parte da autora, preocupação com o futuro da nação e a responsabilidade da mãe em ver cumprida essa missão: cuidar da criança para tornar-se ‘um ser forte’. Desse modo, a mãe é a responsável ‘que sabe alimentar o filho’ física e moralmente. Ela carrega essa missão como os “*sagrados intuitos de seus deveres*”. É afirmativamente a responsável pelo homem de amanhã: “O menino de hoje

será o homem do amanhã. A mulher, que é mãe, tem uma grande missão no preparo do homem a quem poderá se confiado o destino da Pátria.” (RIOS, 05/01/1946, p.09).

Essa condução da educação da criança é literalmente referida à criança pequena como obrigação dos pais. “Os pais têm a obrigação precípua de guiar os passos dos filhos desde pequeninos, para que eles sejam elementos úteis à sociedade e à Pátria.” (RIOS, 05/01/1946, p.09).

Mas é encaminhado à mãe o aconselhamento. Ao pai cabe a responsabilidade quando o filho está maior: “E a preocupação paterna terá, necessariamente, à medida que cresce o filho.” (RIOS, 05/01/1946, p.09).

Rios propõe, nessas condições de responsabilidades, que não se crie o filho como menino rico: “Evite inculcar no espírito da criança a ideia de que ela é rica.” (RIOS, 05/01/1946, p.09).

Sugere afazeres em casa ‘como uma criança pobre’, para inculcar a ideia de trabalho.

A autora, ao responder uma carta de uma leitora preocupada em como educar o filho de nove anos, revela sua atenção voltada para o futuro, o futuro em que o jovem, em sua concepção, precisa viver o papel de patriota. E caberá à mulher, à mãe pelo exemplo materno, fazer com que aconteça o patriotismo, é dela essa responsabilidade.

Outro aspecto relevante refere-se a que público essa revista atende, isto é, mulheres, mães de classe social alta. Fica evidente a orientação sobre não permitir que o filho sintasse rico e, sim, com os deveres de ajudar em casa, que o cotidiano dessas crianças contraste com o cotidiano de filhos de mães mais desfavorecidas, que tem como resposta de vida, a inserção no mundo do trabalho. O menino pertencente à burguesia, não trabalhará fora, mas com ‘pequenas’ responsabilidades no cotidiano do lar; isso parece ser possível para minimizar as condições díspares entre uma e outra criança nos ideais estabelecidos pela autora. O alcance almejado seria de que os filhos dessas mães (com recursos), ao serem estimulados a auxiliar em casa e a não sentirem ricos, aprenderiam desse modo, o valor do trabalho.

O processo de civilizar a criança em um adulto ajustável começa cedo e dentro de casa. Na edição de 02/03/46, Rios retrata como o filho menino precisa ser cuidado em relação às suas vestimentas. Este com as idades entre 6 a 9 anos, é um referencial,

para a autora pois trata-se da idade em que se manifesta a “razão masculina”. Há uma preocupação de torná-lo um homem antes da hora, mas a descrição do vestuário de crianças antes dos seis anos (formais no modelo e no tecido) já constitui um prenúncio do formato adulto. É o terno infantil que caracterizará a aproximação ao universo do homem adulto.

A autora propõe a vestimenta do seguinte modo: Menino até 4 anos: “[...]roupas da mesma fazenda (calça e blusa). Menino de 5 anos: A roupa anterior é inadequada. Menino de 6 anos: [...] calças curtas com uma blusa-camisa, em seda batista ou linho, conforme a estação. Um cinto de couro, uma gravata, etc., completam o traje apropriado.” (RIOS, 02/03/46, p.10).

Há por parte de Rios a preocupação de não fazer do filho “um homem precoce”, porque pode perder prematuramente as características da idade. Faz-se necessário que as mães garantam “a natureza masculina”, e infantil da criança sob os “os domínios maternos”: “O menino que veste seu primeiro terno de homem (paletó e calças) perde, por vezes sua naturalidade de criança, porque se sente muito importante.” (RIOS, 02/03/1946, p.10).

O contexto de ser criança passará, então, por outros aspectos relativos à boa preservação de sua natureza infantil nos artigos de Rios. Por exemplo, a discussão sobre o espaço disponível para a criança esteve presente no artigo de 30/03/46 na revista Fon Fon.

Rios afirma que o espaço para a exploração da dimensão infantil tem sofrido nas cidades um grande impacto, comprometendo a criança. A autora denuncia que as crianças, nessa época, vivem “enclausuradas em pequenos cubículos, entregues às amas.” Sem condição de brincar com outras crianças, e se aproximando mais do modo adulto de ser. “Angústia de espaço dos apartamentos...”.

Por outro lado, há criança que vive comumente mais fora do lar, e, em consequência tem más companhias, irregularidade nos horários de refeições, de dormir, hábitos nocivos à educação e saúde.

Outro aspecto analisado por ela refere-se ao barulho das cidades, que pode alterar o sistema nervoso das crianças. Com todos esses aspectos de um dia a dia ameaçador para elas decorrente dessa atualidade, os pais precisam passar por uma

reeducação em função “das exigências da vida”: “A educação hodierna exige dos pais muito maior soma de conhecimentos e muito mais penetração psicológica.” (RIOS, 30/03/1946, p.22).

Rios anuncia um paradigma, que parece emergente nessa época, referente ao ampliar o espaço de conquista social da mulher através de estudos. Desse modo, seus atributos poderiam ir para além dos já instituídos na família. A autora refere-se, assim, a essa ideia: “A debilidade da mulher, essa debilidade circunstancial, que parecia até há pouco um fator de feminismo, vai desaparecendo à medida que a vida demonstra a sua capacidade de ação.” (RIOS, 19/01/46, p.10).

A autora revela que mulher a casada e com filhos deve ter estudos, para compreender o “crescimento, a educação e a saúde da criança.” A mãe estaria fortalecida e, desse modo, poderia responder as perguntas infantis.

Outro valor é o da mulher ser considerada o “braço forte” do marido: “[...] a mulher pode, perfeitamente, sem perder os atributos do sexo, tornar-se, em determinado momento, o apôio mais firme, mais sólido ao homem mais forte.” (RIOS, 19/01/46, p.10).

A mãe que podia exercer a possibilidade de estudar, muito provavelmente precisava contar com o apoio de alguém para cuidar dos filhos. Essa tarefa de delegar a outra pessoa essa função de zelar pelo filho ainda é condenável, apesar de contraditório às orientações que vemos estampadas nos artigos de Rios.

Um exemplo significativo verificou-se no artigo de 09/02/46, em que Rios afirma que as mães não estão sós nos cuidados dos filhos; existem as empregadas, ‘amassecas’ ou ‘bás’ que zelam por essa tarefa. Todavia, Rios aponta essas cuidadoras auxiliares, como as que trazem os problemas para os filhos, como incutir o medo. Afirma ainda que a mãe seja a responsável pela saúde psíquica da criança.

Bem poucas mães se preocupam com o desenvolvimento psíquico de seus filhos, embora seja esse, sem dúvida, o lado mais importante na existência do pequeno ser. Para êle deveriam voltar-se as atenções maternas, os cuidados maternos, as vigilâncias maternas. (RIOS, 09/02/46, p.10).

Parece existir uma prática das empregadas, 'amas-secas' e 'bás' de amedrontar as crianças.

Sabemos que é afastar da ama, ou da pessoa que lida com a criança, a mania de amedrontá-la. Ou as bás que ameaçam com o bicho papão os meninos que não querem dormir fazem um grande mal a esses meninos, que se habituarão, pelo terror, a não ir sozinhos para o quarto, à noite. (RIOS, 09/02/46, p.10).

Há uma verdadeira preocupação por parte dessa autora do que se considera uma disciplina moral e da vida psíquica da criança.

Assim, devem evitar-se esses fatos, que prejudicam enormemente a formação psíquica da criança. Esta precisa agir livremente, para tornar-se decidida e não temer o quarto escuro, nem o clarão do relâmpago, nem o estouro das bombas de São João... (RIOS, 09/02/46, p.80).

Antes de Rios, De Lamare tornou-se enfático no desenvolvimento e ou garantia do desenvolvimento físico (biológico) da criança, como verdadeira obsessão médica. Essa visão imperou até o término de suas seções intituladas 'Conselhos às Mães', e o nascimento do 'Epistolário Materno' produzido por Rios. Ela trata da dimensão psicológica da criança. Segundo essa autora, a mãe está nesse lugar, o lugar de garantir o pleno desenvolvimento das funções psíquicas da criança. A concepção de criança é diferente em sua abordagem; é preconizada sua liberdade, seu caráter na relação afetiva com a mãe. Outrora, na época dos escritos de De Lamare, a criança, dependente totalmente das diretrizes da mãe-médico, era concebida como um ser biológico que precisava ser alimentada para não perecer. Nos artigos de De Lamare, a origem dos problemas infantis estava mais relacionado à alimentação e à disciplina da criança no cumprimento de horários; nos de Rios, relaciona-se a conduta pessoal e relacional da mãe. Em um ponto, os dois autores, tanto De Lamare como Rios, parecem concordar, o de não confiar em outras pessoas a tarefa de cuidar da criança.

Rios segue um caminho antagônico em relação ao seu antecessor: ser mãe, agora, parece ser sinônimo de oportunizar liberdade da criança. Um bom exemplo se apresenta no artigo de 16/02/1946 em que a autora inicia seu artigo dizendo: "Procure, minha amiga, prender esses requisitos, e dê a seu Garoto uma vida feliz,

proporcionando-lhe amplos movimentos, liberdade de ação, o que ele só poderá ter respirando e distraíndo-se ao ar livre.” (RIOS, 16/02/1946, p.25).

Com as diferentes oportunidades oferecidas à criança, como: brincar, andar à vontade, usar roupas leves, carinhos e mimos não excessivos, irão permitir a realização de um sono da criança como uma experiência tranquila. Rios, portanto relaciona as explorações próprias do desenvolvimento infantil durante o dia, sem que tenha sido constrangida pela mãe, como fator a contribuir para que ela durma sem problema. Já De Lamare, em 1940, relata o terror noturno, o sono perturbado relacionado a um comprometimento médico. E a este a mãe precisava recorrer. Rios apresenta um padrão muito novo sobre a criança. Vincula a ideia de ser mãe ao oportunizar ao filho: “uma vida feliz”; “amplos movimentos”; “liberdade de ação”; “brincar sob o céu aberto, ao contato da natureza”; não constrangê-la; permitir expansão da própria idade; não oferecer carinhos e mimos excessivos; dar o necessário e não o supérfluo.

De fato, a mãe é apontada por ambos os autores na atenção em relação à criança. Mas a importância conjunta dos pais na vida do filho será abordada por Rios (23/02/46) em resposta a uma leitora-mãe que manifesta medos quanto a educação do filho de cinco anos em decorrência da separação do casal.

Para Rios, a criança até os 5 anos fica marcada definitivamente com a convivência com os pais. Uma separação, como a registrada na carta, revela que a criança não consegue estabelecer laços com o pai ausente nesses anos.

O feito moral de seu menino, moldado ao contacto das desatenções, das indelicadezas e das grosserias paternas amargurando as doçuras do lar, não mais admitirá a aproximação daquele que não soube cumprir com os seus deveres de homem, de esposo e de pai. (RIOS, 23/02/46, p.19).

Surge, também, nesse artigo de Rios, o primeiro termo vinculado à psicologia, ‘subconsciente’. A autora, explicando sobre a compreensão da criança em relação à separação dos pais, diz que: “Ele está em uma idade em que o subconsciente fixa, indelevelmente, todos os fatos ocorridos sob suas vistas e ao contacto de suas observações infantis.” (RIOS, 23/02/46, p.19).

A psicologia esteve presente, também, na compreensão do “sentido de educar e disciplinar as crianças teimosas’. No artigo de 23/03/46, Rios procura orientar a leitora mãe, que o modo de educar atualmente mudou.

Depois dos estudos psicológicos, que mudaram o método do ensino, bem sentimos a necessidade, que tem a criança, de agir com liberdade. E a mãe que resolve tolher essa liberdade incorre num grave erro, porque despreza os ensinamentos do progresso e desconhece a evolução da psicologia educacional. (RIOS, 23/03/46, p.10).

A mãe que antes estava obrigada a traçar seus passos de acordo com a medicina para não incorrer em erros e ser condenada por não cumprir com o que o especialista médico preconizava com uma mãe ‘verdadeira’, agora essa mesma mãe é lançada a outro terreno. Será preciso que caminhe sob as orientações e determinações estabelecidas pela psicologia. A mulher-mãe agora será responsabilizada se os filhos não responderem socialmente às determinações do universo psicológico.

E cabe à mãe esse trabalho. Tudo depende dela, e não dos filhos. Estes, na idade infantil, nunca são mal educados, nem geniosos. Certas mães é que não sabem educar e vigiar o pequenino ser que lhe deve a vida deixando-o, muitas vezes, entregue aos precários cuidados das amas, responsáveis, quase sempre, pelos defeitos da criança. (RIOS, 23/03/46, p.10).

A educação nasce do berço e se estende até a entrada da criança na educação formal. A punição à criança faz parte, agora, de outro modo de compreender a educação no berço. Fundamenta-se na psicologia. A regra é não contrariar as crianças e, sim, distraí-las. Propõe: “O princípio básico da educação ativa, na escola atual, é deixar a criança agir por si, dentro das suas tendências. [...] com boas palavras e sem que ela perceba que estamos contrariando-a na sua vontade, nos seus pequeninos caprichos.” (RIOS, 23/03/46, p.10).

Ainda nessa temática sobre educação, Rios reafirma no artigo de 30/03/1946 que não se deve educar os filhos dos tempos atuais como no passado. Esse será o penúltimo artigo dessa autora. Haverá um intervalo de sete meses para sua última contribuição para a revista, em 12/10/46. Nesse artigo, a autora foge de todas as orientações às mães que escreveram até 30/03/1946, cujo papel era o de tratar a mãe

na relação com crianças de primeira e segunda infância. Agora, Rios responde carta de uma mãe que apresenta as dificuldades com a filha adolescente de 15 anos.

Rios compreende essa idade assim: “Nessa idade, em geral a mulher repete as cousas sérias... Menos o casamento, porque ainda não o compreende. Nem compreende as responsabilidades que esse ato social traz sobretudo para as representantes do sexo frágil [...]” (RIOS, 12/10/46, p.10).

Essa é a concepção de uma mulher que escreve para outra mulher, ‘sexo frágil’. E a autora reforçará esse lugar ao determinar o que a mãe deve fazer na circunstância da filha que se apaixona. Rios considera que é ‘um imperativo da idade’, e a mãe deve dissuadi-la em direção aos estudos. Caberá à mãe, então, uma série de atribuições que para a autora são estratégias psicológicas: não prender/ fazer-lhe companhia/ distraí-la/ levar à festa/ comprar vestidos/ dar-lhe amigas. Assim, a mãe afastaria o jovem e aproximaria a filha a si.

SEÇÃO: COMO CRIAR NOSSOS FILHOS

AUTOR: DR. FLÁVIO LOMBARDI

Dr. Lombardi é médico, docente de Pediatria da Universidade do Brasil e da Escola de Medicina e Cirurgia. Substitui a seção de Rios Epistolário Materno por uma seção também destinada às mães, mas não com o objetivo de responder cartas de dúvidas de mães sobre cuidados com filhos e, sim, divulgar o conhecimento do médico (puericultor). Escreveu seis (06) artigos em sua seção intitulada ‘Como Criar Nossos Filhos’. São eles: ‘Mãe com muitos Filhos’/ ‘Puericultor...’/ ‘Mãe Noviça’/ ‘O Sono Agitado da Criança (Terror Noturno)’/ ‘A Fadiga e o Desânimo na Escola’/ ‘Filho único, de uma única filha’.

Dr. Lombardi não difere de De Lamare ao considerar como único apto na orientação dos cuidados dos filhos, o médico; este permanece na condição de especialista em puericultura e pediatria: “A primeira (Puericultura) se correlaciona com todos os problemas da criança sã e a segunda, (Pediatria) com os da criança doente.” (LOMBARDI, 06/04/1946, p.25).

O objetivo do médico nessas especialidades seria de “[...] melhorando o padrão de raça de um povo e intensificando a luta contra os males que afligem a espécie humana nos primórdios de sua vida.” (LOMBARDI, 06/04/1946, p. 06/04/1946).

Dr. Lombardi insistirá nesse lugar, o da medicina, para responder as dificuldades a serem resolvidas com as crianças. Nesses termos, desaconselha, inclusive, as avós de serem consideradas no tratamento da criança.

O poder de penetração do médico como o Dr. Lombardi é ampliado para além dos cuidados da criança recém-nascida, como se dedicou De Lamare. Agora, a criança em idade escolar e questões relativas ao método de ensino, a escolaridade também são atribuições do médico. Nesse aspecto, no artigo de 28/09/1946, faz uma crítica aos métodos antigos e aos atuais, considerando que o médico por ter se submetido com seu diploma a esses sistemas e por examinar crianças em idade escolar é quem melhor sabe das consequências dos métodos escolares aplicados. Apresenta sua avaliação dizendo que não aprova nem os antigos e nem os novos métodos de educação. Sua crítica baseia-se, entre outros aspectos em que o que é ensinado não tem utilidade para o resto da vida. Que as exigências de esforço mental e físico têm como resultado uma sobrecarga de modo que não cumprem suas tarefas, “obrigando suas mães a ajudarem-nos na realização de suas tarefas, para o dia seguinte”.

Em relação à maternidade, Dr. Lombardi refere-se como sendo uma abnegação da mulher e com muitas ‘lutas obscuras’: “A função da maternidade não deve se restringir apenas aos fenômenos fisiológicos do parto e da amamentação; existem outros mistérios ligados a ela e que criam uma esfera de heroísmo, respeito, glória e profunda admiração.” (DR. LOMBARDI, 30/03/1946, p.55).

A mulher além de necessariamente ser mãe, tem de modo implícito determinado como atitude esperada que:

A maternidade para essas criaturas representa o cumprimento de uma missão que tem que levar a cabo, custe o que custar, aconteça o que acontecer, haja o que houver. É preciso frisar que não queremos reprovar aquelas mulheres que possuem um só filho. Elas têm suas razões, às vezes muito fortes, máxime nas condições atuais de vida, razões que não podem ser discutidas nem tampouco devem ser postas em dúvida, porquanto representam também um lado heróico e digno de admiração. (DR. LOMBARDI, 30/03/1946, p.55).

Além dos cuidados dos muitos filhos, há também “o acréscimo ainda dos cuidados e as preocupações com o marido e os encargos de dona de casa”. Sua ‘missão’ tem de ser cumprida, ‘aconteça o que acontecer’. A mulher-mãe não tem atrativo. É colocada como uma cumpridora de uma missão, ser mãe. A descrição da mulher-mãe de muitos filhos é assim referida pelo autor: “Fisionomia paciente, quase sempre de cansaço, cabelos em desalinho, na maior parte das vezes com o caçulinha ao colo, em luta constante com as ‘célebres’ empregadas (um dos mais terríveis problemas do após-guerra) [...]” (DR. LOMBARDI, 30/03/1946, p.55).

Dr. Lombardi não atribui à mulher lugar de destaque como despontou Rios ao se referir à escolarização da mulher; ao contrário, para esse autor à mulher, além de mãe de muitos filhos tem uma condição muito precária em sua aparência e presença. Muito provavelmente, Dr. Lombardi se refere à mulher de uma camada social menos privilegiada.

De sua experiência de consultório particular, ele retoma a temática da maternidade, mas, agora referindo-se à mãe noviça, a que tem o primeiro filho.

Dr. Lombardi, no artigo de 13/04/46, recomenda que essas mães

[...] se vêem atrapalhadas com os encargos e responsabilidades da criação de um filho, e por mais que valha a experiência das pessoas idosas existentes no ambiente, o único capacitado a dar toda e qualquer orientação, segura, científica, prática e esclarecida é o pediatra. (DR. LOMBARDI, 13/04/1946, p.17).

A mesma inquietação do Dr. Lombardi na interrupção da onipresença do médico na vida da mãe foi registrada na edição de dezembro desse ano. No artigo ‘Filho único, de uma filha única’ (25/12/46), Dr. Lombardi afirma que o ambiente é o responsável para uma educação adequada ao filho único e que as avós superprotetoras e preocupadas podem comprometer essa criança.

Não há de ser o médico que, com uma simples penada, resolverá uma situação destas. O máximo que poderemos fazer é aconselhar, cabendo o resto (que é tudo) ao ambiente, sobretudo estes ‘célebres ambientes’ que cercam ‘um filho único, de uma filha única’ [...]. (DR. LOMBARDI, 25/12/1946, p.10).

Testemunhamos uma tendência dos especialistas em desqualificar o saber das pessoas mais idosas quanto ao que pode e não pode uma mãe fazer, para inserir outro saber, uma nova verdade. Dr. Lombardi como o De Lamare preconizam a conhecimento médico como único referencial. Vimos, anteriormente, na análise dos artigos de Rios que o referencial seria o da psicologia.

Dentro dessas possibilidades contraditórias de caminhos a serem seguidos pela mãe, Dr. Lombardi, no artigo de 20/04/46, retoma um tema recorrente para as duas visões distintas para analisar um mesmo fenômeno. Trata-se de compreender o sono agitado. Vimos na seção de Rios que esse tema estava alinhado à vida que a criança levava na relação com a mãe. A conduta materna de disciplina moral vai interferir na vida psíquica da criança. Na abordagem do Dr. Lombardi, a compreensão do terror noturno precisa ser diferenciada da criança lactente e de crianças maiores (pré-escolares e escolares). Referindo-se a essas últimas, as causas apontadas pelo médico são relativas ao ambiente, vermes, obstruções das vias aéreas.

Em relação às causas ambientais, descreve a excitação durante o dia no ambiente em que a criança vive; as leituras de aventuras fantásticas e os dramas diários da vida real. Sob o aspecto de uma causa patológica, reconhece a oxiurose e comprometimentos das vias aéreas por problema das adenóides são mais comuns e, em seguida, apresenta o tratamento para cada uma dessas causas.

OUTROS AUTORES:

Nesse ano de 1946, além de Rios e Dr. Lombardi, houve também a participação de outros autores. Sem identificar-se, foi publicado um artigo intitulado, 'Cuidados com o Recém Nascido'; além dos artigos de Anna W. M. Wolf que escreveu 'A Surra é Necessária' e 'Lois Campbell' que publicou 'Não Abandone seu Filhinho'.

Campbell (25/12/46) condena de forma veemente as mulheres mães que, por conta do modernismo reinante, vêm perdendo seus instintos maternos e modificando-os. Essa mãe moderna ('numa casa de recurso') tem uma 'ama-seca' que cuida do

bebê. A mãe só tem como compromisso ver o filho em certas horas/ ir a chás/ festas de caridade/ jogos de carta. A criança é vista como um ser 'muito delicado', que 'cresce fragilmente'; desse modo, é dever da mãe não permitir a 'presença seguida de desconhecidos que só irá prejudicar sua educação futura'. Mulher alguma pode fugir à responsabilidade da maternidade. Mulher-mãe é sinônimo de responsabilidade com a maternidade.

Wolf (16/03/1946), escritora americana que escreveu um livro de sucesso 'Our Children Face War' no início da década de 40, fala sobre a violência na guerra. No artigo que escreve para Fon Fon, discorre sobre as implicações de se aplicar uma surra no filho. Para ela, a criança precisa ser controlada, mas não com pancada. Reconhece que "Em muitos lares, a surra é algo assentado e indiscutível." Todavia propõe que "antes de bater em seu filho, procure saber, como boa mãe que é o porquê da má vontade do menino." A autora exemplifica situações em que a criança, assustada por não corresponder às exigências do adulto é punida: "Não é certo isto, pois a mãe deve refletir que uma criança é uma criança e que não poderá raciocinar como um adulto." (WOLF, 16/03/1946, p.10).

Vemos uma visão moderna da autora, isto é uma diferenciação entre a criança e o adulto.

O artigo "Cuidados com o recém-nascido" (09/03/1946) enfatiza que os cuidados a um recém-nascido são de responsabilidade do médico e não de pessoas leigas. Ser uma boa mãe é uma tarefa difícil e cabe ao médico ensinar como conseguir. Condena de maneira veemente qualquer orientação que não seja a do médico. É importante que ele "[...] a oriente e guie na difícil arte de 'ser uma boa mãe'". É possível perceber, de forma contundente, a semelhança desse artigo com os valores de De Lamare.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1947

AUTORA: LUCILE MARCH

AUTOR: DR MILTON SENN

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1947:

Não houve nesse ano uma seção específica destinada às mães. Foram extintos os 'Conselhos às Mães' de Rinaldo De Lamare, 'Epistolário Materno' de Rios, e do Dr. Flavio Lombardi, 'Como criar nossos filhos'.

Encontramos quatro (4) artigos de autores diferentes destinados ao público feminino e mãe. São eles: 'Os Primeiros Passos' de Lucile March; 'O Recém Nascido e alguns de seus primeiros transtornos' (Sem Autor); 'O Sono Infantil' do Dr. Milton Senn; 'Questionário Materno: Faça um Teste Pessoal de como deve Educar e Amar o seu Filhinho' (Sem Autor).

O artigo de March (01/02/47), com base em uma enquete americana, retrata que as mães estão 'aflitas' em relação ao 'crescimento perfeito de seu filho'. O primeiro item da lista de interesse das mães está relacionado com o 'problema da alimentação'. March não acolhe esse item de ansiedade das mães por considerar que os pediatras têm-se dedicado bastante sobre o tema. Ela escolhe, então, o segundo item que tem provocado ansiedade materna, as condições de a criança dar os primeiros passos.

A autora considera as mães ingênuas, particularmente por não dominarem esse conhecimento em relação à aquisição dos primeiros passos da criança. Ela explica o desenvolvimento normal de uma criança para a aquisição do andar, apontando o

referencial de que “com oito ou nove meses uma criança já se coloca de pé no berço, e ensaia os primeiros passos na caminha.” Não estimula que se acelere o andar, mas deixar ‘a natureza agir’. Desse modo a mãe deixará de ser ‘descuidada’.

O artigo ‘O Recém-Nascido e alguns de seus primeiros transtornos’ (S/A, 15/02/1947) reforça essa ideia da mulher se tornar mãe sem saber exatamente o que isso significa. O artigo refere-se ao recém-nascido como aquele que ‘desorganiza’ a vida dessa mulher. O autor apresenta a fala de mães transtornadas com o ritmo exigente de um filho recém-nascido. Fica evidente o desconhecimento das mães do que venha ser uma criança.

O autor elucida esses ‘distúrbios’ da criança recém-nascida que tanto tumultua a vida da mãe, apontando três causas: “[...] trata da circunstância de falta de adaptação da criança às mamadas, ou ela é o que denominamos uma ‘neuropata’. A outra causa seria a ‘manha’, e que considera fora de seu ‘âmbito da especialidade e ligada, exclusivamente, aos princípios educacionais do ambiente”.

O autor segue explicando o que verificar durante a mamada para responder aos desconfortos da criança e da mãe, além de prescrever a neuropatia, administração de calmante (luminaletas, bromural etc).

Foi possível mais uma vez constatar como De Lamare, a intervenção dos médicos na família brasileira, iniciando-a no uso da automedicação.

O ‘sono infantil’ foi tema do artigo (05/04/47) do Dr Senn (médico americano e pediatra, chefe da Clínica Infantil Americana). Propôs-se a tirar dúvidas de como cuidar do sono da criança. O artigo retrata quatro perguntas sobre o sono da criança em que são respondidas pelo Dr. Senn. Na prática, ele conclui que a mãe, sobre nenhum pretexto, deve interromper o sono da criança.

O artigo de 03/05/1947 refere-se à prática de um teste pessoal em que a mãe avalia como deve educar e amar seu filho. Trata-se de um questionário com seis (6) perguntas e alternativas para responder. No final é apresentada a resposta correta para ser conferida. As perguntas recaem sobre: raiva do filho mais velho com a chegada do recém-nascido; causas do choro do bebê quando não é fome; o filho diz que odeia a mãe por proibi-lo de algo; filho muito calado e sossegado; filho com 5 anos deve ser vestido como menina. Sobre este último tópico, o autor responde assim: “A senhora

deve ser a primeira a não querer que seu filho se convença de que é 'menina'. Assim sendo, não há alternativa sobre o convencer ao menino de que os homens usam calças e cortam o cabelo curto.”

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1948

SEÇÃO: BAZAR FEMININO

AUTOR: MARIA CRISTINA

AUTOR: EWARD T. WILKES

AUTOR: LOIS HOWARD

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1948:

No ano de 1948, foram escritos seis (6) artigos destinados às mães. É possível afirmar que não há na revista Fon Fon interesse tão contumaz de garantir uma página específica à temática da maternidade como em relação aos anos anteriores.

Uma seção se fez mais presente por meio de três artigos distintos: 'Bazar Feminino'. Escrito por Maria Cristina, que não especifica sua formação. Essa seção além de trazer um comentário sobre a criança e a mãe, reserva também um espaço para abordar outros aspectos da mulher em um tema em separado. Esta autora tem um perfil psicologizante ao retratar o olhar e a conduta da criança. Explica que é preciso dramatizar para seduzir a criança a comer. A aproximação e conquista de um filho começa com a criança pequena ao se disponibilizar para brincar com ela. Além da conquista, o brinquedo é considerado um determinante de sua personalidade e o filho precisa ser acompanhado ao brincar. A autora propõe que se observe o filho ao brincar para acompanhar seu desenvolvimento. Criança saudável é criança com vivacidade e

interesse. A falta desses dois elementos se faz necessário buscar a causa. Um valor apregoado está a no ato de se verificar a dificuldade para brincar: “[...] corrigir o defeito antes que essa atitude se fixe no caráter da criança e venha, de futuro, refletir-se desfavoravelmente na sua personalidade.” (CRISTINA, 21/02/1948, p. 31).

O brinquedo na vida da criança prepara para a vida adulta: “[...] a criança está sendo educada para viver em coletividade, onde, depois de adulto, encontrará muitos interesses em jogo como os seus, e inúmeros companheiros de competição.” (CRISTINA, 21/02/1948, p. 31).

A autora em outro artigo de 21/08/1948 explicita que é brincando com o filho ainda pequeno que se conquista a sua confiança e se aproxima dele. A ideia que perpassa no artigo é de que os pais estão mais acostumados a repreender os filhos e, assim, estes estão habituados “a olhar os pais mais com temor que com respeito e muito menos com camaradagem [...]”. Isto implicará distanciamento e sofrimento. É preciso, segundo a autora olhar longe, “[...] considerar que a criança esta crescendo, que seu filho em breve será um rapazinho, e será preciso afastá-lo de certas companhias, e instruí-lo a respeito de determinadas experiências.” (CRISTINA, 21/08/1948, p. 12).

Verificamos com essa autora que ao tratar de qualquer dificuldade em relação aos filhos refere-se ao sexo masculino (fato já comentado em ano anterior, também presente nos artigos de Rios).

Wilkes (27/03/48) apresenta algo muito novo em relação aos anos anteriores. Ele considera que a mãe não deve ficar aprisionada ao bebê. É o primeiro autor masculino que ao falar sobre o que as mães de bebês precisam ou não podem fazer, flexibiliza os horários de amamentação. O aleitamento materno é valorizado, mas os leites ‘artificiais’ já são considerados próximos do leite materno. Propõe que se crie um lugar para o bebê e seus objetos, para que a mãe não perca tempo fazendo o que considera importante, ‘uma interferência mínima do adulto’; flexibiliza o uso e suporte para mamadeira, deixando a mãe livre do contato; os passeios diários com o bebê podem ser feitos em casa ou em apartamento com o uso de janelas abertas; a criança pode ficar com o som de músicas gravadas sem que a mãe tenha que cantar para o bebê.

É um autor que devolve a mãe, ou supermãe, um lugar mais comum, menos exigente e com possibilidade de flexibilidade. Para ele, a criança não deve ser criada como planta de estufa. Diria, também, que a mãe deixa de ser uma pessoa diferente e com obrigações únicas para com o bebê. Vai facilitar seu trabalho e sobrar mais tempo. Uma pergunta inevitável seria o que essas mulheres-mães farão sem uma obrigatoriedade de ser mãe o tempo todo?

Procurar o médico só se a criança realmente apresentar sintomas que impliquem condição de intervenção médica: “1) - respiração difícil, 2) – Convulsões, 3) – Face ou lábios azulados, 4) – Torcicolo (pescoço endurecido para um lado), 5) – Sangue na evacuação, 6) – Febre alta.” (WILKES, 27/03/48, p. 12).

Esse é outro referencial que diferencia esse autor dos demais, por ter uma postura mais flexível na intervenção médica.

Howard (18/09/48) estabelece regras para fortalecer a relação entre adulto e criança. A autora explica regras para relacionar-se com crianças de diferentes fases do desenvolvimento: Recém-Nascido, 2 Anos, 4 Anos, 6 Anos, 10 Anos.

Howard refere-se às diferentes crianças, com características muito particulares no modo de pensar e agir. Trata-se de considerar a criança com sua psicologia própria. Esse é de fato um argumento novo de como conceber a criança. Não é um posicionamento unilateral do adulto que determina e a criança acolhe. É possível com os exemplos que Howard traz, ao caracterizar as crianças em situações rotineiras, de vê-las mais humanas. Considero a melhor forma de compreender o pensamento da autora, transcrevendo o título do artigo: “As crianças merecem atenção como os adultos”.

O ano de 1948 revelou que quatro mulheres e um homem escreveram para a revista Fon Fon. Aspectos do comportamento social da criança maior, pré-escolar e escolar estão mais em evidência. Os autores não desacreditam das mães, mas, ao contrário, parecem querer ampliar o contato com seus escritos para uma conversa entre amigos.

O único homem que escreve parece ser médico, enfatiza e flexibiliza os cuidados maternos. Lança a mãe para uma dimensão que sinaliza uma humanização.

A criança também, ao ser retratada, não mais se configura como a que de qualquer modo precisa ser 'adestrada' e/ou conduzida em seu agir pelo adulto (mãe). A criança, em cada etapa, pensa e sente. É preciso estar atento para o seu brincar, para suas características. Destas situações depende o homem de amanhã, a sua personalidade.

Há de fato uma preocupação maior com a criança do sexo masculino. Não se faz ainda referência mais pontual sobre a menina.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1949

AUTOR: HUGO G. BEIGEL

AUTORA: MARY CONHNOLLY

AUTORA: THEODORA ARONSTAM

AUTORA: LASINHA LUIS C. DE CALDAS BRITO

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1949:

Não houve no ano de 1949, uma seção específica para o público feminino, mãe e cuidados para com os filhos. Quatro artigos foram publicados com destino às mães, e foram dirigidos aos pais. Chama atenção dentre os quatro (4) artigos para três (3) escritos por estrangeiros de língua inglesa, provavelmente autores americanos, de forte influência da psicologia. São eles: 'Como Conhecer seu filho' de Beigel, em 19/02/1949; 'Quando os pais discordam', de Conhnolly, em 26/02/1949 e 'Mamãe, como é que a gente nasce?' de Aronstam, em 20/08/1949. A dimensão emocional da criança retratada nos artigos equipara-se às preocupações de ordem biológica. Esses autores consideraram importante compreender o 'cérebro' da criança, seus sentimentos, sua maneira de pensar.

Beigel valoriza de modo enfático pela primeira vez os aspectos da psicologia da criança e a qualidade da relação dos pais (pai e mãe). Os pais precisam compreender o porquê das respostas comportamentais dos filhos. Lembra que a “mãe deve procurar sentir as emoções de seu filho, por mais pequenino que ele seja”.

O autor, apesar de no início do texto chamar atenção especificamente para a mãe no sentido de sentir a emoção do filho, durante todo o restante do texto mantém um verdadeiro equilíbrio na compreensão do papel dos pais. São eles que esmeram em “fazer os seus pequeninos cérebros raciocinarem o mais que puder”; ‘esperar o máximo de seus filhos’; precisa existir um acordo entre pai e mãe quanto às ordens a serem dadas aos filhos.

É de fato um foco diferenciado quanto à dinâmica da família, ou dito de outro modo, uma nova forma de compreender, entender e exigir do dever ser da família está se constituindo.

O restante do artigo se propõe a apontar diferentes aspectos na família, que pode constituir o que o autor denomina de ‘complexos infantis’: “Uma repreensão diante de estranhos; uma surra, tendo por testemunha o menino do lado; uma situação ridícula provocada com o intuito de corrigi-lo e que, no entanto só concorre para aumentar-lhes o desespero e o desânimo.” (BEIGEL, 19/02/1949, p.09).

A obediência não pode ser porque o filho é pequeno frente aos pais e, sim, por esses terem mais conhecimento do que ela; não inferiorizar o filho mais velho pelo nascimento de um irmão. “As mães que trabalham fora devem se preocupar bastante ‘com quem’ irá ficar o seu filhinho”; com as brigas entre o pai e a mãe; com o desquite.

É possível afirmar que com tantas mudanças impressas por esse autor, a mãe continua sendo a grande referência na educação do filho. O autor esclarece, assim, os riscos de uma criança cuidada com a empregada: “E é por isso, que à vezes, nos espantamos quando vemos senhoras tão bem educadas, mas que possuem filhos tão pouco comportados e até inconvenientes.” (BEIGEL, 19/02/1949, p.43).

Connolly, em seu artigo (26/02/49), explorou a ideia de que o exemplo dos pais com uma boa convivência influencia na educação dos filhos. O artigo procura retratar que para o bom comportamento da criança os exemplos dos pais interferem. Nesse sentido, sugere que as mães não devam tratar as crianças pequenas como se fossem

'pessoas grandes'; a casa precisa ser 'um ambiente sadio e cheio de carinho' com crianças meigas; evitar briga dos pais com gritos do pai e choro da mãe; evitar a quebra de autoridade (o pai ou a mãe não acolhe a decisão de repreensão do filho). "Para um perfeito entendimento entre os pais e os filhos, é mais do que nunca necessário, que os pais também se entendam entre si." (CONNOLLY, 26/02/49, p.08).

Começa, agora, multiplicar uma atenção maior para a qualidade da relação do casal com o filho. Há um reforço de que os pais sejam importantes na formação do filho. O pai é citado e lembrado. Não há mais a ideia da onipresença da mãe; todavia, parece ainda repousar sobre ela os cuidados com o filho. Ela, sozinha, não é mais a responsável por todos os danos ao filho. Isso é algo novo que começa a nascer.

Há uma clara preocupação em não criar 'complexos infantis', marcados por punições, comparações, ambiente familiar conturbado, cuidados diferentes de acordo com cada faixa etária.

Na ampliação dessa preocupação de não comprometer a criança em função de sua faixa etária, encontramos no artigo de Aronstam, em 20/08/1949, a exploração do tema de como nasce o bebê. Uma novidade, abordar a Educação Sexual na primeira infância e considerar a importância de não distorcer a realidade dos interesses e questionamentos da criança.

O artigo destaca a necessária educação sexual pelos pais aos filhos ainda na infância. Explicita que as dificuldades dos pais em abordar o tema pelos pontos de vista antigos ("a despeito de uma idade avançada"), precisam ser superadas. Enfatiza que "O modo com que os pais explicam aos filhos é que é importante, não as palavras". Toda preocupação reside no fato de que a criança não pode ter uma distorção em relação ao corpo e nem considerá-lo 'feio'; sob pena de perda de confiança nos pais, no futuro, ao compreender a realidade. A autora reforça por mais de uma vez que essas são orientações compartilhadas por psiquiatras e padres. Falar a verdade sempre.

Um aspecto importante refere-se ao fato de que a mãe é quem "incute" os sentimentos e os valores nos filhos. Nesse artigo, um aspecto novo no modo de falar aos filhos surge; a autora refere-se ao filho e à filha: "A ausência de perguntas pode ser devida a um sentimento de culpa incutido pela atitude materna em relação às curiosidades sexuais infantis de seu filho ou filha".

Outro ponto de destaque se concentra no fato de que a mãe não está só nos cuidados com o filho. O pai surge na educação infantil, sobretudo no que diz respeito ao equilíbrio do casal para o pleno desenvolvimento da criança. Os valores, a educação e as normas ainda são atribuição da maternidade. Ela ainda parece imperar.

Surge, pela primeira vez no texto, referência explícita ao falar de filhos, e estar se referindo de formas distintas a filhos e filhas. A diferenciação de gênero dá o ar da graça.

Não menos importante, ao falar da educação sexual, a autora procura reforço no que deve representar o baluarte dos princípios da educação: a medicina psiquiátrica e a religião – padre.

A autora brasileira BRITO, em seu artigo de 08/10/1949, também não se afasta dos colegas escritores estrangeiros. Retrata uma dimensão do modo de pensar da criança, que é o pensamento mágico, ao qual ela se refere, fantasia. Procura distanciar a infância do mundo que não pertence a ela, o mundo do adulto.

Brito discorre em um artigo convincente que a criança destituída do direito de ser estimulada na fantasia, criando seres mágicos, implicará adultos comprometidos em sua cultura, no seu ‘espírito prático’: “[...] as crianças precisam de personagens fantásticos, de histórias, como os adultos de religiões.” (BRITO, 08/10/1949, p.34).

A autora se mostra uma defensora da infância, desse mundo de dentro que precisa ser o da fantasia. Há certo temor ou pessimismo em relação à realidade do mundo adulto. Parece querer garantir o prolongamento necessário da infância e não levá-la de modo rápido para a realidade, para a dimensão da vida adulta:

O que é indispensável é que os seus cerebrosinhos se ocupem com pensamentos dessa natureza, e que encontrem no mundo das ideias aquele poderoso encanto que a vida mais tarde lhes negará e que constitui um valioso patrimônio que serve de refúgio contra o cotidiano e a rotina. (BRITO, 08/10/1949, p.34).

Há por parte dos artigos uma visão que vai delineando uma criança que tem mundo próprio. Não é mais o adulto que fala, sente, pensa, representa por ela. Nesse final da década de 40, dois paradigmas emergem: a criança com cérebro, sentimento, e a família, pai e mãe.

ANÁLISE DA REVISTA FON FON - O ANO DE 1950

SEÇÃO: PUERICULTURA

AUTOR: DR. JAYME GUDEL

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1950:

No ano de 1950, somam-se um total de dez (10) artigos. Destes apenas um deles não se configura como artigo, trata-se de uma enquete (um questionário destinado às mães). Os demais são de autoria do Gudel. Ele escreve na seção Puericultura específica destinada às mães.

Gudel é médico auxiliar do Ambulatório de Pediatria da Policlínica de Botafogo, Secretário da Sociedade de Medicina Especializada em Educação Física.

De um modo geral, podemos dizer que o interesse pela puericultura, por esse médico se assemelha à força médica imprimida no início dos anos 40 pelo De Lamare.

Gudel começa o ano escrevendo artigos ligados à medicina 'biológica' e termina com a medicina 'psicológica'.

O primeiro tema de interesse do Dr. Jaime Gudel foi a vacinação. No artigo de 05/08/50, ele expressa seu desejo de que as crianças possam ser vacinadas contra a varíola, coqueluche, tétano, crupe e tifo. O artigo revela também preocupação com os descuidos das mães em não higienizarem o filho para ser vacinado. Fica claro que não há ainda incorporado a importância da vacinação. O autor alerta para que não se deixem levar por outras pessoas em não vacinar a criança: "Ela desprezará os vizinhos,

as amigas, as curiosas, os parentes que antes lhe diziam: - Ora, eu nunca vacinei os meus!”.

Em seguida, retrata a inapetência da criança no artigo de 13/08/50. Se a falta de apetite da criança não estiver relacionada à doença ou nervosismo, a culpa é a da mãe. É a ela que caberia colocar limite e disciplina nos horários de refeição, bem como o que dar para a criança comer. Se esta não come é porque a mãe não o domina.

Em outro artigo (09/09/50), Gudel faz crítica ao uso indevido de medicamentos por parte das mães.

A mãe, pelo que o autor diz, é influenciada pela propaganda: “Nas classes mais abastadas como dêssemos a credices é baseada na falsa ciência das revistas de divulgação popular auxiliada pelos anúncios de rádio e os conselho das amigas.” (GUDEL, 09/09/50, p.37).

Faz crítica também aos usos populares de fumo, unhas sem cortar, fitinhas vermelhas, entre outros para superação de uma enfermidade.

Na prática, a preocupação maior do autor é com o uso indiscriminado de sulfa: “Agora a penicilina e a estreptomocina começam a dominar as mentes das mães assustadas. Aliás, a primeira já domina.”

A medicina parece dar passos mais largos em suas conquistas. No artigo de 16/09/50, Gudel explica uma recente descoberta (1941) referente ao fator Rh. Ele pode ter sido a causa de abortos (acreditavam até então ser a sífilis), natimortos. Sua principal transmissão é a transfusão. Chama a atenção para uma prática que devia ser muito comum de “tratamento de injeções de sangue mesmo por via muscular pode ser prejudicial”. E alerta: “Cuidado, com as injeções de sangue para tratamento de alergia, eczema, ou qualquer outra causa, quando fornecidas por pessoas estranhas, pois pode ser o primeiro passo para a doença”.

Explica também como evitar: verificar o fator Rh na transfusão; determinar Rh dos casais; casais de Rh diferentes, não permitir que o pai doe sangue ao filho e ao aparecer abortos e nascimentos de crianças pálidas, inchadas, icterícia, idiota, procurar o médico.

O que se verifica nesse e no artigo anterior é que a figura do médico não é uma unanimidade na busca de soluções de enfermidades. Os médicos fazem, então, uma

intervenção que mais parece uma declaração de necessidade pública, na qual o público parece não senti-la. Dr. Jayme, nesse em outro artigo, explica que usa o meio de comunicação (da época) para orientar as mães (rádio e revistas).

Como já iniciara no artigo anterior com a compreensão do fator Rh, agora Dr. Gudel (07/10/50) expande o campo de intervenção da medicina junto à família. Para se ter filhos “crescendo belo, forte e vigoroso a correr pela estrada do sucesso e da felicidade”; o casal, principalmente a mãe, precisam passar por:

[...] exames clínicos completos com o auxílio dos exames complementares, isto é do laboratório (sangue para diagnóstico da sífilis, tipo sanguíneo e Rh) e do raio X – radiografia dos pulmões. Exame ginecológico da mulher. Exame urológico do homem, com pesquisa da vitalidade do espermatozoide. (GUDEL, 07/10/50, p.27).

O médico explica que os custos destes exames são compensados com a garantia do nascimento de uma criança saudável.

Em 21/10/50, Gudel propõe uma educação para a maternidade. Não usa esse termo, mas pretende que os conhecimentos básicos sejam repassados às meninas. A justificativa é apontada por ele de que “as estatísticas mostram que a morte das crianças, durante o primeiro mês e o primeiro ano, é a que mais frequentemente ocorre”. Esses cuidados elementares, para ele, “muita gente boa não conhece”. Essa frase lança as bases para uma compreensão da influência dos médicos com sua ciência nos meios de comunicação para intervir na família brasileira nos cuidados com a criança, sobretudo o bebê.

Os cuidados elementares são apontados como sendo: cuidar dos olhos do recém-nascido; proibir pessoas doentes de tratar dos bebês; cuidado com o umbigo; observar fezes; sustentar na vertical o bebê após a mamada; silêncio no ambiente do bebê; dar o banho; preparar o leite; mudar fralda. Como vemos, a mãe desconhece seu papel junto ao filho.

Nesse artigo, inicia uma nova função desse autor para suas leitoras, ele apresenta respostas com relação as ‘consultas’ das mães. Nesse artigo, três (3) respostas foram oferecidas: uma sobre vacinação; outra para a disciplina do filho que

não quer comer; e a terceira não divulgou na revista, mas informa que encaminhou por carta diretamente à sua leitora.

O Gudel (28/10/50) lança sua intervenção em uma seara diferente das questões habituais da medicina – ‘Literatura Infantil’. Para ele, há a necessidade de intervenção na literatura destinada às crianças e escrita nos jornais: “necessita ser vigiado e orientado”. Questiona, também, se há benefícios nessas histórias veiculadas pelas revistas e jornais para crianças, nas quais, segundo ele, exalta o vício, corrupção, força do cinismo, exploração de deformidades físicas, mentais e morais, mortes, assaltos, voos de homem morcego, situações forjadas: “Os donos das revistas argumentam que as historietas procuram mostrar a coragem, a honra, à inteligência, o destemor, a proteção dos fracos e oprimidos pelos fortes e privilegiados, e que nelas o bem sempre supera o mal.” (GUDEL, 28/10/50, p.31).

Gudel explica que há alguns que exploram o lado bom, mas, a ênfase dada é que há uma prevalência do que, para ele, seja uma má literatura: “Aliás, esta exploração do mal, exaltando-o, é característica da época em que vivemos.”

A possibilidade de exploração de temas distintos parece não ter fim com o Gudel. Na edição de 11/11/50, contribui para que a mãe possa avaliar sua maturidade para essa missão de maternidade, apresentando que: “ao lado do prazer e do orgulho de ter um filho existem obrigações e deveres que ligam ao rebento que vai nascer”. Precisar, ainda, confiar nos ensinamentos dos médicos: “O crescimento e desenvolvimento dos filhos vai se processando sob a vigilância da mãe extremosa que lê, aprende e segue os conselhos e cuidados que o médico competente lhe ensina.” (GUDEL, 11/11/50, p.33).

Em seguida, dita normas para evitar que uma criança se zangue: Se pode dar um objeto à criança, dê, senão tire do seu alcance; não bater, mas, se necessário, faça-o rijamente, sem medo e, principalmente, sem hesitar. Não faça as pazes logo após a repreensão...; se atirar-se ao chão e debater deixe que ela esperneie e não ligue; se prometer, cumpra.

O Gudel, nesse último artigo de 18/11/50, utilizará como ferramenta para sua seção os conhecimentos da psicologia.

O autor, à luz do 'estudo da alma infantil', traz pela primeira vez a palavra Psicologia. É necessário que os pais aprendam um pouco da Psicologia Infantil. E ele, o médico, é quem vai ensinar: "É necessário que os pais aprendam como educar os filhos e para isto estamos aqui."

Nesse artigo, enfatiza não tratar a criança como gente grande. Criança, para ele, precisa ser tratada diferente; os pais devem "compreender que os filhos não são 'homenzinhos', isto é, pequenos homens, homens em tamanho menor. Não!".

Outro aspecto relevante e novo diz respeito à gestação e à relação entre marido e esposa. Na gestação, há a interferência no psiquismo infantil. A mãe não deve aproveitar-se da gestação para 'exigir absurdos'. Precisa também ser instruída em seus deveres e obrigações. O marido (refere-se ao pai),

O pai deve compreender que a situação é delicada, e que sua esposa naquele período é um caso especial e deve ser tratada de modo diferente, carinhoso. É nele e em ninguém mais, e ousa mesmo dizer, nem a própria mãe, que deverá a gestante se acolher. Ela vive com o marido e não com a mãe, e é nos braços protetores e compreensivos do companheiro que deverá se acomodar. (GUDEL, 18/11/50, p.42).

Chama atenção nessa dedicada intenção de aproximação do casal, durante a gestação, o fato de que o marido só é responsável para esse apoio 'psicológico', ele não compreende e não é sua atribuição cuidar e compreender a dimensão biológica da mulher – de sua esposa. Essa dimensão cabe à sogra informada, e precisa ser bem informada, além, obviamente, do médico. Vejamos como o autor retrata essa compreensão: "Isto quanto à parte psíquica e certos incômodos físicos. Outros, naturalmente, de ordem genital e de curiosidade quanto a seu estado é o médico ou a mãe 'Bem informada' que poderá aconselhar. Note-se: 'mãe bem informada', senão será pior." (GUDEL, 18/11/50, p.42).

REVISTA VAMOS LER

PERÍODO DE ANÁLISE: 1940 A 1950

O contexto da análise da revista Vamos Ler estará dividido em dois blocos que se complementam. O primeiro contexto será o de analisar todo o ano de 1940, separadamente dos anos de 1941 a 1950. O segundo contexto será o de analisar os anos de 1941 a 1950. Esse procedimento se fez necessário, uma vez que, no ano de 1940, houve uma periodicidade uniforme no que se refere à revista por ter destinado uma seção específica para as mães (“Uma Página para as Mães”) e que foi escrita por um único autor (Silva). Desse modo, foi possível delinear de modo mais conciso o sentido dessa produção escrita.

Entre os anos de 1941 a 1950, diferentes autores se dedicam à tarefa de escrever para leitoras-mães; contudo não há o empenho e a sistematização na produção dos artigos como fora o ano de 1940.

ANÁLISE DA REVISTA VAMOS LER - O ANO DE 1940

SEÇÃO: UMA PÁGINA PARA AS MÃES

AUTOR: DR. GASTÃO PEREIRA DA SILVA

CONTEXTO DA REVISTA NO ANO DE 1940:

A revista *Vamos Ler* manteve no ano de 1940 36 artigos de Silva, escritos em uma seção regular, intitulada *UMA PÁGINA PARA AS MÃES*, tendo por público-alvo as mães. Silva inicia alguns de seus artigos referindo-se a cartas recebidas de leitores (pais e educadores) que solicitam ajuda relacionada sempre aos cuidados com os filhos. Seus artigos não representam iniciativa de responder e atender a essas solicitações. Contudo, faz esforço de complementar temas ainda não explorado.

Silva, médico, e um dos maiores divulgadores da psicanálise entre os anos de 1930 a 1956, junto ao público leigo. Este autor procurava abordar em linguagem simples, temas de apelo popular. Carrara e Russo (2002, p. 279) descrevem o intenso trabalho desse médico:

Além dos livros, manteve intensa atividade na imprensa escrita. Em 1934 criou na revista *Carioca* a coluna 'Psicanálise dos sonhos', ilustrada por uma fotografia de Freud (que deu origem ao livro *Conhece-te pelos sonhos*). Na revista *Vamos Ler* manteve uma coluna intitulada 'Página das mães' (da qual nasceu o livro *Conheça seu filho*). Posteriormente colaborou na revista *Seleções Sexuais* com a seção 'Confidências'. Manteve durante três anos o programa *No mundo dos sonhos*, na Rádio Nacional, no qual, segundo suas palavras, "radiofonizava os sonhos (enviados pelos ouvintes), como se fossem pequeninas histórias, em *sketchs*, interpretadas pelo cast do radioteatro daquela emissora". No mesmo período começou a escrever radionovelas de cunho psicanalítico, e em sua autobiografia lista 44 títulos de sua autoria que foram ao ar. Criou ainda um curso de psicanálise por correspondência, sobre o qual escreveu: "O poder de penetração desse curso levado, por outro lado, pelo número de uma simples caixa postal, através do rádio, permitiu-me estabelecer contato com muita gente sofredora, esquecida por assim dizer, em certos lugarejos tão distantes, quanto, até mesmo, desconhecidos dos mapas.

Silva escreveu todos os artigos utilizando-se da psicanálise como forma de resolução das temáticas desenvolvidas. Em sua forma de desenvolver as 36 temáticas transparece o empenho do autor em provar a validade e a aplicabilidade desse novo paradigma científico, que é a psicanálise; e reconhece que há ainda dificuldades de compreensão desta "nova ciência que é a psicanálise". "Surge, assim, uma nova medicina, a medicina do espírito e um novo médico, o médico da alma." (*Vamos Ler*,

15/08/40, p.57). Fica evidente seu empenho na difusão da psicanálise como recurso para a educação na família e na escola.

Ao retratar a criança, sua preocupação está centrada em divulgar aos pais, mãe e educador a necessidade de não ferir “sua alma”. O melhor caminho será, portanto, a utilização do conhecimento da ciência médica fundamentada na psicanálise; é esse o lugar das respostas para compreensão do comportamento infantil.

Silva explorou dezenas de temáticas que circularam sobre o mesmo objeto de interesse, a criança. Apresentou uma diversificada gama de informações sobre a criança e/ou seu mundo a partir de orientação da psicanálise. Dentre esses artigos, destaca seu interesse pela estimulação da criança pelos brinquedos, o brincar infantil, ciúme infantil, sonhos, perturbação do sono, vocação, furto, travessuras infantis, criança nervosa, tipos de leitura infantil, valor da palavra, educação, desenho infantil, bons e maus instintos, castigos infantis, temor a Deus, cinema, filmes para criança, vida inconsciente do recém nascido, ensinando a psicanálise infantil; cura pela psicanálise; Pavlov e o reflexo condicionado, problema de moradia e lazer para a criança, sentido da morte, origem do bebê, influência sugestiva da música, castigos infantis, entre outros.

É possível afirmar também que Silva estabeleceu como ênfase o olhar sobre o universo infantil. Não há de modo explícito um olhar para a mãe. Fala-se sobre a criança, suas necessidades da “alma” e atribui à mãe um segundo plano em importância na exploração dos diferentes temas. Silva reconhece que os transtornos do mundo adulto são resultados dos descuidos da “alma infantil” desempenhado prioritariamente pela mãe.

Não há uma referência explícita e convergente ao pai. Fala-se dos pais e/ou da mãe. Em relação aos pais, estabelece como função primeira os cuidados com o filho, a responsabilidade é dirigida não ao pai e mãe, mas especificamente à mãe. É possível inferir que o plural de pais retrate a singularidade de mãe. Fica claro em seus artigos que os problemas experienciados pelo filho, a criança, são consequências do modo operante da mãe.

Outro aspecto que se evidencia nos artigos escritos por Silva em seu esforço de popularizar essa nova ciência da “alma” foi o de utilizar-se de diferentes autores

relacionados ou não com a psicanálise com o intuito de reforçar suas ideias e conceitos. Ele se apropria de exemplos e citações de personagens que, na maioria das vezes, não são referência a um público leigo, o que permite não só uma divulgação, mas o interesse de referendar assertivamente a psicanálise. Entre eles se destacam: Paula Lambroso (psicologia infantil), Binet; Mlle. Bichler, Vera Schmidt, Despine, Ribot, Sciamana, Georges Seurat, M. Lahy Hoollebecque, Ana Freud, Freud, E. Joly, Eça de Queiroz, Krishnamurti, André Gide, Dr. O'shéa, Pavlov, Dr. Maurice Fleury, Ernesto Schneider, Jean Jacques Rousseau, Victor Hugo, Romain Rolland, Havellock Ellis, Naeck, Max Bartels, Melaine Klein, Herbert Spencer, Charles Odier.

Silva pretende utilizar-se dos artigos publicados dessa seção e transformá-los em livro. Em seu artigo de 04/04/40, ao tratar das fases do desenho infantil, revelou:

Além disso, é um símbolo da própria vida! Pena é que aqui não possamos entrar no terreno do simbolismo sexual, fértil na idade ideativa da criança e talvez a mais importante de todas, mas... *fica para ser incluído no livro que há de surgir destas paginas[...]*. (SILVA, 04/04/40, p. 33).

O livro foi concluído entre os anos de 1935 a 1945 (não há definição da primeira edição) com o título “Conheça seu filho”.

A Revista Vamos Ler, no ano de 1940, revelou dois outros autores que escreveram artigos direcionados prioritariamente às mulheres-leitoras, mas que não se configuraram em uma seção específica a esse público, como Silva que mantinha a seção *Uma Página para as Mães*. São eles: Celso Kelly e Luiza. Celso Kelly (jornalista e professor) escreveu o artigo “*No Recreio reside a felicidade da criança e um grande fator da felicidade do adulto: não uma necessidade inútil, mas uma necessidade, a recreação*”, em 11/04/40. Celso Kelly reforça a base de sustentação de sua visão sobre o recrear, fundamentado na psicologia. Como Silva, discorre sobre o tema focado no comportamento emocional. Celso Kelly, citando Hollembecque, situa essa abordagem fundamentada na psicologia:

[...] o tratamento que decorra da ciência, desta psicologia, ainda tão mal conhecida do público, que constrói pouco a pouco as leis do desenvolvimento do ser humano e que nos ensinará, logo, que, para

dirigir a criança, não é mais a princípios abstratos que se deve recorrer, mas à lição viva que resulta de suas invenções, de seus jogos de suas reações emotivas em presença de certos espetáculos: as festas, o teatro, o cinema, os marionetes... e do trabalho de sua imaginação a propósito de suas leituras. (KELLY, 11/04/40, p. 35-36).

Luiza (não há especificação sobre sua formação profissional) escreveu o artigo “Os arranha-céus e as crianças: O problema da criança no período pré-escolar”, em 09/05/40. Trata-se também de um artigo não dedicado a uma seção específica à mulher ou à mãe na revista *Vamos Ler*. Luiza traz um retrato do que é a mulher na classe alta e na classe média quanto ao número de filhos. A autora se utilizará da análise da formatação de prédios como moradia para as famílias e o distanciamento que os mesmos têm em sua estrutura para receber filhos. Ela se inspira em artigo de uma argentina a qual se posiciona quanto à falta de condição espacial e faz uma análise da mulher no Brasil.

Outro aspecto a ser evidenciado sobre a seção de Silva é a que mães-leitoras estão focadas em sua produção. O discurso do autor, nos artigos, esteve direcionado a um público de poder aquisitivo alto. Esse parece ser o perfil sócioeconômico das leitoras da seção “Uma página para as Mães” de *Vamos Ler*. Um exemplo que retrata esse perfil está na referência vocacional para os filhos estabelecidas pelas escolhas dos pais e tida como comum a todas as famílias (famílias que podem concretizar seus ideais vocacionais; família com recurso financeiro):

É muito comum um dos progenitores dizerem ao filho: - Não! Quando você crescer “eu quero” que você seja, medico! (no caso o pai é advogado). Outras são as ocasiões em que a criança mostra tendência para as artes, e que se é menina, escuta a “mamãe” ponderar: - Deixa de andar a fazer “estas coisas”... Isto não se adianta nada... Eu quero te ver professora... E acrescenta? – Professora, sim! O magistério é que te dará independência. (SILVA, 29/02/40, p.31).

Outro exemplo que reforça e dá pistas do perfil das famílias a que se destinam os escritos do autor está na aquisição de brinquedo para o filho. Silva, ao retratar uma família que trata de forma distinta sua filha biológica e uma adotiva, explica as diferenciações na escolha e no valor do brinquedo para uma e para outra filha. De todo modo, o exemplo abaixo mostra uma família com condições de compra:

Se o pai leva um brinquedo para a filha pensa logo: “Ah! É verdade! Tenho de levar qualquer coisa “também” para Luizinha coitada!” (Luizinha no caso, a criança adotada). Compra então um objeto qualquer, sem saber se, realmente, “Luizinha” desejou aquele objeto e quando chega em casa com os dois brinquedos desiguais, um acima e outro abaixo de *dois mil réis*, diz a menina, adventícia naquele lar: - Ora, eu preferia que o “senhor” me comprasse “também” uma boneca, como fez com a Rosinha... (a Rosinha é “a outra”. É a filha de verdade...). (SILVA, 01/02/40, p. 13).

Seu público-leitor são as mães que também se correspondiam com o autor. Acompanhando uma das citações de cartas dessas mães, encontramos mais evidências do perfil socioeconômico dessas famílias. Em um de seus artigos, o autor, referindo-se a uma dessas correspondências, retrata o pedido de uma mãe, que pede ajuda para compreender por que o filho de cinco anos ainda não fala. Silva explica:

A carta parece ser de pessoa que vive bem, pois a criança tem muitos brinquedos e sai com o “papai”, de automóvel, para passear. Sente-se que a criança em apreço é criada com conforto demais. Tem ama, além de uma “vovó” que lhe faz toda sorte de vontades, algumas das quais a própria “mamãe” acha exageradas (sic). (SILVA, 15/08/40, p.56).

O exemplo acima evidencia uma família que tem em sua rotina os cuidados de uma “ama”, automóvel, rotina de passear, além da presença de brinquedos (“muitos brinquedos”). Esse é evidentemente o perfil de uma família de classe alta.

EDUCAÇÃO DOS PAIS

Em ‘Vamos Ler’, na década de 1940, nos artigos de Silva, a referência aos pais não se caracteriza e não se evidencia na maioria dos artigos, o pai e a mãe. Ao contrário desse binômio, a mãe assume prioritariamente o lugar do que se considera ‘pais’. Como Maluf e Mott (1998) já apontavam no início do século XX, o lar era concebido como um pequeno Estado, gerenciado e administrado pela mulher, e, ao homem, a obrigação de zelar sobre os recursos materiais e simbólicos no interior da família. Contudo, Silva vê na figura dos pais os representantes terrenos do poder celestial sobre os filhos. A eles cabe esse ideal de educação a ser perseguido pelos filhos:

[...] a criança vê nos próprios pais a virtude unida à ternura e testemunha de uma harmonia entre eles e se é alvo de uma vigilância inteligente, capaz de o fazer compreender do valor da prudência e da serenidade do espírito: - torna de seu pai e de sua mãe um ideal quase divino! (SILVA, 18/04/40, p.13).

Mas, referir-se a essa venerada imagem de pais, o autor desses artigos destinado às mães reflete à especificidade de uma família, a família de condições econômicas mais altas, que não tinham uma prole extensiva. Em seu artigo (18/04/40), Silva revela de modo implícito que famílias numerosas (mais pobres) tendem a contribuir para a criminalidade, uma vez que não podem oferecer uma educação adequada: “Família numerosa, onde há filhos numerosos, preocupada com as necessidades mezinhas da vida, não pode, em verdade cuidar da educação dos menores, como realmente devera.” (SILVA, 18/04/40, p.13).

A função de ocupar “as necessidades mezinhas da vida” pertencem ao pai, quem tem a atribuição de trabalhar e sustentar a família. Este foi o modelo rígido vivenciado pelas famílias de camada social mais alta, que temiam ver denegrado o lugar de vida pública do marido e da boa dona de casa da mulher. Nesse sentido, o trabalho da mulher, no contexto socioeconômico dessas famílias favorecidas era evitado, para que não configurasse por parte da mulher mãe o abandono do lar e dos cuidados dos filhos, em última instância de sua educação. É preciso, também, que esse modelo seja perpetuado na prole, porque os filhos são o reflexo da educação dos pais:

A moral, os hábitos, as atitudes domésticas, até mesmo os vícios das crianças refletem o poder dos pais sobre elas. (SILVA, 02/05/40, p.42)

Não desejamos fazer nenhum cavalo de batalha com os processos educacionais que divulgamos. Eles são os mais simples possíveis. Basta pensar que não existe aqui nenhuma técnica, senão apenas uma conduta fácil, aliás de ser seguida por qualquer um de nós. Não há, como querem alguns opositores uma “profissão” de pai ou de mãe. As mães continuarão a educar seus filhos com a mesma ternura de nossos avós. Apenas essa ternura, essa carícia maternal tem hoje um sentido (tal e qual tinha antigamente, mas que não se sabia que tinha...) e esse sentido não deve ser despertado nos filhos. Não chamar a atenção sobre ele, eis tudo. Corrigir sem que a criança saiba que esta sendo corrigida, ou quando corrigir dizer a razão porque o faz.” [...] “A educação que pregamos é a educação comum, apenas com uma

diferença: - educar sem dizer que está educando [...]. (SILVA, 06/06/40, p. 61)

Silva enfatiza a diferença entre educar e instruir. Educar, de sentido mais abrangente, abarca a formação moral da criança enquanto a instrução recai prioritariamente à escola, com o objetivo de desenvolver conhecimentos exteriores à vida emocional da pessoa.

[...] “educar” não é ainda “instruir”. Essa educação, através da solidariedade, da inteligência, da bondade, da disciplina mental, não depende da “escola”, mas sim da família, seja ela pobre ou abastada. É preferível um analfabeto educado, a um homem instruído, mas trapaceiro, ou facinora. A “educação” no lar nada tem com a “instrução”. Esta pertence à “escola”. Aquela à família. A educação da família repousa na orientação dos instintos, na vigilância da criança em relação aos impulsos que chamamos “maus”. (SILVA, 18/04/40, p.13).

Já temos repetido várias vezes que educar não é instruir. A instrução não pode apagar os vícios que ficaram sedimentados na alma infantil, através de uma defeituosa direção da vida em comum na família. (SILVA, 06/06/40, p. 51).

O autor, a partir de sua discussão sobre o sonho infantil, traz generalização sobre educação. Deve-se atentar para os textos desse autor em que a educação se refere à educação dos pais, e particularmente, a da mãe. A citação abaixo é conclusão de um exemplo de despreparo de professores em um internato. Todavia, Silva destina suas informações às mães.

Eis aí o ponto de contacto da análise infantil com a educação. A pedagogia moderna ainda “reprime”, ao invés de se identificar com a alma infantil. Educar não é “reprimir”. “recalcar”. É ensinar a se identificar com a vida. É sublinhar tendências. É preciso que o mestre saiba aliar-se, antes demais nada, às razões da infância, para depois ir corrigindo, insensivelmente, os defeitos existentes e os que forem surgindo. (SILVA, 11/04/40, p.66).

As mães podiam conhecer muitos desejos e muitas tendências dos filhos, se quisessem dar-se ao trabalho de levar a sério os sonhos dos seus gurus. Com um pouquinho de intuição e um pouquinho de leitura, a tarefa será fácil. (SILVA, 11/04/40, p.66).

Os artigos de Silva vão se revelando em normas a serem cumpridas pelos pais, particularmente, a mãe. A família parece desconhecer o filho que tem. Como que descuidados das funções de educar e cuidar da criança, o autor vai 'ensinando', 'educando' os pais em diferentes frentes de atuação do cotidiano familiar. Desse modo, normas de conduta são exigidas, como vimos anteriormente, e somam-se a elas outras tantas como:

Quando uma criança indagar do seu "papai" ou da sua "mamãe" o que significa uma determinada palavra, nunca se deve responder "não sei". (SILVA, 14/03/40, 63).

E, se nós, pais ou educadores, damos de ombros, ao invés de nos interessarmos, que farão as crianças? (SILVA, 14/03/40, p.63).

[...] devem os pais, ou as pessoas que estão incumbidas de tratar das crianças, afastar habilmente os garotos dos objetos de suas cogitações, sem despertar a atenção deles para isso e, muito menos, adverti-los em tom de reprovação. (SILVA, 22/02/40, p.51).

Nessa última citação de procedimentos a serem seguidos, vemos a incumbência dos pais de encaminharem as situações embaraçosas sem chamar tanta atenção, e não criando um sugestionamento para que o filho "não continue no delito". No artigo em que Silva retratou esse assunto, elegeu como tema o furto e a criança. Considera que a criança, ao pegar algo sem o consentimento do outro, não sabe que está furtando.

O autor faz ainda recomendações baseando-se nos conhecimentos dos reflexos condicionados estudados por Pavlov, e que apresentam reflexo em nosso modo de agir com o meio, no sentido de como os pais devem respeitar o gosto do filho na conduta de educar:

Devem os pais respeitar o gosto, a preferência, ou as aversões dos seus garotos. Não obrigá-los muitas vezes a comer tal ou qual alimento, sem que para isso exista uma razão forte.

Evitemos a educação forçada. Só os meios suasórios educam.

O que devemos fazer é respeitar o gosto e as preferências infantis. (SILVA, 16/05/40, p.58).

O autor não poderia também deixar de lado procedimentos de correção em relação aos filhos, os quais deviam ser seguidos:

[...] o castigo é sempre uma forma de vingança do mais forte contra o mais fraco, formula perfeitamente inútil, que aplicada ao homem em sociedade, quer à criança no seio da família. Está mais que provada a incoerência dos castigos. O castigo reprime ainda mais o sentimento.

[...]

Uma criança castigada é uma criança recalcada e afeita sempre, absolutamente sempre, a reincidir nas suas travessuras. Uma criança constantemente castigada se torna cínica. Vicia-se, tal e qual o prisioneiro, o criminoso. Diz também que jamais reincidirá na “falta”, passando a obedecer, daí por diante, o “papai”, ou a “mamãe”, mas, no fundo, quer se vingar dos progenitores na primeira oportunidade.

[...]

Certas mães gostam muito de “bater” nos filhos, sem saberem, talvez, que só o fazem para espiar as próprias faltas do “papai”, na suposta “culpa” de seus fedelhos... Elas não podem (ou pelo menos é mais difícil...) vingar-se no pai. Vingam-se então, nos filhos.

[...]

[...] a criança deve ser dirigida, educada, através da compreensão criteriosa e domada. Ela, a criança, precisa saber porque não deve cometer “aquela falta”. Deve saber o que é lícito fazer. Castigar é reprimir. É odiar. A “lei do talião”, esta enraizada na alma humana. Não se castiga impunemente. Uma criança castigada é uma criança que se prepara para vingar-se. Essa vingança pode não recair na família, mas cairá na sociedade. Os castigos infantis preparam os homens delinquentes. Eles cometem crimes justamente para serem castigados. (SILVA, 25/04/40, p. 32).

Se esse processo educativo não é cumprido pela família, haverá transtornos. Estes são considerados por Silva como sendo provocados socialmente por delinquência do adulto e, na verdade, e em última instância, de responsabilidade da mãe. Uma sociedade comprometida é o reflexo de uma família que não cumpriu com o dever de educar, de zelar pela formação da ‘alma’ infantil. Construir esse “‘Eu” moral, eis o trabalho verdadeiramente árduo dos pais e dos educadores. Os vícios de educação se apresentam, destarte como terríveis consequências na vida futura da criança.” (SILVA, 30/05/40, p.37)

Quem tem a função dentro da esfera privada do lar de atentar pelo desenvolvimento da criança é a mãe, então, é ela quem castiga. É ela que compromete a criança e, conseqüentemente, a sociedade. Vejam o exemplo do que o autor estabelece em relação à educação religiosa: “A se dar uma educação religiosa a nossos filhos, devemos evitar que eles acreditem em Deus, por medo. Esse temor de

Deus tem mais tarde consequências imprevistas. Alimentam nevroses e provocam fobias.” (SILVA, 02/05/40, p.43).

É preciso que os pais nessas condições de não comprometer os filhos com ‘nevroses e fobias’ estabeleçam uma relação de sinceridade com os filhos: “De sorte que, quando procuram o “papai”, ou a “mamãe”, para indagarem sobre “isto ou aquilo”, o fazem com a alma aberta. Esperam sinceramente que se lhes expliquem essa “qualquer coisa”, com a máxima franqueza e também com a máxima sinceridade.” (SILVA, 08/08/40, p.57).

Um aspecto ainda não mencionado sobre a estrutura dinâmica da família refere-se ao conjunto dos artigos de Silva considerado modelo de família, a família nuclear composta de pai, mãe e filho (s). Todavia, parece estar subjacente a essa divisão estrutural a figura da nutriz. Este personagem não surge de modo tão evidente como se faz presente e compunha com a mãe o mesmo grau de importância ou de costume nos cuidados com a criança. Poderíamos compreender que o autor, ao falar da mãe, aquela que cuida, alimenta, higieniza, educa, pune etc., não seria o mesmo que falar de nutriz? Não é possível estabelecer o alcance da intervenção das nutrizes, mas é de se supor que, pelo menos durante o período de amamentação, elas sejam a principal referência, dividindo em status de importância esse lugar com a mãe: “Já, então, a criança começa a conhecer as pessoas de casa, ou as que dela mais se aproxima. Já faz “manha” porque a acostumaram a andar sempre com ela no colo. Por isso, não se conforma se um dia as mães ou as nutrizes, a esquecem no berço.” (SILVA, 30/05/40, p.36).

SER MÃE

Na Revista Vamos Ler no ano de 1940, prevaleceu uma seção específica destinada às mães intitulada “Uma página para as mães”, escrita durante todo o ano por Silva.

Para esse autor, a mãe retratada em seus artigos é alfabetizada. Ao considerarmos a orientação dirigida às mães com base nos trabalhos de Ana Freud, o autor afirma que: “As mães podiam conhecer muitos desejos e muitas tendências dos filhos, se quisessem dar-se ao trabalho de levar a sério os sonhos dos seus gurus. Com

um pouquinho de intuição e *um pouquinho de leitura*¹⁷, a tarefa será fácil.” (SILVA, 11/04/40, p.51). Nesse contexto, é possível inferir que a mulher da década de 1940 tinha acesso à leitura, portanto, escolarizada. Trata-se de mulher que faz parte de uma camada social e economicamente mais privilegiada.

A mulher e mãe são concebidas como pertencentes ao lar; rainha soberana desse espaço, sendo considerada: “A mulher é bem a “dona de casa”, o cérebro diretor.” (SILVA, 18/04/40, p.13). ‘Dona’, ‘cérebro-diretor’, a mãe se transforma miticamente em uma dimensão venerada. Como ser transcendente, sobrepujada, precisa ser devotada à criança desde tenra idade:

O pequeno “ser” que mal atende as solicitações mais comezinhas da existência, que não aprendeu talvez a sorrir e muito menos a articular a primeira sílaba da palavra “mamãe”, já considera, entretanto, esse nome, que não compreende gramaticalmente, mas que conhece através da sabedoria dos instintos, como um grande bem para ele, ou, melhor dito, como uma coisa sagrada e intangível. (SILVA, 18/01/40, p.28).

Diante de um destacado posto, a mãe tem associado diferentes funções durante a década de 1940, por Silva. Dentre elas a função de educadora, educadora religiosa, educadora sexual, responsável pela compreensão da dimensão humana e moral, do desenvolvimento da criança, do brincar da criança, da vocação futura dos filhos etc.

Desde o recém-nascimento da criança, caberá à mãe a responsabilidade por sua educação. É exclusivamente dela essa atribuição em seu reinado: “Essa primeira fase de orientação educacional deve ser quase missão exclusiva das mães. A ela cabe, realmente, o papel de escultora nessa delicadíssima modelagem de cérebros, que alguém chamou a “idade da cera”.” (SILVA, 30/05/40, p.37).

Uma vez que há a compreensão da criança moldada pela mãe, recairá sobre ela a culpabilidade e responsabilidade por falhas na constituição dos rebentos.

Mas, para que exista a educação é necessário que exista a família. As mães, principalmente as mães, precisam saber que os primeiros sentimentos de seus filhos se inspiram no lar. É no lar, a harmonia do lar

¹⁷ Grifo nosso.

(coisa nem sempre fácil...), que regula os primeiros hábitos, os primeiros laços com a vida social. (SILVA, 18/04/40, p.12).

Nada melhor, portanto que, desde os primeiros passos infantis, as mães ensinem aos filhos o verdadeiro sentido das palavras, não deixando a criança em completa ignorância a esse respeito. (SILVA, 14/03/40, p. 29).

Silva utilizou o que era, nesse momento, a nova psicologia/psicanálise, para explicar os desvios dos filhos. Estes são frutos da educação da criança, e quem tinha a determinação e atribuição de educar o filho é a mãe. Educar não é tarefa do pai, é da mãe. O homem tem reconhecidamente seu espaço reconhecido extra-muro do lar, na sociedade: Não. O que existe, em verdade, é o menino mal educado. É o menino “mal educado” é, em regra, um menino “mal vigiado”. Na família dá-se o mesmo que a sociedade. Se não há direção, surge a anarquia. No lar, essa direção é da mulher. Na sociedade, do homem. (SILVA, 18/04/40, p.12).

O autor apresenta uma oposição às explicações dos desvios dos filhos, considerada pela psicologia tradicional como fruto da hereditariedade.

Se existem filho, haverá sempre caracteres instintivos diferentes, mas é por meio da compreensão dos instintos que as crianças devem ser educadas. (SILVA, 18/04/40, p.13).

O trabalho do educador, da mãe, principalmente, é evitar que os seus filhos colham certas e determinadas impressões, capazes de lhes arranhar a sensibilidade, de machucar a sua alma em formação. (SILVA. 28/03/40, p. 29).

A atenção atribuída à educação pelas mães em relação aos filhos reflete o interesse do autor em esclarecer o papel do adulto na constituição da personalidade do futuro adulto sob os cuidados da educadora mãe. Esta não pode comprometer sua responsabilidade primeira de cuidar e educar os filhos, envolvendo sua prole com seus problemas e suas carências:

Destarte, devem as mães reconhecerem que têm tais ou quais defeitos e que estes não podem ou pelo menos não devem passar aos filho, através dos caprichos de uma educação avessa e errônea. (SILVA, 23/05/40, p. 58).

Mas, essas mesmas mães, ciosas da saúde dos filhos, descuidam, geralmente, da “saúde moral”, ou melhor dito, da “saúde da alma”, embutindo nos pequeninos cérebros inúmeras fraquezas, ou deixando que esses mesmos cérebros cresçam à revelia de preceitos, que hoje a ciência experimental da psicologia profunda assinala, como indispensáveis à edificação do caráter e à afirmação da personalidade sadia e forte do homem de amanhã. (SILVA, 30/05/40, p.37).

Horas certas para as “mamadas”. Evitar as carícias excessivas e os momentos prolongados em que os produtos da desassimilação alimentar são rejeitados pelo organismo – eis as primeiras cautelas que devem ter as mães em relação aos filhos. (SILVA, 30/05/40, p.66).

Assim, biologicamente, a criança suga o leite materno, mas se não há cuidado educacional, ela não tarda a se viciar, alimentando-se em demasia e prejudicando, deste modo, a saúde, com todo o seu cortejo de perturbações gastrointestinais, infelizmente tão freqüentes. Psicologicamente, porém, a “função de mamar”, ganha ainda outro terreno.” [...] “A criança de peito que suga o seio materno em demasia – repetimos – ou que depois é “distraída”, através da chupeta, desperta para os lábios as “atenções” do prazer. (SILVA, 30/05/40, p.66).

O autor, então, explica que as mães não devem permitir que os filhos se intrometam nas conversas de pessoas mais velhas; prometer coisas que não vão cumprir; permitir que os filhos sejam espiões da vida alheia; não cultuar a vaidade: “A vaidade, sobretudo a vaidade, alimentada na infância, deixa raízes venenosas e profundas na alma humana. Enfeitar muito as crianças, prepará-las como se fossem bonecas de figurino, torna-as fátuas e ocas, frívolas e inconsequentes, quando crescem.” (SILVA, 23/05/40, p. 29).

O que testemunhamos nos escritos de Silva é o que ele determina como a ‘formação do coração humano’ pelas mães, nesse papel de educadora: “A formação do coração humano é também uma das missões mais delicadas das mães.” (SILVA, 23/05/40, p. 28).

Para a mãe “edificar um bom coração para o filho”, o autor propõe: “Rejeitando todas as inferioridades que se aninham nos recessos da personalidade e que em 90% dos casos são frutos da educação, da má educação.” (SILVA, 23/05/40, p. 29).

A mãe para atender essa missão de cuidar da formação do coração humano não pode se afastar da ideologia cristã, católica, que estava inserida na família:

A educação religiosa feita no lar é, pois, missão muito delicada das mães. É preciso, como se disse acima, ensinar a criança a amar a Deus, a respeitá-lo, mas nunca – nunca! – intoxicar o espírito com uma ideia de Deus falsa e por isso mesmo fecunda em erros de raciocínio que fazem frutificar mais tarde inúmeras doenças da alma, ou covardia do caráter. (SILVA, 02/05/40, p.43).

Em geral, as mães ensinam os filhos a sentir um Deus mau e vingativo, ao invés de um Deus sublime, um Deus amigo, um Deus que consola. (SILVA, 02/05/40, p.42)

A criança, vista como modelável, não tem autonomia e nem é compreendida como aquela que pudesse ter uma forma específica de compreensão da realidade. Entre tantas intervenções propostas por Silva sobre o pensamento da criança, há de se considerá-la como aquela que: “não pode raciocinar por si mesma. Nós é quem orientamos o seu raciocínio.” (SILVA, 08/08/40, p.66).

Cabe a mãe a educação sexual da criança, o autor considera que “uma resposta mal formulada pode traumatizar a alma e mais tarde surgir disfarçada sob a forma larvada de uma nevrose.” (SILVA, 08/08/40, p.57).

Sobre o que orientar, o autor explica:

Não. A verdade total não seria compreendida inteiramente pela criança. Chocaria o cérebro e seria tão inútil como uma resposta ingênua, ou fantasiosa. Qual o caminho a seguir, então? Muito simples. Lancemos mão da reprodução nos vegetais, Utilizaremos dos princípios da botânica, da reprodução das plantas. Não será preciso, é claro, entrar na questão com profundidade de conhecimento, senão apenas fazer uma comparação que está ao alcance de qualquer inteligência. Basta, por exemplo, quando a criança perguntar como nasceu, responder assim: - Você e todos nós nascemos, tal e qual nascem as flores... Nessa altura, é infalível uma outra pergunta: - E como nascem as flores? - De uma flor nasce outra flor. Dentro da corola existe um “pó” que se chama “pólen”. Quando a corola atinge o seu completo desenvolvimento rompe-se o lugar onde se esconde o “pólen” e, então, este vai produzir outras flores. [...] A flor é assim qualquer coisa semelhante à “mamãe”. O “polen será, por sua vez, qualquer coisa parecida com o “papai”. – Então, “mamãe” é uma flor? Resposta: - É, meu filho! Você também é, porque nasceu de outra flor [...].

Como se vê, nessa atribuição de mãe, é preciso que a mesma conheça o que esperar em cada etapa do desenvolvimento infantil. A ela é atribuída a capacidade de identificar as idades do desenvolvimento:

As mães (insuspeitas) podem saber que idade tem, mentalmente, os seus garotos, se os observarem, segundo as suas idades reais. Exemplos: uma criança de três para quatro meses já leva à boca qualquer objeto, colocado nas mãos. [...] Dos sete aos oito meses [...] Aos oito meses [...] Com um ano e meio [...] Aos dois anos [...] De dois a quatro anos [...] De três a quatro anos [...] Entre quatro e o quinto ano [...]. (SILVA, (18/07/40, p.57).

E se há desvios nessa trajetória do desenvolvimento pode ser por influência dos cuidados destinados a ela: “[...] a criança tanto pode ser aparentemente retardada, pelo excesso de carinho, como pela falta absoluta deste.” (SILVA, 18/07/40, p.56).

Silva ainda reforça: “Uma mulher que tem mais de um filho, deve repartir o seu amor igualmente entre eles (pelo menos em aparência). Eis aí como uma criança, que é bem dotada, pode aparentar certo retardamento mental, por influência exclusiva do ambiente em que se desenvolve.” (SILVA, 18/07/40, p.56).

Como o ambiente em que a criança vive é determinado pela mãe, é ela a responsável pelos casos dos falsos retardamentos. O autor então explica que as mães têm a capacidade de avaliar as dificuldades do desenvolvimento por serem capazes de identificar as idades do desenvolvimento. Caso a mãe não consiga acompanhar o desenvolvimento do filho deverá recorrer ao especialista médico. Cuidar e educar os filhos são atribuições específicas da mãe e do médico: “Só as mães, senhoras de si, de *“self-control”*, podem acompanhar o desenvolvimento dos seus guris, sem desassossegos e precipitações. Caso não tenham calma para isso, devem consultar os entendidos no assunto, preferivelmente os médicos especialistas.” (SILVA, 18/07/40, p.57).

A trajetória do vir-a-ser mãe, constituído por Silva, esteve marcado como testemunhamos até aqui, por uma ambivalente percepção de uma mãe responsável pelo lar e pelos cuidados infantis, mas que, no reverso dessa atribuição, parece revelar-se não preparada ou como um possível algoz da saúde da criança. Nesse sentido, encontramos também nas proposições do autor uma mãe amedrontadora. O autor revela que a criança após um terror noturno (causado pela mãe) recorre a ela como salvadora: “Só depois de alguns minutos é que consegue acordar, num grito alucinante e desolador: - “Mamãe!”” (SILVA, 21/03/40, p.43).

As perturbações do sono, particularmente o terror noturno, têm como principal causa a mãe ameaçadora. Silva considera a seguinte explicação:

Entretanto, com as experiências da psicologia e, muito principalmente, da psicanálise, as crianças, assim perturbadas mostram que são vítimas de má educação das mães, principalmente, pois, está provado que certas ideias rejeitadas, temidas, ou não raciocinadas, pelas crianças, ficam no “subconsciente”, esperando a oportunidade para se manifestar debaixo de inúmeras formas alucinatórias, quando os nervos se relaxam, o cérebro repousa ou a instancia do “consciente” adormece. “ai virão a ser essa ideias. [...] É através desse mesmo “processo educacional”, que as “ideias traumatizantes” se manifestam, (assim podemos chamar as que provocam pequeninas alucinações noturnas, capazes de provocar o “terror” durante o sono). – Menino! Quando seu pai sair, você vai apanhar uma surra, para aprender a me obedecer, ouviu? Há certas mães que dizem assim: - Eu te esmigalho, menino! Deixo-te em pedaços! Você não me conhece!... [...] Isto apenas serve de exemplo, o que não chega a significar coisa alguma, diante da imaginação das mães em relação às formas de punição com que pretende, às vezes, “corrigir” os seus fedelhos... Existem ameaças verdadeiramente burlesca, outras extravagantes, outras ainda tragicômicas, como por exemplo: - Jogo-te da janela em baixo e dou-te, em seguida, uma surra. (SILVA, 21/03/40, p.43).

As ameaças de quem deveriam educar e zelar se fazem presentes também nos castigos físicos, compreendidos por Silva como uma forma da mulher transferir a agressividade que seria dirigida ao marido, passa a ser desviada à criança, ao filho: “Certas mães gostam muito de “bater” nos filhos, sem saberem, talvez, que só o fazem para espiar as próprias faltas do “papai”, na suposta “culpa” de seus fedelhos... Elas não podem (ou pelo menos é mais difícil...) vingar-se no pai. Vingam-se então, nos filhos.” (SILVA, 25/04/40, p.32).

O lar parece mesmo representar um “refúgio num mundo sem coração” (Lasch, 1991), cercado de descontrolo por parte de quem deveria garantir o ‘santuário’, transformando-o em lugar de tirania:

Tomemos, no entanto, por base a “culpa” que os castigos originam quando as mães têm por hábito punirem os filhos a pretexto de qualquer coisa ou mesmo sem pretexto algum. Há diversas formas ou modalidades de castigos que resultam em diversos vícios ou jaças de caráter. Assim, por exemplo, o celebre puxão de orelhas que torna o garoto “sem vergonha”, a ponto de, quando comete uma “falta”, correr

para perto do “algoz” e dar a orelha para ser puxada. Seguem-se as chineladas (um pouco fora de moda), as agressões (mais comuns). Os pais entram em luta com os filhos. As mães jogam objetos em cima dos garotos. Piores ainda são os castigos morais, aqueles que calam fundo na alma infantil e estes se revelam em toda coerção que visa tirar o prazer da criança. (SILVA, 25/04/40, p. 32).

A mãe na visão de Silva além de transitar entre os desígnios ‘naturais’ atribuídos à mulher nesse papel de cuidar e educar os filhos, é também a responsável direta por qualquer perturbação do desenvolvimento físico e moral da criança. A cobrança desse lugar social a ser desempenhado pela mulher mãe, passa pelo controle de quem parece reinar acima do santuário regido pela maternidade. Esse domínio e poder são do homem, do marido que, não se ocupando diretamente dos afazeres do lar e da educação dos filhos, o faz indiretamente, exigindo que a mulher-mãe garanta a ordem..

Um exemplo que retrata a necessidade da mãe de coibir as travessuras naturais dos filhos ao brincarem com os utensílios domésticos, não por uma decisão pessoal e de controle dela, do que é ou não conveniente aos filhos de se apropriarem deles para brincar, mas ao contrário, é por temerem serem condenadas pelo marido por sua displicência com os filhos e/ou falta de controle em suas atribuições de mãe.

As mães, por sua vez, sentem-se culpadas, porque não impediram tais travessuras, menos pelos objetos que os filhos quebra que, menção, pelo receio de passarem como displicentes e pouco cuidadosas aos olhos do marido que, ao chegar em casa, não desculpa a “falta de atenção” da esposa. (SILVA, 04/01/40, p.47).

Para impedir que as travessuras das crianças se revertam em danos utilizando utensílios domésticos e não seja punida pelo marido, a mulher e mãe devem oportunizar brinquedos para os filhos.

Por outro lado, Silva que, a despeito dos interesses da criança, dos filhos, a mãe se protege enquanto mulher do olhar reprovador do marido; é cobrada a compreender o filho como ser desejante.

E o futuro dos filhos dessas mães? Não poderia deixar de ser de responsabilidade materna a vocação do filho: “Diante do gosto que um dos nossos filhos apresenta por esta ou aquela atividade. O papel dos pais e, muito principalmente

das mães, é o de não perturbar a inclinação, ou tendência da criança.” (SILVA, 29/02/40, p.31).

O peso da responsabilidade materna não encontra dificuldade em sua complexidade em se tratando de Silva. Ele reforça a ideia dos descontroles da mãe na constituição do filho; trata-se a ideia do sujeito moldável, do filho dependente do adulto, da mãe:

Aplique-se este exemplo a outros tantos casos, em que, principalmente as mães- repetimos – ficam zangadas sem saberem, muitas vezes, que estão anulando um futuro homem de gênio, ou pelo menos, um homem útil à coletividade [...]. (SILVA, 29/02/40, p.43).

Um consolo, porém, hão de ter as mães, quando não influíram no fracasso dos filhos e muita glória há de guardar aquele coração materno que contribui para a vitória suprema de um grande homem, [...]. (SILVA, 29/02/40, p.43).

CRIANÇA

A criança, em *Vamos Ler*, de 1940, não é considerada um adulto em miniatura por Silva, como é explorado historicamente por Áries (1981), ao contrário, o autor considera a criança em sua especificidade infantil, e que precisa ser traduzida para os pais, particularmente para as mães em sua tarefa de educar. Parece existir do outro lado, o das leitoras mães da revista, o desconhecimento e tratamento indistinto do adulto:

Julgam algumas pessoas que as crianças raciocinam como os adultos. Pensam outras que as crianças nem chegam a raciocinar e que portanto, dando-lhes qualquer resposta em relação às perguntas que elas fazem, cumprem a missão desejada. (SILVA, 08/08/40, p.56).

Apontava-se como modelo – modelo de educação, a fazer crer um futuro auspicioso – a criança que cedo se tornava circunspecta, conversava gravemente com os adultos e talvez fosse capaz de discutir assuntos bancários, problemas da bolsa ou questões internacionais. [...] Vem, finalmente, a era da recreação. São os nossos dias. Os estudos da psicologia desvendaram inúmeras obscuridades da importante fase da formação psíquica do homem. (KELLY, 11/04/40, p.35).

As crianças, particularmente as consideradas pobres, parecem coexistir de modo a não ser distinguidas do universo do mundo adulto. Não há um mundo infantil, não há deferência a atributos e olhar para o que Silva concebe especificamente como criança. O que permite transparecer, é a visão de serem cuidadas e viverem como homúnculo. Deste modo, a insistência da temática de orientação e de instrução das mães nos cuidados para com os filhos aos poucos se configura como necessária:

As crianças pobres aprendem, por sua vez, uma porção de coisas, muito mais impróprias que os filmes proibidos para elas, porque a vida exige que essas crianças cresçam em quartos e salas, nos quais a comunidade se estabelece entre menores e adultos. Os “pequenos” dormem com os “grandes”, compartilham, como se disse, da vida destes. Crescem sem saberem que foram crianças. (SILVA, 04/07/40, p.56).

No empenho de distinguir o mundo adulto do da criança, Silva enfatiza a distância entre os dois mundos:

Porque a vida da criança não tem nada que ver com a vida dos “grandes” e a prova disso é que nós, os adultos, não desejamos mais os “barquinhos a vela, ou os “automóveis de molas”... a não ser em ponto grande ... de verdade!. (SILVA, 25/01/40, p.24).

O universo que envolve a criança não é, em absoluto, mais importante do que aquele que ela cria como sendo inteiramente “seu”. As vezes, um pedaço de pau tem mais valor biológico, digamos assim, que uma pessoa ou um animal. (SILVA, 25/01/40, p.24).

Esse entendimento do autor parece, todavia, não corresponder à visão de todo adulto nos cuidados com a criança.

A seguir, é possível deduzir que o cotidiano infantil na escola não representava um lugar protegido de manifestação da limitada capacidade perceptual da criança frente ao adulto: “É um regra comezinha da psicologia que os professores esquecem em detrimento da própria formação da personalidade do estudante, quando o assediam, lembrando, aos garotos, o compromisso existente entre eles e o colégio, relativamente às taxas que “ainda não foram pagas.” (SILVA, 19/09/40, p. 56).

A fundamentação dessa destoante relação é explicada pelo autor a partir do potencial cognitivo e de ingenuidade e pureza da criança, herdeira de um olhar

sobre ela que remonta do século XVI como descrito nas obras de Áries (1981) e Badinter (1985).

A criança é compreendida como uma tábula rasa e, como tal, é sujeita a toda sorte ou azar de impressões e marcas a serem conquistadas e outras a serem evitadas.

[...], basta pensar nas crianças, sujeitas ao mesmo teto, almas a princípio indefesas, desavisada, desprevenidas, cérebro de cera virgem, no qual vão se modelando todas as imagens da vida! (SILVA, 18/04/40, p.12).

Elas nascem puras, mas desde logo a tornamos impuras, indo de encontro as leis naturais dos instintos, embaraçando-as no seu desenvolvimento normal, ou pervertendo-as. (SILVA, 06/06/40, p. 61).

Os professores, em geral, são dominadores. O hábito de ensinar, de sentir uma porção de almas, virgens como a cera virgem, à espera da modelagem que depende unicamente das suas próprias mãos, cria, no espírito dos mestres, um “complexo de superioridade”, o qual, projetado fora da aula, é contraproducente. (SILVA, 26/09/40, p. 57).

A mente infantil é, pois, considerada modelável nas mãos do adulto, diante de sua pureza a ser cuidada. Ser desprotegido e sujeito à influência do meio. Silva define como período mais suscetível a essa possibilidade de formar a alma infantil até a idade de 5 anos: “É durante a primeira fase do desenvolvimento infantil, isto é, até os cinco anos de idade, justamente, que as impressões se plasmam, com maior facilidade, no espírito da criança.” (SILVA. 28/03/40, p. 29).

Outra característica que envolve a compreensão do pensamento da criança é a crença de que a precocidade das aquisições cognitivas leva ao esgotamento do potencial de inteligência. Concebe-se a inteligência como algo finito. Desse modo, é preciso não forçar o pensamento da criança, ao mesmo tempo em que é compreendido que a criança que tem seu pensamento adiantado precocemente em relação aos seus pares pode estar comprometida: “[...] poucos homens sabem que o cérebro de uma criança precisa de repouso para o seu desenvolvimento e que a inteligência se esgota mais facilmente quanto mais precocemente é estimulada. [...] É preferível, como veem, não serem os nossos filhos “meninos prodígios” [...]” (SILVA, 08/02/40, p.21).

A indistinta compreensão entre adulto e criança pode ser reveladora do distanciamento físico entre eles. Para o autor, a criança não deve ser objeto de

contatos afetivos constantes: “A criança não deve ser alvo de carinhos excessivos, de beijos constantes a propósito de tudo e até mesmo sem propósito.” (SILVA, 18/01/40, p.29).

Para Silva, os carinhos considerados em excessos podem comprometer o futuro da criança em fixações.

[...] não nos devemos esquecer que, os prazeres sentidos em excesso, pelas crianças, produzem certas fixações que se revelam em atos condenáveis na vida do adulto e que não são mais que reminiscências inconscientes de fases pretéritas ocorridas, quase sempre, durante os primórdios da vida individual. (SILVA, 22/02/40, p.51).

Nesse sentido, não encontramos nenhum modo de educação do afeto e carinho dirigidos dos pais e, particularmente das mães em relação aos filhos no conjunto dos artigos desse autor no ano de 1940. Exceção é feita somente em relação ao bebê, considerado saudável o contato com a mãe: “Não há maior bem para criança que a carícia morna do seio materno.” (SILVA, 18/01/40, p.28).

Outro aspecto relevante sobre a criança apresentada pelo autor, diz respeito à sua caracterização social e econômica a partir do seu mundo lúdico e das condições de moradia. A criança pobre, como vimos anteriormente, divide o mesmo espaço do adulto em indistinta exigência na convivência. Essa condição não representará empecilho para sua exploração lúdica.

Mesmo as casas modestas, modestíssima, ou até os próprios cortiços, ofereciam “possibilidades” de recreio à vida infantil. Dentro do próprio edifício de habitação coletiva havia quintal. Nas imediações, terrenos vastos e quase abandonados. Neles jogava-se o gude, pulava-se a “carniça”, soltava-se o “papagaio”. (SILVA, 04/07/40, p.56).

Como é possível depreender, a criança, mesmo sendo acolhida com exigências e postura de um adulto em crescimento, explora de modo inequívoco sua dimensão pueril. Ela brinca, e se apropria de brinquedos simples como: “[...] boneco, ou um automóvel de “corda”, uma carroça puxada por barbante, ou um “comboio” cheio de passageiros e todo feito de “folha de flandres” [...]” (SILVA, 18/01/40,p.28).

Para Silva, há uma realidade no cotidiano da criança, pois, nessa época, ela não tem garantido o olhar do adulto como um momento distinto de desenvolvimento. Como médico da psicanálise, mantém a crítica de que nas famílias, em muitas circunstâncias, os filhos não são considerados crianças. De modo mais contundente, estão as que nascem em lares pobres, onde a vida e o espaço privado são percebidos como imersos em desconhecimentos do desenvolvimento e das relações mãe e filho sem condições favoráveis a mudanças.

O cotidiano das crianças nascidas em lares mais favorecidos, caracterizadas pelo autor de classe média, não fogem também do diagnóstico conturbado de crianças sem a possibilidade de coexistirem com os adultos em sua constituição de sujeito ainda em desenvolvimento e que não tem a percepção e compreensão de mundo de um adulto. Um dos fatores elencados a essa domesticação de adultos em miniaturas esta à constituição física concebida para os imóveis da classe média:

A vida, dia a dia, é mais difícil. Principalmente em relação à classe média (já não falamos da classe pobre) as crianças não gozam do simples direito de ser crianças. Com o regime dos apartamentos, dos arranha-céus, vivem elas sem espaço para expandir essa liberdade, essa expansão dos instintos que se refletem nos brincos infantis. (SILVA, 04/01/40, p.47).

Silva retrata essa década como mal vinda à criança. Há restrições em se alugar apartamentos para casais com filhos. Obviamente pela descrição do autor, os imóveis são destinados à classe média. É possível testemunhar o conflito dessas famílias em encontrarem um lugar para morar acompanhadas de uma criança. O filho representa um empecilho na conquista de um espaço privado para a família. Essa é uma situação contraditória frente a outro valor preconizado e valorizado nessa época de que uma família precisava conceber um filho. A mulher no casamento é reconhecida e alcança o *status* respeitável na sociedade e se consagra como a rainha do lar, quando zela pelos cuidados dos filhos e da casa, garantindo o matrimônio. É preciso que a mulher possa refletir os ideais sagrados da maternidade, como Maria, como uma Santa Mãe. É preciso ser mãe, mas ter um filho significou também, na prática não poder conquistar um lar.

Outro absurdo na vida atual, em relação ao mundo infantil, é a rejeição da criança por parte de certos proprietários, quando precisam alugar as suas propriedades. Este fato chega a ser altamente ofensivo à coletividade de um país. Sabem o que é? – O “aluga-se sala, quarto, ou apartamento para casal sem filhos (é preciso grifar)”... Onde iria parar o mundo se todos os casais, dagora em diante não tivessem filhos? Para quem os proprietários iriam de futuro alugar as suas propriedades? Mas – senhores! – onde anda o direito da criança? O Brasil, que é vastíssimo, mas despovoado, onde iria chegar com a mentalidade dos que anunciam assim: - “Aluga-se uma confortável sala de frente, com vistas para o mar, com mobília e pensão a casal decente. – É, “entretanto, inútil trazer criança” (o grifo é necessário). Estes anúncios são comuníssimos, e saem todos os dias nos jornais... Ora, a vida, cada vez mais difícil obriga os casais que se renovam a renunciar, de início, aquilo que, justamente, seria o laço maior da felicidade procurada no casamento: “um filho!” (SILVA, 04/07/40, p.56).

Essa citação revela que a imprensa retrata em seus anúncios essa discriminação em relação à presença de filhos na vida de um casal como algo comum nesse período. Vemos os ideais de Estado referentes à expansão da natalidade no país, diante de extensos territórios ainda não ocupados.

Não só há escassez na oferta de imóveis para casais com filhos, e é ainda revelador que esses imóveis, quando ocupados por casais com crianças, não podem contar com espaços privados do lar em se pensando nas necessidades das crianças, o que reforça a concepção de que não há crianças, há adultos pequenos que não atingiram a formatação definitiva:

As crianças hoje têm que ser quietas, caladas... Têm que nascer quase educadas. Já não há lugar para elas. As crianças ricas vivem fechadas nos apartamentos, isoladas das outras, colaborando na vida dos adultos, sem entender porque colabora... Vivem sem sol, quase sem ar... Existem, para os que moram perto das praias, o recurso do mar. (SILVA, 04/07/40, p.56).

Mesmo diante desse quadro pessimista em relação à condição da criança, é possível destacar que as mesmas sobrevivem ludicamente: “Ora, assim sendo, a petizada, que não tem brinquedos, procura fazer, a pretexto de tudo, um meio de diversão. Já então apela para os objetos de uso doméstico, para os adornos da casa, bibelôs, estatuetas, etc.” (SILVA, 04/01/40, p.47).

Elas brincam com diferentes brinquedos que são oferecidos por adultos que os adquirem para encantar o filho. A referência de quem efetua essas aquisições, quando mencionado, é o pai quem as compra. Nos artigos de Silva, brinquedos e livro são ofertados pelo pai: “- Em que lugar está aquele livro que teu pai te deu no dia de Natal?” (SILVA, 07/03/40, p. 64).

Cabe à mãe, sob pena de ser penalizada pelo marido, garantir que a seu filho seja oportunizado a tarefa de brincar sem trazer prejuízos dentro de casa:

A mulher mãe ao não oportunizar os brinquedos para os filhos estes utilizam objetos domésticos para suas brincadeiras que podem ser facilmente danificados. Elas podem então passar por “displicentes e pouco cuidadosas aos olhos do marido que, ao chegar em casa, não desculpa a “falta de atenção” da esposa. (SILVA, 04/01/40,p.47).

Há para Kelly (1940, p.35), que escreveu um artigo para a revista Vamos Ler uma necessidade básica de toda criança: é recrear é brincar: “De tudo isso resultou que a infância é uma fase preciosíssima do desenvolvimento humano, tendo características e necessidades próprias. Dentre essas necessidades, com a mesma importância do alimento e do ar, esta a recreação.” (KELLY, 11/04/40, p.35).

Para essa autora, criança é sinônimo de brincar:

Assim sendo, às vantagens inúmeras do recreio, outras se juntam. Sem que perca a espontaneidade, essencial a que a atividade seja recreativa por excelência, pode vir a ter ainda um grande potencial educativo. E, por todas as formas permitindo que a criança seja criança não suprimiremos nunca essa fase encantadora da vida, que é a infância: - Deixai as crianças brincar. (KELLY, 11/04/40, p. 36).

Kelly reforça a compreensão de Silva ao definir brinquedo como algo inerente e necessário à infância: “O brinquedo é para a criança, uma necessidade. Imaginosa, inquieta procurando conhecer os primeiros segredos da existência, o espírito infantil precisa dar expansão a esses anseios, precisa desenvolver-se livremente, precisa procurar e criar, imaginar, observar e recompor.” (KELLY, 11/04/40, p. 35).

E é preciso entender, segundo Silva, que o brinquedo tem para ele a função de entretenimento e que os pais ao conceberem um brinquedo para o filho, não devem carregar a intenção de educar e/ou instruir. Um exemplo que bem caracteriza essa

visão se relaciona à escolha de filme para as crianças entreterem: “Os filmes educativos, na sua maioria alguns se salvam são tão prejudiciais, como os chamados brinquedos instrutivos. Brinquedo é brinquedo. Instrução é instrução.” (SILVA, 09/05/40, p. 60).

Especificamente, a caracterização mais evidente nos artigos de Silva é de brinquedos destinados à criança de famílias ricas são concebidas da seguinte forma:

Os brinquedos andam caros. Só os ricos podem comprá-los. Os brinquedos é hoje luxo, constitui privilegio dos meninos ricos. Antigamente era comum um garoto possuir uma bicicleta, um grande cavalo de pau, ou um automóvel em miniatura. Hoje, não. O menino que aparece com um brinquedo caro é objeto de curiosidade de toda a vizinhança. (SILVA, 04/01/40, p.47).

Abaixo, apresento por categorias de brinquedos, suas referências, no que o autor reconhece como fazendo parte do universo da criança no ano de 1940:

BICHOS:

Ursos de palha – (SILVA, 04/01/40, p.46).

Bicho: “[...] um “puro sangue”, como “Mossoró”, ou “Sargento” [...]”. (SILVA, 18/01/40, p.28).

BONECO (a): (SILVA, 18/01/40, p.28).

MEIO DE TRANSPORTE:

- Automóvel - “automóvel de corda”; “carroça puxada por barbante”; “comboio cheio de vagões, repleto de passageiros feitos de folhas de flandres”. (SILVA, 25/01/40,p.24).

- late (SILVA, 18/01/40, p.28).

- Barquinho a vela, automóvel de mola (SILVA, 25/01/40, p.24).

VELOCÍPEDES: (SILVA, 18/01/40, p.28).

BICICLETA: (SILVA, 18/01/40, p.28).

CAVALO DE PAU: (SILVA, 04/01/40, p.47). e (SILVA, 25/01/40, p.25).

LAÇO:

Outras vezes, o garoto que caiu numa armadilha feita para ele por outros garotos, não tarda em procurar aqueles que ainda desconhecem

o “laço” para vê-los também “cair na cilada”, tal e qual ele caiu, como um motivo prazeroso de vingança. (SILVA, 25/04/40, p. 32).

O espaço privado do lar da criança, como vimos, não esteve adequado às necessidades inerentes da infância. Por circunstâncias distintas, crianças de classe social baixa e alta encontravam-se sem um lugar para explorar o potencial de desenvolvimento. A resposta a esta situação, apresentada por Silva, seria a adequação do espaço público para as crianças.

O autor denunciou que nesse tempo as crianças não podem gozar de espaços específicos para suas brincadeiras e que, portanto, acabam enfrentando os guardas (polícia), essa situação poderá levá-las à marginalidade. Retrata referindo-se ao passado que:

Antigamente não havia isso. Criança era criança. Brincava-se porque existia espaço para brincar. (SILVA, 04/07/40, p.56).

Parece que a “falta de espaço” e as constantes advertências das autoridades, ou mesmo as persistentes recriminações daqueles que importunam os guris, quando estes se entregam aos jogos modernos, nos campos improvisados, circundado de vidraças e de “bungalows” por todos os lados – é que provocam, na alma infantil, reações de defesa. (SILVA, 04/07/40, p.56).

O retrato do cotidiano da criança na rua, inoportuna e perturbadora da ordem, por sua brincadeira, está no artigo em que o autor revela:

Por exemplo: - O cabeça de um grupo de garotos tem a ideia de derrubar um tabuleiro de frutas que está equilibrado sobre um tripé, numa calçada, enquanto o dono das frutas toma café num botequim próximo... O “cabeça”, que no caso é o menino travesso, sonso, astucioso, diz logo, para os companheiros já escalados e dispostos a levarem a cabo a ideia em apreço [...] (SILVA, 04/01/40, p.46).

É preciso encontrar uma saída que pudesse dar expansão ao que Silva denominava de instintos.

No caso presente, a melhor solução do problema seria a criação de parques, de “playground”, onde ela pudesse brincar e viver em comum, livre da censura e da impertinência dos adultos. No Rio e em tantas outras cidades do Brasil, existem inúmeros lugares apropriados para

esse fim. Temos jardins imensos, campos aprazíveis, espaços, enfim, cheios de encantos e de beleza, mas que, uma espécie de “granfinismo”, dos ricos e “falta de tempo” dos pobres, forçam a desprezá-los. Parece que fora das praias não há salvação. No entanto, a “Quinta da Boa Vista”, o “Passeio Público”, etc, vivem abandonados com os seus lagos tranquilos, com a sua fauna maravilhosa, com os seus canteiros floridos, cercados de áreas e pistas onde a gurizada poderia correr, brincar, “viver”! (SILVA, 04/07/40, p.57).

A expectativa de Silva de ver a criança sendo tratada como criança, sendo oportunizada a ‘expandir seus instintos’ nas brincadeiras e nos espaços extras da casa, vai exigir a dedicação de quem é responsável por ela. Essa atribuição, como já descrita, é função da mãe; portanto, refere-se a uma mãe, rainha *do lar*, que tem o seu santo ofício os cuidados maternos. Com essa compreensão, uma mãe pode oferecer as condições de que a criança pudesse ser criança e desfrutar do brinquedo e da brincadeira. Contudo, uma mãe que trabalha fora do lar ameaça o oferecimento dessas condições necessárias ao filho.

O autor não se dedica a expandir suas orientações e prescrições às mães de classe social mais pobre; muito provavelmente por elas não terem entre tantas faltas condições de acesso à leitura e à revista. Nesse contexto, seus textos estão direcionados à mãe de uma classe privilegiada e quem tem acesso à revista e, portanto, à leitura. São essas mães que preocupam Silva no sentido de que possa existir uma mudança de mentalidade, particularmente, no que diz respeito aos cuidados com os filhos. Será preciso presença e participação da mãe para que seja assegurada a saúde da criança.

Luiza, outra colaboradora que escreveu um artigo no ano de 1940 em *Vamos Ler*, ilustra esse aspecto de que a mãe (classe social mais favorecida) ao trabalhar, não oportuniza a criança de desfrutar do que deveria ser seu: “As mães que trabalham não podem acompanhar os filhos diariamente as praias nem as praças públicas, [...]” (LUIZA, 09/05/40, p. 53).

Silva, aos poucos, vai constituindo a ideia de uma criança saudável, caracterizada, entre outros aspectos, pela importante missão de brincar. Esse parece ser seu foco ao debruçar-se sobre a caracterização da criança.

A criança distanciada dessa possibilidade de brincar, por desconhecimento da mãe, por falta de espaço na casa, de não ser levada para espaços públicos destinados a ela, pode comprometer sua condição de normalidade. Nesse contexto, o autor explica que a criança saudável

[...] está sempre contente consigo mesma. Salta, brinca, pula e procura prazer: por qualquer meio, de qualquer maneira, sob qualquer pretexto. Nada mais interessa na vida, senão brincar. (SILVA, 04/01/40, p.46).

De todas as modalidades, porém, aqui apontadas, são as crianças, naturalmente travessas as que encantam a vida infantil... Impedir a travessura infantil é colaborar para que eles se tornem apáticos e doentes. (SILVA, 04/01/40, p.46).

A travessura, na infância faz parte da saúde do corpo e do espírito. (SILVA, 04/01/40, p.47).

Como quer que seja o brinquedo acompanha o desenvolvimento físico e mental da criança e é tão necessário a sua vida como o beber, o comer, o dormir. (SILVA, 25/01/40, p.25).

O empenho de ver a criança no espaço público para vivenciar a dimensão lúdica, não é encarado pelo autor como um lugar de abandonar a criança a própria sorte. Ao contrário, a criança fica sob os domínios de sua mãe, fiel cumpridora desse lugar, para acompanhar e zelar pela educação do filho. A criança que não tem assegurada essa presença é uma criança marginal: “[...] ressaltam como motivos preponderantes da criminalidade, o descaso dos pais em relação aos filhos. São crianças que crescem sem vigilância, sempre longe dos olhos protetores, atirados a rua, a margem.” (SILVA, 18/04/40, p.13).

Além dos pais, outros fatores são evidenciados na constituição da criminalidade. Destaque para a influência do mundo fora do espaço privado do lar. O que talvez possa ser considerado é que a infância é reconhecida como o período em que se molda o caráter ou espírito, como diz Silva, só encontra no contexto do espaço da família, particularmente sob o domínio da mãe, a responsabilidade de uma sociedade boa. E a mãe não se dirige ao espaço público, mesmo com a criança, essa é a impressão que fica dos escritos de Silva. Nessa circunstância, a mãe que trabalha fora do lar, tem seus filhos sem o controle de sair do ‘protegido’ lar e cair no espaço público sem sua tutela.

Esse descontrole em relação aos filhos levará ao encontro de outras pessoas, que não a reconhecida mãe, a influenciar seu caráter e personalidade:

Com as más companhias, com os outros moleques, aprende a criança da melhor família todas as sem-vergonhice e todos os vícios. Os piores representantes da infância corrompida não estão nos patronatos, ou nas casas de correção. Estão nas ruas soltos como esses cachorrinhos perigosos que mordem a gente sem latir. É a traseira dos bondes, é o mal-amado futebol das ruas, é enfim, a vagabundagem na sua maior expressão.

[...]

Não. Não, foi a hereditariedade que atuou na formação psíquica do individuo mas, ao contrário, a falta absoluta da vigilância da família nos primeiros anos da existência. (SILVA, 18/04/40, p.13).

Não seria difícil supor que a criança, nessas condições de impedimento de ser criança, experimentasse sentimentos de aversão a quem cabe cuidar dela. Há nos artigos do autor a constatação de que a criança repele o adulto: “O adulto para elas é um estranho, um elemento quase sempre indesejável.” (SILVA, 11/04/40, p.51).

A criança é para o autor o reflexo do ambiente em que vive; e esse lugar tem seu ritmo e regras estabelecidas pela mãe, responsável pelo lar, pela educação e pelos diferentes cuidados para com os filhos:

Afora os casos hereditários, congênitos, a criança nervosa é sempre o reflexo do ambiente em que vive. Pais nervosos, filhos nervosos [...]. (SILVA, 08/02/40, p.20).

Como quer que seja, diante de uma criança nervosa, isto é, facilmente irritável, sujeita a crises frequentes de pranto e de outras manifestações, tais como as convulsões, que são as mais comuns, devemos dirigir, sobretudo, as nossas atenções sobre os pais e muito principalmente, sobre a figura polarizante do lar: a mulher que o dirige. Numa palavra: as mães dos garotos que se nos apresentam como “nervosos”. (SILVA, 08/02/40, p.21).

O ambiente do lar, formado pelos adultos e pais, servirá para que a criança se desenvolva ou alinhe a um comportamento adequado e desejado por esses adultos. Silva, utilizando sempre do conhecimento da psicanálise, explica que nesse ambiente de influência uma consequência direta é a imitação da criança quanto aos seus pais.

Fundamentado na resolução do complexo de Édipo, o autor retrata a natureza da criança em imitar os progenitores; meninos imitam o pai, as meninas, a mãe:

Se aquelas são vaidosas, desde logo a vaidade se revela nas filhas. Hoje anseiam um chapeuzinho como o da “mamãe”... Querem, também, pintar as unhas, passa o “baton” nos lábios. Precisam de uma rede para os cabelos e de um punhado de grampos para prender os penteados”. ... “O filho procura, por outro lado, imitar o pai. É o seu papel carbono... Quer ser o que o pai é... Para uma criança, durante essa fase, não existe ninguém maior que o pai!. Deseja vestir como ele. Copia-lhe todos os gestos e atitudes, os tiques, os cacoetes, os defeitos [...]. (SILVA, 01/02/40, p. 23).

Até mesmo a vocação profissional dos filhos é analisada nesse contexto. O autor, ao referir-se à consolidação da vocação e da influencia da família permite vislumbrar que a criança imita os pais:

A influência do ambiente familiar reflete-se sugestivamente no espírito da criança. Mas, isto não chega a ser tudo. Além disso, o simples desejo infantil pode ser (e é, quase sempre puramente transitório, visto estar atravessando a criança uma fase de verdadeira “macaqueação” paterna [...]. (SILVA, 29/02/40, p.31).

Segue orientando em sua seção destinada as mães, da necessidade de oportunizar a criança o desligamento desse processo de identificação parental, para ascender a uma personalidade única: “[...] devemos conduzir a alma infantil para a “originalidade”. Isto é, ensinar a criança a construir a sua própria personalidade evitando os exageros da imitação, condenando a repetição, incentivando a criação.” (SILVA, 01/02/40, p.23).

Afinal, quem é a criança de Silva?

É um ser primitivo:

A criança na sua expressão real, é um primitivo. É por isso, através dela é que a psicanálise vai buscar a maior parte do seu material de pesquisa. (SILVA, 04/04/40, p. 32).

É um ser desejante:

Não há, não existem desejos bons, nem maus. Todos os desejos, segundo a consciência infantil, são lícitos e por isso devem, ou podem se manifestar. (SILVA, 11/04/40, p.50).

É um ser que sonha:

Os sonhos infantis são breves, claros, coerentes, inteligíveis, na sua grande maioria. (SILVA, 11/04/40, p.51).

Em inúmeros outros sonhos, as crianças fazem dos seus brinquedos objetos reais. Sentem-se dentro dos seus barquinhos, dos seus automóveis, conversam com as suas bonecas, como se fossem pessoas, etc. (SILVA, 11/04/40, p.51).

É um ser afetivo:

[...] é preciso compreendermos, ante de mais nada, que uma criança não está apta a entender razões que não sejam de ordem essencialmente afetiva e que por isso mesmo desconhecem por completo a realidade, as convenções da vida, ou ainda os próprios motivos do nosso egoísmo, ou da falta da nossa solidariedade. (SILVA, 01/02/40, p. 66).

É um ser travesso:

Uma criança travessa, entretanto, pode ser “sonsa”, ter até mesmo ares de uma criança “quieta”, escondendo-se, assim, pro detrás da astucia [...].

O travesso poupa as suas emoções. Quer agir sem sofrer. Tem qualquer coisa dos sádicos. Não é bom nem mau [...]. (SILVA, 04/01/40, p.46).

É um ser perverso:

Nas crianças perversas, a travessura se reveste sob a forma indisfarçável da “malvadez”. As crianças tornam-se, então, ruins, com requintes de grande perversidade, de uma perversidade quase sempre covarde, porque procuram maltratar, de preferência, os seres indefesos, ou mesmo áqueles aos quais podem dominar facilmente. (SILVA, 04/01/40, p.46).

É um ser agitado:

Os meninos agitados são alegres e naturalmente travessos. Mas, o que os caracteriza é a irritabilidade... Se estão num jogo esportivo, numa

palestra animada ou brincando com os companheiros de colégio no recreio – fecham de repente a fisionomia e abandonam, num gesto brusco, os outros meninos: - Eu não brinco mais! (SILVA, 04/01/40, p.46).

É um ser ciumento:

Começa a desobedecê-la (MÃE), a se vingar dela a propósito de tudo. Quebra objetos domésticos, faz travessuras incríveis. Outras vezes caem em estado de tristeza, se era alegre e traquinas passa ser fria e indiferente. (SILVA, 18/01/40, p.28).

É um ser astuto:

Já dissemos que quando pensamos mentir às crianças, nada mais conseguimos senão nos iludir com elas. Porque as crianças é que riem da nossa própria ingenuidade, ou astúcia. Fingem que acreditam nas nossas bazofias, mas, no íntimo, acham graça. (SILVA, 03/10/40, p.48).

É um ser imaginativo:

Uma das características infantis é dar vida aos objetos inanimados. A Criança não distingue o que é “morto” do que é “vivo”. Não admite a diferença entre “animado” e “inanimado”. Por isso, conversa subjetivamente com um boneco de palha, um pedaço de madeira, ou qualquer outra coisa “sem vida”, como se a vida aí palpitasse como palpita num coração [...]. (SILVA, 25/01/40, p.24).

E como a criança não diferencia o “real” do “irreal”, isto é, o “objetivo” do “subjetivo”, acredita prazerosamente nos contos maravilhosos. (SILVA, 07/03/40, p. 38).

Na criança, não. O seu mundo “irreal” é igual ao mundo “real”. Para ela, criança tudo é permitido. A inteligência e a vontade dissolvem-se, por assim dizer, na imaginação. (SILVA, 09/05/40, p. 20).

É um ser sem limites:

É preciso que a criança sempre compreenda “por que não pode ser satisfeita” em alguns dos seus desejos. Satisfazer uns e não satisfazer outros, sem explicar, é salpicar o caráter de pequeninos vícios, cuja soma pode acarretar sérios males. (SILVA, 11/04/40, p.66).

A tarefa de caracterizar, qualificar, desmembrar o universo da criança por Silva foi incansável. Estabeleceu parâmetros de comportamento e do que compõe o universo infantil em um amplo e diversificado leque de exploração, para compreender a criança em seu sono:

RECÉM-NASCIDO

O recém-nascido dorme ininterruptamente a noite inteira, dorme a maior parte do dia, só despertando nas horas costumeiras para mama, (nos primeiros dias de 4 em 4 horas, ou de 5 em 5 . Depois a partir da 7ª semana, ou 8ª, de 3 em 3 horas).

1 ANO AOS 6 ANOS

Com um ano, a criança deve dormir a noite inteira e duas ou três vezes, ou mais, durante o dia, após as refeições. Aos dois e aos três anos, ela deverá dormir, habitualmente, 10 a 12 horas durante a noite e 2 ou 3 horas, ao correr do dia. Após os três anos, não é norma dormir de dia, salvo certas causas que expliquem o fenômeno, como por exemplo, a fadiga, etc.

7 AOS 12 ANOS

A partir dos sete anos a criança dorme por 24 horas: - 10 ½ horas. Com 10 anos: - 9 ½. Aos 12: - 9 horas. Aos 14: - 8 ½ horas. (SILVA, 21/03/40, p.42).

Silva explicitou o desenvolvimento da criança no contexto de seu potencial enquanto leitora. Estabeleceu a necessidade de a criança ser oportunizada a leituras de livros, desde que estes estejam de acordo com sua etapa de desenvolvimento. Esclarece a mãe de que estas etapas são estabelecidas pelos conhecimentos da psicologia que determina:

1º- Antes do chamado período das histórias maravilhosas, a criança começa, no entanto, a se interessar pelas próprias atividades. É a vida no lar que a envolve. São os acontecimentos diários, as preocupações da “mamã”, os casos familiares, enfim, que polarizam o pensamento dos garotos. As histórias que se referem, os exemplos, aos castigos dos meninos porque desobedeceram os pais, passam a ter, então, influência decisiva no espírito infantil.

2º- [...] interesse pelo “maravilhoso”. É a ficção que exalta a alma da criança. Quanto mais absurda é a história e mais impressionante a fantasia, tanto maior é o entusiasmo infantil. Falta à criança espírito crítico para julgar o que lê ou escuta e, por isso, se deslumbra.

3º- Estão mais próximos da realidade. Mas, querem uma realidade mais sensacional, digamos assim, ou ainda, menos monótona. [...] Vêm-se, por assim dizer, compensadas da tirania dos grandes, da prepotência dos adultos. Transferem para a figura do valente o próprio desejo de uma “revanche” no lar, do ter que ser submisso e, por isso mesmo, uma “revanche” impossível de se verificar na realidade... Já possuem certa capacidade crítica que faltava no período anterior, embora saibam prescindir da lógica... Assim, aceitam passivamente todos os absurdos e imprevistos em detrimento às leis naturais.

4º- Surge, então, o período lírico da existência. Agora “já não há jovem que não se enebrie deliciosamente com alguma estrofe amorosa e que não sinta despontar nas próprias espáduas asas para um vôo poético. Por que? Porque, em verdade, ao desabrochar da juventude, o nosso espírito vibra e se afina inteiramente com os sentimento líricos ou heróicos, eróticos ou épicos, que são o conteúdo natural da poesia”.

5º- O interesse pelas musas é substituído, via de regra, pelo interesse do conhecimento, pelas leituras científicas.

Observação: se refere ao garoto e ao universo masculino a leitura (SILVA, 07/03/40, p. 39 e 64).

O desenho infantil também foi foco de análise e orientação para as mães. É preciso compreender a criança como ser distinto do adulto, como ser que mantém regularmente etapas distintas do seu desempenho e desenvolvimento. A compreensão das diferentes etapas elucida mais uma faceta desse diferente universo a ser desbravado, que é a criança. Nesse sentido, Silva divide as fases do desenho infantil em duas etapas:

São elas: - “A fase do simbolismo e a fase do realismo”. Na primeira, a criança vem, desde a garatuja, até aquele estágio em que a espontaneidade da expressão cede lugar a compilação, ou seja a época a que certos autores dão o nome de “realismo visual.” As fases não ultrapassam os 5 anos. (SILVA, 04/04/40, p. 32).

O autor, empenhado em sua missão de orientar a mãe, reconhece que sua fundamentação na psicanálise se contrapõe a uma abordagem mais conhecida de compreensão do comportamento humano, que é a abordagem behaviorista. Há uma disputa de terreno na psicologia que o autor trava ao utilizar-se da psicanálise para fundamentar seus artigos. A psicanálise, nesse período, inicia-se na consolidação de um novo paradigma quanto à compreensão do comportamento humano frente às escolas da psicologia que imperavam até aqui (Behaviorismo): “Não acreditamos, por

isso, que a fase da garatuja seja sem sentido, como querem muitos psicólogos da antiga escola, ou que seja apenas movida por meros reflexos de ordem motora.” (SILVA, 04/04/40, p. 33).

Silva segue catequizando suas leitoras na missão de compreender na prática como o desenho infantil se constitui com o amadurecimento da criança:

As fases do desenho infantil parecem acompanhar todas as etapas do desenvolvimento psíquico da criança. Vemos primeiramente, o desenho instintivo, totalmente inconsciente, através das garatujas, tal qual o período em que ela não sabe ainda falar. Depois, a representação gráfica das primeiras noções do “eu”, “pintando” apenas a cabeça humana, ou dos animais. Mais tarde, os troncos e as pernas, como aquela etapa em que a criança principia a andar. Mais tarde ainda as características próprias da sua curiosidade e do seu interesse, dando às figuras atributos especiais e, finalmente, a fase simbólica, propriamente dita, em que os objetos e coisas já são “censurados” e que, por isso mesmo, sofrem deformação e disfarces (símbolos sexuais), até o momento em que a criança entra no período da realidade, ou seja a passagem do “realismo mental” ao “realismo visual”; ou mais amplamente, “realismo lógico”, fase em que a criança visa deliberadamente reproduzir seres e coisa começando por copiá-los. (SILVA, 04/04/40, p.33).

Na missão de compreender a mente de uma criança como ser distinto do adulto, Silva recorre também à compreensão do pensamento da criança no sentido e na ideia do que é Deus. Será o único momento em que se destacará a referência ao pai, isto porque Deus é concebido como desdobramento do pai no plano terrestre: “O homem precisa tanto de Deus, como a criança necessita do próprio pai. O pai é um deus pequenino para o filho pequenino.” (SILVA, 02/05/40, p.42).

É importante atentar para o simbolismo de poder que a palavra Deus remete, bem como o temor culturalmente instituído na filosofia cristã, em analogia ao que potencialmente o pai também representa:

Quando somos crianças, repousamos o nosso “eu” naquele que nos protege, porque todos nós quando pequeninos, temos necessidade de proteção.

O sentimento de Deus é um desdobramento da figura paterna. Quando a criança cresce e se desliga da família, por assim dizer, para se converter em membro da sociedade (ampliação do meio familiar), quando se emancipa dos pais e se torna independente, transfere então

o amor paterno para o amor de Deus. Deus é a figura suprema, a projeção do pai no infinito.

Deus não se compreende, sente-se. É preciso, no entanto que desenvolvesse a função do sentimento na criança, para que ela, mais tarde, não se atrofie, Mas, desenvolver essa função não é “meter na cabeça da criança a ideia de Deus”, o qual ela deve temer, antes de amar: - Olha! Papai do céu castiga! (SILVA, 02/05/40, p.42).

ANÁLISE DA REVISTA VAMOS LER ENTRE OS ANOS DE 1941 A 1950

CONTEXTO DA REVISTA ENTRE OS ANOS DE 1941 A 1950:

Ao contrário da especificidade do ano de 1940 em que Silva escrevia sistematicamente em uma seção voltada às leitoras-mãe (Uma Página para as Mães), a Revista Vamos Ler não continuou a manter em suas publicações uma seção voltada a esse público.

Encontramos nesses nove anos, compreendidos entre 1941 a 1950, seis artigos voltados aos cuidados com a criança. Os artigos foram publicados de forma espaçada nesse período (novembro de 1942; março de 1943; março de 1945; maio de 1945; março de 1946), não apresentando uma sistematização editorial. O que parece representar uma exceção a essa afirmação são os artigos do Dr. Álvaro Murce que manteve o mesmo título ‘Alimentação Sadia, Criança Forte!’ e que foram explorados em três temas distintos (‘Merenda Escolar’; ‘Balas, Doces e Bombons’; ‘Quais os Alimentos que se prestam melhor à alimentação infantil’), todos destinados aos cuidados com a alimentação da criança.

Este autor, Murce, escreveu um livro com o mesmo título que encabeça seus artigos na revista Vamos Ler, ‘Alimentação Sadia, Criança Forte!’¹⁸. Esses artigos iriam compor seu livro e, mesmo depois de sua publicação (1945), seriam reproduzidas

¹⁸ Murce considerado antigo médico da Casa dos Expostos e médico pediatra da Caixa de Aposentadoria e Pensões de Serviços Públicos do Distrito Federal. Publicou o livro “Alimentação Sadia, Criança Forte! (Guia para a alimentação da criança em todas as idades (de nascimento a 19 anos). Para Pais e Professores”; no ano de 1945 pela Editora Civilização Brasileira S/A.

nessa revista suas ideias vinculadas à alimentação infantil. Essa constatação surge na edição de 21 de março de 1946.

Os temas de interesse publicados na revista *Vamos Ler* entre os anos de 1941 a 1950 foram:

- O que fazer com uma criança nervosa. José do Nascimento Borges,
- O que fazer com uma criança nervosa. Dra Germaine Larochoas,
- Os pais e a higiene mental. Dr Arthur Ramos,
- Alimentação Sadia, Criança Forte!. TEMA: Merenda Escolar. Murce.
- Alimentação Sadia, Criança Forte!. TEMA: Balas, Doces e Bombons. Murce.
- Alimentação Sadia, Criança Forte!. TEMA: Quais os alimentos que se prestam melhor à alimentação infantil. Murce.

Compreendemos que o interesse dos autores no empreendimento de suas ideias e concepções pode ser atribuído às leitoras mães, uma vez que cabe a elas a tarefa de cuidar da criança.

Desse modo, se delinearão duas frentes de intervenção dos especialistas que foram escritas para as mães: uma preocupada em delinear aspectos da psique infantil, e a outra ênfase, esteve voltada à alimentação da criança. Os dois aspectos explorados pela revista são temas de domínio da especificidade de estudos da ciência médica e escritos por médicos.

Nos artigos, aparece o “Dr.” (doutor) e “Dra.” (doutora) como forma de identificação da formação profissional do autor especialista. Todavia, o autor José do Nascimento Borges não tem essa marca representativa e nem referência sobre sua titulação. É possível inferir pelo tema e forma como desenvolve o texto que também seja médico. José do Nascimento Borges, no final do texto, parece indicar sua profissão como sendo, a de um médico. Ele esclarece que o uso de medicamentos e de técnicas de tratamento devem ser empregados pelo pediatra. Esclarece, ainda, que o modo como se dirige às leitoras são compatíveis à sua compreensão, o que sugere distinguir o artigo publicado na revista *Vamos Ler* de uma erudição de revistas especializadas: “São estas em linhas gerais as considerações que faço sobre a criança nervosa, compatíveis com a finalidade desta revista, que é o de orientar e ensinar às maesinhas

sobre a vida, os costumes, a saúde e as doenças de seus filhinhos.” (BORGES, 05/11/1942, p.17).

A única autora de artigo na revista *Vamos Ler*, é médica. Trata-se da Dra. Germaine Larocho (01/04/1943) que em seu artigo explora o tema da anorexia. Seu estudo destina-se a explicar às mães as causas de anorexia e como proceder. Cita anorexia no prematuro, no débil, infecção, neuropática, carência de vitaminas, no curso da dispepsia do leite de vaca, defluxo (ou coriza), agudo, insuficiência das secreções digestivas.

Um autor que tem reconhecida sua imagem no cenário da medicina brasileira é o Ramos.¹⁹ Ele escreveu para a revista *Vamos Ler* em 12 de agosto de 1943 o artigo de medicina social com o título de ‘Os Pais e a Higiene Mental’. Nesse artigo, a revista chama atenção para suas atribuições biográficas:

Professor e estudiosos dos mais diversos ramos da atividade humana, muito principalmente no que diz respeito ao setor educativo, o nome do Dr. Arthur Ramos dispensa qualquer comentário, tal a projeção e o prestígio alcançados pelo mestre e cientista. Catedrático da Universidade do Brasil, antigo chefe do Serviço de Higiene Mental do Departamento de Educação, o Dr. Arthur Ramos, é dos que, com mais afinco, se tem dedicado ao estudo da criança, sua educação, assim como da psicologia e da psicanálise relativas aos deveres sociais de cada pai ou de cada grupo humano isolado. (RAMOS, 12/08/1943, p.5).

Este autor empenha-se em demonstrar a necessidade dos pais de se integrarem a um programa de higiene mental. Para esse médico, comprova-se que os problemas psicológicos dos pais representarão uma educação comprometida da criança, que interferirá no futuro sucesso do adulto: “A responsabilidade dos pais na formação psicológica dos filhos é enorme.” (RAMOS, 12/08/1943, p.3).

¹⁹ Dr. Arthur Ramos, filho de médico, nasceu em 1903, em Pilar, Alagoas. Médico e antropólogo desenvolveu estudos acerca da psique humana, escrevendo sua tese de doutoramento sob o título de ‘Primitivo e Loucura’, como também outras importantes publicações no campo da psicanálise. Ainda em Salvador, o médico iniciou seus promissores estudos acerca das etnias que formam o povo brasileiro e principalmente as influências da raça negra na cultura brasileira. Em decorrência desses estudos, publicou em 1934, já morando no Rio de Janeiro, o livro “O Negro Brasileiro”, conferindo ao médico psiquiatra o título de antropólogo. Em 1935, com a criação da Universidade do Distrito Federal assume a cadeira de psicologia social daquela Universidade. <<http://www.arthurramos.com.br/hmar.php>>. Acesso em:30 jul. 2009.

O autor convoca os pais a colaborarem na resolução dos desajustamentos dos filhos.

Realmente, a lição da psicanálise e dos movimentos dela derivados provou que se tornava indispensável, senão uma análise ortodoxa dos pais, pelo menos uma compreensão objetiva dos problemas dos filhos, por eles, afim de que o ajustamento fosse obtido das personalidades. (RAMOS, 12/08/1943, p.4).

O modo de inserção dos pais em uma política de correção de seus erros seria através da higiene mental:

Por aí, a higiene mental procura também corrigir, ou pelo menos minorar, as condições sociais de desajustamento em que vive o escolar problema: os desajustamentos domésticos, de ordem psicológica, mas também, em larga medida os vícios sociais, a doença, a miséria, a criminalidade. (RAMOS, 12/08/1943, p. 05).

Ramos decepciona-se ao constatar as dificuldades de agregar os pais em um projeto de higiene mental.

Os pais são quase sempre cegos ou scotomizados aos problemas dos filhos. Não reconhecem a validade das conclusões que o higienista lhes apresenta. Quer dizer: não querem reconhecer a sua própria responsabilidade na formação dos problemas apresentados. A culpa seria de tudo, menos deles. (RAMOS, 12/08/1943, p.5)

As investidas dos higienistas apontadas no texto são: Organização dos “Círculos de Pais e Professores” (*parents conferences*) que têm como objetivo: “[...] fazer com que eles se defrontem com as realidades psicológicas dos seus filhos, e os seus anseios de educação para a correta adaptação social.” (RAMOS, 12/08/1943, p.5)

Outra estratégia seria a visita social, “educadores-visitadores” (*visiting-teachers*) no serviço social. O autor revela os fracassos das ações e também os atrasos na implantação da visita no país.

Um aspecto relevante a ser discutido é o lugar da medicina da família. O serviço de higiene mental é um trabalho sistematizado no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental. Nesse serviço a visita social faz parte de suas ações. A evidência da citação

abaixo parece indicar que prioritariamente os lares de família mais pobre eram ou compunham o foco de intervenção:

A visita social, em muitos casos completa a obra. Não essa visita, com aspectos muitas vezes antipáticos, interpretada pela família como uma intromissão indébita, principalmente nos lares pobres que a tomam como uma “afronta”, mas uma visita cordial, aceita e muitas vezes solicitada pela própria família. (RAMOS, 12/08/1943, p.5).

Vemos um exemplo explícito de polícia das famílias. Outro aspecto relevante do texto, e que se opõe a Silva, referente ao ano de 1940, está a ideia do Ramos de que há distinção entre educar e instruir.

É hoje um ponto dominante da Escola Nova a colaboração estreita entre a escola e o lar. A escola já não é mais considerada como desempenhando simples atividades de instrução, desinteressada do aspecto educativo, em geral, da criança. Hoje é ela, um centro de grande atividade social, centro de coordenação e de disciplina, onde se aprendem, não só matérias instrutivas, mas as disciplinas da vida. Ela é chamada a intervir intensa e largamente na vida do lar, orientando e educando. (RAMOS, 12/08/1943, p.3).

Chama a atenção nesse artigo a indistinção entre família-lar-pais e escola-professores-educadores. O lar não tem o lugar de destaque na formação da criança, mas se configura em lugar de ameaça. Os médicos parecem também incluir no binômio família-escola, configurando outra formatação, médicos-família-escola.

No artigo, há uma foto de crianças brincando com cartas de baralho, e o autor se refere a essa brincadeira da seguinte maneira: “Estas crianças só se interessaram por baralho porque viram os grandes jogando. O “jogo” sadio, para eles, deve ser dama e xadrez, (raciocínio), ou os esportivos (eugenia).” (RAMOS, 12/08/1943, p.4).

Os pais estão mesmo confirmados em sua influência na vida das crianças, como também está confirmada a influência dos médicos na vida dos pais. Não encontramos referência direta à mãe no texto de Ramos. Todavia, parece implícito que para a medicina, dentro da família, a quem cabe conduzir para um lugar assertivo a vida da criança é a mãe. Transparente, também, a possibilidade de análise sobre a atenção que os higienistas, particularmente Ramos, se empenharam em relação à criança, é, na

verdade, o meio de estar dentro da família na condução daquele que cuida da criança, a mãe.

Essa mesma temática de vincular os descontroles dos pais a atitudes nervosas do filho apresentou-se na revista *Vamos Ler*, no artigo de José do Nascimento Borges, em novembro de 1942. Esse autor considera que a família não carrega em si as competências de zelar pela educação de uma criança nervosa. Pais nervosos, filhos nervosos. Os pais perdem ou não têm as atribuições de cuidados e distanciamentos necessários na educação do filho.

A resposta para solucionar essas dificuldades encontra-se sempre fora do contexto familiar. É a escola e os médicos quem pode auxiliar a criança nesse contexto. O autor também propõe que os pais se utilizem de 'pessoas de força'. Mas os pais não podem atender seus filhos nervosos. Eles não reúnem as prerrogativas para acolher um filho nervoso, por influência determinada por eles mesmos. A criança nervosa é, na maioria das vezes, fruto da relação com o meio (pais). O autor recomenda a distância dos filhos nessa condição de seus pais, o que não é muito bem compreendido por eles, como é possível constatar:

O caminho mas acertado seria entregar-se a criança aos cuidados de uma pessoa enérgica e conhecedora dos métodos pedagógicos, a qual ficaria incumbida de sua educação.

[...]

O afastamento da criança do ambiente familiar, muitas vezes é o suficiente para uma cura rápida e surpreendente, coisa que os pais costumam muito a compreender e aceitar. A mudança para o campo, para clima de mediana altitude ou então junto ao mar torna-se muito útil auxiliando de modo inestimável, na cura das neuropatias. (BORGES, 05/11/1942, p.17).

A criança nervosa não é consequência sempre do meio, pode ser genético. Contudo, reconhece que o ambiente representa o que mais frequentemente acomete a criança: "A criança é muito sensível às impressões, ao ambiente, aos hábitos e costumes, mormente a tudo que provem dos pais. Possuem o espírito de imitação, e conseqüentemente qualquer orientação defeituosa torna-se perigosa para ela." (BORGES, 05/11/1942, p.16).

José do Nascimento Borges explica ainda que a criança nervosa manifesta sua patologia em diferentes idades:

[...] no lactente, traduzido por desassossego, inquietação, sobressaltos, motivados pelo menor ruído, sono agitado ou então profundas, mudanças de coloração da face e mucosas, tendências as diarréias, falta de apetite (anorexia) e desenvolvimento deficiente, mesmo para as crianças criadas ao peito, (alimentação natural). (BORGES, 05/11/1942, p.16).

[...]

Em “crianças maiores”, o tratamento da neuropatia é principalmente pedagógico. Os métodos pedagógicos, porem, quase sempre não podem ser executados pelos próprios pais, habitualmente também nervosos, os quais não possuindo a suficiente força de vontade para corrigir o filho, não se decidem a empregar a energia, tão necessária nestes casos. (BORGES, 05/11/1942, p.17).

Outro aspecto sobre a criança nervosa explorado no artigo de Borges é a conclusão de que é muito comum encontrar os sintomas de neuropatias em criança que seja filho único. O filho único é considerado alvo de todas as atenções e de cuidados excessivos dos pais.

Para o “filho único” é recomendável um ou mais irmãosinhos, os quais se associarão aos desvelos paternos, (dosando-os), ou então a convivência com outras crianças não nervosas. A escola é um grande auxiliar no tratamento das neuropatias, principalmente para o “filho único”. Este não deverá ter ensino particular e sim estudo coletivo, com outras crianças, em escola pública. Na escola aprende-se ordem e disciplina e entre tantos alunos não há lugar para cuidados especiais e preferências, como fazem os pais ou os professores pagos particularmente. (BORGES, 05/11/1942, p.17).

Essa citação revela outro aspecto interessante a se destacar: o estudo particular parece representar, ainda no início do século XX, uma prática comum à classe social mais favorecida economicamente.

A análise dos artigos da revista Vamos Ler até aqui explorou a intervenção dos especialistas que escreveram para as mães, focados em delinear aspectos da psique infantil. Mas outra ênfase intervencionista da medicina na política da família nos artigos da revista Vamos Ler esteve voltada para a alimentação da criança.

O autor que se esmerou nessa prática de intervenção, prescrevia o que seria correto uma criança levar para escola como merenda escolar. A merenda escolar é tratada no artigo como uma “refeição em miniatura” e o que se propõe é não permitir que essa refeição seja de ‘composição por demasiado simplista e repetitiva’. Nesse sentido Murce (08/03/1945, p.25) propõe que a merenda seja composta, de leite e produtos derivados: “É com razão chamado “alimento completo.”

Murce (08/03/1945, p.25) revela ainda que “[...] em muitos colégios já se instituiu com acerto o seu fornecimento regular às crianças.”

O autor faz a seguinte prescrição a ser seguida pelo gestor da criança em casa (mãe) referente à merenda escolar:

Para as merendas feitas em casa pode-se lançar mão das diversas composições em que figure obrigatoriamente o leite: papas, mingaus, arroz doce, canjica com leite, etc. Para as merendas portáteis, a serem levadas à escola, pode-se recorrer a tantas outras de composição sólida: sanduíches de pão com doce de leite, bolos, pudins de pão que se improvisam facilmente com material de casa e, sobretudo, o precioso elemento que representa o queijo. (MURCE, 08/03/1945, p.25).

O artigo é dirigido à orientação de quem cuida da criança sobre as propriedades e especificações de diferentes alimentos a serem incluídos na merenda escolar. Considero importante chamar atenção para o sujeito indefinido a quem se dirige Murce em seu texto. Ao contrário do ano de 1940, onde Silva se dirige aos pais e à mãe diretamente, nesse artigo, não há objetivamente um endereçamento das ações proposta por Murce, todavia está implícita a mãe como a detentora dessa responsabilidade.

Murce faz as seguintes orientações relativas aos alimentos que deve compor a merenda escolar:

De Ovos:

Para ser usado nas merendas o ovo poderá ser cozido e feito em fatias ou triturado. Podem-se dessa forma preparar excelentes sanduíches tanto quanto ao paladar como ao valor nutritivo. (MURCE, 08/03/1945, p.25).

De Carne e produtos de carne:

Quanto aos produtos de carne - “frios”, mortadela, salchichas, fiambre – deve-se ter em vista que constituem antes fatores de paladar que fatores de nutrição e assim o seu emprego, não sendo desaconselhável, deve ser moderado nas merendas. (MURCE, 08/03/1945, p.25).

De Pão, farinhas, doces; recomenda prioritariamente o pão integral:

Das farinhas usadas são particularmente recomendáveis as de trigo, aveia e milho (fubá de milho, maisena) pelo seu elevado teor nutritivo. Servem sobretudo à confecção de bolos. Quanto aos doces, não há razões para a sua condenação formal na merenda, como exageradamente se vem falando. O que é preciso é ter bem presente que o doce não serve de base à merenda. (MURCE, 08/03/1945, p.25).

De Frutas.

Murce resume como deve ser sistematizado os alimentos na confecção da merenda escolar:

Um preceito deve, de um modo geral, orientar a confecção da merenda a ser levada à escola: reunir três alimentos de natureza diversas segundo cada um dos grupos até aqui descritos e incluindo o leite ou produto derivado sempre que possível. Ou seja: um alimento do grupo 1 – leite, queijo, ovos ou carne; um alimento do grupo 2 – pão, bolos; um alimento do grupo 3: uma fruta. Açúcar e manteiga poderão servir de complementos como os produtos conservados frios, etc, se utilizarão para efeitos de paladar. (MURCE, 08/03/1945, p.25).

No artigo do Murce na revista Vamos Ler, além de prescrever para o público em geral, caberia às mães a realização de suas orientações. Ele procurou promover seu livro a ser lançado nesse ano e que iria explorar essa mesma temática: alimentação da criança.

Ele mantém uma fala para quem cuida da criança na família e de modo indireto para a escola que passa a atender com alimentos as crianças. Não se refere à criança em nenhum momento, mas escreve para atendê-la. Se os cuidados referentes à criança são da mãe, o médico com essa prescrição de alimentos sadios a serem seguidos em um balanceamento nutreico, permite concluir o desconhecimento por parte delas (as mães) relativo à da alimentação na vida dos filhos.

O mesmo sentido de educação de adultos que cuidam de criança estará presente em outros dois artigos: 'Balas, Doces e Bombons' (MURCE, 17/05/1945) e 'Os melhores alimentos para alimentação infantil' (MURCE, 21/03/1946).

No artigo, 'Balas, Doces e Bombons', Murce mantém em sua seção 'Alimentação Sadia, Criança Forte!', o empenho de orientar àqueles que são responsáveis pela alimentação da criança, pelos cuidados e pelas recomendações do que oferecer à criança. Desmistifica a ideia equivocada de que açúcar tem que ser banido da alimentação infantil e que ele provoca verme: "Há, entre o povo, uma velha lenda de que o açúcar "faz verme". Os médicos estão constantemente ouvindo isso." (MURCE, 17/05/1945, p.41).

Quanto à necessidade do uso do açúcar pela criança, Álvaro Murce explica a partir do referencial biológico:

Ora, todos nós sabemos quando a criança, pelas expansões próprias da idade, tem necessidade de fazer movimentos. São atividades musculares das mais variada espécie: pulos, corridas, jogos recreativos, exercícios, esportes... Ai está uma razão orgânica dessa preferência da criança pelas guloseimas à base de açúcar em todos os tempos. E não fosse também o açúcar tão agradável ao paladar! (MURCE, 17/05/1945, p.41).

A intenção do autor é a fundamentação da medicina higienista: "Como conciliar, então, o interesse da criança com o dos pais, higienistas e educadores?" (MURCE, 17/05/1945, p.41).

Nesse contexto, ele se propõe a estabelecer regras na condução da alimentação infantil:

1) As balas, doces, bombons, etc, são permitidos à criança (com esta afirmativa o autor espera ver crescer o seu prestígio entre a pequena população infantil); 2) Deve haver escolha conveniente. Serão evitadas as gulodices muito impregnadas de corantes ou essências muito ativas. Balas muito duras têm também o inconveniente de fazer partir o frágil esmalte dentário, quando mastigadas (o que geralmente acontece). São mais indicadas, pois, as balas ou doces de composição simples e consistência mole: caramelos, rebuçados, balas de goma ou jujuba, etc. 3) Sempre que possível dar preferência a balas ou doces à base de leite (caramelos de leite, doce de leite). Quanto ao chocolate, evitar as espécies mais grosseiras (pouco refinadas e gordurosas), sendo

preferíveis os tipos de chocolate com leite (tipo suíço). 4) Os doces, balas e outros produtos açucarados serão dados geralmente em seguida a quaisquer das refeições (manhã, almoço, merenda ou jantar) e – este é um ponto também importante – sem prejuízo do uso suficiente de frutas e outros alimentos. (MURCE, 17/05/1945, p.41).

No artigo ‘Os melhores alimentos para alimentação infantil’ de Murce, (21/03/1946), encontramos uma preciosidade em relação a essa e a outras intervenções médicas nas famílias, a partir de suas orientações, conselhos e prescrições. Murce explica que a preparação da alimentação da criança não seguia uma distinção do que os adultos comiam. O que isso significa? Que não há distinção entre adulto e criança. A alimentação de um parece seguir nos costumes das famílias a mesma orientação para o outro. Adulto e criança como sendo uma mesma representação. Essa forma de compreender os costumes da alimentação remonta o que também foi denunciado no ano de 1940 por Silva nessa mesma revista; segundo ele, os adultos viam e tratavam a criança de modo semelhante a um adulto, o que representava conceber a criança como um adulto em miniatura.

Parece estar se delineando com os escritos desses especialistas a intenção de informar e formar adultos (mães) com uma percepção diferente de suas históricas concepções construídas sobre a criança. É o saber médico constituindo o nascimento da criança no Brasil?

Na “Seção Criança” desta tese, já apontávamos que, historicamente, foi sendo constituída uma tradição em se dar à criança o que comer, e não uma preocupação em alimentá-la. Como descrito por Del Priore (2006), tão logo os dentes apontavam em crianças indígenas, africanas ou as nascidas no país, tudo era oferecido como refeição e em nada se diferenciando dos demais membros da família.

Essa visão indistinta da criança em relação ao adulto resultou, desde a colonização, em inúmeras mortes de crianças, além das epidemias comuns nessa época e também posteriores a esse tempo, como nos anos de 1940, quando houve uma mobilização dos médicos em relação a uma prática higienista e de puericultura.

Retornando ao artigo do Murce, (21/03/1946, p.48). verifica-se essa compreensão do lugar da criança na família no Brasil, a partir da alimentação: “Já se foi o tempo em que a alimentação da criança era indistintamente preparada à do adulto.”

O autor se dedicará a um processo disciplinador do que oferecer à criança como alimentação adequada. Ele estabelece como principais alimentos:

CARNE

Na infância são mais aconselháveis a carne de vitela ou de ave. A ordem de digestibilidade e poder nutritivo da carne de vaca é a seguinte: assada, grelhada, assada nas brasas, frita, picada, em guizado e cozida. (MURCE, 21/03/1946, p.48).

PEIXE

Para as crianças menores são recomendáveis as espécies magras, de mais fácil digestão. São espécies magras: pescada, pescadinha, robalo, garoupa, badejo, cherne, piaba; espécies gordas: namorado, vermelho, enxova, cavala, corvina, dourado, salmon, bagre, traíra, cação, arraia. (MURCE, 21/03/1946, p.49).

OVOS

O uso de ovos não deve ser abusivo para crianças (1 a 2 por dia); devem ser dados com precaução às que são sujeitas as afecções de pele. Ouvir o medico. (MURCE, 21/03/1946, p.49).

LEITE E DERIVADOS

Para a esterilização em casa é suficiente que seja fervido. Deixar que a fervura "suba" duas ou três vezes. Guardar em local fresco a ao abrigo de poeiras. O leite pode ser dado às crianças não somente puro como sob a forma das mais variadas combinações. (MURCE, 21/03/1946, p.49).

CEREAIS

O ideal seria que os cereais fossem usados com a casca pois nesta se contém boa parte dos sais minerais, e vitaminas B, tão úteis ao crescimento, à saúde geral, como ao equilíbrio do sistema nervoso. (MURCE, 21/03/1946, p.49).

VERDURAS E LEGUMES

O cozimento, tanto dos legumes como das verduras deve ser sujeito a algumas regras a fim de que não fique sacrificado o seu valor nutritivo. Deve ser empregada pequena quantidade de água, a indispensável para que se faça a fervura sem secar, de forma que não haja necessidade de desprezar o líquido. Com efeito, é no líquido de fervura que se dissolvem a maior parte dos sais minerais, o líquido deve ser, pois, aproveitado. (MURCE, 21/03/1946, p.49).

REVISTA A CIGARRA

PERÍODO DE ANÁLISE: 1940 A 1950

SOBRE OS ARTIGOS

Os artigos destinados às leitoras mães, na revista A Cigarra têm como título da seção 'Crianças'.

A revista A Cigarra inicia a periodicidade dessa seção 'Criança' no ano de 1947. Os artigos não têm assinatura de um único autor. Evidenciou-se a ausência de assinatura da seção 'Criança', sobretudo nos anos de 1949 e 1950.

Abaixo, apresento a relação anual dos autores e o número de artigos escritos:

AUTOR	1947	1948	1949	1950
Dr. De Lamare	02 artigos			
Dr. Meton de Alencar Neto	01 artigo			
Dr. Domingos Dângelo	01 artigo			
Dr. Herman N. Bundesen		01 artigo		
Dr. Silveira Sampaio	03 artigos	02 artigos		
Maria Luiza			01 artigo	
Sem especificação do (a) autor (a)		02 artigos	07 artigos	11 artigos

Quadro 2- Relação anual dos autores da Revista A Cigarra

Fonte: Elaboração própria.

O primeiro artigo escrito na seção 'Criança' é de autoria do De Lamare. Ele é apresentado aos seus leitores como sendo, "Laureado pela Academia Nacional de Medicina e Docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil e autor do livro "A Vida do Bebê", editado pela editora O Cruzeiro." (A Cigarra, 1947, p.148). Médico de reconhecido prestígio, também já escrevera em seção especificamente destinada às mães na revista Fon Fon. Seu objetivo com a publicação de seus dois artigos "O bebê vai nascer" e "Bebês anormais e doentes" no ano de 1947, foi o de apresentar à leitora, fragmento do livro de sua autoria "A vida do Bebê".

No artigo, 'O bebê vai nascer', De Lamare orienta a mãe em relação ao enxoval do recém nascido; descreve cada detalhe dos objetos necessários ao bebê e, aos poucos, o médico mais se parece com uma vovó experiente, determinando o que a mãe deve cuidar para o preparo do enxoval. A mãe parece ter competência somente com o tipo de tecido e bordado, não 'sabendo' de detalhes da constituição dos objetos e bens necessários à sua cria. Quem conhece é o médico, à mãe cabe aprender: "Daremos as necessidades reais dum enxoval para recém-nascido: a espécie do tecido e os bordados ficará a critério da mãe, interessam-nos somente, a qualidade e o número empregados indispensáveis." (DE LAMARE, Janeiro, 1947, p.148).

De Lamare segue especificando a necessidade de 6 cinteiros, 18 fraldas, 6 cueiros, 12 sapatinhos, 2 toucas, 12 babadores, 1 capa, 1 manta, 4 macacões, 2 calças de borracha, 12 lençóis, 1 cobertor, 1 impermeável, 6 casaquinhos, 12 camisinhas. Para todos esses itens, discrimina o tipo de material, onde e como usar, as condições de uso. Além desses itens básicos de necessidades do enxoval, o médico ainda se dedica ao tipo de vestimenta, lavagem de roupa do bebê, a farmácia e o quarto do bebê. Em relação à vestimenta, orienta como vestir o bebê; no quesito lavar a roupa do bebê, De Lamare explica o tempo de acúmulo de roupa para lavar, o uso do sabão, como evitar encardir as peças, processo de lavagem; a farmácia do bebê, como uma necessidade de ser constituída no lar: "Quem tem filhos necessita ter em casa à mão determinados medicamentos, quase sempre usados alguns por indicação do médico e outras pela mãe. Daremos uma série de medicamentos mais frequentemente necessários. [...]." (DE LAMARE, Janeiro, 1947, p.149).

Segue o médico com a descrição do que deve compor item por item a farmácia do bebê. O quarto é outro item explorado por ele, em que descreve a necessidade de ser arejado, a cor da parede, a necessidade de excluir enfeites, o tipo de piso, a cortina, o número reduzido de pessoas a dormir com o bebê, a cama, bem como o lugar onde ela deve ficar.

O empenho do autor médico em esclarecer a mãe está direcionado à família com condições sociais mais confortáveis financeiramente. Compor toda a estrutura física do bem móvel, onde deve morar o recém nascido, os objetos móveis que precisam compor o quarto, os bens de uso pessoal, além da organização social dentro da casa para melhor atender a criança, são exigências de uma classe social mais favorecida. O médico endereça sua doutrina de como deve uma mãe proceder, bem como a especificidade dessa mãe beneficiada economicamente.

No artigo ‘Bebês anormais e doentes’, De Lamare (Abril, 1947) explica a constituição anormal da criança exsudativa, linfática, nervosa, e prematura. Ele apresenta as características físicas da anomalia, o desenvolvimento, o que oferecer na alimentação e como tratar e criar essas crianças.

Sampaio foi o médico que mais escreveu para a seção ‘Criança’, considerando os artigos assinados. Em seu artigo “Alimentação do bebê aos 6 meses”, esclarece que suas necessidades biológicas exigem uma alimentação complementar ao aleitamento materno

[...], mas até a idade de 6 a 7 meses. Daí por diante o petiz passa a necessitar de alimentos, que anteriormente ele mesmo trazia em reserva, armazenados no seu próprio corpo. Aos 6 meses essas reservas começam a se esgotar e o leite humano não pode ser mais o alimento exclusivo do bebê. (SAMPAIO, Junho, 1948, p.114).

E recomenda:

O regime indicado para um pequerrucho de 6 meses, que vem sendo amamentado ao seio de 3 em 3 horas – consiste apenas na substituição de uma das mamadas por uma *sopinha de legumes feita* em caldo de carne magra, ou em caldo de galinha. (SAMPAIO, Junho, 1948, p.114).

Para a sopa descreve os ingredientes que devem constar:

O primeiro pratinho do bebê constará do seguinte: caldo de carne magra (lagarto, filé, chã de dentro, alcatra), legumes (chuchu, batata inglesa, cenoura) sal e uma farinha: creme de arroz ou maisena. (SAMPAIO, Junho, 1948, p. 114).

O autor não se restringe a orientar e a recomendar ele também ensina o preparo da sopa:

Esta é a hora em que o médico se transforma em cozinheiro; é preciso muito cuidado para não levar nenhum “quinau” das mães, que na grande maioria são peritas discípulas de Brillat Savarin. (SAMPAIO, Junho, 1948, p. 115).

Sampaio, ao apresentar as mães como discípula de Brillat Savarin²⁰, deixa claro que a mãe está direcionada em seus escritos: uma mulher-leitora e com os valores europeus, particularmente em referência à gastronomia francesa.

Sampaio explica o modo de cozinhar, a quantidade de carnes e legumes até a sua finalização. Segue orientando as mães também na forma de dar ao bebê a sopinha e sua evolução na alimentação, bem como os horários de ingestão do bebê dos 7 aos 12 meses.

Em seu artigo de julho de 1948, ‘Vitaminas’, Sampaio responde a carta de uma ‘vovó’, que não compreende a retirada de alimentos na refeição de seu neto, determinado pela prescrição médica do próprio Sampaio, por ocasião de uma consulta de sua filha em seu consultório. A justificativa médica era de que os alimentos não reuniam as vitaminas necessárias: “Tomei a liberdade de lhe escrever para que me informe algo a respeito. Em meu tempo não se falava em tal coisa e todo o mundo se criava do mesmo modo”. (SAMPAIO, Julho, 1948, p. 114).

O autor explica que o fato de não se falar no passado não significa que ele não exista. Segue explicando os tipos de vitaminas e as doenças mais conhecidas resultantes da falta de vitaminas.

²⁰ Jean Anthelme Brillat-Savarin (1755-1826), advogado, magistrado e político francês que se tornou famoso pela sua devoção na gastronomia e como epicurista.

Em julho de 1949, Sampaio irá se dedicar à necessidade das mães em cuidar da criança doente em seu artigo “‘Quase bom’ é pior”. Nele, explora que cuidar da criança, dedicar atenção aos filhos deve ser a principal preocupação da mãe, e que exigirá ainda mais dela quando a criança se encontra enferma. A criança, quando doente, faz manhas, birra e caprichos os mais complicados: “Enquanto eles vão “adquirindo forças” vão também experimentando a resistência da mamãe, da vovó, da babá”. (SAMPAIO, Julho, 1949, p.123).

Sampaio (julho, 1949) descreve a mãe como uma mulher distanciada da maternidade. O filho, quando adocece, a mãe é descrita como privada de suas principais ocupações: “ir a costureira experimentar o vestido” ou “continuar a leitura daquele livro interrompido há uma semana”.

Se essas são as principais preocupações das mães, a quem cabe a atenção dos filhos em suas rotinas diárias? Provavelmente, à babá e à vovó, como vimos anteriormente.

Podemos compreender que a família a quem se dirige o Sampaio é a família que faz parte das condições sociais mais privilegiadas e que esta família, representada pela mãe, não intervém mais amiúde com a criança.

A referência que se estabelece é de que os cuidados referentes à criança são delegados a outra pessoa que não a mãe; e esta assume o lugar da maternidade direta com a criança, somente em situações mais extremas como no caso de doença.

Esse artigo contribui para exemplificar a necessária intervenção dos médicos na família. Se as mães se afastam do exercício da maternidade, do ofício da ‘rainha do lar’, a criança corre perigo.

Outro médico que dedicou sua atenção à dimensão da saúde física da criança foi Bundesen. Em seu artigo ‘A criança subnutrida’, empenhou-se em esclarecer o controle da alimentação da criança que tem peso abaixo do esperado. Para o médico, a mãe precisa: “Para se ter a certeza de que se está agindo acertadamente, a melhor coisa a fazer é tomar nota do que seu filho come durante a semana; em seguida levar a lista e submetê-la à opinião do seu médico.” (BUNDESEN, Agosto, 1948, p. 115).

Segundo Bundesen (Agosto, 1948, p. 115), as crianças subnutridas nem sempre são as de condições desfavoráveis economicamente. Estas crianças estão sujeitas a

infecções e devem ser submetidas à avaliação médica. Ele encontra em sua experiência clínica, crianças subnutridas em condições favoráveis economicamente, mas que os pais apresentam: “falta de conhecimento do assunto ou falta de organização dos pais do que pela pobreza”.

Os dois artigos do De Lamare somado a três do Sampaio, dois de 1948 (“Alimentação do bebê aos 6 anos” e “Vitaminas”), e um de 1949 (“Cuidando da criança doente”), e Bundesen representam moderada intervenção médica no que diz respeito a bebês e à sua saúde física, se comparado com os demais artigos da revista.

Este não será o enfoque que o Sampaio e os demais especialistas se dedicarão na seção ‘Crianças’ nesse período correspondente aos anos de 1940 a 1950. Contudo, encontraremos um reforço em relação à saúde física, em artigo publicado em maio de 1947, assinado pelo Dângelo, que não tem como alvo específico a atenção ao bebê, mas, a eugenia. O artigo não fez parte da seção ‘Criança’, contudo contribui na compreensão do pensamento eugênico da medicina nesse período.

O autor preconiza a educação física como forma de uma educação que supera as gerações passadas. O autor retrata o esforço que o Minas Tênis Clube vem fazendo ao longo dos anos até essa época para conseguir uma elite de campeões em natação no Estado de Minas para concorrer aos campeonatos brasileiros:

Não mais a mocidade melancólica e triste, sentindo em seu organismo toda a velhice das gerações anteriores que a má literatura e álcool e a malária inutilizaram quase para a vida do trabalho e da construção. Agora surge da euforia dos estágios, o alvoroço matinal das piscinas, uma nova gente. Uma gente quase desconhecida para nós. Garotas e garotos ostentando um físico harmonioso, porejando saúde, vendendo energia, aí estão alegrando as nossas ruas, enchendo as nossas cidades de vida, de movimento, de confiança. (DÂNGELO, Maio, 1947, p. 129).

Dângelo se refere a ideais eugênicos a serem perseguidos pelo Estado, direcionados à juventude, “Eugenicamente educada sadia, cem por cento, acostumada a obedecer, habituada a viver moderadamente.”

Uma marca em relação aos especialistas que assinam a seção ‘Criança’ é de serem médicos. Além do De Lamare, Sampaio, (além dos já citados artigos, escritos em 1948: ‘Que nome darei ao meu filho’, e ‘O mundo dos bebês em 1949), assinam

também Dângelo ('Escola de campeões'), Neto (diretor geral do serviço de Assistência ao Menor autor do artigo 'Infância Abandonada', 1947) e Bundesen (presidente do Departamento de Saúde de Chicago; escreveu o artigo 'A criança subnutrida', em 1948).

A autora Luiza que escreveu na seção 'Criança' ('A cegonha vem aí'), junho de 1949, não apresenta uma identificação profissional.

O que também se destaca é o grande número de artigos da seção 'Criança', que não tem a assinatura de seu respectivo autor. Pela presença massiva dos médicos nas revistas Vamos Ler e na Fon Fon, além de todos os autores que assinaram nessa revista, serem médicos (apenas Luiza não é identificada na formação), é possível inferir que talvez o (a) autor (a) dos artigos sem referência seja constituído também por médicos.

Esta tese vem revelando que o interesse pela criança e por sua mãe tem sido uma atribuição destinada aos médicos. A eles cabem os cuidados com a saúde física e a integridade da criança. Passarão necessariamente pela mãe as intervenções desse especialista. Nesse contexto, não parece equivocada a compreensão de que seriam deles, os médicos, a autoria dos artigos não assinados. Estes artigos somam um total de 20, desde o ano de 1948. Seus temas são os mais variados: 'Façam do banho um brinquedo'; 'Ai, o filho único'; 'As crianças e as emoções'; 'Como não acontecer acidentes'; 'Pancada não!'; 'Não fumando, espero! (Para a futura mamãe)'; 'Um bocado homem!'; 'Anjos de cara limpa...'; 'Papai Noel existe?'; 'Dê importância a seu filho'; 'Seu filho tem amigos?'; 'Bom humor para dois...'; 'O tímido e os de briga'; 'Um pouco de disciplina'; 'O eterno pequenos problemas'; 'Juquinha levou um tombol!'; 'Eu quero, quero e quero'; 'O número um'; 'Os desbravadores'; 'Perigo à vista'.

Em um contexto geral, esse período de 1940 a 1950, foi, em definitivo, um período marcado pela distância dos temas ligados a doenças da primeira infância e à alimentação. Houve nessa específica seção 'Criança' interesse na relação da mãe com filhos.

CRIANÇA

A criança retratada em *A Cigarra* é uma criança que deve ter um nome, há a preocupação com essa conquista identitária. Sampaio (Setembro, 1948) no artigo “Que nome darei ao meu filho?”, responde a carta de uma mãe angustiada, por ter de, junto ao marido, escolher um nome para o filho. E toda a família exige que se coloquem nomes de destaque como, Beethoven, Vitor Hugo, Tarzam. O médico, em nome de um “ato de higiene mental”, desaconselha a moça a acompanhar seus familiares e acredita que com “bom senso” ela e o marido colocarão o nome “simples e bonito de que está cheia a língua portuguesa”.

Vemos também que o desenvolvimento psicomotor da criança precisa ser compreendido pelo adulto que é responsável por ela. No artigo (Fevereiro, 1949) “O mundo dos bebês”, Sampaio explica que o bebê tem uma incompletude no desenvolvimento, e que evolui de acordo com a idade. É compreendendo a comunicação do bebê a partir de sua motricidade, que a mãe deve se orientar. Como não tem ainda a linguagem verbal, recomenda que: “O necessário é que penetre nesse mundo infantil e não queira interpretar as manifestações de seu filho como interpretaria as de um adulto. A observação psicológica do bebê resume-se na análise dos movimentos.” (SAMPAIO, Fevereiro, 1949, p.106).

Nesse contexto, o autor oportuniza uma ‘aula’ sobre os tipos de movimento da criança. O objetivo do Sampaio será o de enfatizar que a criança é em sua constituição e mundo diferente do adulto. “De fato, seu filhinho viverá num mundo infantil, diferente do nosso, mas a senhora poderá compreendê-lo”. (SAMPAIO, Fevereiro, 1949, p.106).

É possível depreender que as mães veem a criança como um adulto em miniatura. Se assim não fosse, por que razão estaria orientando sobre as específicas diferenciações da criança no artigo para as mães leitoras? Por que precisa compreender o próprio filho?

Nessa perspectiva de dar à criança um lugar específico no desenvolvimento, em março de 1949 (S/A) o artigo “As crianças e as emoções”, revela a tendência anterior dos norte-americanos de estabelecerem e divulgarem rigidamente rotinas como se as crianças fossem pequenas máquinas. Descreve que, agora, estes mesmos incentivadores de rígida disciplina promovem: “atualmente, que a criança trás consigo o

direito de ser tratada como um filho do homem, e, como tal, suas emoções e sentimentos devem ser levados em conta.” (S/A, março 1949, p.122).

Esse artigo ainda refere-se à sustentação dos argumentos:

Uma publicação do “Children’s Bureal” dos Estados Unidos, tratando do assunto nos diz que as crianças não nascem com “medo” ou “raiva” ou “amor” por coisas específicas. Com o tempo é que vão tendo experiências que os fazem sentir emoções das diversas naturezas. (S/A, março 1949, p.122).

Com essa observação, é possível reconhecer a medicina americana como fonte de inspiração para a medicina no Brasil nessa década de 40, e que contribuirá a partir dos médicos brasileiros a compreender a criança.

Outra referência aos Estados Unidos está no artigo de janeiro de 1950, “Dê importância à seu filho!”, em que este país é retratado como preocupado e com uma “campanha feroz” contra as histórias em quadrinhos. Consideram que estas histórias podem “transformar facilmente num perigoso delinqüente”. A saída seria: “A mamãe podia bem iniciar em casa uma campanha pedindo a cada membro adulto da família que separasse meia hora por semana para contar histórias aos guris”. (S/A, Janeiro, 1950, p. 107).

A expansão deste interesse pelas crianças das histórias em quadrinhos é considerada dada a consequência do desinteresse dos adultos em estimular as crianças com outras leituras consideradas pelo autor como adequada. Há “por parte dos adultos na recusa de contar histórias, aquelas clássicas de fadas, de Joãozinho e Maria e outras assim inocentes”. (S/A, Janeiro, 1950, p. 107).

Perigosos também são os acidentes infantis. No artigo “Como não acontecer acidentes” (S/A, Abril, 1949), se propõe a esclarecer como acontecem os acidentes. Explica que muitas mães atribuem fora do lar, os riscos dos acidentes, mas, o autor revela que estes estão dentro de casa: “Há muitas mães que pensam que o perigo está em dar ao filho bicicletas, em permitir que eles brinquem com outras crianças na rua, em deixar que eles façam da calçada seu reino”. (S/A, Abril, 1949, p.122).

Considerando que os riscos são maiores dentro de casa, o autor enumera alguns dos problemas mais comuns e como deverão ser solucionados pelas mães: o primeiro a

ser destacado é manter fechado a chaves armários com remédios e desinfetantes; afastar o contato com tesouras e canivetes; cuidados com queimaduras, tombos e envenenamentos.

Há o interesse por parte dos especialistas que escrevem para a revista A Cigarra em garantir a saúde da criança. Atentos como vimos com sua segurança física, os insistentes autores se debruçarão sobre a questão da higiene da criança. Afinal, criança saudável é aquela que tem nos cuidados maternos a garantia de uma qualidade de vida melhor e reconhecida pelos especialistas:

As mamãezinhas de meninos bonitos e gordos, de cabelos encacheados, olhar brilhante e pele rosada acham quase um sacrilégio que se lhes venha falar sobre a necessidade de uma cuidadosa higiene com as crianças. Elas acham, naturalmente, que sobre banho e outras coisas assim de limpeza está bem que se fale com o pessoal do morro, nunca com elas cujos filhos estão sempre cheirando a alfazema. A verdade porém, - alfazema ou não alfazema – e que é impressionante a quantidade de crianças que vai parar nas mãos de médico porque os pais não tiveram a necessária atenção com os pequenos detalhes que fazem a criança limpa cem por cento. (S/A, Novembro, 1949, p.122 e 123).

Esse artigo revela que a temática de higiene gera desconforto à mulher mãe de classes mais favorecidas; contudo, o autor, ao referir-se à necessidade de higiene pessoal da criança, mantém a recomendação da leitora de cuidar da higiene da criança. Ele denuncia que muitas dessas crianças acabam por precisar do apoio médico pelos descuidos do lar. Insiste que não há por parte dela o cumprimento considerado necessário nos cuidados com a criança.

Nesse sentido, recomenda o banho diário; considera como uma prática mais natural no Brasil. Recomenda, ainda, que lave as mãos antes das refeições e que “o melhor é que a família toda coopere, dando o exemplo”. (p.123). É importante também considerar ‘pequenos hábitos’, de escovar o cabelo “com escova macia, todos os dias e lavado uma ou duas vezes por semana”. Os dentes também são alvo de atenção,

[...] é preciso ensinar aos guris desde logo que a escova deve ser passada de cima pra baixo e de baixo para cima e não no sentido horizontal dos dentes. [...] As unhas, das mãos e dos pés, as orelhas e

as narinas devem ser inspecionadas diariamente pela mamãe. (S/A, Novembro, 1949, p.123).

No artigo de outubro de 1948, constatamos que esse tema de higiene da criança já fazia parte do interesse dos especialistas. Particularmente, o autor desse artigo, ao se referir sobre à higiene e à criança, está dirigindo a atenção em relação ao menino. Este representa um desafio para a família quando se pensa habilitá-lo na prática rotineira de asseio. Como método, propõe que “não associe a ideia do banho a uma questão de disciplina severa. Ao contrário, convém que o imagine como um prazer e um hábito como outro qualquer”. (S/A, Outubro, 1948, p. 124).

O autor segue propondo normas de conduta para o menino, em como se sentir um homenzinho. Para tanto, deverá “limpar o banheiro depois de usá-lo”; pendurar as roupas; manter a casa arrumada guardando os brinquedos; tratar das unhas e estar asseado e penteado e “envergando a melhor camisinha branca” na presença de uma visita.

A criança precisa ser limpa e asseada. Há a tolerância de permitir que ela possa se sujar, todavia deve ser capaz de cuidar de seu asseio pessoal.

Esta claro que não se deve roubar da criança o sagrado direito de, lá uma vez ou outra, voltar para casa bem sujo de barro, com o cabelo emaranhado e as mãos imundas. O importante é que ele entenda que ninguém deve ficar assim muito tempo, tomando logo o seu banho e transformando-se novamente na “lady” ou “gentleman” mirim que a família espera que ela ou ele seja. (S/A, Novembro, 1949, p.123).

Em outubro de 1949, no artigo “Um bocado homem” (S/A), a ênfase ao menino ressurgue. Dessa vez, o artigo retrata a euforia e alegria do pai em ver o nascimento de um filho homem: “Olhava com desprezo e pena para as meninas do berçário. O dele era HOMEM, graças a Deus.” (S/A, Outubro, 1949, p.122).

Esse é o primeiro artigo em que o especialista se endereça ao pai. Esse destaque não se refere somente a essa revista A Cigarra, como também em relação às outras revistas analisadas.

A ideia do filho homem revela que o gênero masculino representa o interesse dos especialistas ao escrever para as diferentes revistas. Ao referir-se à criança, estão,

na maioria das vezes referindo-se ao menino, ao guri, ao filho. A figura da menina é apagada ou inexistente.

Nesse artigo, o autor retrata o interesse do pai em fazer do filho um esportista de talento: “E, gostasse ou não gostasse, passou horas e horas, jogando futebol, tomando parte em corridas e, mais tarde jogando basquetebol, water-polo, volibol, aprendendo box”. (S/A, Outubro, 1949, p.123).

O filho encontra dificuldade de enfrentar o pai e dirigir suas atenções ao que melhor lhe convém. Está submetido aos desejos e ideais do pai: “Não largava tudo com pena do pai. Êle era o orgulho do “velho”. E para não fazer o pai infeliz, ficava ele infeliz”. (S/A, Outubro, 1949, p.123).

O autor condena esse tipo de criação ofertado pelo pai:

É um erro grave o dos pais que querem que o filho, o tal, “o homenzinho”, faça desde cedo toda a sorte de esportes, em desacordo muitas vezes com a idade ou a índole do guri. Neste caso o melhor é deixar que ele escolha o gênero de exercício que prefere.

[...]

Não queira que seu filho carregue a responsabilidade de compensar você dos fracassos passados. (S/A, Outubro, 1949, p.123).

Esse artigo de outubro de 1949 se destaca e será um marco referencial pela atenção do especialista que escreve dedicar o foco de atenção exclusivamente ao pai. Esse destaque se deve ao fato de que tem sido construída pelos diferentes especialistas a ideia de que o pai não exerce uma rotina nos cuidados diretos com os filhos. Nesse sentido, não seria por acaso que o foco desse artigo fosse o de uma acolhida do pai em relação ao menino, para garantir sua continuidade.

A criança, enquanto ser distinto do adulto, como vimos no início da década, parece não ter sido ainda assimilado no contexto familiar, somente presente nas intenções e verdades ditadas por quem escreve os artigos.

Outro aspecto que se evidencia e que vai confirmando o destinatário dos artigos é o perfil de uma família de hábitos e costumes muito refinados e, portanto, pertencentes a uma classe social bastante privilegiada.

Contraditoriamente ao que acabo de explicitar, no ano de 1950, a criança é retratada com características específicas de um infante, apresentando status junto aos pais, junto aos adultos:

Outra coisa boa é dar uma certa liberdade às crianças na escolha da roupa que vestem. Ao completar 3 anos os garotos já devem saber trocar de roupa com uma pequeníssima ajuda nos casos mais complicados. Para estimulá-los a se encarregarem disso é ótimo deixar que eles resolvam qual o vestido ou o macacão que querem usar naquele dia. Em geral eles se sentem elevados de categoria quando se lhes dá essa confiança e procuram portar-se direitinho. Mesmo no vestido da mamãe ou na gravata do papai eles devem dar um <<palpite>> de vez em quando. (S/A, Janeiro, 1950, p.107).

O especialista constitui um novo olhar sobre a criança, não mais como um ser inferior que precisa ser domado e cuidado, agora faz parte do contexto da família.

É necessário que as crianças sejam bem alimentadas, tenham horários para dormir e estudar, sejam levadas regularmente ao médico e dentista, mas é igualmente necessário que elas se sintam não como bichinhos bem tratados, mas como parte integrante dessa complexíssima coisa que se chama família. (S/A, Janeiro, 1950, p. 107).

Na edição de abril de 50, a socialização da criança é tema de interesse. Retrata a criança com timidez: “[...] não cumprimenta as pessoas, ficar enfiada num canto quando chega uma visita, esconder-se atrás do sofá enquanto as outras crianças brincam, impede que a mamãe converse com amigas, puxando-a pela mão ou agarrando-lhe a saia o tempo todo.” (S/A, Abril, 1950, p.119).

O olhar sobre a criança alcança um contorno diferenciado ao se estar atento a ela em seu sentimento. Compreender o que é esperado e não esperado em relação ao desenvolvimento deste tipo de emoção, representa por parte dos especialistas mudanças no paradigma de retratar de maneira genérica a criança. A orientação dirigida à mãe diante da timidez do filho é que se deve considerar “um problema difícil, que requer da mãe um infinito tato”. O autor apresenta a cronologia do que é normal:

A não ser na primeira infância (até os 4 anos no máximo), não é absolutamente justificável que as crianças se portem como timidez diante de estranhos. Alguns minutos são preciso para estabelecer contato, mas depois a criança devia ficar inteiramente à vontade. Na

adolescência, sim, é que é normal uma novo fase de timidez. (S/A, Abril, 1950, p.119).

É importante destacar que é a primeira vez que há uma referência direta à adolescência como uma fase do desenvolvimento.

SER MÃE

A mulher tem como missão nessa década dos anos de 1940 a 1950 casar e ser mãe. O filho é a consequência biológica e sagrada do casamento (DE LAMARE, Janeiro, 1947). Caberá a ela cuidar e zelar de tudo que venha compor o universo da criança na família. Dentre este vasto universo estão os problemas comezinhos. Em artigo de junho de 1950, com o título “Os eternos pequenos problemas”, ser mãe historicamente é carregar ou conviver com pequenos problemas em relação ao filho. Essa condição de mãe seria imutável:

Imagino que já na Idade da Pedra as mães tinham com os filhos problemas parecidos com os nossos. Eles parecem <<pequenos>> quando se trata dos filhos dos outros, eles crescem de importância quando se desenvolvem dentro de nossa casa. O filho do vizinho chupa o dedo é absolutamente sem importância, mas o nosso guri tem que aprender a não fazê-lo. A mulher de Noé deve ter tido aborrecimentos horríveis para e ensinar às crianças que não se deve puxar o rabo do gato, nem apertar o patinho novo, nem arrancar pena do pavão. De Noé para cá não se progrediu grande coisa nesse terreno. Os problemas são eternos, parece. De qualquer modo há a obrigação de um esforço honesto no sentido de resolvê-los ou, pelo menos, atenuá-los. Aqui estamos, prontos para auxiliar a quem precise. (S/A, Junho, 1950, p.118).

Vemos que apesar de toda a responsabilidade sobre o filho na família, recair sobre a mãe, ela pode precisar de apoio nessa missão. E é o especialista que escreve na revista, quem carrega a possibilidade de contribuir para uma função materna mais adequada.

Esta preocupação tende a ter contornos mais sérios quando vemos denunciado na edição de fevereiro de 1947, pelo Neto, diretor do serviço de Assistência ao Menor, 180 garotos pegos perambulando pelas ruas e que deste total apenas 14 estavam realmente em estado de abandono.

O restante se tratava de repelidos ou evadidos dos lares, cujos responsáveis possuíam meios para a sua educação, mas malbaralavam as economias, dispersando criminosamente as possibilidades materiais de que dispunham para aquisição, nos colégios, dos meios morais com que cumpriam o pátrio dever. (NETO, Fevereiro, 1947, p. 82).

Está evidente que para Neto a família é a grande responsável pelo enquadramento dos filhos no contexto do lar. O mesmo também pode ser considerado, em relação aos cuidados com a atenção e as necessidades dos filhos, atribuídos como sendo de responsabilidade direta da mãe. Mesmo compreendendo que os cuidados materiais sejam de responsabilidade do pai, o gerenciamento dos recursos das necessidades físicas e morais dos filhos recaem sobre a mulher e mãe.

No texto, o autor não amplia essa discussão como vimos anunciados na citação acima, enfatizando outra explicação para o perambular dessas crianças na rua. Para ele, há ausência de lugares específicos no universo infantil, levando, desse modo, as crianças a ficarem soltas e à deriva nas ruas:

As crianças e jovens perambulam pelas ruas principalmente porque lhe faltam os centros de interesse, os playgrounds, parques, jardins, onde, bem orientados nas suas atividades, encontrariam educação ativa facilmente entranhável no meio impermeável de seus frequentadores. (NETO, Fevereiro, 1947, p.82).

O sujeito, na família, que exercerá exemplo e influência sobre a criança é a mãe ou a ascendência materna e/ou das babás. Podemos afirmar que pertence ao mundo feminino a responsabilidade que diz respeito à atenção infantil. O pai não é citado como referência ativa das crianças nos exemplos dos diferentes artigos.

Quanto ao medo de trovões, ele está geralmente relacionado com as reações que a criança vê a mamãe, a vovó ou a titia terem diante desse fenômeno. Se elas costumam gritar, esconder-se ou dar outros sinais evidentes de pavor, a criança naturalmente seguirá o exemplo. (S/A, Março, 1949, p.122).

A mãe precisa, então, cuidar para representar um bom exemplo na vida do filho. Os especialistas cuidarão de determinar o que se pode fazer, como se pode fazer e o

que não se pode fazer. Trata-se de disciplinar e conduzir a um processo de mãe civilizada ou higienizada. Abaixo apresentaremos diferentes categorias dessa intervenção na família a partir da mãe.

MÃE SEM VÍCIO E ESPORTISTA

Na edição de Agosto de 1949, o artigo “Não fumando, espero! (Para a futura mamãe)”, orienta as mães que fumar e beber bebidas alcoólicas traz sérios riscos a saúde do bebê. Recomenda que a mãe esportista pratique atividades calmas como o ping-pong e passeios em terrenos planos. Não convém jogar tênis nem praticar alpinismo.

Um dado interessante a ser destacado desta publicação é a compreensão de que mulher e mãe brasileira poderiam praticar na década de 40 tênis e alpinismo. É, na realidade, uma mulher socialmente muito favorecida economicamente. O alpinismo só pode ser exercido em outros países que apresentam baixíssimas temperaturas, muito distante de nosso país tropical; tendo, então, a mãe de viajar para o exterior para vivenciar seus caprichos. Esse artigo aponta como leitora da revista A Cigarra a mulher de classe alta do Brasil.

MÃE RECREACIONISTA

“Os desbravadores”, esse é o título do artigo da edição de outubro de 1950. Nesse artigo, a família é apresentada como quem viaja em carro próprio pelo Brasil. Clara descrição da família de classe mais favorecida. O autor se propõe a orientar a mãe na preparação da viagem de modo a não torná-la enfadonha para as crianças. Criam-se então, oito recomendações para suprir as necessidades das crianças, como: tirar os sapatos da criança logo ao entrar no carro; livrar o máximo possível os bancos do carro de objetos; oportunizar brinquedos; tomar lanche ao ar livre para as crianças brincarem um pouco; levar água; cantar para as crianças; levar livros para ler com as

crianças. Por fim, termina o artigo propondo ainda que se leve material de modelagem para as crianças confeccionarem no trajeto e dá a descrição da receita de como fazer a massa de modelagem em casa.

A mãe é, de fato e de direito, responsável pelos filhos, esteja em casa ou fora dela. Deve administrar os objetos, os corpos, a alimentação e a diversão.

AUXILIAR (COADJUVANTE) DO MÉDICO NA FAMÍLIA

Bundesen em seu artigo 'A criança subnutrida', ao esclarecer sobre o controle da alimentação da criança que tem peso abaixo do esperado, determina que a mãe: "Para se ter a certeza de que se está agindo acertadamente, a melhor coisa a fazer é tomar nota do que seu filho come durante a semana; em seguida levar a lista e submetê-la à opinião do seu médico." (BUNDESEN, Agosto, 1948, p. 115).

Na edição de julho de 1950, no artigo "Juquinha levou um tombo", ao tratar sobre queda da criança, a mãe é orientada para que possa cuidar de sintomas pertinentes à queda da criança. Explica sobre como proceder com o 'galo' na cabeça; com os sangramentos; com cortes profundos; com criança desacordada. Conclui com as seguintes prescrições do comportamento materno:

As mães devem sempre, quando o gurizinho levar um tombo, procurar não deixá-lo ver que estão assustadas, porque isso pode torná-los medrosos demais. Por outro lado, porém, é preciso não tratar as quedas das crianças como coisas inteiramente sem importância. Em geral assim, mas uma vez ou outra pode ser coisa séria e aí torna-se necessário acudir prontamente. Uma providência que deve ser tomada sempre pela mamãe antes de sair é deixar o telefone de dois ou três médicos de confiança, para que sejam imediatamente chamados em caso de qualquer complicação. (S/A, Julho, 1950, p.119).

A mãe é orientada também diante dos diferentes sintomas de um tombo que a criança venha a sofrer; se a criança ficar meio abatida, pode ter dado dor de cabeça.

Nesse sentido recomenda que a mãe faça uso de aspirina. É a introdução do uso da medicação pelo não médico, estimulado pela mídia escrita.

Na edição de novembro de 1950, o autor expõe a instabilidade em que a mãe permanece frente aos diferentes posicionamentos sobre conselhos e sugestões sobre quando e quem procurar como médico das crianças: “A verdade, porém, é que a mãe deve saber quando chama o médico sem precisar da opinião alheia. Se há pequenas indisposições que passam rapidamente, na maioria dos casos a presença do pediatra é imprescindível.” (S/A, Novembro, 1950, p.118).

Segue o autor ensinando que devem “as mães aprenderem a reconhecer os sintomas que indicam o princípio de doença, para poder acudir rapidamente”, quando a criança estiver agitada, com perda de apetite, vômito, diarreia, febre, sonolência, dor, tosse, convulsões, erupções cutâneas.

MÃE PUNITIVA

No artigo de maio de 1949, é possível apreender que cabe ao pai a função de castigar e punir o filho:

Se o guri solta a sua mão e sai correndo para o meio da rua, ou se começa a riscar fósforo e espalhar pela casa, é preciso que leve uma palmada na mesma hora (é inútil adiar para quando o papai chegar ou qualquer coisa assim, a memória das crianças é muito fraca e elas se acreditam vítimas então de uma injustiça), mas é também necessário que a pessoa o castigue sem violência, gritos e manifestações de descontrole. (S/A, Maio, 1949, p.122).

Essa compreensão da função do pai de castigar parece vinculada a correções da criança em situações pré-programadas de comportamentos esperados pela família, que aguarda a direção do ‘chefe’ da família. Contudo, a rotina diária dos cuidados com a criança não é de atribuição do homem da casa e sim da mulher-mãe, a quem cabe essa função.

Nesse sentido, o especialista ao referir-se à necessidade da ‘pessoa que castigue’, agir sem violência, gritos e descontrole, se refere precipuamente à pessoa da mãe.

Essa parece compreender a instrução a ser seguida e saber administrar o castigo de modo a não comprometer a criança. Ela deverá agir:

Voz branda, atitude calma, são de suma importância quando se vai repreender uma criança. Quando o adulto grita e se descontrola, será imitado ao invés de respeitado.

[...]

Em princípio não se deve bater na criança. A palmada fica reservada para as grandes ocasiões. Ela vem a propósito quando a criança faz alguma coisa que põe a sua ou a alheia vida em risco. (S/A, Maio, 1949, p.122).

[...]

Não se castiguem hoje uma criança pela mesma coisa na qual ontem acharam graça.

[...]

Se o castigo já veio junto com a travessura e, decididamente não se deve aumentar a aflição ao aflito...

[...]

Outro absurdo é prometer castigo que não se vai dar. (S/A, Maio, 1949, p.123).

O autor esclarece ainda que muitos castigos possam ser evitados se a criança tem a seu favor as condições de ser criança:

Muito castigo poderá ser evitado se as crianças conseguem expandir a sua vitalidade normalmente. Muito menino que maltrata a irmãzinha, quebra pratos, persegue os cachorros ou rasga livros precisa é de um quintal ou uma praça para brincar com amigos da mesma idade. (S/A, Maio, 1949, p 123).

Na edição de agosto de 1950, a mãe é orientada a fazer um pequeno teste de modo a avaliar se “está dando ao filho a orientação correta ou se está ao contrário, estimulando os acessos de fúria, as demonstrações de mau gênio”. O autor considera que “Os acessos de “gênio” são consequências da falta de disciplina, ou pelo menos, de uma disciplina constante, que é a única que traz resultados”. (S/A, Agosto, 1950, p.119).

VAIDOSA

Em artigo publicado na edição de junho de 1949, (“A cegonha vem aí”), Maria Luiza reconhece, como comum, os casais desejarem ter filhos. E considera que dois ou três não são considerados números excessivos de filhos.

É o primeiro artigo que retrata a vaidade da mulher de modo explícito. A autora aconselha as mães não usarem cintas por fazer mal à saúde. Explica que, por ocasião do nascimento da criança a mãe fica com os músculos frouxos e com estrias na barriga e que o fato de usar uma cinta complicada não resolve o problema. Quando uma mãe apresenta um resultado melhor após o nascimento a barriga apresenta “uma constituição boa, porque a qualidade de pele era dessas que se distendem sem ocasionar rachaduras. Ou então porque fez um tratamento especial de massagem”. (LUIZA, Junho, 1949, p.122).

Outro aspecto sobre a vaidade da mãe gestante desenvolvido pela autora refere-se ao salto do sapato. Esse quando é baixo, é considerado menos elegante, e que os mais altos poderão ser usados nos primeiros meses. Próximo ao ‘grande dia’, deverá ser usado o salto baixo para evitar os escorregões e quedas.

Sampaio (Julho, 1949) também já revelara a vaidade materna, quando denunciava que elas se afastavam de suas principais ocupações (“ir à costureira experimentar o vestido” ou “continuar a leitura daquele livro interrompido há uma semana”) quando o filho se encontrava doente.

Em janeiro de 1950, encontramos, pela primeira vez, a mãe referida e valorizada em sua dimensão-mulher. Sua constituição física e a beleza iniciam a aparição. Referindo-se a importância de cultivar a fotografia como registro da família, o autor diz:

E é aí, então, que as mamãs precisam lembrar que elas existem. Dedicção, amor, carinho tudo isso é muito importante para os filhos. Acontece que eles querem também beleza e – nessa época de Lanas Turner²¹ e outras senhoras que têm filhos e continuam esculturais –

²¹ Lana Turner é o nome artístico de Julia Jean Mildred Frances Turner (1921-1995), foi uma atriz estadunidense.

elegância e <<glamor>>. Eles querem levar o retrato para o colégio e apontar, - no meio do grupo cheio de trancinhas, laços de fita e guris de roupa nova -, orgulhosos <<aquela ali é a mãe>>. (S/A, Janeiro, 1950, p. 106).

A mãe, entre tantas atribuições de ser cuidadosa e responsável na maternidade, precisa ser bonita para os filhos, aliado a uma compreensível companheira:

Além de trazer satisfação a seu filho o fato dele ter uma mãezinha bonita, é agradável pensar que ele a considera como companheira, quase como uma companheira da mesma idade. Para isso é muitas vezes preciso um grande esforço, mas vale a pena ir com as crianças à praia, jogar bola e nada com elas, embora não se tenha um grande amor ao esporte, levá-lo ao cinema, rir com ele das fita cômicas ao invés de assumir um ar de mártir no meio da fogueira. Outra coisa que requer uma grande dose de paciência é ouvir os <<casos>> todos que aconteceram com os guris no colégio ou na pracinha, enquanto andavam de bicicleta, mas arranje paciência e ouça com um ar de interessado. (S/A, Janeiro, 1950, p. 106).

É interessante registrar que para uma mãe 'bonita' poder atender essa demanda de praticar esporte com os filhos, levar para passear, levar ao cinema, compartilhar suas histórias, não poderá ter nenhuma outra atribuição que não a maternidade. Vemos, então, o registro de uma rotina maternal de condições econômicas muito adequadas para atender as necessidades consideradas pelos especialistas como relevantes para as crianças. Tais necessidades são retratadas como aquelas que precisam do compartilhamento mais de perto do adulto (mãe), de suas atividades específicas, o que representará "esforço" para a mãe que cuida.

INTUITIVA

Em artigo de dezembro de 1949, constatamos que o autor credita qualidade na mãe-leitora. Essa forma de tratamento é rara. Estará ocorrendo uma mudança de

mentalidades em relação à mãe por parte dos especialistas que lhe dirigem sua atenção?

O autor, discutindo quando falar e não falar da existência do papai Noel para as crianças, por conta das evidências que vão se revelando quando descobrem os presentes guardados, a roupa do papai Noel ou mesmo do que escutam de primos mais velhos sobre a não existência do Papai Noel, propõe:

Aí, minhas caras mães, é que a intuição – aquela tão celebrada intuição feminina – deve ser posta a funcionar. É aí que é preciso descobrir se aquilo é uma vaga suspeita, fácil de acalmar com um categórico “Papai Noel existe, sim”, ou se já é uma dúvida que nem adianta tentar dissipar. (S/A, Dezembro, 1949, p.123).

“Celebrada intuição feminina”? Na maioria das vezes não se propugnou que a mulher mãe reunisse qualidades adquiridas, quanto mais natas. Essa credibilidade em relação à mulher e mãe é rara e talvez esteja revelando que próximo dessa segunda metade do século XX, a mulher e mãe começam a encontrar visibilidade diante dos especialistas que sempre olharam por ela.

SOCIALIZADORA

No artigo de fevereiro de 1950, a mãe é responsabilizada em criar as condições para que seu filho tenha uma socialização adequada com outras crianças. Com o tema “Seu filho tem amigo?” o artigo retrata a criança necessitando de outra criança para seu entretenimento:

Já não adianta a mamãe ou a babá contarem histórias ou ajudá-los a colorir o caderno, eles querem amigos do mesmo nível, que brinquem não “para” eles, mas “com” eles. Algumas crianças conseguem amigos naturalmente, sem nenhum esforço, outros porém lutam com dificuldades incríveis nesse terreno. É preciso, portanto, que as mães saibam o que fazer para ajudá-los. Muitas vezes, aliás, trata-se de “não fazer” coisas que servem para atrapalhar, simplesmente”. (S/A, Fevereiro, 1950, p.118).

Evidencia-se, no ano de 1950, a criança com status diferenciado no olhar do adulto. Antes, os especialistas ao interessar pela criança estavam mais atentos a sua saúde física. Cuidados com a alimentação representou a maioria das intervenções nos artigos publicados. Agora um novo cenário nos cuidados à criança se manifesta. Há a preocupação com ela em um sentido sócio afetivo. Particularmente, nesse artigo, a mãe é convidada a fazer um teste de modo a avaliar se está “ajudando o filho a ser popular”. As perguntas retratam a liberdade da criança para brincar, a socialização dos colegas do filho pela mãe, noção de justiça, acolher os gostos do filho. Quando a mãe em dez questões não for afirmativa em nove ou dez questões elencadas pelo autor, há de se considerar: “Se, porém, as suas respostas não coincidem com as que devem ser dadas é melhor tomar providências rapidamente. Quem precisa desta vez de castigo não é ele, é você, mamãezinha”. (S/A, Fevereiro, 1950, p.118).

BEM HUMORADA

“A saúde física do bebê é importantíssima, mas a saúde do espírito não deixa de ser menos importante” (S/A, Abril, 1950, Nº193, p.118). Nesse contexto, a mãe deve empenhar-se para manter o bom humor, pois seu nervosismo interfere diretamente no humor da criança. “O remédio eficaz é o bom humor, que servirá para os dois. Como a iniciativa de conseguir bom humor não pode partir do guri, segue-se que providências devem ser tomadas pela mãe”. (S/A, Abril, 1950, p.118).

O autor, nesse artigo, flexibiliza e propõe situações em que a mãe minimizaria o que potencialmente pode desencadear um desgaste emocional como: organizar tudo que diz respeito à higiene do bebê em uma cestinha; acrescentar uma flanela na fralda à noite em crianças de pele sensível; adiantar ou atrasar a mamada da criança; flexibilizar a exigência diária do banho; favorecer passeios diários com os bebês não como um dever, mas com um prazer de mãe.

Diante da exploração desses itens, o autor conclui que é possível que a mãe possa garantir um ambiente mais humorado com a criança e, deste modo, não comprometer a família.

Para um bebê alegre e satisfeito é necessário um ambiente em que reine a calma e o contentamento. Portanto, mamãezinha, faça tudo o que for preciso, mas não faça nunca tragédias, exagerando os cuidados com o guri. Seu Mario quando chega em casa, não quer ouvir queixas o tempo todo. Afinal a coisa não é assim tão complicada. Um sorriso, um pouco de calma e muito, muito bom humor. (S/A, Abril, 1950, p.119).

Essa citação é reveladora de que a mulher no ano 50 mantém como seu lugar o lar, nos cuidados e acompanhamento do filho. Cabe a ela não permitir que os atropelos do cotidiano do lar possam interferir na vida do marido. Mundo à parte o do homem, cabendo a ela preservar a harmonia do lar com a garantia do bom humor.

EDUCAÇÃO DOS PAIS

O casamento é visto por De Lamare como forma de preservação da espécie, garantida pela Igreja e pela sociedade e como consequência biológica resulta a vinda do bebê.

Para os pais o nascimento do filho é sempre um abalo, ficam atordoados, tornam-se necessário restabelecer a calma e confiança em todos, a fim de que a tranquilidade predomine para o novo ser que veio ao mundo depositário de tanta esperança e amor e inicie a sua vida com segurança, rodeado do mais precioso conforto para os primeiros anos de sua vida – a Educação dos pais. Não se trata da Educação no sentido comum, a de gestos e palavras, sim a Educação Superior, espiritual, de hábitos, sentimentos, instrução e sobretudo de caráter. Um filho significa maior sacrifício do que qualquer outro, os pais devem convencer-se de que quando ganharam o filho perderam a sua liberdade, o conforto das noites bem dormidas, as diversões inesperadas adquiriram o dever de sopitar as paixões e inclinações íntimas... enfim no meio de todo prazer e alegria, de preocupações e aflições, devem compreender a exata finalidade da sua missão exteriorizada na forma sublime de abnegação. (DE LAMARE, Janeiro, 1947, p. 148).

Observar que o autor exige o casal de outra função que não seja a de cuidar do filho. O que representa antes da vinda do filho o lugar de homem e da mulher no casamento? Objetivamente, de uma intimidade e convivência entre homem e mulher. Contudo, o sentido de liberdade, de vivenciar a paixão, o casal passará por transformação absoluta com a decisão de ter filho. Institui o fim da relação da

convivência entre o homem e mulher. Essa verdade vai se constituindo, sobretudo no sentido de que a mulher tem instituída a função de cuidar dos filhos. Essa será sua sagrada missão, que a afastará do convívio com o marido em sua dimensão mulher; estabelecerá outro lugar, o lugar da maternidade. Nesse sentido, talvez não fosse exagerado afirmar que a mulher deixa de ser mulher com outras atribuições, quando se torna mãe. Como se sofresse uma mutação, ou se tornasse um “avatar”. A mulher agora é outro ser, é mãe.

O autor revela ainda que esse novo lugar da mulher, agora mãe, é resultado não de uma escolha harmônica entre os casais. Esse lugar pode significar ferramenta de luta da mulher, por sua condição na relação com o marido:

Os filhos não devem vir como recurso para remendar a situação de casais cuja falta de compreensão entre ambos estaria desatando os laços matrimoniais. Os filhos não devem vir também como impedimento para a liberdade materna, nem para prender mais o pai ao lar. Os filhos não devem vir também como motivo de herança garantia de qualquer outra natureza. (DE LAMARE, Janeiro, 1947, p. 148).

De Lamare revela que a mulher usa essa possibilidade da maternidade como forma de manipulação na relação com o homem.

Essa tensão entre o casal será também desestimulada pelo Bundesen, na edição de agosto de 1948. Ao orientar sobre os cuidados em relação à alimentação da criança subnutrida, esclarece que a atitude dos pais pode contribuir na melhoria do desenvolvimento da criança:

A harmonia deve reinar absoluta nessas horas, sem discussões entre os pais, que precisam dispensar um mínimo de atenção as idiossincrasias da criança. Seja o prato apresentado atraente e as porções de comida servidas em pequenas quantidades – a criança poderá repetir sempre que quiser. Se deixar algum resto, não façam comentários. (BUNDESEN, Agosto, 1948, p. 115).

A referência acima representa um modo de ação como se fosse o policiamento da família. O médico descreve o comportamento que o casal deve ter para contribuir na resolução do problema de um filho subnutrido. O médico adentra o espaço privado descrevendo as atitudes dos pais de concordância ou discordância, a partir de uma

afecção da criança. Quem decide não é o casal sobre suas idiossincrasias, e sim, o médico. O filho é priorizado em seu desenvolvimento, em suas idiossincrasias. O médico desloca os pais para um plano inferior na atenção à família.

O exercício de constituir filho revelará, em outubro de 1948, que os pais precisam ser modelos adequados na educação do mesmo. Os pais são alertados a ser o exemplo para que o filho possa se inspirar na higiene pessoal. A transcrição abaixo retrata a imagem da família de classe social mais favorecida a quem se destinam os artigos da revista:

Há um ponto muito importante e que não devemos esquecer nunca. Refiro-me ao bom exemplo. Quem não sabe que as crianças são imitadoras por natureza? Se a mamãe vai sempre à mesa com um vestidinho bonito, os cabelos em ordem e o batom corretamente aplicado; se o papai invariavelmente lava as mãos e se ajeita antes das refeições, nosso herói terá muito mais oportunidade de lembrar-se dos dentes, rosto, mãos, pescoço, orelhas e cabelos antes de sentar-se à mesa para jantar. (S/A, Outubro, 1948, p. 125).

Qual faz uso correto do batom; qual está envergando um vestido 'bonitinho' na hora da refeição? Provavelmente uma mãe que não tem como função cuidar da comida, mas gerenciar o lar. Não é, portanto, uma mulher que trabalhe fora para sustentar o lar. Aliás, trata-se de uma esposa que tem a presença do marido. O que se evidencia no padrão de classe social economicamente bem favorecida.

Outro artigo que se refere aos pais (mãe) como exemplo aos filhos é a edição de abril de 50. O autor, abordando a criança que briga, permite concluir que os pais são responsáveis pela conduta social da criança:

Só é grave se eles costumam surrar todas as crianças com as quais brincam, se vivem fazendo o papel de agente provocador em todo o lugar onde pisam. É preciso que os pais verifiquem, se a culpa não é um pouco deles. Eles não costumarão discutir com uma certa violência diante das crianças? A mamãe não terá um "queridinho", provocando assim a raiva dos outros? Será que os pais cortam as brigas logo no princípio, botando cada um de castigo num canto?. (S/A, Abril, 1950, p.119).

Como vimos, os pais são responsabilizados e culpabilizados pela educação do filho. Um exemplo mais contundente encontra-se no artigo "Ai, o filho único" da edição

de novembro de 1948, no qual o autor culpa literalmente os pais de filho único que tem “tendências a se afastar do mundo real, de querer um mundo que se ocupe só com êle”. Se assim for, “a culpa é sempre dos pais” (S/A, Novembro, 1948, p. 125).

Estamos constatando, por parte dos especialistas que escrevem para as mães, um olhar menos rígido e menos impessoal sobre a criança. Esta parece em destaque como um ser diferenciado do mundo adulto. Seu futuro (adulto) será determinado pela boa conduta do binômio pai–mãe, em relação à acolhida desse ser pequeno e infantil.

O especialista inscreve-se em como educar a mãe a ver o filho como criança (será mesmo que as mães não concebem os filhos como criança, mas como adulto em miniatura?).

Uma marca que vem se firmando na revista A Cigarra é a de conduzir o tratamento da mãe com a criança, de modo a zelar pela emoção dos filhos. Na edição de março de 1949 encontramos os seguintes exemplos:

O melhor é não dá ordens, mas pedir com carinho. Em vez de levar o bebê a força para a cama, o melhor é dizer – “O ursinho está com sono, você não quer ir para cama com ele?” A Criança quer as coisas “a seu modo”.

[...]

Os pais tem obrigação de ensinar desde cedo aos filhos o modo de controlar as emoções; formando neles hábitos emocionais sadios.

[...]

As crianças cujos pais querem exhibir constantemente, exigindo dela coisas superiores às suas forças, terminam com um medo constante de não ser “bem bastante” de causar decepção aos pais, de não servir para nada.

[...]

A criança que teme diante dos pais e vê sempre neles o fantasma das punições não pode ser emocionalmente sadia. (S/A, Março, 1949, p. 122).

Nesses dez anos, a família foi lugar de intervenção dos especialistas, na condução da mãe como gestora do espaço privado. A ‘rainha do lar’ imperava sozinha nesse território. Estar sozinha não representou isolamento, uma vez que esse era um papel a ser cumprido só. Não poderíamos falar de abandono, era antes sua missão, sua sacra missão. O marido e pai, provedor, cabe assegurar que a mulher não se afaste de sua missão, e não se importune com as coisas do mundo do lar e da criação dos filhos, como marido e pai.

No artigo “O número um” de setembro de 1950, vemos abordada a temática do casamento. Esse artigo vai inaugurar uma nova palavra: família.

O autor, metaforiza a vida de um recém-casado a uma encenação de teatro, dividida a peça em três atos: O primeiro cenário fala do enamoramento ao casamento; o segundo ato, a vida de casado no apartamento novo e a convivência social; o terceiro ato, a chegada do bebê. “O casal deve entender que começada esta nova fase têm-se que abrir mão de muita coisa, e já que é assim o melhor é fazer usualmente, de boa vontade”. (S/A, Setembro, 1950, p.115).

O autor segue explicando as mudanças de rotinas para a mãe e o pai: “Embora a mamãe já não possa sair frequentemente com o papai, ambos tem um objetivo comum a educação do filho”. (S/A, Setembro, 1950, p.115).

É importante destacar a citação anterior por representar uma mudança significativa na compreensão sobre a quem cabe educar. Antes endereçado especificamente para a mãe, testemunhamos agora um discurso que traz um tom mais flexível de uma histórica posição assumida pela mãe no seio da família.

O autor segue reeducando as posições de mãe e pai no interior da família. A mulher, que tinha a missão de conduzir a ‘alma’ infantil, tem, agora, somada a sua história a tarefa de conduzir o marido a um compartilhamento dos afazeres privados da mãe com o filho. Uma verdadeira mudança de mentalidade se inscreve:

E a mamãe deve fazer o possível para interessar o papai em tudo que diz respeito ao bebê. Ao invés de dar um aspecto de trabalho desagradável aos cuidados que a criancinha requer, procurar fazê-los de alma leve, vendo a coisa sob seu melhor ângulo. Ensinar o papai como é que se dá banho ao bebê, para que numa emergência ela possa fazê-lo, participar-lhe todas as semanas quantas gramas o filhinho lucrou, fazer com que ele assista a primeira sopinha, se interesse pelo primeiro dente. Conforme o temperamento do marido isto pode ser facilímo ou pode requerer uma enorme habilidade. De qualquer maneira é necessário consegui-lo. Dessas coisas pequeninas, estas e muitas outras, somadas, é que resulta força e norma que é o <<espírito da família>>. (S/A, Setembro, 1950, p.115).

Estamos constatando nesse fim do primeiro ano de 1950, uma nova era na família. Uma era marcada pelo empenho de trazer a presença do homem no contexto

privado do lar e da família. Que lugar a mulher ocupará a partir de então? Uma nova questão de pesquisa se faz.

No contexto da família a presença do pai esteve sempre presente de algum modo. Todavia, a mãe é ainda a pessoa a quem esteve endereçado todos os artigos. Ela ainda permanece como figura polarizante do lar.

Os bebês estão presentes na maioria dos artigos, mas servindo, quase sempre para ilustrar que uma conduta equivocada da mãe poderá interferir em seu futuro adulto. No reforço dessa afirmação, encontramos dois artigos que oferecem testes para que as mães possam avaliar o grau de sua interferência na condução da educação dos filhos.

Os especialistas estão mesmo empenhados na conduta da mãe para com a criança para que haja benefícios nas relações sociais futuras do seu filho.

Por fim, ao final do ano de 1950, o pai é convidado a conhecer a criança pela mãe. Essa conduta não se dará de modo natural nas famílias, é o especialista da revista quem explica o que e como conduzir esse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embrenhar por mais de duzentos artigos produzidos entre os anos de 1940 a 1950, foi uma aventura emocionante pela possibilidade de ver uma parte da história da mulher e da criança sendo constituída, *a priori*, de modo despretensioso.

As revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* oportunizaram cenário e enredo sobre a mulher-mãe e a criança que permaneceram ocultados em páginas escritas por especialistas, que tinham como público alvo as mulheres-mães. Essa tese oportuniza abrir as cortinas e permite deslumbrar-se com esse espetáculo que marca a primeira metade do século passado.

Houve grande empenho em garantir durante os anos de 1940 a 1950 certa regularidade na editoração de artigos que se propunham a falar para as mães. Assim, encontramos na revista *Fon Fon*: entre os anos de 1940 a 1943, De Lamare, escrevendo na seção “Conselhos às Mães”; nos anos de 1944 a 1943, Rios escrevendo na seção “Epistolário Materno”; no ano de 1945 e 1946, Lombardi, com a seção “Como Criar Nossos Filhos” no ano de 1946, Cristina com a seção “Bazar Feminino” e, no ano de 1950, Gudel autor da seção “Puericultura”. Na revista *Vamos Ler*: no ano de 1940, Silva escrevia numa seção intitulada “Uma Página para as Mães” e Murce manteve a seção “Alimentação Sadia, Criança Forte!”, no ano de 1945. A revista *A Cigarra*: entre os anos de 1947 a 1950, manteve a seção “Criança”, que foi dividida por diferentes profissionais: No ano de 1947 - De Lamare, Neto, Dângelo e Sampaio. Ano de 1948, Bundesen e Sampaio. Ano de 1949, Luiza. Sem especificação do (a) autor (a) nos anos de 1948 a 1950.

É importante destacar que esses são os autores que mantiveram regularidade em suas publicações em um espaço (seção) que, para a maioria deles, ficavam vinculados o seu nome. Contudo, outros autores e autoras identificados e não identificados com um nome, brasileiros e estrangeiros, contribuíram em algumas dessas seções.

OS ESPECIALISTAS

Relevante destacar pelo número de artigos produzidos (noventa e dois), e pelo tempo de presença na mídia escrita (Fon Fon entre os anos de 1940 a 1943 e na revista A Cigarra no ano de 1947), De Lamare, médico muito popular ainda nos dias de hoje por sua obra editada pela primeira vez em 1941, intitulada “A Vida do Bebê”.

Não menos importante, mas com um volume menor de produção de trinta e seis artigos publicados em um ano, encontramos Silva que escreveu para a revista Vamos Ler no ano de 1940. Esses são os campeões de artigos produzidos pela mídia escrita para o público feminino.

Eles representam os dois lados de uma mesma ‘moeda’. A ‘moeda’ é a mulher-mãe e seu filho. Um lado compreende esse contexto em uma explicação de fundo e interpretação biológica; de outro está a explicação psicológica. O primeiro tem como representante o De Lamare, e de outro, o Silva.

Essa oposição entre um e outro modo de conceber a mulher e a criança não terá pesos iguais ao longo dos anos que compreendem 1940 a 1950. A medicina tradicional prevalecerá em seus mandamentos fundados, sobretudo na puericultura e na higiene. A grande massa de autores é constituída de médicos e deles partiram todo o tom nesses anos pesquisados. Seu principal representante e protagonista é, sem dúvida, o De Lamare.

Os médicos, de um modo geral, se propõem a aconselhar, prescrever, orientar e clinicar para esse público-leitor constituído pelas mulheres-mães. Mães de bebês, esse será o alvo da laboriosa dedicação desses especialistas.

Eles se propõem a disseminar o que reconhecem como necessário ao acolhimento e atendimento dessas crianças que convivem com suas mães. Procurarão estabelecer rotinas rígidas nessa condução dos cuidados para o bebê. De Lamare (Fon Fon e A Cigarra) destaca-se em relação aos outros autores nesse ponto, por sua insistente e minuciosa forma de aconselhar as mães a adequar-se às suas prescrições. Ele prima pela intervenção na família, pensando os cuidados que a mãe deve ter relativos à criança. Sua primeira estratégia, e que se tornará regra, será a consolidação de rotinas. Estas terão o propósito de indicar a obrigatoriedade de regras a serem cumpridas no contato da mãe com a criança. Estabelecerão horários a serem cumpridos para as mais diversas situações; quantidades de alimentos a serem oportunizadas para a criança, quando pode e não pode fazer contato com a criança; tempo de sono etc.

Será preciso atenção redobrada das mães, e que se estenderá por praticamente todos os anos entre 1940 a 1950 sobre cuidados com a amamentação, o aleitamento materno. Os textos indicam que as mães não podem descuidar de garantir o aleitamento materno; mas há por parte da classe médica a vontade de acertar com prescrições de outros leites (vaca, artificial, cabra, condensado), que ora contribuem para a saúde da criança e, em outros momentos, vão se mostrando ineficazes.

Há atenção ao bebê no contexto de preservá-lo das doenças da primeira infância, e nesse sentido as orientações às mães de um modo e de outro recaem na alimentação. Foram inúmeros os artigos que trataram desse tema e a associação à complementação alimentar após os seis meses. Os médicos se dedicam a explicar as implicações negativas com a criança em relação a não atender a demanda nutricional da criança.

De Lamare (Fon Fon), mais uma vez é o autor que dedicará grande número de artigos que retratam as condições da criança nesse período de recém-nascido com temas que se misturam com a alimentação da criança, como: soluço, vômito, regurgitar, choro, uso da chupeta, prisão de ventre, diarreia, sapinho, cólica, entre outros. Não será menor seu empenho em explicar através de mais de vinte artigos, as enfermidades da primeira infância. Há grande preocupação com a garantia de que a criança não venha a adoecer e se tornar um adulto fraco. Esta atenção é facilmente compreendida

pelo momento político de aprimoramento da raça experimentado pela elite brasileira. Dr. Lombardi (Fon Fon) já explicara da necessidade dos cuidados com “os males que afligem a espécie humana nos primórdios de sua vida” para garantir o padrão de raça do povo.

De Lamare (Fon Fon) será impetuoso em seus artigos, a ponto de descrever como em uma bula de remédio, requintes de detalhes para todas as dificuldades e comportamentos que a mãe precisa ter para assegurar a saúde da criança. Na análise dos resultados, comparei-o a uma vovó. Mas uma vovó autorizada em falar pela criança e também por sua mãe, o que levará a desqualificar e dissuadir a não credibilidade dos valores historicamente construídos pela tradição das mulheres mais velhas.

Uma herança médica que será estabelecida por esses especialistas que escreviam para essas revistas, é o uso indiscriminado de medicamento pelo público leigo, particularmente as mães ao medicarem seus filhos. Os médicos descrevem os tratamentos para diferentes enfermidades, sendo possível testemunhar em algumas delas a descrição do que e de como usar a medicação. No ano de 1950 é que há de modo explícito referência ao uso indevido de medicação por parte das mães. O autor, Gudel (Fon Fon) explicita que as mães entre outros fatores são influenciada nas “revistas de divulgação popular” na automedicação. Esse hábito constituído foi de fato construído na divulgação do uso de medicamentos, a serem ofertados às crianças nesses anos através das seções para as mães.

A presença dos médicos e suas prescrições revelam que as mães não poderiam descuidar e/ou não tinham as competências necessárias à maternidade. Eles julgam as mães como incapazes de proteger a criança da mortalidade infantil que se fazia eminente entre as crianças recém-nascidas até o primeiro ano de vida, nesse período. Com essa justificativa, implicitamente encenada, veremos os médicos e especialistas repassando o que consideram verdades sobre a criança, particularmente o bebê, para educar as mães, uma postura ambivalente em que se fala da e sobre a criança, mas, tem como ambição a consolidação de um ideal de mulher.

Esse descrédito em relação à mãe e seus conhecimentos sobre sua cria esbarrará também no descrédito em relação a todas as mulheres mais velhas, avós, parentas, vizinhas ou qualquer outro ator social que não corresponda à medicina.

Haverá um grande empenho por parte dos médicos, testemunhado nesses longos anos de produção para as mães, no sentido de alçar o status de credibilidade junto ao público feminino. A insistência com que desqualificam os saberes historicamente construídos nos cuidados infantis para sobrepor a rigidez dos diferentes passos determinados pela medicina, não significa que tenha alcançado sucesso em sua totalidade.

Houve, sim, grande penetração desses saberes instituídos para a mãe de classe média alta e mais favorecida; todavia, elas também eram influenciadas além dos saberes culturalmente constituídos, por outras tendências comportamentais estabelecidas em diferentes leituras, que não se resumiam nas seções destinadas às mães.

Os artigos de Rios (Fon Fon) foram reveladores em seu 'Epistolário Materno'. Cartas das mulheres-mães eram direcionadas diretamente a essa autora, revelando-se interesse das mães de modo bem diferente do que era estabelecido pelos médicos, que se preocupavam com os cuidados com a criança ainda bebê. As mães que escreveram para Rios estavam preocupadas em entender como proceder nos seus aspectos emocionais e morais na relação com seus filhos mais velhos, em idade escolar. Em 1946, Lombardi (Fon Fon) também focará sua atenção à criança em idade escolar e explorar as questões relativas ao método de ensino, considerada por ele uma demanda da alçada médica. Lombardi (Fon Fon) não se comunicava com as leitoras como Rios se propôs.

Compreendemos com a constatação dessas cartas endereçadas a Rios (Fon Fon), como iniciativa em se dar voz à mulher, de revelar interesse real sobre a condição de mãe, pela própria mãe. Esses objetivos são muito díspares em relação ao especialista médico, que fala por ela.

Esse lugar de escuta dos interesses diretos das mães explorados por Rios (Fon Fon) será uma grande exceção à regra de posicionamento dos diferentes especialistas com a leitora-mãe.

Outra grande exceção em relação ao universo dos especialistas que escreviam para as revistas foi a contribuição semanal de Silva para a revista Vamos Ler. Autor de persistente interesse no sentido de apresentar às suas leitoras e mães os

conhecimentos da 'nova ciência', a psicanálise. De posse dessa ciência, Silva (Vamos Ler) não só procurou apresentar ao público leigo essa forma de conhecimento que a medicina vinha tratando recentemente (1940) sobre a compreensão da alma humana, como também revelar que no contexto relacional da mãe com a criança resultará uma forte influência em sua psique.

Silva desvelou o mundo infantil orientando as mães sobre as necessidades da 'alma' da criança. Evidenciava que o modo como a 'alma infantil' fora tratada, resultará em um adulto com maiores ou menores transtornos. Dessa forma, sua intervenção nos artigos procurava proteger a criança de uma má influência do adulto, particularmente da mãe. Exigirá por parte dela, e falando em nome da família, que o processo educativo de zelar pelo desenvolvimento da criança, a 'alma infantil', deve ser cumprido sob pena de ver o filho constituído em um delinquente quando adulto. Silva, nesse contexto, afirma que a mãe ao comprometer a criança, compromete toda a sociedade.

Com tamanha responsabilidade atribuída à mãe, a ação desse especialista junto à família faz-se necessária. E Silva (Vamos Ler) se empenhará para determinar a forma correta da mãe agir e proceder com a criança, por considerá-la incapaz ou perigosa nos cuidados com a saúde mental da criança. Ele apresenta a necessidade de distanciamento físico constantes entre a mãe e a criança, e não encontraremos uma educação para o afeto e o carinho. Essa prerrogativa só será considerada quando a criança for bebê. Para esse médico que se coloca como médico da psicanálise e influenciado pelos princípios higienistas da Liga Brasileira de Higiene Mental, as mães não sabem lidar e nem se dedicar à criança como sendo criança, imersa em uma expansão dos 'instintos'. Assim sendo, o desenvolvimento infantil pode resultar em comportamentos inadequados, frente ao desejado de uma criança saudável e dentro de parâmetros da normalidade. Para essa realização de alinhamento dos comportamentos mãe e filho, Silva (Vamos Ler) irá exigir que a criança possa brincar, ter ampliado os espaços de convivência junto à família, e também poder frequentar espaços públicos específicos a elas para dar vazão a seus instintos.

Verificamos Silva como os outros especialistas, dedicado a escrever e preparar um público feminino que lê e com condições sociais extremamente favoráveis. Ao término do ano de 1940, abandona esse público feminino em específico e irá dedicar-se

na mesma revista à expansão da psicanálise ao público em geral, com temas diversos não mais vinculados à mãe e à criança.

É possível afirmar que os especialistas médicos exerceram nas famílias brasileiras de classe média e alta, intervenção nos moldes de um disciplinamento policial, constituindo-se de procedimentos rigidamente a serem cumpridos pela mulher-mãe. Um verdadeiro projeto de saúde materno infantil se estabeleceu nas revistas para as leitoras-mães. O objetivo desse controle esteve vinculado prioritariamente em relação ao aleitamento, à amamentação, à inclusão de novos alimentos e doenças relativas à primeira infância.

A criança-bebê esteve protagonizando o palco das preocupações médicas. Protegidas pelas informações médicas, as crianças parecem viver desprotegidas e, portanto, correndo risco de vida. Riscos impulsionados pela ignorância do adulto responsável por sua tutela, a mãe, que, para os especialistas, representavam perigo à saúde da criança. A ameaça de ver as mães utilizarem práticas inadequadas e irregulares com as crianças precisava ser eliminado. Nesse contexto, eles se esmeraram nessas três revistas em treinar a mãe, ao mesmo tempo em que se apropriavam de uma profunda aproximação do universo íntimo e privado da família.

A polícia das famílias, exercida pelos médicos através dos artigos publicados nas revistas, usou como definição de ações: a promoção da saúde física dos bebês e de crianças da primeira infância, a estruturação dos vestuários e objetos da criança; a disseminação da compreensão do desenvolvimento físico da criança, a divulgação das causas e do tratamento de doenças da primeira infância, o valor dietético dos alimentos, particularmente do leite, cuidados com a higiene, atenção aos cuidados com o sono, ocupação com a criança pela mãe (onipresença da mãe), a higienização e exclusão das amas de leite e das 'amas secas', a substituição de saberes antigos sobre a criança pelo saber médico. Os artigos retratam uma ligação que Danzelot (1980) denominaria de 'orgânica' entre o médico e a família (mãe), estabelecendo entre eles complementaridade no papel do médico que prescreve e da mãe que executa. Os especialistas médicos irão combater a cultura das avós, comadres, empregadas, em vigilância acirrada ao rigor dos 'métodos' estabelecidos por eles e com a determinação de serem cumpridos pelas mães. Eles têm a grande missão de constituir junto às mães

a libertação das crianças do contato físico e moral dessas perigosas influências que são refletidas em toda e qualquer pessoa que não seja a mãe, e, assim, substituir os conhecimentos de uma medicina popular para o que consideram a verdadeira medicina. Uma espoliação da cultura popular da maternidade foi implantada pelos médicos. A mãe também será alvo de vigilância para não desregrar nos exageros dos contatos com o próprio filho e de vacilar quanto à rígida disciplina preparada para que ela a execute no 'exercício' da maternidade.

A tese revela o controle médico através de uma medicina de base higienista onde os cuidados em relação à criação de crianças pelas famílias de classe favorecida se distanciam das intervenções da medicina em relação às famílias pobres no mesmo período, em que se buscava a prevenção da miséria, higiene da coletividade, controle da concepção, prevenção da mortalidade infantil.

No contexto das famílias das mulheres leitoras das revistas pesquisadas, o controle médico de regulação e tratamento higiênico representou uma verdadeira educação das famílias, educação das mães, enquadrando-as em contexto de família nuclear, organizada em consonância com a criança que será o epicentro aglutinador do núcleo familiar. A mãe é modulada no próprio comportamento, pelo olhar imperativo dos médicos ao determinar o cumprimento de sua participação na família como auxiliar do médico nos cuidados com a saúde do filho. Os artigos das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* revela então, a medicalização da família burguesa. Não houve coincidência de que esse modelo fosse constituído no período analisado. Entre os fatores já elencados, vimos acrescidos o fato de serem constituídos por famílias brancas. As três revistas exaltam nas diferentes seções e em suas capas, a mulher branca, magra e vestida de acordo com o corte da costura europeia. Evidenciamos, portanto, o que Jurandir Freire Costa (1989) já revelara, demonstrando que os médicos, através desse modelo construído pela higiene, exploravam a superioridade racial e social da burguesia branca, fazendo com que o cuidado com o corpo constituísse na consciência da classe burguesa um preconceito racial. As diferentes intervenções dos especialistas nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* constituiu de modo subliminar e também de forma direta essa compreensão, ao determinar e estabelecer como público alvo as leitoras e mães que tinham acesso a essa mídia.

A MULHER

O universo das leitoras dessas revistas é constituído, como vimos, por mulheres de um médio a alto poder aquisitivo, e de serem alfabetizadas. Esse público não se caracterizava, nesse início de século XX, em número extensivo de mulheres alfabetizadas como já demonstrara o historiador Fausto (2009), ao retratar as mudanças ocorridas no Brasil em dois censos nacionais, o de 1920 e o de 1940. Rios (Fon Fon), uma das especialistas a escrever para uma das revistas, já preconizava que a mãe precisava ter estudos para compreender “o crescimento, a educação e a saúde da criança”. Podemos afirmar também que essas mulheres compõem uma parcela diminuta da elite brasileira, que poderiam não só adquirir as revistas como também fazer parte do interesse midiático de consumo e de uma verdadeira ‘doutrinação’ de um fazer higiênico estabelecido pela comunidade médica.

Todo o esforço da puericultura e do higienismo no Brasil foi de alcançar as famílias e, particularmente, as mulheres mães das camadas mais pobres. Uma verdadeira ‘limpeza’ estava em andamento nesse início de século, sobretudo nas grandes cidades. As ações tiveram várias políticas de intervenção que abrangem frentes distintas, mas interligadas no objetivo de higienizar. Desse modo, as organizações do planejamento urbano em suas construções sofreram mudanças radicais, modificando a paisagem urbana, sobretudo em suas regiões centrais; além das intervenções nos cuidados com a saúde preventiva e curativa das crianças, dado os altos índices de mortalidade infantil.

A classe média e alta, já beneficiada pelas condições sócio-política e econômica, precisava ver-se livre das ameaças que a proximidade da convivência com a população de baixa renda apresentava em seu cotidiano. Um modo vulnerável nessa comum convivência estava a constituída herança portuguesa de ter os filhos sendo cuidados pelas escravas e amas de leite. Não representava para a mulher da elite brasileira a atribuição de tarefas que exigissem tanto esforço como limpar criança, acompanhar as brincadeiras, cuidar dos ferimentos, embalá-la e amamentá-la. Esforço dessa

intensidade estava ainda muito atrelada à herança do trabalho escravo que, nessa época, era atribuído tanto às amas de leite, como às 'amas secas'.

Esse modelo esteve perpetuado no início do século XX, pela presença nas famílias não só das 'amas secas', como também das amas-de-leite, que ainda faziam parte do cotidiano de muitas crianças. Uma criança que encontrava problema com o aleitamento, a recomendação de De Lamare (Fon Fon) era de que a mãe procurasse uma ama de leite. Elas representavam e configuravam como partícipes dos cuidados das crianças de modo bastante comum, nas famílias que compunham a elite brasileira.

Essa proximidade entre mulheres de uma classe social baixa, sem os requisitos preconizados da medicina higiênica, passou na década de 40 de tolerável à representação de grande ameaça à criança e à mulher da elite. No traçado dessa trajetória, é possível compreender que seria preciso que as mulheres da elite, as que têm acesso à leitura, às revistas, não se influenciassem e não colocasse em risco seu filho, diante de tantas ameaças de maus hábitos e comportamentos, cuja situação necessita de estar distante das nobres famílias. Valores relativos à higiene pessoal, o uso de objetos pessoais, a periodicidade na alimentação não podem ser exercidos por quem efetivamente já nascem desregradas, como as 'amas secas'.

A mulher da elite e sua cria precisam ser protegidas das más influências dessa daninha convivência. Será preciso, então, que essa mulher aprenda a ser mãe e a conhecer o que é sua cria, que historicamente pertencia aos cuidados de outra pessoa (escravas, amas de leite, amas secas, babás, empregadas).

A condenação à mulher-mãe de não direcionar suas ações diretamente aos cuidados maternos será a tônica de muitos autores das revistas, por diagnosticarem a perda de seus instintos maternos, por poderem contar com a ajuda de uma 'ama'. Eles denunciam o limitado compromisso da mãe com a criança por preferencialmente se envolver com outros compromissos sociais como frequentar chás, festas de caridade, ir à costureira provar roupas, ler e jogar cartas. As mães são convocadas a assumirem responsabilidade com a função materna. Não delegar, jamais, a divisão dessa atribuição com nenhuma outra mulher. Essas recomendações estão amparadas pela medicina, na compreensão de que a criança pode ser comprometida em seu futuro se não encontrar os cuidados diante de sua estrutura considerada delicada e frágil. A

criança corre perigo e precisa ser cuidada em sua saúde física e psíquica. Essa conclusão apreendida dos resultados das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* entre os anos de 1940 a 1950, representou os ideais imprimidos pelo Estado Novo, de uma classe dominante, onde as mulheres leitoras são direcionadas a colaborar assumindo uma postura de docilidade, adequada e ajustada ao casamento de modos a garantir a normalidade e a saúde do filho e harmonia da família.

A mulher nos ideais médicos, pertencente a este contexto familiar, precisa assegurar o 'método', a rotina da criança. Necessita estar preparada para o cumprimento dessa função, segundo o método preconizado pelo De Lamare (Fon Fon) que considera "um estado psicológico perfeitamente equilibrado", com condições de compreender e "interpretar as reações e as atitudes mentais dos filhos", e, sobretudo, garantir a efetiva realização e 'aplicação de medidas seguras e úteis' na condução do comportamento da criança.

O comportamento mais evidenciado e insistentemente retomado pelo De Lamare (Fon Fon) e que representou grande preocupação no sentido de aconselhar as ideais medidas a serem seguidas, esteve relacionado aos cuidados com a alimentação, mais especificamente, com a amamentação. Foi estabelecido não só o que é o amamentar, como o modo que mãe deve proceder ao amamentar, e não representar uma ameaça ao filho. Constatamos que a amamentação disciplinada e regrada pelas determinações médicas servirá para regular a vida da mulher, afastando-a de qualquer circunstância de ociosidade ou de outros costumes, para deter-se no universo da maternidade.

Podemos mesmo considerar que a amamentação serviu como um instrumento de domesticação da criança e da mulher na família, e como tal, inserindo a mulher em uma relação de dependência servil às instruções educativas e medicalizadas.

Essas e outras exigências vão compondo o cenário de doutrinas do vir a ser mãe; contudo, existe um método para a tão sonhada consolidação medicalizada de mãe, o da rotina.

Rotina, 'método', essas são as palavras que permearão os escritos do especialista médico De Lamare (Fon Fon), que espelha de modo satisfatório o contexto dos demais especialistas. O rigor estabelecido nas rotinas é para que sejam seguidas pelas mães no cumprimento do que é entendido pela medicina como cuidado

necessário à criança. Não tardará por se entender que a rotina estabelecida para as ações a serem vivenciadas pela criança será também para estabelecer rotinas para a mulher-mãe no cumprimento do lugar da maternidade. Frente a essa problemática, será preciso método em relação à alimentação da criança, o sono, ao uso de utensílios domésticos etc. A mãe, necessariamente, precisa assegurar que o 'método' seja alcançado. Um exemplo contundente é que a mesma deverá, no caso da criança (bebê) descumprir o horário e periodicidade de sono exigido, induzir a rotina do sono, fazendo uso de medicação se preciso, para garantir o 'método'.

A tese revelará exceção através de um tom mais ameno em relação às rotinas das crianças e da mãe, no ano de 1948 com Wilkes (Fon Fon), que oferece à mulher mãe um lugar mais comum e menos exigente em relação às rotinas. Para esse autor ela pode dedicar seu tempo não exigindo para si os cuidados com o bebê como sua única obrigação. Esse olhar diferenciado de Wilkes para a mulher é também para a criança, que não é considerada como uma planta a ser criada em uma estufa.

A mulher e mãe com essas atribuições de responder o rigor do 'método', não está pronta, ela precisa ser constituída. Não há por parte dos especialistas médicos a compreensão de que se tenha uma mãe naturalmente com o potencial de exercer o que o 'método' médico exige. Há a mãe mal influenciada pela ignorância de suas antepassadas e conterrâneas que desconhecem os saberes da 'moderna medicina infantil'. Assim, é possível afirmar que o referencial de mulher-mãe preconizado por ele é de total ignorância a respeito da criança. Os artigos são reveladores da compreensão de que a mãe não reúne absolutamente nada que pudesse ser valorizado pelo médico especialista. Deverá, então, ter de aprender.

Nesse quadro de absoluta falta de discernimento do que vem a ser a criança e filho da mãe, o médico adentra à vida familiar, civilizando seus modos relacionais em procedimentos esperados em regras padronizadas relacionados a toda forma de intervenção da rotina diária de uma criança no lar. O requinte de detalhamento do que e do como fazer funcionou como uma excelente cartilha para o 'analfabetismo' do universo infantil preconizado pelos especialistas, em sua insistente e policlesca intervenção.

Em 1949, os especialistas continuam por atribuir e reforçar a mãe como referência nos cuidados com a criança e a necessidade de afastá-la dos cuidados de empregadas. Nesse momento, os especialistas incluem nessa atenção e preocupação, a justificativa de que o comportamento presente do filho socialmente desajustado em inconveniências é explicado pelo fato de ser ele entregue aos cuidados de empregadas. Os especialistas reconhecem que, se os filhos fossem acolhidos por suas 'educadas' mães seria diferente.

Os artigos das revistas se revelarão em uma estratégia planejada da classe médica de policiar essa transição de âmbito privado da família: os cuidados com a criança que era realizada por outras pessoas, são obrigatoriamente devolvidos agora, para a mãe. Ela se tornará valorizada aos olhos dos especialistas, particularmente do médico, sobretudo por se tratar de uma época em que ser mulher e ter uma posição na sociedade precisava necessariamente casar e ter filhos. Os médicos em seus artigos estariam preparando essa mulher para a função do matrimônio e sua realização para a maternidade. Essa tendência de valorização da intimidade e da maternidade como marca da família burguesa já fora revelada em Kamada (2010). Um processo de higienização está em curso com as mulheres-mães da elite, diferentemente da política exercida em relação às mulheres de classe social mais baixa e pobre da população.

Com a missão de casar e ser mãe, com obrigação 'sagrada' de garantir a maternidade, o filho, nessas condições, representa consequência biológica que a tornará cumpridora da santa missão do casamento. Sua função será a de cuidar, zelar e responder por tudo que compõe o universo da criança na família; desde a amamentação aos cuidados com a higiene, às doenças, à organização do espaço, aos objetos da criança, ao seu sono, à inclusão de outros alimentos, ao distanciamento de influências ruins de outras pessoas etc. Ser mãe nesse contexto não inclui nenhum modo de flexibilidade. A rigidez às exigências constantes dos especialistas será imutável.

Nessas condições, os médicos, ao mesmo tempo em que diz da mulher e mãe como aquela que assume e cuida de sua cria, não delegando a outras formas de 'amas' essa atribuição, despersonificam o que poderia ser e representar características de ser mãe dentro da cultura das mulheres em seu meio, para que elas assumam a

personificação de auxiliar do médico na família. A mãe passa a ser disciplinada para disciplinar a criança. É o que já revelara em outro contexto da tese; os médicos constituiriam uma forma de ventríloquo com a mãe nos cuidados com seu filho.

A execução desse processo de doutrinação de costumes da função materna por parte dos médicos não parece ter representado uma tarefa fácil e fluída junto às mulheres mães. Foi preciso popularizar a ação do médico pediatra com as mães, em um cenário secularmente regulado por ações de influências lusitanas, onde a mulher de elite distribuía as ações pertinentes aos cuidados à criança a outra mulher. O médico nesse início do século XX, pela insistência como De Lamare se empenha em aconselhar e determinar o 'procedimento' correto do que a mãe deve e/ou não deve agir com a criança, é revelador de que as mulheres e mães não tinham assimilado em seu cotidiano a medicina como ferramenta usual e confiável. A medicina precisará combater e desqualificar os antigos conhecimentos e as ações das ancestrais mulheres e mães, para impor o que se constituirá como linguagem oficial, a linguagem da medicina.

Outro aspecto de merecido destaque sobre a mulher é o papel que essa mulher e mãe precisa garantir, no exercício de compor a família. Ela foi considerada o 'apoio mais firme' do marido, mas este não pode sofrer ameaça de ver e vivenciar os atropelos do dia a dia da família. Outra função da mulher seria a de manter essa rotina e preservar a harmonia do lar. Este resultado da análise das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* não difere dos resultados encontrados na ampla revisão das produções acadêmicas que se utilizaram da mídia escrita para mulheres em contexto de períodos bem recentes do século XX.

O contexto familiar estabelecido pelos especialistas é de uma família nuclear. Não poderia ser diferente, uma vez que o casamento é reconhecido por De Lamare (Fon Fon) como forma de preservação da espécie garantida pela Igreja e a sociedade. Compreendiam, ainda que a vinda de um filho consiste em uma consequência biológica. Constatamos um olhar biológico para essa organização social, e como tal precisa ser tratada e conduzida. As revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* comprovam o que a revisão bibliográfica revelou da vinculação das mulheres da elite,

nesse início do século XX a uma cadeia biológica, presa às gestações, às crianças e à vida doméstica

A família descrita pelos autores nos diferentes artigos das revistas analisadas, bem como os exemplos atribuídos a ela, remete à família de condição muito favorável economicamente. Nesse contexto, ela deverá responder às exigências dos médicos em relação à estrutura física do bem móvel onde deve morar o recém-nascido, os objetos móveis que precisam compor o quarto, os bens de uso pessoal, além da organização social dentro da casa para melhor atender a criança. Constatamos que os autores têm as mães com padrão internacional de orientação na cozinha, guiadas por um famoso gastrônomo. A mulher e mãe praticam alpinismo e tênis e viajam em carro próprio. Como dona de casa e mãe está bem vestida, usando batom na hora da refeição. Essas e outras evidências sugerem a que público os médicos se dedicam, e o distanciamento em relação à mulher pobre.

Os autores seguem um padrão de utilizar-se da palavra família, mas contextualizando as determinações para a ação da mãe. Há a família nuclear, mas o contexto privado de seu gerenciamento é de atribuição da mulher, sobretudo no que diz respeito à atenção específica em relação à criança. Caberá à mulher não só primar pela educação e cuidados dos filhos como proteger o marido de qualquer aborrecimento e poupá-lo no que diz respeito ao universo infantil. O marido e pai repousarão no lugar de provedor. Essa condição de gerenciamento do cotidiano, compondo a rotina interna do lar, com os acréscimos dos cuidados infantis, não representou para a mulher sua hegemonia sobre os domínios do lar. Ao contrário, a mulher está submetida a essa função e dela não deverá se afastar ou deixar de cumprir com os afazeres rotineiros cabíveis a uma mulher e mãe, essa será sua sacra missão. Vivê-la representará a realização do 'mito do amor materno' (BADINTER, 1985) e consolidação dos ideais de mulher constituídos, no contexto dessa tese pelos especialistas médicos. Falhar significa não ser uma 'mãe verdadeira', uma vez que utilizaram as orientações a que os médicos se referiam, como 'métodos condenados de educação infantil', além de criar infortúnio ao marido que não deve ser incomodado. A 'rainha do lar' impera sem poderes. Constatamos que essa construção e ideal de mulher presentes nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* no papel de esposa, subjugada pelo marido e com

atribuições rígidas de garantir um lar feliz, configurou em grande medida os mesmos resultados da revisão das produções acadêmicas da mulher na mídia em revistas, presentes nas seções 3 e 4. É possível inferir que o início do século XX representou o início da consolidação de ideais para a mulher da elite direcionada para a vida em família, dedicada às atribuições do contexto do lar e dos cuidados infantis que irá influenciar toda uma geração de mulheres.

O contexto em que os autores das revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra* se refere a família, de fato estavam se dirigindo à mulher e mãe. Haverá modificação no final da década de 1940 e no ano de 1950, nesse período, vamos encontrar artigos estrangeiros com a ideia de família, onde há a presença mais efetiva dos pais (o pai e a mãe incluídos), e da relação entre o casal, e destes com os filhos, onde a afetividade e a ternura são promulgadas. A qualidade da relação do casal com o filho é vista de forma relevante na formação da criança.

Com essa perspectiva de casal, o pai aparece e a mãe não é concebida de modo onipresente. É verdade também que a lembrança do pai não retira a mãe da responsabilidade com o filho. É ela ainda a responsável de 'incutir' os sentimentos nos filhos. Todavia, no final da década dos anos de 1940, já é possível dividir com o pai os problemas com os filhos, algo impensável no início da década. Desse modo, os pais deverão esmerar-se para não criar os 'complexos infantis' quando precisarem punir e comparar quando não dão atenção de acordo com a faixa etária ou quando o ambiente familiar encontra-se conturbado.

Há forte presença da psicologia na estruturação dos artigos, nos quais podemos afirmar que a dimensão emocional da criança equipara-se as preocupações de ordem biológica. Os autores se interessam pelo modo como a criança pensa e pelos seus sentimentos. A sexualidade da criança também é referida e pela primeira vez os autores retratam de forma distinta filhos e filhas.

A mulher nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*, viveram um compromisso de corresponder a um modelo de mulher fixada no lar, distanciada de tudo que não corresponda a maternidade e os cuidados como o lar, assegurando e preservando o lugar da boa mãe e esposa. A revisão das pesquisas acadêmicas nas seções 3 e 4, retratam mulheres que também consumiam a mídia escrita por revistas e

de um modo geral precisavam corresponder a um corpo magro, a lutar para dar voz a seus desejos, romper com estereótipos, consumidora, respeito por ser trabalhadora. Esses ares de modernidade presentes em períodos recentes da história não foi o suficiente para romper com o modelo tradicional de mulher, constituída por um imutável papel de ser mãe e uma boa esposa. A mulher conquista o trabalho, mas não conquista respeito a sua inserção no mundo público. A revisão da produções acadêmicas revelou que a mulher de agora como da década de quarenta tem seu valor reconhecido e preconizado por sua submissão ao mundo masculino e pela família.

A CRIANÇA

A ideia de criança na família não existe. Será preciso que o médico a conceba e a insira no lar; essa é a tese apreendida com o conjunto dos artigos publicados nas revistas *Fon Fon*, *Vamos Ler* e *A Cigarra*. O contexto da família em que nascera a criança medicalizada, analisada nessas revistas, será o da elite brasileira. Esse bebê precisa ser uma criança saudável, e bem alimentada dentro de rígidas prescrições e representará uma estrutura social de dependência profunda da mãe.

Ao referirem-se à criança, os especialistas dão um tom genérico e irá caracterizá-la em relação ao seu desenvolvimento normal. Será preciso que a criança não se afaste da normalidade médica, exigindo-se também que sejam evitadas as doenças da primeira infância. A criança, filho “gerado” e “presente”; será o protagonista dos médicos no contexto figural da cena. A mãe ficaria como contraponto ao fundo, mas a criança, ao necessitar da intervenção da mãe na disciplina de suas necessidades biológicas, foi se mostrando também como o verdadeiro protagonista do cenário médico.

A criança, coadjuvante no contexto dos textos editados nas revistas, é representada como ser sem autonomia e fragilizado diante do mundo dos adultos que ignoram e/ou não conhecem suas características.

Não retratam a criança senão por sua dimensão biológica. Serão necessários cuidados e estes estão relacionados às necessidades de amamentação, sono, desconfortos, rotinas, doenças da primeira infância etc. Fica compreensível que nessa

instabilidade e ameaça vivida pela criança, quem cuida dela não domina suas necessidades.

Os artigos estarão a serviço da condução de uma educação terapêutica da criança em uma marca impessoal. Fisicamente há uma dependência do adulto para protegê-la de toda ameaça (contato exagerado da mãe, amamentação desregrada, alimentação insuficiente e não condizente, doenças oportunistas, ocasionados pelos descuidos do adulto etc.).

Vimos diante da importância atribuída à criança pelos diferentes especialistas nos artigos publicados que no outro extremo dela, da criança, está a mãe, que, para ser 'verdadeira', renuncia à sua própria história, para garantir a encenação da criança. Mãe que aprisionada na rigidez dos 'métodos', não conquistará nenhum status ascendente nesse contexto.

A mulher e mãe que se enquadram no espaço de auxiliar o médico nos cuidados com a criança, não se diferenciam de qualquer outro aspecto apresentado nos artigos, como os objetos de uso pessoal da criança, objetos permanentes, seu quarto, seus brinquedos etc. Existe a mãe ferramenta, mãe acessório, objeto na consolidação da saúde física e social da criança.

Não é preconizado nos diferentes artigos, o vínculo relacional mãe e filho. A relação no contexto de contatos afetivos é ignorada, não representa importância no que se refere a garantir a sobrevivência saudável do filho. O esperado em relação ao caráter é a manutenção da criança tutelada pelo adulto-mãe, em disciplina visando o controle de seu comportamento físico (comer, dormir). Há menções acerca de seu universo lúdico e da escolaridade, todavia, não há descrição de troca entre quem cuida (mãe) e a criança. Há visivelmente por parte dos autores a marcação em pontos equidistantes dos dois mundos, a do adulto que cuida, protege, disciplina, alimenta, higieniza, educa, pune e o mundo da criança, do qual nada sabe, desprotegido, influenciável, adestrável. São valores antagônicos que retratam a ambivalência entre os dois mundos: da mãe e o da criança.

Silva (Vamos Ler, 1940), em número de artigos produzidos (perde apenas para De Lamare que escrevera principalmente para a Fon Fon), considera a criança como um mundo específico, sem autonomia, sem possibilidade de raciocínio, de natureza

pura, uma tábula rasa e modelável nas mãos do adulto, sobretudo a criança até os cinco anos de idade. Com esse conceito, a criança é percebida desprotegida, e sujeita à influência do meio.

O autor manterá a compreensão do mundo da criança distanciado das aquisições formais do pensamento. Quanto mais distante as aquisições cognitivas, mais tempo de inserção na vivência pueril. Estimula não forçar o pensamento da criança para não comprometê-la no futuro. E o que reserva seu futuro? – O mundo adulto.

Silva (Vamos Ler), tal qual Postman (1999), discorria sobre a mídia televisiva que revelaria com sua forma de comunicação os segredos do mundo dos adultos, comprometendo o fim da infância. Compartilha a ideia de que investir no distanciamento do mundo adulto do da criança (controle das leituras das crianças, à influência dos personagens dos filmes de cinema), representará como estratégia de garantir a preservação da sensibilidade infantil e o incompreensível universo do adulto. Silva (Vamos Ler) procurou incutir ferramentas reguladoras do desenvolvimento da criança de modo a não permitir que se fundissem os dois mundos (criança – adulto).

O meio ideal para vivência da criança será o contexto familiar; contudo, esse meio para o autor desconhece a profundidade da natureza infantil, tratando a criança como se fosse um adulto em miniatura. Será preciso que o especialista descreva para os pais, particularmente para as mães, a especificidade do mundo infantil. Silva explora de modo claro a ambivalência entre esses dois mundos e apresenta como marca na dissociação entre eles, o necessário distanciamento físico entre a mãe e a criança. A grande preocupação seria os excessos de carinhos que poderiam remeter a fixações no futuro adulto. Sem o contato físico a criança pode existir. A coexistência entre o mundo do adulto e o da criança torna-se necessário garantir o distanciamento entre eles; precisa permanecer a compreensão de que a criança não possui um cérebro e comportamento como o adulto; necessita preconizar o distanciamento da família quanto à possibilidade de ver a criança como um adulto de pequenas proporções.

Outro modo de demarcação do mundo infantil é a compreensão de que a criança tem brinquedos e deve brincar. Diante dos brinquedos e brincadeiras elencados por Silva, é possível compreender que o mundo da criança estaria preservado da

interferência do adulto através de participação na condução dos mesmos e na possibilidade de moldar padrões a partir do olhar do adulto.

Denunciará a falta de espaço no contexto do lar e no espaço público para essa exploração lúdica pertinente ao desenvolvimento infantil, encarando essa dificuldade como um mal dessa década para as crianças. Representará um mal, diante do pressuposto de Silva de que as crianças não têm a oportunidade de 'expandir seus instintos'.

A frustração na execução das necessidades do mundo infantil é decorrente da falta de conhecimento e compreensão deste, por parte do universo do adulto, ao qual caberia oportunizar e garantir a possibilidade de existência da vivência pueril, reconhecida por Silva como primitiva, desejante, sonhadora, afetiva, travessa, perversa, agitada, ciumenta, astuta, imaginativa e sem limites.

Cabe, então, toda a crítica de que a criança não veja oportunizada sua existência por aquele adulto que tem essa função – a mãe. Ele acrescentaria ainda a função de que ela deveria responder pela educação (geral, religiosa, sexual) e pelo seu desenvolvimento (físico e moral).

O tema da educação da criança por Silva (Vamos Ler) foi enfaticamente valorizado, sobretudo no distanciamento que esse tema apresenta quanto à instrução. A educação cabe aos pais (a mãe) e a instrução à escola. Houve todo empenho por parte desse autor no que concerne à compreensão de que a educação é o que preserva a criança em sua natureza, através dos valores morais revelados no controle dos instintos. A educação conduz a 'alma' da criança, sendo portanto, estimulada e preconizada pelo especialista e exercida pela mãe. Essa ênfase na educação, em relação à instrução do saber formal estabelecida pela escola (inserção no universo do mundo adulto), representou o que Postman (1999) revelara na tentativa de distanciar a criança de se transformar no mundo adulto perenizando sua infância em tempo mais duradouro. No entanto, a criança para Silva corre perigo se esses almejados objetivos não forem concretizados no contexto familiar, através da implacável responsável pela criança, a mãe. A criança correria o risco de ser ferida na 'alma'. As mães precisariam do conhecimento da medicina psicanalítica para poder evitar e sanar os possíveis danos da 'alma' e, assim, o especialista o faz: ensina, educa, condena e descreve os

caminhos a serem seguidos ou evitados. Essa postura, como também dos demais especialistas que escreveram para as três revistas (Fon Fon, Vamos Ler e A Cigarra), retrata uma tendência desse início do século XX, lembrado por Elias (1990, p.169) como o 'século da criança', que permitiu a compreensão do distanciamento entre o mundo da criança e o mundo do adulto. Agora, "crianças não podem se comportar como adultos que lentamente iriam penetrando no círculo familiar com os apropriados conselhos e instruções pedagógicas".

Esta tese, de fato, revela que não só a ideia de criança foi sendo estabelecida pelos diferentes especialistas ao longo das revistas, como também a consolidação de seu comportamento social a partir das determinações dos cuidados no seu controle por parte da mãe. No início dos anos 40, os bebês foram a tônica do aparecimento da criança, próximo o ano de 1950, quando se evidencia interesse dos autores pelas crianças pré-escolares e escolares. Nesse contexto, há diferenças na concepção de crianças dos autores que escreveram nesse período, em relação a Silva (Vamos Ler). A criança nessa aproximação do ano de 1950, é reconhecida como um ser que sente e pensa. Retratam também prioritariamente o menino e não se refere à menina do mesmo modo. O gênero masculino impera na atenção dos cuidados da mãe.

Criança, nesse período precisa ser entendida como tal e permanecer distanciada do mundo adulto, marcado por um cotidiano de rotinas. Torna-se evidente a campanha por parte dos especialistas para que a família não encare a criança como adulto em miniatura, e sim como ser distinto do mundo adulto, com sentimentos e necessidades específicas. É descrito também o estímulo para que interaja com os pais, uma vez que os especialistas promovem um olhar sobre a criança em contexto de mundos diferentes, mas não inferior. O contorno do tratamento dispensado à criança modifica-se de forma considerável. Os especialistas recomendam que o adulto, ao dirigir-se à criança, o faça com carinho; estar atento ao controle das emoções; não utilizar-se da força e não consolidar uma relação de medo. Essas proposições se destacam nos textos de especialistas americanos; os brasileiros, todavia, mantiveram uma tendência mais punitiva e coercitiva para com a criança. Exceção para Rios (Fon Fon) que distingue o mundo da criança do mundo do adulto, mas o faz considerando a

necessidade das 'expansões próprias da idade', trata-se de uma postura mais flexível diante dos cuidados maternos infantis.

Tal qual o descrito por Postman (1999), em referência aos anos de 1850 a 1950, no Brasil, particularmente dentro do período analisado nesta tese entre os anos de 1940 a 1950, houve por parte dos especialistas tentativas de caracterizar e incluir características próprias da criança dentro do controle dos atributos que consideravam pertinentes a ela. Destaca-se em relação ao bebê, seu vestuário, sua mobília e quarto, a alimentação com enfoque na amamentação. A criança maior em comparação ao bebê pouco foi considerada em atenção ao seu mundo específico. No contexto dessas crianças, foi verificado, por parte dos especialistas, atenção quanto à vestimenta, à necessidade de espaços, aos castigos e à sua alimentação. Houve uma inserção da criança maior no contexto de sua realidade infantil nos artigos de Rios (Fon Fon), mas foi Silva (Vamos Ler) quem mais defendeu o lugar de especificidade da criança.

O que levou a família, e particularmente a mãe a tornar-se uma forma de guardiã, protetora da criança, foi o temor da classe médica de ver a criança da burguesia não prevalecer de modo saudável e vingar em adultos e se perpetuar em seus descendentes. De outro lado, evidenciou-se também a clara intenção dos especialistas em inibir tudo que pudesse comprometer esse objetivo, o distanciamento da mulher da missão materna, da vida privada do lar. A maternidade seria a grande meta para a mulher nesse período entre 1940 a 1950. Como projeto civilizatório, a maternidade resultaria na anulação da mulher em seu expansionismo na vida pública, de modo a não ameaçar e concorrer com os homens em seu espaço de domínio. Os especialistas, escritores dedicados à governança da mulher-mãe, deixaram para sempre sua marca intervencionista junto à família das classes mais favorecidas, fortalecidos pela chancela da ciência médica. Talvez, sem nenhum exagero possamos reconhecer a medicina como a grande mãe nesse período.

REFERÊNCIAS

A CIGARRA. São Paulo: [s.n.], 1947-1950.

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.79, n.191, p.31-41, jan./abr. 1998.

ALMEIDA, Nukácia M. Araújo de. **Revistas femininas e educação da mulher: o Jornal das Moças**. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, [2006]. Disponível em: <http://www.alb.com.br/anais16/sem03pdf/sm03ss14_06.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2009.

ANDRADE, Sandra dos Santos. **Uma boa forma de ser feliz: representação de corpo feminino na revista boa forma**. 2002. 138f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2002.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.45-77.

ARAUJO, Renata Pedroso de. Ser mãe na Colônia: a condição da mulher sob o aspecto da maternidade irregular (séculos XVII e XVIII). **Revista Virtual de História**, edição 10, abril-maio 2002. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra10/mulheres.html>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

ÁRIES, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ÁRIES, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias.** Antoine Prost e Gerard Vincent Organizadores. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. v.5.

ASSUMPÇÃO JÚNIOR, Francisco B. **Psiquiatria infantil brasileira: um esboço histórico.** São Paulo: Lemos Editorial, 1995.

AVILA, Simone Moreira. **A construção da subjetividade feminina na obra literária de Francisca Clotilde, Emília de Freitas e na revista “A Estrella” (1899- 1921).** 2007. 135f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.

BASSANEZI, Carla Sílvia Beozzo. **Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas femininas (1945-1964).** 1992. Dissertação (Mestrado em História Social)-Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, 1992.

BASSANEZI, Carla Beozzo. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Caderno Pagu**, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad01/pagu01.07.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

BAUCHWITZ, Nahara Verônica. **O popular e o não – popular na imprensa feminina: aproximações e dispersões no estilo e no discurso das revistas Anamaria e Cláudia.** 2009. 143f. Dissertação. (Mestrado em Comunicação)- Programa de pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** São Paulo: Círculo do Livro, 1990. v.1-2.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BORGES, Dulcina Tereza Bonati. **A cultura ‘psi’ das revistas femininas (1970/90): gênero, subjetividade e psicologização.** 1998. Dissertação. (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.

BRAGA, Adriana. Corpo e agenda na revista feminina. **Cadernos IHU Idéias**, São Leopoldo, v.3, n.40, p.01-24, abr. 2005.

BRENES Anayansi Correa. História da parturição no Brasil, século XIX. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.135-149, abr/jun, 1991.

BRITES, Olga. Crianças de revistas (1930/1950). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.26, n.1, p.161-176, jan./jun. 2000a.

BRITES, OLGA. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.20, n.39, p.249-278, 2000b.

BUITONI, Dulcília Helena Schoroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Editora Summus, 2009.

BUITONI, Dulcília Helena Schoroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e medicina no Brasil colonial. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.19, p.61-75, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v10n19/v10n19a05.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2009.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295-316.

CHAMBOLEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História Das Crianças No Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.55-83.

CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n.76, p.31–40, 1991. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/848.pdf>> Acesso em: 27 abr. 2009.

CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas** [online], Florianópolis, v.12, n.spe, p.37-55, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000300004&script=sci_arttext>. Acesso em 15 mai. 2009.

CARNEIRO, Henrique. **Amores e sonhos da flora: Afrodisíacos e alucinógenos na botânica e na farmácia**. São Paulo: Xamã, 2002.

CARVALHO, Cristiane Portela de. **A construção da identidade feminina em veja**. 2006. 135f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação Social)- Programa de pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

CASALI, Caroline. **Revistas: configuração do relacionamento entre homem e mulher como estratégia de segmentação do público**. 2006. 238f, Dissertação. (Mestrado em Ciência da Comunicação)- Programa de pós-graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira e MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **A mulher na imprensa das décadas de 1960 e 1970**. Disponível em: <<http://74.125.47.132/search?q=cache:6eL24gA71gEJ:www.alb.com.br/anais14/Sem03/C03013.doc+A+MULHER+NA+IMPRESA+DAS+D%C3%89CADAS+DE+1960+E+1970&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 27 jul. 2009.

CÓRIO, Maria De Lourdes Del Fáveri. **O personagem “Chico Bento”, suas ações e seu contexto: um elo entre a tradição e a modernidade**. 2006. 176f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Estudos de Linguagem)- Universidade de Marília, 2006.

COSTA, Suely Gomes. As desventuras de ser doutora. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v.12, n.15, ago./dez. 2004.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.spe, set./dez. 2004.

COSTA, Jurandir Freire. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

COUTINHO, Thaís Souza. **O caipira Chico Bento e a preservação nacional na obra de Maurício de Sousa**. 2007. 123f, Dissertação. (Mestrado em Ciência)- Universidade Federal Rural Rio de Janeiro, 2007.

DACOME, Ocimar Aparecido. Higienismo e psicanálise. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003. p.97-132.

DALBEN, André e SOARES, Carmen Lúcia. A revista vida e saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino e suas páginas (1940-1950). **Pensar a Prática**, Goiás, v.11, n.3, p.239-250, set./dez. 2008.

DANZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia. In: _____ (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p.10-27.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: _____ (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5. ed. Contexto, São Paulo, 2006. p.84-106.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino. In: _____ (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. p.78-114.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DERTONIO, Hamilton. **A poética da mídia impressa para o público infantil um estudo de caso da revista recreio**. 2006. 125f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Mercado)- Faculdade Cásper Líbero, 2006.

DIAS, Suelly Maria Maux. Imprensa feminina, folhetim e histórias de vida. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. p.01-12. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/index_trabalhos_apresentados.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.223-240.

DORNELLES, Leni Vieira. **Meninas no papel**. 2002. 175f, Tese. (Doutorado em educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FELIPE, Jane. Governando os corpos femininos. **Labrys Estudos Feminista**, n.4, agosto/dezembro 2003. Disponível em: <<http://vsites.unb.br/ih/his/gefem/labrys4/textos/jane1.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

FERREIRA, Maria Cristina. **As vozes negadas do feminino: uma análise discursiva em cartas de aconselhamento**. 2006. 151f, Dissertação. (Mestrado em Linguística)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA, Mayra Fernanda. Infância em papel: o jornalismo infantil no interior. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais...** Santos: Intercom, 2007. p.1-15.

FERREIRA, Mayra Fernanda. Recreio: uma análise comparativa de mídias infantis. In: ENCONTRO DA UNIÃO LATINA DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA, 2., 2008, Bauru. **Anais...** Bauru: ULEPICC, 2008. p.445-464

FERREIRA, Juliana Taís. Espelho das mães a representação feminina na publicidade destinada à infância nas páginas da revista o cruzeiro: 1930-1960. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p.01-06. Disponível em: <<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/st58.html>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas minas gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.141-188.

FISCHBERG, Josy. **Criança e jornalismo**: um estudo sobre as relações entre crianças e mídia impressa especializada infantil. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FLAUSINO, Márcia Coelho. As velhas/novas revistas femininas. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 26. 2003, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: INTERCOM, 2003. p.01-17. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/index_trabalhos_apresentados.htm>. Acesso em: 15 jul. 2009.

FON FON: **seminário alegre, político, crítico e esfuziante**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940-1950.

FRANCO, Francisco de Melo. [1789]. Tratado da educação física dos meninos. In: ROCHA, José Martinho da. **Nosso primeiro puericultor**. Rio de Janeiro: Agir, 1946. p.93-259.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas feminina (Rio de Janeiro e São Paulo, décadas de 1920)**. 2006. 336f, Tese. (Doutorado em História das Ciências)- Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

FRIEDAN, Betty. **A mística da mulher**. Lisboa: Editora Ulisseia, 1963.

GALINDO, Dolores. **Com o sexo no coração**: sentidos sobre o sexo e o amor na revista feminina nova cosmopolitan publicada no brasil. Disponível em: <<http://www.interfaceg2g.org/midia/g2g/atigo-sexo-amor-revista%20nova.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

GOELLNER, Silvana V. **Bela maternal e feminina: imagem de mulher na revista Educação Física**. 1999. 174f, Tese. (Doutorado em Educação)- Universidade Estadual de Campinas, 1999.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. Saúde e estética em revistas dirigidas ao público feminino aspectos textuais e discursivos. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 29. 2006, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: INTERCOM, 2006. p.01-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0600-1.pdf> >. Acesso em: 15 jul. 2009.

GUIMARAES, Maria Paula Piotto da Silveira. **Nova: 30 anos da mulher de 30**. 2006. 117f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Semiótica)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

HELLER, Bárbara. “Jardim fechado” – a voz e a vez das leitoras da revista feminina. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25. 2002, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: 2002. p.01-12. Disponível em:

<<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/handle/1904/18732>>. Acesso em: 30 jul. 2009.

HELLER, Bárbara. Do cesto de costuras à mídia impressa; análise da participação de mulheres na imprensa feminina paulistana -- revista feminina (1914/1936). In: CONGRESSO DO BRASIL, 14., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003. p.01-09. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais14/Cse06.html>>. Acesso em: 15 nov. 2009.

HOLLENBACH, Gabriela Boemler. **Sexualidade em revista**: as posições de sujeito em Nova e TPM. 2005. 173f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Informação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

JOHN, Valquíria Michela. **Formando consumidores**: a construção da infância pelo suplemento "folhinha". Educomídia, 2005. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/e/e7/GT10_-_013.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2009.

KAMADA, Fabiana Larissa. As mulheres na história: do silêncio ao grito. In: Patrícia Tuma Martins Bertolin, Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci. (Org.). **Mulher, Sociedade e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Rideel, 2010. p.37-60.

KLEIN, Jane Jordan e RAMOS, Flávia Brocchetto. Revistas femininas: construindo a imagem da mulher-leitora. **UNISC**, Santa Cruz do Sul, 2006. Disponível em: <<http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&biw=979&bih=544&q=Revistas+femininas%3A+construindo+a+imagem+da+mulher-leitora&aq=f&aqi=&aql=&oq=&fp=13a0370f0217fb5>> Acesso em: 27 abr. 2009.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p.19-52.

LEOTTI, Maria José. **A imagem da mulher ou a mulher da imagem: um estudo discursivo sobre o imaginário feminino na publicidade**. 2007. 258f, Tese. (Doutorado em Linguística)- Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

LIRA, Luciane Cristina Eneas. **Como se constrói uma mulher: uma análise do discurso nas revistas brasileiras para adolescentes**. 2009. 179f. Dissertação. (Mestrado em Linguística)- Universidade de Brasília, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.443-481.

MAI, Lilian Denise. Difusão dos ideários higienista e eugenista no Brasil. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003. p.45-70.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil: república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.367-421.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1819-1919): Uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3. p.131-214.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Natureza em boiões: Medicinas e boticários no Brasil setecentista**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes e MELO, Hildete Pereira de. Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p.463-488, mai. /ago. 2008.

MARTINS, Flávia James de Souza. **A mulher na história: processos de exclusão e inclusão dos valores femininos na sociedade**. SPR de Cianorte, Paraná, 2008. Disponível em: <http://www.iprb.org.br/artigos/textos/art151_199/art159.htm>. Acesso em: 15 ago. 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p.76-97.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.137-176.

MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. **Cadernos Pagu**, n.31, p.553-564, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2009.

MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues. **Crianças saudáveis, pais neuróticos: a intervenção dos especialistas entre 1940 e 1960**. 1993. 199f, Dissertação. (Mestrado em Educação Física)- Universidade Gama Filho, 1993.

MENDONÇA, Neuza Maria Pontes. **Brincado de consumir: as figuras de linguagem na publicidade em revistas para crianças**. 2005. 97f, Dissertação. (Mestrado em Linguística)- Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MIRANDA, Cássio Eduardo Soares. Mídia e identidade: a construção do discurso amoroso em revistas femininas. **Letras & Letras**, Uberlândia, v.22, n.2, p.65-84, jul./dez. 2006.

MOREIRA, Alberto da Silva. Cultura midiática e educação infantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n.85, p.1203-1235, dez. 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

MOURA, Marina de. **A noção de infância no Brasil na década de 1930: uma análise da revista infância**. 2007. 103f, Dissertação. (Mestrado Psicologia Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MURCE, Álvaro. **Alimentação sadia, criança forte!**: (guia para a alimentação da criança em todas as idades (do nascimento a 19 anos): para pais e professores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

NAHES, Semíramis. **Revista Fon-Fon: a retórica do estado novo e a doutrinação da mulher (1937 a 1945)**. In: GOTTARDI, Ana Maria (Org.). A retórica das mídias e suas implicações ideológicas. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p.199 a 221.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do e OLIVEIRA, Bernardo J. O sexo feminino em campanha pela emancipação da mulher. **Cadernos Pagu**, n.29, p.429-457, jul./dez. 2007.

NAVA, Pedro da Silva. **Capítulos da história da medicina no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. **Caderno Espaço Feminino**, v.17, n.01, p.317-333, jan./jul, 2007.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. **Vida privada e cotidiano no Brasil: Na época de D. Maria I e D. João VI**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

NOGUEIRA, Joaquim Luiz. **A construção do corpo feminino na revista o cruzeiro**. Dissertação. 2008. 141f, Dissertação. (Mestrado em comunicação e semiótica)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). 9.ed. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p.482-509.

ORLANDI, Orlando V. **Teoria e prática do amor à criança**: introdução à pediatria social no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. p.157-176.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 3.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001.

PETRY, Helen e OLIVEIRA E SILVA, Roberta Del-Vechio de. Os arquétipos nas propagandas de revistas femininas. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 27. 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: INTERCOM, 2004. p.01-15. Disponível em: <http://www.eesc.usp.br/nomads/textos/arq_textos/arquetipos_rev_fem.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2009.

PINHEIRO, Rossana Kess Brito de Sousa. **Mãe-esposa e professora: educadoras no final do século XIX**. 2009. Tese. (Doutorado em EDUCAÇÃO)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Editora Graphia, 1999.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso por uma cultura filógina. **Perspectiva**, v.15, n.3, p.58-66, jul./set. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a09v15n3.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2010

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Labrys, estudos feministas**, n.3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://e-groups.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

RAGO, Elisabeth Juliska. A construção da ‘natureza feminina’ no discurso médico. Resenha de uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher de Fabíola Rohden. **Revista Estudos Feministas**. v.10, n.2, p.511-514, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2002000200019&script=sci_arttext> Acesso em 21 jan. 2010.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tuminambá. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.11-44.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.19-54.

RESENDE, Maria Luiza. **Mudanças na subjetividade feminina: o papel do discurso publicitário na construção da identidade da mulher de meia-idade**. 2008. 153f, Dissertação. (Mestrado em Linguística)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, Arilda Inês M. Mulheres educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M. e VEIGA, Cynthia G. (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, v.14, n.3, p.801-811, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n3/a12v14n3.pdf>> Acesso em 10 nov. 2009

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da saúde mental infantil: a criança brasileira da Colônia à república velha. **Revista Psicologia em Estudo**, v.11, n.1, p. 29-38, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a04.pdf>> Acesso em 10 nov. 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A criança brasileira nas primeiras décadas do século XX: a ação da higiene mental na psiquiatria, na psicologia e na educação. In: BOARINI, Maria Lúcia. **Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil**. Maringá: Eduem, 2003. p.71-96.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Saúde mental no Brasil**. São Paulo: Arte & Ciência, 1999.

ROCHA, José Martinho da. **Nosso primeiro puericultor**. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

ROCHA, Patrícia. **Jornalismo em primeira pessoa: a construção de sentidos das narradoras da revista TPM**. 2007. 156f, Dissertação. (Mestrado em Comunicação e Informação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

RODRIGUES, Luciana Varga. A representação da mulher na imprensa feminina. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 23. 2005, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônico...** Rio de Janeiro: INTERCOM, 2005. p.01-09 Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0992-1.pdf> >. Acesso em: 27 de ago. 2009.

ROIZ, Diogo da Silva. A discreta e sedutora “história das mulheres”. **Cadernos pagu**, n.30, p.445-452, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100025&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 de nov. 2009.

ROSEN, George. **Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SANTOS, Cláudia Amaral. **A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero**. 2004. 154f, Dissertação. (Mestrado Educação)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004a.

SANTOS, Cláudia Amaral dos. A invenção da infância generificada: a pedagogia da mídia impressa constituindo as identidades de gênero. In: 27ª Reunião Anual da

ANPEd.GE: Gênero, Sexualidade e Educação, 23., 2004b, Caxambu. **Anais...** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2004. p.1-13. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/ge23/t231.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2009.

SANTOS, Daniela Barsotti. **Ideais de mulher: estética de corpo e de relações afetivo-sexuais veiculados pela mídia escrita em revistas direcionadas ao público jovem no contexto brasileiro**. 2006. 368f, Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2006.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das minas gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.107-136.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2.ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas: Editora Paz e Terra, 2000. Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/introduc.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2009.

SCHMITZ, Daniela Maria. **Mulher na moda: recepção e identidade feminina nos editoriais de moda da revista Elle**. 2007. 360f, Dissertação. (Mestrado em Ciência da Comunicação)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SCHWENGBER, Maria Simone Vione. **Donos de si? A educação de corpos grávidos no contexto da pais & filhos**. 2006. 192f, Tese. (Doutorado em Educação)- Universidade Federal Rio Grande do Sul, 2006.

SERPA, Leoní Teresinha Vieira. **A máscara da modernidade: a mulher na revista O Cruzeiro (1928-1945)**. 2003. 180 f, Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de Passo Fundo, 2003.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. **A “mulher brasileira” em ação: motivações e imperativos para o golpe militar de 1964**. 2008.132f, Dissertação. (Mestrado em História Social)- Universidade de São Paulo, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: Nicolau Sevcenko (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.3. p.7-48.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero. **Revista Ártemis**. v.8, p.110–117, jun 2008. Disponível em: <http://www.prodema.ufpb.br/revistaartemis/numero8/artigos/artigo_09.pdf> Acesso em 15 set. 2009.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**. v.27, n.54, p.281-

300, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 18 jan. 2010.

SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. **Os manuais de conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas?** Grupo de pesquisa gênero e educação - laboratório de estudos pedagógicos prof. Paulo Freire da Faculdade de Formação de Professores de Belo Jardim. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT23-4967-Int.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2010.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e recortes do tempo presente mulheres em revistas "femininas". **São Paulo em Perspectiva**, v.15, n.3, p.67-61, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n3/a10v15n3.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

THEODORO, Helena. Mulher negra luta e fé: séculos XVI a XIX. **Mulher Negra Textos**. Disponível em: <http://www.casadeculturadamulhernegra.org.br/mn_mn_t_histo01.htm#intro>. Acesso em: 02 fev. 2010.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. **A outra família: concubinato, igreja e escândalos na Colônia**. São Paulo: Loyola, 1999.

URSINI, Leslye Bombonato. **A revista o cruzeiro na virada da década de 1930**. 2000. 125f, Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Estadual Campinas, 2000.

VAMOS LER. Rio de Janeiro: [s.n.], 1940-1946.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.189-222.

VIDA DOMÉSTICA. Rio de Janeiro: [s.n.], 1950-1960.

VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. **Mulheres na medicina: construindo espaços na São Paulo do século XX**. 2006. 102 f, Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade São Francisco, 2006.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe e POSSA, Lidia M. Escrevendo a história no feminino. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p.320, set.-dez. 2005.

APÊNDICE A – Detalhamento das fontes primárias.

Referência

Fascículos utilizados:

REVISTA	DATA
Fon Fon	20-01-1940
	09-03-1940
	16-03-1940
	23-03-1940
	30-03-1940
	06-04-1940
	20-04-1940
	04-05-1940
	11-05-1940
	18-05-1940
	25-05-1940
	08-06-1940
	15-06-1940
	22-06-1940
	29-06-1940
	06-07-1940
	27-07-1940
	03-08-1940
	10-08-1940
	17-08-1940
	24-08-1940
	31-08-1940
	07-09-1940

14-09-1940
21-09-1940
28-09-1940
05-10-1940
12-10-1940
19-10-1940
26-10-1940
02-11-1940
09-11-1940
16-11-1940
23-11-1940
30-11-1940
07-12-1940
21-12-1940
24-05-1941
31-05-1941
07-06-1941
14-06-1941
28-06-1941
05-07-1941
12-07-1941
19-07-1941
26-07-1941
02-08-1941
16-08-1941
23-08-1941
30-08-1941
06-09-1941
13-09-1941
20-09-1941
04-10-1941
25-10-1941
01-11-1941
15-11-1941
13-12-1941
27-12-1941
03-01-1942
21-03-1942
28-03-1942
02-05-1942
09-05-1942
16-05-1942
23-05-1942
06-06-1942
13-06-1942
04-07-1942
11-07-1942

25-07-1942
01-08-1942
08-08-1942
22-08-1942
05-09-1942
12-09-1942
19-09-1942
26-09-1942
03-10-1942
10-10-1942
24-10-1942
07-11-1942
14-11-1942
21-11-1942
28-11-1942
05-12-1942
19-12-1942
02-01-1943
13-02-1943
20-02-1943
13-03-1943
17-04-1943
01-09-1945
08-09-1945
22-09-1945
03-11-1945
10-11-1945
01-12-1945
15-12-1945
05-01-1946
12-01-1946
19-01-1946
09-02-1946
16-02-1946
23-02-1946
02-03-1946
09-03-1946
16-03-1946
23-03-1946
30-03-1946
06-04-1946
13-04-1946
20-04-1946
28-09-1946
12-10-1946
21-12-1946
01-02-1947

15-02-1947
05-04-1947
03-05-1947
21-02-1948
27-03-1948
21-08-1948
28-08-1948
18-09-1948
19-02-1949
26-02-1949
20-08-1949
08-10-1949
05-08-1950
13-08-1950
09-09-1950
15-09-1950
07-10-1950
21-10-1950
28-10-1950
11-11-1950
18-11-1950

Vamos Ler

04-01-1940
18-01-1940
25-01-1940
01-02-1940
08-02-1940
15-02-1940
22-02-1940
29-02-1940
07-03-1940
14-03-1940
21-03-1940
28-03-1940
04-04-1940
11-04-1940
18-04-1940
25-04-1940
02-05-1940
09-05-1940
16-05-1940
23-05-1940
30-05-1940
06-06-1940

13-06-1940
 20-06-1940
 27-06-1940
 04-07-1940
 11-07-1940
 18-07-1940
 25-07-1940
 08-08-1940
 15-08-1940
 05-09-1940
 12-09-1940
 19-09-1940
 26-09-1940
 03-10-1940
 05-11-1942
 12-08-1943
 17-05-1945
 08-03-1945
 21-03-1946

A Cigarra

Janeiro	1947
Abril	1947
Junho	1948
Julho	1948
Agosto	1948
Outubro	1948
Novembro	1948
Fevereiro	1949
Março	1949
Abril	1949
Maio	1949
Junho	1949
Julho	1949
Agosto	1949
Outubro	1949
Novembro	1949
Dezembro	1949
Janeiro	1950
Fevereiro	1950
Março	1950
Abril	1950
Maio	1950
Junho	1950
Julho	1950
Agosto	1950

Setembro 1950
Outubro 1950
Novembro 1950